UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

LEONARDO FERREIRA GUIMARÃES

**O capital entre o lógico e o socio-lógico e as formas sociais como sua
mediação**

São Paulo
2018

Prof. Dr. Vahan Agopyan
Reitor da Universidade de São Paulo
Prof. Dr. Fabio Frezatti
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Prof. Dr. José Carlos de Souza Santos
Chefe do Departamento de Economia
Prof. Dr. Ariaster Baumgratz Chimeli
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia

LEONARDO FERREIRA GUIMARÃES

**O capital entre o lógico e o socio-lógico e as formas sociais como sua
mediação**

Tese apresentada à Faculdade de Economia
Administração e Contabilidade da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Doutor em Economia.

Área de Concentração: Economia do
Desenvolvimento

Orientadora: Profa. Dra. Leda Maria Paulani

Versão Original

São Paulo
2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada por Martha Ribeiro Neves de Vasconcellos – CRB-8/5994
Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Guimarães, Leonardo Ferreira

O capital entre o lógico e o socio-lógico e as formas sociais como
sua mediação / Leonardo Ferreira Guimarães. – São Paulo, 2018.
325 p.

Tese (Doutorado) -- Universidade de São Paulo, 2018.
Orientador: Leda Maria Paulani

1. Marxismo 2. Capital 3. Dialética 4. Contradição I. Universidade
de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.
II. Título.

CDD – 335.4

AGRADECIMENTOS

A grandeza do sentimento de me sentir acolhido e próximo de alguém é de tal modo inefável que, mesmo que escrevesse muito mais, ainda sentiria que é pouco. As amizades, carinho e de amor expressos aqui eu não poderia me conter com menos do que uma expressão absolutamente vital de gratidão. Esta tese é o resultado de toda uma vida, assim, devo me delongar um pouco e destilar breves agradecimentos aos principais envolvidos. O texto é emocional, pouco elaborado, bruto e segue na ordem cronológica dos encontros.

Aos meus familiares, teria muita dificuldade em me delongar explicitamente sobre cada ponto de agradecimento, pois são muitos movimentos envolvidos na história de uma vida inteira, peço desculpa, portanto, pela generalidade dos agradecimentos. Gostaria de agradecer especialmente ao núcleo no qual fui criado (com as diferentes composições ao longo dos anos). Para evitar controvérsias, sigo na ordem alfabética e agradeço a Alexandre, Ângela, Beatriz, Helvécio, Igor, Júlia, Marcelo e Marciléia.

Ao João Felipe, meu primeiro grande amigo, que compartilhou e construiu comigo cada momento de revolta e rebeldia. Direcionamos nossos incômodos, por meio de incursões musicais, espirituais, sociológicas e filosóficas. Nutrimos e alimentamos este mesmo sentimento de que havia (e há) algo de muito errado com o mundo. Junto com João veio toda a pasárgada, nosso *círculo mágico* de quatro amigos: com Thiago (Sasha) e Luiz (PH). Agradeço aos encontros meio “maio de 68”, às madrugadas no estacionamento vazio que chamávamos santuário, as gritarias, cânticos e danças que perturbavam a pacata Teresópolis. Com a Paula Cris eu descobri que havia em mim a dignidade que me permitia ser amado, quem me acol em uma época permeada de tanto rigor imaturo, tanta bruteza e insegurança, tanta loucura...

Da minha turma da física/matemática aplicada, os que persistiram: Gustavo Sophia e Amanda Bastos. Amanda e eu nos conhecemos escapando das arbitrariedades do trote universitário. Unimos nossos apreços pelos despreços compartilhados, o amor cresceu com respeito, admiração e coisas que ainda estão (mesmo depois de 14 anos) sendo construídas e descobertas. Com Gustavo compartilhei a mesma empolgação exagerada com os passos e entendimentos das demonstrações matemáticas e tentativas de analisar e compreender as menores coisas do mundo por meio da razão. Além disso, tenho um agradecimento particular e prático a fazer ao Gustavo e à Elena Meyer. Vocês me deram, no meu doutorado sanduíche, um acolhimento tão sincero, carinhoso, desinteressado, bonito e tocante que só posso dizer que amo

vocês dois e agradeço sem tamanho por tudo. Diana Rosa (*in memoriam*) e Vanessa Rosa. O sentimento por vocês é abismal, eu teria muito a dizer, mas as lágrimas não me permitem continuar...

No período mais difícil Vânia, Marcelo e Carol estiveram bem próximos. Ainda que nossos caminhos tenham seguido mais distantes, o agradecimento que tenho pelo reconhecimento e carinho de vocês segue forte e intenso no caminhar da vida. Francine Blasius, Marielle Castro, Patrick Andrade e Rafael Venturini, meus grandes amigos que surgiram no período da graduação na UFES - um lar durante a estada em Vitória, que segue próximo, emprestando sentido ao mundo.

À Aline Travaglia... Mais do que sem palavras, a companhia constante destes últimos nove anos. Fizemos planos, tivemos casa, cuidamos, acolhemos e protegemos um ao outro de tantas e tantas coisas... Dizer que esta tese não existiria sem a Aline é muito, muito pouco, que me ajudou a manter os pés no chão, sendo de tal maneira essencial que a combinação de apoio emocional e prático nem começa a descrever a minha gratidão. Juntos, superamos as crises, terminamos a graduação, nos arriscamos, terminamos o mestrado e ainda me ajudou sobremaneira durante a transição mestrado-concurso-doutorado. Impressionantemente, depois de tantos anos e tantos ciclos de idas e vindas, continuamos tão companheiros. Um dia moramos juntos e, mesmo hoje separados, ainda é casa, conforto e colo para o meu espírito. Uma inspiração enquanto pessoa rara que consegue conciliar vida prática e *pathos*, além de alguém por quem tenho admiração e orgulho incomensuráveis. Por muitos anos de amor, carinho, projetos e realizações, no passado e no porvir.

À assim chamada Escola de Vitória, de onde vim intelectualmente. Em especial, ao quarteto que me guiou na Economia Política: Paulo Nakatani, que me mostrou pela primeira vez a impossibilidade de encontrarmos saídas dentro do capitalismo; Reinaldo Carcanholo (*in memoriam*), professor, tutor e amigo – alguém que materializou palavras que sei que levo como ecos nas minhas; Maurício Sabadini, amigo-professor que me apresentou a *O Capital* e Helder Gomes, meu último orientador na graduação, quem me iniciou nos caminhos do rigor necessário à pesquisa. Mais do que apreço intelectual, eu agradeço pela inspiração moral que vocês todos me proporcionaram, a influência destes professores me faz lembrar constantemente de para quem é o meu trabalho.

João Machado, meu professor e orientador no mestrado. Alguém que me ajudou muito no polimento das habilidades de pesquisa e sempre me impressionou muito com a vastidão de suas referências e abertura intelectual para visões distintas; certamente sua influência me fez

um intelectual menos tacanho. Em conjunto com Fernando Rugistky, agradeço pela participação em todas as bancas de avaliação de progresso desta tese, com sugestões muito valiosas que compuseram muito do que está presente nesta versão final.

Marília Moschkovich, minha segunda companheira de casa e de vida, agradecê-la certamente constitui outro difícil parágrafo... Alguém que iniciou comigo um novo tomo da minha vida intelectual, além do companheirismo e identificação ímpares que compartilhamos e desenvolvemos no âmbito da vida pessoal. Ao transformar em poema meus “olhos fundos, escuros contínuos [e] vácuos surdos” você legitimou a minha existência de um modo que eu nem imaginava que fosse possível. Pela primeira vez parecia que eu não precisava lutar muito para poder manifestar minhas inclinações mais autênticas, pois tais peculiaridades eram vistas como beleza e, sobre isso, não tem gratidão que se meça. Sempre admirei e senti orgulho da potência com a qual existe e se faz presente, uma inspiração pessoal e intelectual. Desejo fortemente que a nossa colaboração persista no futuro - desejo que, felizmente, sei que é mútuo.

Leda Paulani – que me orientou durante todo o período de investigação e redação desta tese. Preciso agradecer pela confiança, liberdade intelectual e autoral, pelas ajudas práticas de toda sorte (na pesquisa e na redação), pelo apoio enorme para enfrentar as inúmeras dificuldades que foram externamente impostas sobre este trabalho e, até mesmo, pelo apoio emocional nos momentos mais difíceis. Alguém por quem eu nutro admiração intelectual, política e moral sem tamanho; pois sua resistência, força, habilidade intelectual e sentido de missão naquilo que faz têm sido, literalmente, fonte diária de admiração e inspiração. Que este trabalho possa, minimamente, honrar seus esforços e que um dia eu consiga ser para meus orientandos e alunos algo tão potente e transformador quanto você foi para mim.

Ao meu coorientador do doutorado sanduíche, Rémy Herrera, eu gostaria de agradecer imensamente pela acolhida e por ser mais um desses responsáveis pelo meu aprendizado e transição da posição de aluno para a posição de autor.

Aline Matos, você é uma dessas pessoas para quem dedico esta tese. Admiro tanto as suas aptidões e inclinações intelectuais, quanto admiro sua força de resistir e suas inquietações com relação a este mundo.

Clarice Cardoso, outra inspiração moral e política ímpar, alguém que realiza na luta prática da política e da comunicação algo que eu só consigo fazer no terreno do debate intelectual e, na melhor das hipóteses, da formação de base. Além disso, agradeço pela ajuda sobremaneira no aprimoramento das minhas habilidades de escrita e clareza.

À Elisa Moraes – pelo seu companheirismo, clareza, força e dedicação à vida e às suas verdades, pela sua resistência e pela permanência na minha vida – tenho muito a agradecer. Orgulho de ter visto tanta superação em você e gratidão pelo cuidado que você despendeu por mim.

À Isleide Fontenelle eu gostaria de agradecer pelas ferramentas e análises que sua obra me trouxe – embora eu não tenha tido a oportunidade de assistir às suas aulas. Também preciso agradecer à sua prontidão em reunir-se comigo e discutir sobre alguns dos caminhos de pesquisa que eu escolhi para a parte mais sociológica do meu trabalho.

Aos já citados, João Machado, Fernando Rugitsky, Vladimir Safatle e Isleide Fontenelle, gostaria de acrescentar Jorge Grespan e Marcelo Carcanholo e agradecê-los em grupo por aceitarem participar da banca avaliadora desta tese, seja como titulares ou suplentes.

Institucionalmente, gostaria de agradecer à CAPES e ao CNPQ que bancaram boa parte dos meios de subsistência de toda minha vida acadêmica até metade do doutorado. Ao IFSP que, desde 2016, me permite o exercício da pesquisa e da docência (esta última interrompida para a finalização da tese).

À luta contra a vida sem sentido
À luta contra a morte sem sentido

Aos comunistas e camaradas, passados e futuros.
A todos que sofrem das explorações e opressões do mundo.
Àqueles que padecem de paixões curiosas como as minhas, mas que a academia foi mais
eficiente em repelir.

A todos os acadêmicos que se opõem a esse estado de coisas.
(sobretudo àqueles que foram e são forças tão vivas na minha formação)

Com profundo sentimento da dívida de gratidão, que acompanha a dádiva recebida, e a
sincera intenção de honrar suas presenças nas páginas deste texto, a todos vocês eu dedico
este trabalho, pois a dedicatória é o resultado dos agradecimentos.

A existência e a inexistência geram-se uma pela outra;
O difícil e o fácil completam-se um ao outro;
O longo e o curto estabelecem-se um pelo outro;
O som e o tom são juntos um com o outro;
O antes e o depois seguem-se um ao outro.

Portanto,

O homem sagrado realiza sua obra pela não-ação
E pratica o ensinamento através da não-palavra

Os dez mil seres fazem, mas não para se realizarem;
Iniciam a realização, mas *não a possuem*;
Concluem a obra sem se apegarem
E justamente por realizarem sem apego
Não passam.

Lao Tsé

RESUMO

Para Marx, o capital é um sujeito automático e, ao mesmo tempo, depende da exploração do proletariado, e dos interesses da burguesia e dos membros do Estado burguês de direito. À primeira vista, parece incoerência, contradição e erro de raciocínio defender que algo seja automático enquanto este algo é movido pelo conjunto da sociedade. Para um pensamento pautado pela *identidade abstrata* (como o *mainstream* científico) o lógico do automático e o socio-lógico dos representantes particulares do gênero humano não podem coexistir como elementos explicativos de um mesmo objeto – o capital. Mas, isso também polariza e divide marxistas e teóricos da dialética. Essa determinação de que um dos lados é verdadeiro e o outro deve ser falso pode ser compreendida como manifestação da *identidade abstrata*, que é *forma absoluta da ideologia* e é *fundamentada* nos princípios da não-contradição e do terceiro excluído. Grosso modo, no polo da identidade temos conceitos e deduções lógicas, no da não-identidade temos dados e fatos empíricos. Ocorre que Marx disse não partir de nenhum dos dois polos, mas das *formas sociais*. Se, para Marx, ambos os polos são verdadeiros e, ao mesmo tempo, sua investigação não parte de nenhum deles, mas das *formas sociais* – pouco definidas na história do marxismo – talvez elas sejam chave para compreender como conciliar os polos, mantendo no centro a contradição. Assim, a principal tarefa desta tese é apresentar, do modo mais explícito possível, uma caixa de ferramentas orientada a investigar a realidade social mantendo a tensa e contraditória unidade entre os polos da identidade e da não-identidade (definidos por diversos outros pares de termos ao longo da tese), tendo no centro o conceito de *forma social*. Para isso, foi necessário inicialmente expor os debates que, no campo marxista, podem confirmar a existência de tal polarização (primeiro ensaio). No ensaio seguinte, os *fundamentos* hegelianos da dialética marxista são mobilizados para desenvolver uma definição para o conceito de *forma social*. Ao final desse segundo ensaio, apresentamos e discutimos as duas definições de capital que abrem este resumo (mas que estão também em Marx). A partir daí passamos a refletir sobre as tendências à dissolução do capital-sujeito e as contratendências que agem no sentido de impedir tal dissolução. O primeiro par tendência-contratendência estudado é a lei tendencial da queda na taxa de lucro em sua relação com a financeirização (terceiro ensaio) e o segundo apresenta tendências dissolutivas mais gerais contrariadas por técnicas de subsunção da força viva de trabalho ao capital (quarto ensaio). Em poucas palavras, o principal objetivo desta tese é desenvolver ferramentas para manter a tensão da não-identidade na identidade, a conciliação negativa dos polos unilaterais. Trata-se de apontar para a dignidade do obscuro, do negativo e do velado que resistem no objeto. As seções finais do último ensaio, que constituem também um encerramento da tese, expõem mecanismos por meio dos quais o impedimento ao pensar não-idêntico é tão caro à estabilização do sistema social capitalista. Eles são *fundamentos* da tendência à unilateralização dos discursos, que passam a se rejeitar mutuamente. Por isso, mesmo intramuros da discussão marxista e dialética, parece difícil escapar da unilateralização. O necessário *desmoronar* das certezas, em favor da *unidade contraditória* da *Coisa* com seu *conceito*, é assim o impulso maior da teorização aqui apresentada.

Palavras-chave: Formas sociais. Contradição. Dialética. Taxa de lucro. Gestão de pessoas.

ABSTRACT

For Karl Marx, capital is an automatic subject and, at the same time, it depends on the exploration of the proletariat and on the interests of the bourgeoisie and of the members of the bourgeois State. At first sight, it seems incoherence, contradiction and error of reasoning to argue that something is automatic while this something is moved by the whole of society. For a thinking based on abstract identity (as is the scientific mainstream) the logical of the automatic and the socio-logical of the particular representatives of the human species (*menschliche Gattung*) can not coexist as explanatory elements of the same object - capital. But this also polarizes and divides Marxists and dialectical theorists. This determination that one side is true and the other must be false can be understood as a manifestation of abstract identity, which is the absolute form of ideology and is based on the principles of non-contradiction and the excluded middle. Roughly, when it comes to identity, we have concepts and logical deductions. In the case of non-identity, we have data and empirical facts. But Marx did not see the beginning of his science coming from one or another side of contradiction, but from the social forms. If, for Marx, both sides are true and at the same time his research did not come from any of them, but from the social forms – barely conceptualized in the history of Marxism - perhaps they are key to understanding how to reconcile both sides, keeping the contradiction in the center. Thus, the main task of this thesis is to present, as explicitly as possible, a toolbox oriented to investigate social reality maintaining the tense and contradictory unity between the sides of identity and non-identity (defined by several other pairs of terms throughout the thesis), having in the center the concept of social form. To this end, it was necessary to first present the debates which, in the Marxist field, can confirm the existence of such polarization (first essay). In the following essay, the Hegelian foundations of Marxist dialectics are mobilized to develop a definition for the concept of the social form. At the end of the second essay, we present and discuss the two definitions of capital that open this abstract (but which are also in Marx theorization). From that point on, we begin to reflect on the tendencies toward the dissolution of the capital as subject and the tendencies that act to prevent such dissolution. The first tendency-to-counter-tendency pair studied is the law of the tendency of the rate of profit to fall in relation to financialization (third essay) and the second essay presents more general dissolution tendencies contradicted by techniques of subsumption of labor force to capital (fourth essay). In short, the main objective of this thesis is to develop tools to maintain the tension of non-identity in identity, that is, the negative reconciliation of unilateral sides. It is about pointing to the dignity of the obscure, the negative and the veiled that resist in the object. The final sections of the last essay, which also constitutes a closing of the thesis as a whole, expose some mechanisms by which the impediment to non-identical thinking is so dear to the stabilization of the capitalist social system. They are the foundations of the tendency to unilateralize discourses that are mutually rejecting. Hence, even within the walls of Marxist and dialectical discussion, it seems difficult to escape from unilateralisation. The necessary *breakdown of certainties*, in favor of the *contradictory unity of the Thing* with its *concept*, is thus the major thrust of the theorizing presented here.

Keywords: Social Forms. Contradiction. Dialectics. Profit Rate. Human Resources.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS – sobre quem tornou este trabalho possível	5
RESUMO	13
ABSTRACT	15
PRELIMINARES	19
Fora de lugar, fora da regra – apresentação do autor (à guisa dos memoriais)	19
Dos prefácios e conclusões – apresentação da tese	22
Sobre o uso dos termos em alemão	23
ENSAIO 1.....	27
O IMEDIATO DA CONCILIAÇÃO NEGATIVA: das polarizações teóricas em torno da relação entre Marx e a Dialética.....	27
Introdução.....	27
1. Cenário Geral da Processualidade da Questão Lógica-Sociológica: universalidade e particularidade, necessidade e contingência	32
2. Marxismo Ocidental e Marxismo “Genuíno”	38
3. Da Identidade Abstrata à Conciliação Não Idêntica: a <i>Ciência da Lógica</i> e <i>O Capital</i>	40
3.1 A Internalização da relação entre a <i>Ciência da Lógica</i> e <i>O Capital</i>	43
3.2. <i>Dialética como Método</i>	50
3.3 <i>Dialética e Imanência: Método?</i>	67
3.4 <i>Coisa pensada e pensamento – forma/forma social: afinidades eletivas?</i>	76
4. O Capital em Geral e o Capital Social Total	81
4.1 A Crítica de Heinrich ao Conceito de Capital em Geral	82
4.2 A Resposta de Paul Burkett a Heinrich	88
ENSAIO 2.....	91
ORGANIZANDO A CONTRADIÇÃO – A Dialética e as Formas Sociais	91
Introdução.....	91
1. Que Dialética Queremos?	96
2. Da definição de Dialética e da Dialética como Definição	99
2.1 A dialética e as definições	101
2.2 As definições na dialética	102
3. Uma Questão de Ordem	104
4. O que é Essencial? As determinações de reflexão	106
5. Com o que devem começar as Ciências Particulares: da forma absoluta de Hegel às formas sociais de Marx	111

5.1 Do Fundamento ao Fundamento Social	112
5.2 Rumo à Definição de Forma Social.....	119
6. Adorno e Lukács discutem à Beira do Abismo – do político, do intelectual e do subjetivo....	124
7. O Capital como Sujeito e os Sujeitados ao Capital: duas definições	131
ENSAIO 3.....	145
O MÚLTIPLO EM AÇÃO: um ensaio econométrico sobre a (contra)tendência da taxa de lucro... 145	
Introdução.....	145
1. A fração MEGA do debate sobre a pertinência da Lei Tendencial	149
2. Lei da Tendência Decrescente e Econometria: levantamento do debate	156
3. Tendência Decrescente e Financeirização.....	158
4. Aspectos Técnicos da Construção das Séries e Estrutura da Análise Econométrica.....	161
4.1 Da Escolha dos dados	162
5. Análise das Séries e do Modelo.....	167
5.1 As Séries.....	167
5.2 A Modelagem Econométrica	174
5.3 Análise do Modelo Estimado.....	177
6. Análise Teórica e Metateórica dos Resultados.....	184
ENSAIO 4.....	187
O NOVO CLOSET DO PROLETARIADO: acumulação sem limites e carreiras sem fronteiras..... 187	
Introdução.....	187
1. O Materialismo, o Autômato e a Corcunda do Anão	194
1.1 Sujeito?	201
1.2 Sujeito do quê?	206
1.3 Sujeito a quê?	211
2. A Nova Roupa do Capital: a tessitura da objetividade ideológica	220
2.1 Formas Sociais, Material Empírico e Análise.....	222
2.2 Acumulação sem Fronteiras e sem Carreiras: a marcenaria ideológica do novo closet do proletariado.....	226
3. <i>Learning how to smile as you kill</i> : a exploração como mercadoria <i>on demand</i> da APFT	229
3.1 Como uma Pereira que gera Peras: a engenharia genética de trabalhadores da APFT	239
4. Espoliação do Negativo: do bolso do capitalista à motivação do precariado	250
4.1 Novo Espírito do Capitalismo ou Cinismo Desmedido? Das Apropriações da Crítica Social .	254
4.2 E agora, era fatal que o faz de conta terminasse assim? O círculo mágico, da infância à gamificação	260
4.3 Explorados Empoderados e Reacionários – bastiões do capital no centro da classe trabalhadora	265
Apêndice 1 – teste dickey-pantula para raízes unitárias.	271

<i>A.2.1 Teste para a série de taxa de lucro dos Estados Unidos</i>	<i>272</i>
<i>A.2.2 Teste para a série do logaritmo do volume de ativos financeiros aplicados em equities e fundos em percentual do GDP dos Estados Unidos entre 1950 e 2010.</i>	<i>278</i>
<i>A.2.3 Teste para a série do Q de Tobin medido nos Estados Unidos entre 1950 e 2010</i>	<i>284</i>
Apêndice 2 – teste ng-perron de raiz unitária.....	290
Apêndice 3 – procedimento de Johansen para cointegração.....	292
<i>A.4.1 – Determinação do número de defasagens e do posto de π.....</i>	<i>293</i>
<i>A.4.2 Estimação do VEC e verificação das hipóteses do modelo.....</i>	<i>295</i>
<i>A.4.3 Correção do problema de autocorrelação/correlações não contemporâneas nos resíduos</i>	<i>301</i>
Apêndice 4 – exogeneidade, causalidade de granger e função impulso-resposta.....	310
REFERÊNCIAS.....	313

PRELIMINARES

Fora de lugar, fora da regra – apresentação do autor (à guisa dos memoriais)

Peço, por duas páginas e meia, licença para me isentar das exigências formais. Gostaria de dizer-lhes algumas coisas em primeira pessoa e quebrar a quarta parede do texto acadêmico, nestas poucas linhas com ares de memorial. Gostaria de fazer isso à moda dos programas que aceitam desavergonhadamente sua natureza “de humanas” (o que a Economia tende não fazer ou fazer com um rubor pudico – à exceção notável de tantos intelectuais resistentes da Economia Política, alguns dos quais felicito-me de saber que estão lendo estas páginas).

Este objeto, prisioneiro de vários limbos, é o ponto final de muitas orações e, como os elos de um rosário vermelho, o começo e o fim de muitos períodos. Ele não sabe se portar como economista (algo que a FEA-USP disse com notável clareza), tenta falar como filósofo que não é, aspira uma sociologia que ignora, é inculto demais para ser literatura e relembra uma matemática há muito rejeitada pelo autor. É pequeno para um livro e grande para três ensaios, que se tornaram quatro – e como, afora alguns olhares, “nenhuma lâmina me atrai com seu brilho”, o imperativo da Navalha de Ockham foi deixado de lado.

O autor, por outro lado, é só um revoltado que resolveu, ainda criança, ser cientista para tentar responder duas perguntas, que nunca mudaram: por que o mundo dói tanto? Como mudar isso? Querer mesmo, no desejo simples e imediato, o autor queria era ser músico, desses que morre de overdose e expressa na voz rouca a dor do mundo. Mas, escolheu a dialética. Nunca mais pegou na guitarra, no violino ou no piano: nunca chegou a conseguir pela arte dar vazão àquela angústia de que havia algo preso, desde sempre, na garganta ou na ponta dos dedos. Algo precisava ser transmitido, expresso, dito, transformado em sentido no mundo do Outro, notado ou ouvido; algo dessa dor sobre o mundo todo, que gritava nos meus ouvidos e que os meus olhos, quando olhavam os dos outros, sentiam ainda mais dor por não ver a sombra da mesma dor e nem conseguir se fazer entender. Doía a cada vez que retornava à arte, e a cada vez que desistia de novo dela. Doía a sensação de abrir mão de um caminho que levaria a ser capaz de expressar esse sentimento. Parecia que tirar de si esse amontoado de angústia só seria possível pela arte. Mas, escolheu a dialética, e a arte foi negligenciada em favor de uma ciência

destinada a, “de maneira mais prática e direta”, explicar porque há tanta dor e sofrimento e como mudar tudo isso.

Persistiu no limbo ou no abismo, se me permitem a pretensão.

Nesta tese que não é tese, o impensável aconteceu. Aquela sensação tão sonhada e tão frustrada com uma arte que não se desenvolveu, veio pela via da ciência. O nunca ser capaz de expressar a angustia foi-se em boa hora; o pretérito, imperfeito foi. Estas páginas foram as primeiras testemunhas de um soluço de agonia que virou lagrima-plenitude, ao conseguir dizer algo que precisava ser dito. Ao conseguir cortar fora o nó da garganta e estranhar o resultado daquilo que sempre soube que precisava ser dito, mas que não fazia ideia de como dizer. A velha pretensão que levou a trocar arte por ciência, por outro lado, essa pretensão de explicar toda a dor e dar conta dela no direcionamento radical da práxis; bem, se há uma coisa que esta tese (enquanto tese) fez, foi mostrar que isto não pode ser feito numa tese.

Nem nisto que não é uma tese

As organizações de autores, de debates, de referências, de citações – diretas ou indiretas, longas ou curtas – a velha ABNT; tudo isso foi seguido o mais de perto possível. A valsa foi dançada com passos marcados. Mas, isso é só o que tinha que ser, não o que era necessário. O necessário foi ver toda uma vida sair de si mesma e se fazer carne-de-papel, desde as primeiras revoltas, da “dor com relação a este mundo”, até os tropeços para apreender as regras, tão tácitas, deste nosso mundo acadêmico. O necessário foi elevar tudo isso ao âmbito do conceito, ainda que de modo incompleto, como sempre será. Esta tese não é uma tese, são ensaios que não são ensaios, é a dor com relação ao mundo expressa, quase que sensorialmente, no âmbito do conceito. Este é um trabalho no qual as razões outras, que não a certeza de que ele simplesmente **precisava** ser feito, com a urgência de um chamado espiritual, se intervertem (*Unschlagen*) em meios de produção para a realização social de tal urgência.

As epígrafes, longe do usual de citar grandes autores, vanguardistas ou teóricos ensaístas, buscaram refletir a forma (original) da rebeldia do autor. Trata-se quase sempre (a exceção é uma tirinha) de primeiros versos dos cancioneiros da indústria cultural que foram responsáveis pelo primeiro afunilamento, pelos primeiros nomes relacionados ao que parecia estar errado, invertido, no mundo. Se é impróprio, citar *Rock and Roll* e Samba e trazer um cartoon em uma tese de doutorado que almeja um título uspiano – e de Economia! – que o fora de lugar force seu lugar!

Mas, o mais importante é dizer: Isto não está terminado! O que quer que isto seja...

Em termos mais acadêmicos, a certeza da necessidade de formular ferramentas teóricas para conseguir avaliar os dados concretos da realidade surgiu no final da graduação. No primeiro semestre de 2010, quando tentei fazer uma avaliação das legislações a respeito da privatização das atividades do Estado via Organizações Sociais, do ex-ministro Bresser Pereira, notei que não possuía ferramentas para rigorosamente avaliar a enorme quantidade de discursos e análises sobre a questão. Tudo que dizia ou interpretava me parecia nada mais do que mera opinião – algo que certamente não poderia ser tolerado.

Incomodado com isso, fui consultar os manuscritos de 1843 de Karl Marx acerca da crítica à Filosofia do Direito de Hegel (bem como o texto hegeliano criticado por Marx) e as formulações de ambos sobre o conceito de sociedade civil-burguesa. Na apresentação desses rascunhos de Marx, é referenciado o prefácio da *Crítica da Economia Política*, no qual Marx trata de dificuldades que teve nesse período dos manuscritos de 1843 e confessa “que os estudos que eu havia feito até então não me permitiam arriscar um juízo a respeito da natureza das tendências francesas.” Após isso, Marx é retirado da Gazeta Renana e decide aproveitar essa ocasião para “deixar a cena pública e me recolher ao meu gabinete de estudos” (MARX, 2008, p. 46). Pretensiosamente inspirado por Marx, decidi que seria o caso de percorrer o caminho dos estudos, formulações teóricas e meta-teóricas antes de me aventurar na análise do empírico. Esta tese é o resultado disso, contém a primeira versão de formulações construídas para tentar analisar questões mais empíricas e os dois primeiros testes de tais formulações. O caminho comparativo Marx-Hegel manteve seu rumo inicial e, ainda que inspirado por um campo mais amplo do que originalmente meu dogmatismo marxista permitia, segue mantendo o mesmo rumo.

Burilar a dor, sentir e res senti-la, transformar os ensaios em algo que se apresente para além da defesa. Que haja algo de in(de)terminado com relação a esta tese, hoje é algo que traz alento com relação aos sentidos deste objeto – ao exato contrário da angústia que isso provocou ao longo dos 37-42 semanas/meses dessa gestação. Pois, caso terminado isto estivesse, teriam cessado de existir: toda a razão para chegar até aqui, para abandonar as pretensões estéticas e para aprender o ofício da academia, da leitura investigativa e da escrita compreensível. Pois não haveria nada a fazer após a missão plenamente concluída. Assim, isto não é uma tese, é o álbum que eu nunca compus e é ponto final de um romance de formação pessoal e, como todo ponto final...

Dos prefácios e conclusões – apresentação da tese

É bastante conhecido o prefácio à *Fenomenologia do Espírito*, em que Georg W. F. Hegel critica a própria forma prefácio e a obsessão, do ponto de vista do que ele chama de “entendimento”,¹ com as conclusões de um texto, como se fossem sua parte mais importante. Esta obsessão pode ser compreendida como uma manifestação daquilo que, de acordo com Theodor W. Adorno², põe a *identidade abstrata* da racionalidade convencional, como *forma absoluta da ideologia*. Tal forma, ainda com Adorno, é paranoica em sua busca por definições unívocas e determinantes, definições inequívocas sobre como devemos compreender e nos relacionar com tudo o que circula na realidade social, além de ser representante, no campo da lógica e do pensamento (do *logos*, de modo geral), do *fetichismo da mercadoria*, segundo as *formas sociais* que serão desenvolvidas nesta tese. Assim, da argumentação e do desenvolvimento científico sobre as coisas, relações e movimentos que *existem*, a identidade abstrata, ou a *forma social* do “discurso do entendimento”, se interessa somente pelos resultados.

O princípio da parcimônia, caro ao *mainstream* da ciência econômica positiva, diminui progressivamente o número de páginas dos artigos em seus periódicos. Substancialmente, reduz-se também o número de palavras, sendo preferido o uso de expressões matemáticas, estatísticas, econométricas ou de gráficos. Acredita-se, no *mainstream*, que tal caminho da parcimônia permita decidir – com o menor número de mediações possível e, supostamente, de modo inequívoco – se a conclusão de um autor sobre suas hipóteses iniciais está correta ou não. Possivelmente, isso é uma consequência também do projeto fregeano da formalização matemática da lógica clássica, bem como do mesmo princípio da *identidade abstrata*.

O obscuro, o negativo e o velado que resistem no objeto seguem escondidos de uma ciência determinada em esclarecer o que é claro e tratar como erro os movimentos contraditórios da realidade, que não podem ser descritos no *Quod Erat Demonstrandum* (Como Queríamos Demonstrar – C.Q.D.). As demonstrações matemáticas, que ainda exigem o

¹ Hegel vai denominar de “entendimento” a ciência usual, em geral assentada na lógica formal. Voltaremos ao tema.

² “Identidade é a forma originária da ideologia. Goza-se dela como adequação à coisa aí reprimida; a adequação sempre foi também submissão às metas de dominação, e, nessa medida, sua própria contradição” (ADORNO, 2010, p. 129). Sobre, especificamente, a identidade abstrata (ADORNO, 2010, p. 233-234)

princípio da não-contradição e do terceiro excluído, pirogravam no objeto um predicado que não dá conta de sua totalidade.

Logo, todo o processo de desenvolvimento das *formas do movimento*, *imanentes* ao objeto investigado, é ofuscado no resultado de uma demonstração que perde de vista seu processo e rejeita a linguagem não-matemática, por seu caráter de equivocidade. Este último, não percebido como uma característica da própria complexidade do real, é paranoicamente perseguido e atacado em prol de uma noção de “verdade dos fatos”, que se limita a legitimar o que é *momentâneo* e parcial em cada objeto e é circunscrito àquela única coisa que pode ser atribuída em uma predicação simples ou identidade abstrata.

Em *negação absoluta* (a forma da negação compreendida pela *Aufhebung*, a superação dialética) a essa forma de fazer ciência é que esta tese busca se colocar. Nosso intuito aqui é resgatar e restaurar algo como um princípio imanente de aproximação e entendimento dos objetos da ciência. Faremos nossa tentativa a partir do uso que Karl Marx faz, em *O Capital* (doravante também OC), de meios de compreender seus objetos que parecem se conectar com desenvolvimentos explícitos da dialética na *Ciência da Lógica* (doravante também CL) de G. W. F. Hegel, entendida esta última como um discurso capaz de organizar a contradição. Os dois primeiros ensaios tentarão levar a cabo essa tarefa, o primeiro mostrando a fratura metodológica aqui enunciada no interior do próprio debate marxista, e o segundo buscando dar conta dessa fratura com a definição de *forma social* tal como aparece em Marx, a qual, segundo nossa visão, é bem sucedida, desde que corretamente lida, precisamente por manter a contradição entre seus polos. Na sequência, nos ensaios 3 e 4 tentaremos observar a adequação de tais princípios de aproximação à análise dos objetos da Economia Política do capitalismo recente.

O processo, os modos, a linguagem utilizada e até mesmo a organização do texto – na ordem e conteúdo dos ensaios, suas seções e subseções, em especial nos dois primeiros – não são escolhidos arbitrariamente ou por mero formalismo. A reprodução dos movimentos internos ao fazer científico, que buscamos refletir nesta tese, está integralmente implicada em cada parcela de seu todo.

Sobre o uso dos termos em alemão

Daqui em diante, chamaremos de *dialéticas da imanência* o conjunto das dialéticas que, desde Hegel, se esforçam para manter o foco de suas análises no objeto analisado e não em elementos transcendentais que se creiam capazes de explicar externamente o objeto. Nesse escopo, Hegel, Marx, Lukács e Adorno são os principais autores mobilizados neste e no próximo ensaios. Os termos em alemão das dialéticas da imanência, como *Aufhebung*, *Wessen*, *Das Moment*, *Grund*, *Grundlage*, *Erinnerung*, *Umschlagen* e *Übergehen* possuem diversas traduções. Em geral, tais traduções ressaltam ou um ou outro sentido da palavra original em alemão, razão pela qual cabem alguns esclarecimentos sobre a forma como eles serão aqui utilizados.

Os termos *Das Moment*, *Wessen*, *Grund*, *Grundlage*, *Umschlagen* e *Übergehen* vão apresentar, cada um deles, somente uma tradução, a saber: momento, essência, fundamento, base, intersetividade e “o passar”, respectivamente. Tais traduções foram escolhidas tomando-se por base a tradução mais recente da Ciência da Lógica para o português (HEGEL, 2017).

O termo *Aufhebung* merece uma consideração à parte. Ele possui o sentido de superação e elevação, mas também o de suspensão (ou exclusão) e ainda o de manutenção. Desde a tradução da *Fenomenologia do Espírito* para o português (HEGEL, 1992), a palavra tem sido traduzida por *suprassunção*, na tentativa de incorporar todos os múltiplos sentidos do termo original. Todavia, tal tradução não é consensual, por perder de vista o fato de que a palavra alemã possui também certa carga do vernáculo de uso corrente, o que não se verifica com *suprassunção*, termo muito pouco intuitivo. Sendo assim, quando o objetivo do texto for o de reforçar um determinado sentido dentre os múltiplos que o termo apresenta, a palavra adequada será utilizada, inserindo-se *Aufhebung* entre parênteses. Quando for o caso de demarcar a totalidade dos *momentos* desse termo, será utilizada a palavra *suprassunção*.

Um par de manejo bastante complicado é o par *Schein-Erscheinung*. O primeiro trata da aparência imediata do ser, a aparência sem a essência do ser que, ao aparecer dentro de si mesmo, constitui o primeiro *momento* da essência. *Erscheinung*, por sua vez, trata do aparecimento da essência, já mediada pelas *essencialidades*³ – fundamento, condição, matéria, conteúdo, existência e, sobretudo, pela *forma*. De modo geral, ao longo do texto utilizamos aparência para *Schein* e aparecimento para *Erscheinung* – como vem sendo feito desde a tradução da CL em excertos por Marco Aurélio Werle.⁴ No entanto, por razões de fluência

³ Mais à frente, na seção 4 do ensaio 2, o termo *essencialidades* será apresentado com a devida precisão.

⁴ Trata-se de publicação da Editora Barcarola de trechos da CL, que veio a público em 2011. A edição da Ciência da Lógica utilizada neste ensaio é da Editora Vozes, de 2016 (Doutrina do Ser) e 2017 (Doutrina da Essência),

textual, por vezes optamos por traduzir *Erscheinung* como aparência, mas incluindo entre parênteses o termo original.

Para os demais termos, constam, em geral, notas de rodapé com explicações do sentido de seu uso, sendo seguido, no resto do ensaio, pelo uso da palavra traduzida em itálico, com ou sem o termo original entre parênteses. O intuito dessa notação é diferenciar quando se trata de termos da dialética, ou de simples palavras de uso corrente. No caso de termos, como *Form* (forma), que não parecem ensejar grandes problemas de tradução, simplesmente utiliza-se, sempre que houver a possibilidade de dúvida sobre se o uso da palavra é conceitual ou corrente, o termo grafado em itálico para demarcar seu uso teórico, sem grandes considerações sobre o idioma de origem. Por fim, a palavra no original será sempre apontada em sua forma mais recorrente, sem flexionar o termo.

Sobre a notação formal

Sempre que houver, nas citações de texto de outros autores ao longo de cada ensaio, inserções minhas, elas estarão entre colchetes. Se houver colchetes no texto original eles serão substituídos por chaves.

traduzidas por Christian G. Iber, Marloren L. Miranda e Frederico Orsini. Para a Doutrina do Conceito, utilizou-se a edição em inglês, da Cambridge University Press de 2015, traduzida por George Di Giovanni.

ENSAIO 1

O IMEDIATO DA CONCILIAÇÃO NEGATIVA: das polarizações teóricas em torno da relação entre Marx e a Dialética

Introdução

A discussão do campo marxista sobre a relação entre unidade e multiplicidade, lógica dialética e lógica do capital, método e método da Economia Política e desses com a luta de classes aparece (*Erscheinung*) como uma “enorme coleção de artigos, livros e capítulos de livros”, e cada texto individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise do debate acadêmico.

Tal paráfrase da abertura de *O Capital* busca elucidar o objeto deste ensaio, a razão pela qual ele abre a tese como um todo, bem como a razão subjacente à sua estrutura. Poderia ser objetado que a forma deste ensaio se assemelha mais ao “modo de investigação” que ao “modo de exposição” marxista. Todavia, como se trata de uma exposição sobre o modo de investigação dos objetos orientada à conciliação entre “o uno e o múltiplo”,⁵ tal semelhança não é casual.

A ordem por meio da qual as escolas e os autores tratados aparecem no texto visa pôr em marcha o que vamos chamar de *regresso ao fundamento* (*in seinen Grund zurückgehen*), vale dizer, o *aprofundamento* (*Zu Grund Gehen*) da imediatidade das diversas interpretações. Tal ordenamento é movido pelo *pathos*, pela *angústia* de que as nossas certezas dogmáticas, imbuídas do princípio mais *abstrato* da *identidade*, precisam ***abismar-se e desmoronar*** (*zugrunde gehen*) **para dar lugar a um entendimento complexo e radical** daquilo que há. A ordem do texto carrega a pretensão de *interverter* (*umschlagen*) as visões parcelares dos diferentes pensamentos em uma conciliação negativa que nos leve ao contato mais próximo possível com a dignidade da *Coisa*, do objeto de nossa ciência – a Economia Política.⁶

⁵ Mais adiante esses termos serão melhor esclarecidos.

⁶ Essa sequência de termos em alemão é uma apropriação de um jogo de palavras que Hegel faz com fundamento, na CL. *Grund* é fundamento, mas é chão, *zu Grund gehen* é aprofundar, *zugrunde gehen* é perecer, desmoronar, abismar-se e *in seinen Grund zurückgehen* é retornar ao próprio fundamento. Para Hegel só é possível o aprofundamento a partir do perecimento das ilusões da identidade, das certezas dogmáticas e do comportamento inflexível diante do objeto. Sobre isso, cabe conferir a nota de tradução da primeira ocorrência do termo na

Grund, que em alemão pode significar fundamento, chão, terra (renda da terra é *Grundrente*) também significa razão. O Hegel que advogamos aqui é um Hegel para quem a razão é a razão das coisas que existem sobre a terra; para quem o *fundamental* é a organização, a organicidade da própria *Coisa*. No caso, a *Coisa* de Hegel, bem como a de Marx, é **social** e envolve, portanto, os mesmos seres humanos que pensam sobre ela. Dizer que o nosso objeto é a razão refletindo sobre si mesma não é, pois, dizer de uma Razão como entidade metafísica que, como um deus, reflete sobre a pequenez dos humanos da criação, inertes em seu interior.

Na Economia Política, essa razão envolve a relação reflexiva constante entre sujeitos e objetos; entre capital e trabalho; entre trabalhador e produto do trabalho, que se torna parte do capital que o domina e explora. Buscar a razão absoluta é buscar reconstruir os movimentos reais dos objetos e expô-los no nível do discurso intelectual e científico, para dotar-nos (sujeitos da história) de ferramentas para implementar, na realidade do fundamento das relações de classe, o mesmo desmoronamento radical que hoje tentamos empreender nas ciências críticas e na filosofia.

Por isso, o nosso método é necessariamente uma ontologia sem um *ser* (no sentido de um ser puro, sem ente), é uma ontologia das próprias coisas em seus movimentos concretos no mundo, uma ontologia da essência (*Wesen*), do fundamento-chão (*Grund*) de uma realidade que demanda, radicalmente, a reconciliação dos sujeitos com os objetos. Reconciliação que, agora, fala não só sobre o sujeito-objeto da ciência, mas sobre o sujeito-objeto do capital-trabalho. Essa identidade método-ontologia, uma das formas de definir a dialética, é necessariamente não-idêntica, uma forma dessa reconciliação que não reconcilia completa e abstratamente.

É, portanto, a busca de uma síntese que não reconcilia, de uma reconciliação que não apazigua, mas que se move em direção à busca pelo novo radical. É arcar com o sacrifício decretado por Adorno (2010, p. 13-14): “Quem se submete à disciplina dialética, tem de pagar sem qualquer questionamento um amargo sacrifício em termos da multiplicidade qualitativa da experiência. [...] O que há de doloroso na dialética é a dor em relação a esse mundo, elevada ao âmbito do conceito.”

Os polos que estão envolvidos nessa síntese que não reconcilia aparecem de variados modos: universalidade e particularidade, necessidade e contingência, leis de tendência e

Doutrina da Essência (HEGEL, 2017, p. 81), bem como a produção de Vladimir Safatle (2016, p. 25), que também usualmente aponta para essa questão.

contratendência, lógica e movimentos sócio-históricos, para citar alguns. Daqui em diante esses polos serão denominados em conjunto como elementos do *uno* e elementos do *múltiplo*, respectivamente.

Mas esta investigação não é sobre a forma geral da epistemologia, ainda que lhe seja transversal. Como já adiantado, trata-se neste ensaio de como esses debates se organizam no campo da *Economia Política* marxista e de como pensamos ser possível conciliar seus polos, utilizando para isso a dialética das *formas sociais*, que será desenvolvida explicitamente, no próximo ensaio. No âmbito da *Economia Política*, o capital em geral, as leis de tendência, o capital como sujeito automático, a valorização do valor e as leis gerais da acumulação capitalista podem ser compreendidos como elementos do uno. Similarmente, os capitais individuais em concorrência, as contratendências e as lutas de classes, com suas frações e disputas, habitam prioritariamente o polo do múltiplo e do diverso.

De uma forma geral e pouco determinada do aparecimento dessas tensões uno-múltiplo no interior do marxismo, o texto segue em direção às formas mais determinadas. Assim, uma breve apresentação histórica e mais panorâmica sobre os caminhos de tais tensões (seção 1) antecede a mais primitiva de suas formas contemporâneas e que aparece no debate entre marxismo ocidental e marxismo “genuíno” (seção 2). Utilizamos aqui o termo “genuíno” à falta de um melhor. Como veremos na próxima seção, a divisão em questão, estabelecida principalmente por Anderson (1976), contrapõe aos primeiros marxistas (Lenin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Hilferding) aqueles posteriores e mais afastados das lutas políticas, os quais tenderiam a buscar as raízes do pensamento de Marx nos filósofos que o antecederam (Kant e Hegel). Anda que a classificação desses autores originais possa ter pontos de contato com o marxismo oficial que se estabeleceu na finada URSS, ela não se reduz a isso, de modo que o adjetivo “oficial” não parece adequado, já que Anderson não está falando das cartilhas produzidas pelo socialismo soviético. Poderíamos eventualmente ter utilizado “original”, mas desta feita o termo não se adequaria a autores mais contemporâneos, continuadores dessa tradição, grupo no qual o próprio Anderson vai se incluir. O termo “genuíno”, pareceu-nos, por isso, o menos complicado para designar o grupo de autores que Anderson contrapõe ao *marxismo ocidental*.

Na seção 3 adentramos especificamente uma parcela mais recente dos embates teóricos sobre a relação Marx-Hegel, expressa especificamente no debate sobre a relação entre a *Ciência da Lógica* e *O Capital*. Assim, trabalhos com esquemas mais próximos da identidade pura e abstrata entre OC e CL iniciam a análise e, na sequência do texto, *regressam* na direção de

análises que condensem *identidades e não-identidades* como modos de *reflexão* entre as duas obras centrais. O objetivo desse movimento é nos aproximarmos, gradualmente, do simples ao complexo, da *essência* da relação CL-OC, *interiorizada* na dialética como totalidade de uma relação entre ciência e objetividade. Assim, o debate sobre o *em geral* do capital, nos *Grundrisse*⁷ e a forma do *capital social total* (seção 4) sucede o debate sobre a relação CL-OC, por ser considerado aqui uma de suas *formas de aparecimento* (*Erscheinungsform*) mais determinadas – juntamente com outras, como a dos debates sobre a tendência decrescente da taxa de lucro, ainda mais específica e determinada (e objeto, esta última, do ensaio 3 desta tese).

Resumidamente, o presente ensaio contém, portanto, então 4 seções, além desta introdução. A primeira seção traça as linhas gerais do processo histórico no qual nosso objeto particular se insere. Na segunda seção tem-se a *forma* mais contingente de tal objeto conjuntamente com seus vínculos à política *strictu senso*. A terceira seção trata daquilo que, para nós, constituem as formas iniciais do movimento de retorno a seu fundamento a partir da imediatidade das diversas interpretações em disputa, qual seja a discussão sobre a relação CL-OC. A quarta seção, por fim, vai resgatar o debate sobre os conceitos supostamente excludentes de *capital em geral* e de *capital social total*, que vem a ser o lócus onde tal fundamento reside.

Mas o presente ensaio carrega um problema que não é estranho à dialética, nem aos procedimentos circulares que derivamos de Marx e Hegel: o material teórico do segundo ensaio lhe é pressuposto, ainda que o desenvolvimento categorial que este último encaminha seja posto efetivamente pela tentativa de dar conta das discussões dispostas aqui. Destarte, ao longo deste texto aparecem algumas terminologias e conclusões, que só estão de fato postas no segundo ensaio. Em tal caso, um entendimento mais superficial das categorias em jogo será colocado como um *momento*⁸ do movimento conceitual do todo do ensaio (e da tese). Nesses casos, uma nota de rodapé trará a referência para o local, no segundo ensaio, no qual o desenvolvimento estará mais completo.

Para finalizar esta introdução, cabe ainda lembrar que a cisão uno/múltiplo tem uma versão original no campo do marxismo dada por Friedrich Engels (2008). Em seus *Comentários à Contribuição à Crítica da Economia Política*, Engels aponta a dificuldade de conceber um

⁷ Um volumoso manuscrito de Marx, considerado o rascunho de *O Capital*, e editado pela primeira vez apenas em 1941 pelo Instituto Marx Engels de Moscou.

⁸ A palavra momento possui no alemão dois sentidos centrais. Quando no masculino, *der Moment*, o termo assume o significado corrente de tempo. Para esse sentido, Hegel geralmente utiliza *Augenblick* (piscada de olhos) ou *das Jetzt* (o agora), não *der Moment*. Momento, no uso hegeliano é *das Moment*, no gênero neutro e caracteriza “a concatenação e inseparabilidade recíproca das partes de um todo ou totalidade” (INWOOD, 1997, p. 309).

método científico e a relação tensa que existe entre determinações *históricas* e determinações *lógicas*.

Nesse texto, publicado originalmente em 1859, Engels argumenta que uma das principais dificuldades da ciência era encontrar um modo de aproximação e de exposição da realidade que coordenasse a apresentação *una* da lógica com a múltipla e contingente da história, perpassada por “casualidades perturbadoras” (ENGELS, 2008, p. 283). O método positivo, segundo ele, seria metafísico e perderia o movimento e as contradições do objeto. Uma exposição puramente histórica, por outro lado, falharia em estabelecer a relação entre os eventos. As oposições exteriores entre tais termos deveriam ser, portanto, *internalizadas* contraditoriamente em uma unidade da diversidade.

Elaborar essa internalização negativa é um dos objetivos do conjunto de ensaios que compõe esta tese, em particular deste primeiro. Partindo da noção de que compreender a unidade na diversidade e na contradição é uma das tarefas centrais da dialética, ela parece se colocar como espaço intelectual privilegiado para a unidade política das esquerdas anticapitalistas. Com efeito, o julgamento de Theodor Adorno permanece atual e a “filosofia [dialética], que um dia pareceu ultrapassada, mantém-se viva porque perdeu-se o instante de sua realização” (ADORNO, 2010, p. 11). A realização da filosofia dialética é, para nós, aquela práxis social transformadora que efetiva no concreto o desmoronamento (*zugrunde gehen*) anunciado conceitualmente no começo desta introdução

Se concordarmos que as armas da crítica são um elemento caro à luta de classes, é parte das tarefas dos intelectuais críticos levar essa necessidade de unificação para o terreno dos debates teóricos. A disputa entre projetos alternativos de sociedade se relaciona com a disputa por teorias críticas sobre a sociedade capitalista. Tendo em vista o papel histórico de longa data que o marxismo cumpre no debate intelectual das esquerdas anticapitalistas, resgatar a *Economia Política* e a *Dialética Materialista* é pertinente a essa tarefa histórica. Do ponto de vista metodológico, manifesta-se a necessidade de uma retomada da discussão da dialética enquanto método e estrutura ontológica da realidade capitalista. É essa a tarefa para a qual pensamos contribuir com este ensaio e com esta tese.

Visto que o objetivo é pensar como unificar divergências, oposições e contradições, a dialética é a disciplina do pensamento que maior probabilidade parece ter de ser bem sucedida. Recuperar o debate sobre o que é e como se pensa dialeticamente pode auxiliar tanto na conciliação de debates entre autores marxistas quanto destes com os demais teóricos críticos da sociedade. Trata-se da aposta na construção de uma perspectiva de dialética focada em

organizar a contradição no interior desses debates, entendendo que eles refletem contradições objetivas da própria sociedade.

1. Cenário Geral da Processualidade da Questão Lógica-Sociológica: universalidade e particularidade, necessidade e contingência

Buscando ilustrar e dar contorno à contenda entre os polos do uno e do múltiplo, tais como estabelecidos anteriormente, esta seção inicial faz uma exposição cronologicamente orientada de disputas efetivamente ocorridas, as quais implicaram e têm implicado diferentes perspectivas críticas de compreensão da sociedade capitalista. Serão descritas muito brevemente desde contendas mais antigas, como a que envolveu a expulsão de Karl Korsch do Partido Comunista Alemão, até algumas mais recentes, como aquela que vem se construindo em torno da famosa tendência decrescente da taxa de lucro (que será objeto de discussão mais aprofundada no terceiro ensaio desta tese). A presente exposição, cabe ressaltar, não possui a pretensão de esgotar as distintas aparições desses conflitos. Trata apenas de um recorte selecionado deles, ilustrativo a nosso ver, da questão central aqui colocada.

Uma observação preliminar que se faz necessária é que, no esforço de fornecer uma análise dos debates entre marxistas, determinando o lugar dos grupos na avaliação de suas posições rivais, deixa-se de lado o fato de os pesquisadores (e os marxistas aqui referenciados não são exceção) poderem debater entre si por motivos distintos, o que não os impede de divergir em certos aspectos e convergir em outros que nos sejam importantes para as clivagens aqui efetuadas. Edward Thompson (1981), por exemplo, dedicou um volume inteiro à rejeição quase integral do pensamento de Althusser e seu estruturalismo e ainda assim, no mesmo livro, colocou-se (sem o assumir diretamente) ao lado de Althusser com relação a seu anti-hegelianismo explícito.⁹ Assim sendo, ao colocar os autores em oposição a respeito de determinados tópicos, não se tem aqui a pretensão de delimitar os lados do debate marxista como um todo, muito menos de decretar a proeminência de certas visões em relação a outras.

⁹ “... sou da opinião de que o entendimento da dialética só pode avançar se for feito um embargo absoluto à menção do nome de Hegel.” (Thompson, 1981, p. 127)

Nosso objetivo não é alimentar sectarismos, e sim, como já mencionado, viabilizar a oferta de ferramentas de síntese.

Uma segunda observação, também preliminar, é que não são inteiramente intercambiáveis os elementos do uno entre si e tampouco os do múltiplo. Universalidade e necessidade, ou particularidade e contingência não são exatamente equivalentes, sendo possível, por exemplo, uma análise de viés universalista que tenda para o privilégio das questões contingentes. Todavia, todos esses pares são interiorizados (*Erinnerung*) em sua unidade dialética por meio do conceito de *forma social*, a ser trabalhado no segundo ensaio desta tese.

A expulsão de Karl Korsch do Partido Comunista Alemão há quase um século (1926) parece-nos um marco do surgimento efetivo da contenda aqui discutida. Além de críticas explícitas a Lênin e ao *Kommintern*, o referido filósofo e pensador marxista teve sua expulsão atribuída a um suposto viés revisionista, por ter ido buscar as origens do pensamento de Karl Marx nas filosofias de Hegel e Kant. A disputa entre os chamados marxistas ocidentais, que buscaram uma associação mais estreita entre o marxismo e a filosofia, e os marxistas que centralizaram a ação política direta pode ser entendida como um primeiro *momento* da divisão entre a prioridade do universal (na filosofia) e as lutas concretas e particulares.

Korsch, criticado e expulso da Internacional Comunista e do Partido Comunista Alemão, produziu a sua anticrítica em 1930 (KORSCH, 1977). No texto, o autor cunha pela primeira vez o termo *marxismo ocidental* para referir-se a si próprio, György Lukács e "outros comunistas ocidentais" (que não nomeia explicitamente). Algumas décadas mais tarde, Perry Anderson irá estender tal termo para todos os marxistas que, em sua visão, estão dissociados dos problemas reais da política socialista e debruçados sobre a filosofia.¹⁰ O desenvolvimento mais pormenorizado desta discussão será feito na próxima seção. Tentar-se-á aí demonstrar que as disputas entre o marxismo ocidental e o marxismo que chamamos aqui de "genuíno" parecem delinear, como já dito, a primeira versão da oposição entre teorias que privilegiam aspectos universais e teorias que colocam sua ênfase em questões particulares da sociedade. (MUSSE, 2012)

¹⁰ O conhecido Livro de Perry Anderson *Considerations on Western Marxism* é de 1976, tendo sido publicado pela primeira vez no Brasil em 1984, pela Editora Brasiliense. Existe uma edição mais recente do texto, em conjunto com *Nas trilhas do Materialismo Histórico*, produzida pela Boitempo (2004).

No âmbito do próprio marxismo ocidental destaca-se o debate entre György Lukács e Theodor Adorno. Apesar de serem pensadores que podem ser considerados como estando “do mesmo lado do debate” (o marxismo ocidental), eles apresentam diferenças fundamentais entre si que são de interesse direto das questões discutidas nesta tese. O pensador húngaro fora uma das influências fundamentais da primeira fase da *Escola de Frankfurt*. Contudo, o Lukács do final dos anos 1960, o Lukács da *Ontologia do Ser Social*, além de possuidor de uma relação bastante conturbada como o Comitê Central Soviético,¹¹ já realizara robusta autocrítica de parte de suas obras de juventude, como *História e Consciência de Classe*. Aquilo que os aproximou inicialmente, acabou por constituir um dos elementos de seu mútuo afastamento. Na seção 6 do próximo ensaio, de modo a pôr em funcionamento as categorias de análise que já terão sido então desenvolvidas, em particular o conceito de *forma social*, esse importante debate entre Adorno e Lukács será retomado.

Cabe agora mencionar não um pensador, mas um personagem político que acabou por exercer grande influência nos caminhos assumidos pelas lutas anticapitalistas no mundo, os quais têm relação direta com a questão central aqui em análise. O impacto que o “discurso secreto” de Nikita Khrushchev no vigésimo congresso do Comitê Central Soviético teve sobre os teóricos, artistas e políticos ligados às perspectivas socialistas ou emancipatórias é indiscutível. Paralelamente, a invasão, também em 1956, da Hungria pelas tropas soviéticas produziu uma repulsa generalizada ao dogmatismo, ao autoritarismo e ao culto à personalidade predominantes na União Soviética. Desenhava-se assim, em associação a outros eventos, uma série de vínculos causais que culminariam na ampla descrença no ideário comunista ou socialista, de modo que as ideias de emancipação plena do gênero humano passaram por intensos questionamentos, culminando com as consolidações da “nova esquerda” e do pensamento pós-moderno.¹²

Os trabalhos e o pensamento dos intelectuais, ativistas e artistas ressoam dentro das atuações dos movimentos sociais e partidos de esquerda. A emergência de um anticomunismo de esquerda e a rejeição de revoluções socialistas podem ser conectadas com os eventos engatilhados em 1956, e prosseguem com a apropriação, pelas ideologias burguesas, da vinculação entre autoritarismo e socialismo, por meio da exposição e divulgação dos excessos do período stalinista na URSS.

¹¹ Sobre a relação entre Lukács e a URSS, sobretudo com relação à figura de Stalin: (LÖWY, 1975).

¹² Para embasar tal análise podem ser consultados os seguintes trabalhos: (BRAUNGART e BRAUNGART, 1990; DEERY e CALKIN, 2008; JENSON e ROSS, 1987 e SAVILLE, 1976).

Medo e rejeição de pensamentos e lutas calcadas sobre a universalidade da emancipação humana, da revolução e do socialismo marcam esse momento, além do repúdio a partidos manifestamente comunistas ou socialistas, como pode ser observado no caso do Partido Comunista Francês (JENSON e ROSS, 1987). Como consequência, instaura-se um abismo dentro da esquerda entre de um lado, comunistas/socialistas e, de outro, pós-modernistas/estruturalistas e movimentos ligados à lutas particulares.

A cisão entre políticas, teorias e manifestações artísticas de viés universal e aquelas de enfoque particularista ganhou, assim, uma forma explícita. Além disso, foi patente a vitória, por décadas, de posicionamentos anti-universalistas. Nesse contexto, o próprio materialismo histórico e a teoria marxiana enquanto tal foram, por exemplo, questionados por ninguém menos que Jürgen Habermas,¹³ o nome talvez mais influente da segunda geração dos teóricos de Frankfurt. Apesar de ser, a nosso ver um dos desdobramentos históricos mais fortes da questão em tela, o conjunto desse movimento, por razões de escopo e espaço, não será aqui objeto de maiores desenvolvimentos, os quais deverão concentrar-se nas disputas no interior do marxismo.

Tendo apresentado uma descrição histórica dentro do marxismo e deste com outras teorias sociais críticas e suas relações com a política, é possível mencionar agora um dos objetos mais importantes da discussão sobre a centralidade dos elementos mais gerais/lógicos ou daqueles particulares/histórico-sociológicos: a relação entre Marx e Hegel, mais propriamente, a relação entre a *Ciência da Lógica* de Hegel (CL) e *O Capital* de Marx (OC).

Cabe inicialmente observar que as diferentes leituras de OC condicionam e limitam as possibilidades de seu relacionamento com a CL. Uma leitura focada quase que exclusivamente nos determinantes sociológicos estritos da luta de classes dificilmente irá assentir de bom grado com a aproximação entre CL e OC, por exemplo. Na mão contrária, não é por acaso, que um pensador como Robert Kurz,¹⁴ fala explicitamente na existência de dois Marx, um *sociológico* (o da luta de classes) e outro do *fetichismo da mercadoria*, optando claramente pelo último.

De qualquer forma, cabe lembrar que é nas definições que o próprio Marx cunha sobre o capital no capítulo quarto do Livro I, que encontram-se as determinações centrais das divergências existentes entre as leituras de OC. Por um lado, o capital é um movimento, valor

¹³ Como se sabe, com sua *Teoria do Agir Comunicativo*, publicada no início dos anos 1980, Habermas procurou contestar o materialismo histórico de Marx por seu suposto reducionismo (HABERMAS, 1984). Para uma crítica bem articulada à posição habermasiana do ponto de vista materialista, veja-se HADDAD, 2004.

¹⁴ Refiro-me ao conhecido Livro de Kurz, *O Colapso da Modernização* (1992).

que se valoriza (que depois se mostrará como sujeito automático). Por outro, ele é produto da exploração do mais-valor da mercadoria força de trabalho, em suma, uma relação social, fruto da relação de classes vigente no modo de produção capitalista. Ambas as definições são verdadeiras e nossa percepção é que somente com a manutenção da tensão existente entre elas é que é possível dar conta da visão completa de Marx sobre o capital.

Na seção 3, à frente, centrada justamente na discussão sobre a relação entre OC e a CL, a conhecida “inversão” do idealismo de Hegel, que teria sido operada por Marx será também diretamente tematizada, dando conta de um de seus aspectos mais importantes: a inversão entre o que está escondido e o que está imediatamente aparente. Para Hegel, a multiplicidade aparentemente contingente das ações concretas no mundo é aquilo que esconde a verdade da ideia absoluta, da unidade e da identidade. Para Marx, o fetichismo é responsável pela mistificação, sob a aparente unidade natural da mercadoria, das relações sociais concretas em sua multiplicidade (relações de classes).

Nessa chave, e adiantando um pouco a análise, podemos observar que, colocando em evidência o condensado de relações sociais e de classes como definição do capital, poderíamos ter uma leitura que Ruy Fausto (1987), um dos principais teóricos brasileiros a tematizar a relação entre a dialética hegeliana e OC, chamou de *convencionalista*. Nessa leitura, as convenções, acordos e ações sociais concretas assumem, na sua imediatidade, a tônica do discurso, como se a mediação necessariamente existente entre esses elementos pelas formas mercantis (mercadoria, dinheiro, capital) tivesse menos importância. Dessa interpretação é possível extrair teorias da contingência pura – a exemplo de algumas críticas pós-estruturalistas do universal e da identidade, cf. (DELEUZE, 1993) – mas também teorias de uma espécie de “necessidade empírica”, de um estruturalismo sem sujeito.

No sentido inverso, o contingente tende a ser visto, por pensadores de extração hegeliana, como aquilo que embaça a percepção da unidade e identidade lógica do *conceito*, vistos estes últimos, como os elementos verdadeiramente determinantes. Entretanto, tanto para Marx quanto para Hegel, unidade e diversidade, necessidade e contingência, compõem uma totalidade dialética que não se apaga. A tensão entre os polos da contradição se mantém e ambos os elementos são absolutamente necessários na compreensão do todo. Pode-se mesmo dizer que obscurecer a unidade ou a diferença é, para ambos, um erro teórico. Ainda assim, a prioridade analítica de um ou outro polo persiste, tanto pelas diferenças entre os objetos em análise, quanto pelos objetivos políticos que, mais ou menos explicitamente, estão sempre presentes nas peças teóricas.

Todavia, mais do que defender a supremacia de uma ou outra teoria na análise da relação entre CL e OC, cabe-nos aqui evidenciar o fato de que elementos como posição orgânica de classe, formação, objetivo político-pessoal e objeto analisado são determinidades que compõem a avaliação teórica dessa relação para cada autor ou grupo. A forma específica de analisar essa relação, defendida no presente ensaio e desenvolvida mais adiante, tem como objetivo conciliar diferentes perspectivas de crítica ao capitalismo. Daí a decisão de focar no elemento de tensão que persiste nos polos da contradição, e não em um ou outro polo isoladamente.

Cabe ainda observar que a cisão de referenciais entre universal e particular, necessidade e contingência se evidencia também na discussão em torno do conceito de *capital em geral* ressaltada por Rosdolsky (2001). Tal conceito é disputado desde 1989, com repercussões, por exemplo, no debate recente sobre a tendência decrescente da taxa de lucro (objeto do terceiro ensaio componente desta tese). Em livro publicado pela primeira vez em 1968, Rosdolsky extrai o conceito de *capital em geral* dos *Grundrisse* (Marx, 2011) e resalta sua importância para a compreensão d'*O Capital*. Michael Heinrich (1989) foi o primeiro a criticar essa leitura com base nos manuscritos de Marx (1861-1863), segundo os quais o autor teria abandonado essa conceituação inicial, substituindo-a pela de *capital social total*. Esse debate pode ser avaliado como um desdobramento da distinção entre as duas definições de capital apresentadas por Marx e desenvolvidas adiante, na seção 4 deste ensaio.

A relação uno-múltiplo também aparece em um dos mais longos e persistentes debates no campo marxista: a lei tendencial da queda na taxa de Lucro. Segundo Augusto (2005) o primeiro autor a critica tal lei foi Benedetto Croce em 1914 e, desde então, tal debate passou por diversas fases em cada momento históricos específico do capitalismo e de suas estratégias de lucratividade. Para as finalidades desta pesquisa, duas frações específicas deste debate nos interessam especialmente: 1) a relação entre financeirização e queda na taxa de lucro e 2) o debate, também levantado por Michael Heinrich (2013a, 2013b) a partir das novas compilações de rascunhos de Karl Marx empreendida pela MEGA 2. Ambos estão inseridos em uma fração do debate que relaciona tendência e contratendência à queda na taxa de lucro. Como será desenvolvido no ensaio 3, as contratendências podem ser compreendidas como um elemento necessário à própria unidade lógica do capital, todavia, é na contingência múltipla que ela se manifesta, de acordo com o estado da luta de classes, da ciência, da técnica, da política burguesa, da ideologia etc.

2. Marxismo Ocidental e Marxismo “Genuíno”

Como já adiantado, ainda que dentro de um só debate, o mesmo autor pode apresentar posições diferentes em seus subtemas. Nesse sentido, afirmar que existe no cerne do pensamento marxista uma disputa em torno da prioridade de movimentos do capital concebido enquanto sujeito ou dos movimentos concretos de classes e suas frações, não significa afirmar que essa polarização seja capaz de dar conta de toda a natureza do debate entre marxistas; tampouco que autores situados do mesmo “lado” nessa contenda estejam alinhados sob qualquer outro aspecto.

Perry Anderson (1976) opera uma clivagem entre os autores marxistas tendo como ponto central a relação entre teoria e prática. Para ele, esse ponto traz consequências sobre aspectos daquilo que ele classifica como *marxismo ocidental*, tais como o maior ou menor apelo à filosofia, o maior ou menor afastamento de temáticas como economia e política, bem como a maior ou menor influência sobre esses autores de pensadores externos ao cânone estritamente marxista. Ainda segundo Anderson, a geração de autores anteriores ao marxismo ocidental corporificou uma unidade entre teoria e prática política. Em relação ao contexto dos imediatos sucessores de Marx e Engels, a produção teórica dessa geração se deu em um contexto mais turbulento – de capitalismo mais desenvolvido, já imperialista e monopolista, e com desenvolvimento mais amplo das formas financeiras e especulativas do capital. Rosa Luxemburgo, Vladimir Lenin, León Trotsky e Rudolf Hilferding são seus representantes, na leitura de Anderson. Para ele, essa geração de marxistas retirava sua identidade da relação direta entre luta social e pensamento teórico.

À geração posterior, Anderson denominou *marxismo ocidental*, termo criado, como vimos, por Karl Korsch (Musse, 2012). Para Anderson esse grupo de autores é considerado posterior por haver chegado “ao socialismo revolucionário muito mais tarde” (Anderson, 1976, p. 39) do que os anteriores, levando o historiador britânico inclusive a se indagar sobre esse caráter tardio da “maturidade política” dos ocidentais. O pós-primeira guerra-mundial, segundo ele, estava carregado com dinâmicas materiais que cindiram a prática política organizada da análise teórica. Entre essas dinâmicas estavam as censuras, prisões, exílios etc, aplicadas a pensadores marxistas a partir do fim da primeira guerra-mundial.

Parte dos autores do *marxismo ocidental*, além da elaboração teórica da crítica ao capitalismo, passou a criticar também os dogmas do marxismo oficial da URSS, orientando-se

por linhagens filosóficas que, a exemplo de Hegel, foram tomadas como idealistas e anti-revolucionárias. A narrativa de Anderson leva à interpretação de que o afastamento da produção desses marxistas das práticas políticas dos partidos revolucionários era quase um corolário das dinâmicas materiais do início do século XX anteriormente mencionadas. Dentre as exceções, os autores que, como Louis Althusser, György Lukács e Galvano Della Volpe se mantiveram em suas organizações políticas, o teriam feito sob a condição de não criticarem temas sensíveis aos partidos (Anderson, 1976, p. 60). Com efeito, para Anderson, a aproximação com a filosofia e o distanciamento dos debates da economia política no marxismo ocidental estão mutuamente implicados, distanciamento que é um dos principais alvos de censura por parte do autor (Anderson, 1976, p. 66-96).

Para ele, o “divórcio estrutural entre marxismo e prática política” (Anderson, 1976, p. 42) é o aspecto central do marxismo ocidental. Esse “divórcio” teria sido pautado por aspectos políticos e teóricos, visíveis no controle intelectual dentro de partidos e Estados. A retomada dos filósofos anteriores a Marx (como Kant e Hegel), e as discussões sobre o papel da filosofia, epistemologia e ontologia no materialismo figuraram entre os temas rejeitados explicitamente por autores das organizações políticas ligadas ao marxismo. Os marxistas soviéticos e os socialdemocratas, em tudo o mais opostos em 1924, criticaram Korsch e Lukács em um quase uníssono antifilosófico.

Não é difícil entrever no texto de Anderson sua posição pessoal: expressões como esoterismo, enfado, academicismo, enigma, hermetismo e divórcio das lutas populares são algumas das alcunhas dadas por ele aos autores do marxismo ocidental. O marxista britânico classifica como idealistas as influências do marxismo ocidental, sem justificar explicitamente no texto o sentido dessa atribuição. Mesmo que pensadores como Jean Paul Sartre e Herbert Marcuse, por exemplo, estivessem diretamente envolvidos com mobilizações políticas relacionadas com os temas de suas pesquisas, Anderson sustenta que eles cindiram teoria e prática política, o que parece evidenciar ainda mais sua posição. Adicionalmente, ele considera que a utilização pelos marxistas ocidentais de filosofias anteriores a Marx seria um “retorno compulsivo ao passado” (Anderson, 1976, p. 78), uma “regressão teórica relativamente a Marx” (Anderson, 1976, p. 79).

Para ele, “Marx encerrou suas contas com seus antecessores intelectuais” ao publicar a décima primeira tese sobre Feuerbach. Ainda sobre isso, ele diz que “não será necessário relembrar os perigos acarretados por um prolongado recurso às tradições filosóficas pré-marxistas: é sobejamente conhecido o peso dominante de temas idealistas ou religiosos no seu

interior.” (Anderson, 1976, p. 80). Ele classifica ainda como característica homóloga entre os pensadores desse grupo e censura com o mesmo rigor o recurso a autores anteriores a Marx para tentar buscar “temas e termos” para a pesquisa científica (Anderson, 1976, p. 87-88). Ele ainda aponta uma análise teórica como um “perigo” e mimetiza a própria censura que alguns marxistas ocidentais sofreram de suas organizações e países.

Com simétrica oposição aos termos pejorativos utilizados para descrever elementos textuais dos marxistas ocidentais, Anderson trata dos marxistas continuadores da obra de Trotsky. A restauração da relação entre teoria e prática é atribuída por ele aos eventos posteriores a 1968 e realizada por autores como Roman Rosdolsky e Ernst Mandel. A retomada dos temas de política e economia também lhes é atribuída. A tradição de historiadores ingleses, da qual ele próprio faz parte, é considerada por Anderson uma consequência direta e exitosa desses movimentos (Anderson, 1976, p. 133).

De modo geral, suas conclusões não se distinguem daquilo que Althusser escrevia após 1968 quando assume a autoria e o "risco (pessoal)" pela "fórmula": "a filosofia é, em última instância, a luta de classes na teoria" (Althusser, 1978, p. 17). Para Althusser, o papel da filosofia se resume, explicitamente, a uma reaplicação de um enunciado de Lênin que diz ser “a política um condensado da economia”. “Poder-se-ia escrever”, continua, “[que] a filosofia é, em última instância, o condensado teórico da política. É uma formula esquemática. Que seja! Ela diz muito bem, em três palavras, o que pretende dizer” (Althusser, 1978, p. 17-18).

Para concluir, vale observar que essa mesma leitura é assemelhada às considerações de Stalin sobre a passagem causal das transformações nos instrumentos de produção dentro das forças produtivas para as forças produtivas como um todo, dessas para as relações de produção e dessas para a política, ideologia e demais aspectos “espirituais” (Stalin, 1938). Tanto em Althusser quanto em Stalin o sujeito é um elemento ausente da história, onde mecanismos causais das estruturas e sistemas parecem circunscrever as possibilidades daquilo que existe.

3. Da Identidade Abstrata à Conciliação Não Idêntica: a *Ciência da Lógica* e *O Capital*

O que será, que será?
Que vive nas ideias desses amantes
Que cantam os poetas mais delirantes
Que juram os profetas embriagados

Que está na romaria dos mutilados
 Que está na fantasia dos infelizes
 Que está no dia a dia das meretrizes
 No plano dos bandidos, dos desvalidos
 Em todos os sentidos

Será, que será?
 O que não tem decência nem nunca terá
 O que não tem censura nem nunca terá
 O que não faz sentido

Chico Buarque¹⁵

Espera-se, nesta seção, estabelecer uma chave de diálogo entre a *Ciência da Lógica* de Hegel (CL) e *O Capital* de Marx (OC) que possibilite atravessar o campo circunscrito à discussão sobre as obras em si, em direção ao entendimento das mesmas como partes contraditórias da dialética enquanto unidade. Para tanto, o conceito de internalização ou rememoração (*Erinnerung*) é a principal força motriz.

A temática da relação entre essas duas famosas obras segue viva no debate acadêmico contemporâneo. No campo de tal discussão, destacam-se dois acontecimentos relativamente recentes: 1) a retomada das investigações sobre a referida relação como reação à dominância das perspectivas do marxismo analítico nos países anglófonos (ROSENTHAL, 1998; 1999) com a criação da assim chamada *Nova Dialética*, da *Dialética Sistemática*, dos desenvolvimentos dialéticos da República Democrática Alemã e da Escola Uno/Sekine no Japão; e 2) as publicações sucessivas, desde 1990, da continuação do projeto Marx-Engels-Gesamtausgabe 2 (MEGA2), sobretudo, as revisões críticas dos manuscritos do período da redação de OC levadas a cabo por Michael Heinrich, as quais rejeitam boa parte das teses sobre a influência da CL em OC. Uma consulta às bases de indexação de periódicos e demais obras acadêmicas mostra que nos últimos cinco anos foram publicados centenas de trabalhos focados nas discussões fomentadas por esses dois acontecimentos.

Em virtude de repercutir em uma série de debates distintos e com interesses diferentes no que concerne ao objeto da presente investigação, a análise sobre esses dois pontos está dividida em duas seções. O ponto 1 será trabalhado nesta seção e o ponto 2 na seção 4, a seguir.

¹⁵ Mais adiante, ficará claro o porquê desta epígrafe na presente seção.

A divisão e o ordenamento das subseções que a presente seção apresenta buscam refletir o conteúdo das investigações metodológicas propostas no ensaio. Relembrando, nosso objetivo é propor ferramentas metodológicas para investigação em Economia Política do capitalismo recente e suas formas sociais, de modo a conciliar os elementos do uno e do múltiplo. Para isso, o modo escolhido foi internalizar (*Erinnerung*) a relação entre CL e OC de modo a tratá-las como parte de uma mesma atitude epistemológica com relação ao objeto de investigação: a proposta de dobrar-se a ele e, despido de perspectivas transcendentais anteriores, permitir que ele nos mostre seus movimentos imanentes, suas contradições, tendências e contra tendências.

Em 3.1 inicia-se um primeiro delineamento sobre a proposta de internalização das perspectivas de CL e OC em uma totalidade que é a própria junção das perspectivas dialéticas depreendidas das obras. As subseções seguintes reúnem um recorte do debate sobre a relação CL-OC, além de dar também algum destaque à fração do mesmo debate que trata, explicitamente ou não, das *formas sociais*.

As premissas que orientam essa conduta de investigação consistem na seguinte argumentação: 1) pesquisas comprometidas evidenciam questões reais concernentes à Coisa observada, ainda que unilaterais ou parcelares; 2) por hipótese da própria dialética, a Coisa em si,¹⁶ sendo produto social, contém contradições, oposições e multiplicidades interiores; e 3) de 1) e 2) deduz-se que a discussão intelectual deva evidenciar as contradições do objeto em discussão, e ela o faz sob o semblante da oposição entre os intelectuais que conseguiram expor as distintas parcelas de tais contradições, por possuírem argumentos e evidências convincentes para defendê-los diante de outros que são também portadores de bons argumentos e evidências para defender o contrário (supõe-se aqui que a qualidade dos teóricos escolhidos não esteja em questão).

Com o emergir das contradições e dificuldades do objeto, compõem-se os investigativos que serão parte do modo de pesquisa interiores ao segundo ensaio, propriamente teórico. Em suma, entendemos que perspectivas distintas e contraditórias sobre o objeto enunciam as contradições do próprio objeto, passo necessário para alcançar seu *conceito*. Tal é a finalidade de anteceder a exposição teórica do segundo ensaio com a exposição dos debates concernentes.

Nas subseções 3.2 a 3.4 o caminho percorrido vai da teoria com maior grau de identidade na relação entre CL e OC (as teorias que defendem homologia e isomorfismo entre as obras ou seus objetos) à tentativa de proposição de uma relação dialética e não-idêntica na

¹⁶ Em nosso caso ela é a própria dialética desenvolvida em CL e OC.

identidade entre as obras. Tal caminho percorre, também, a discussão sobre a natureza da dialética, seja como método, ontologia ou método ontologicamente determinado, discussão que, naturalmente, atravessa a relação entre ciência e objeto científico, eixo central dos dois primeiros ensaios desta tese.

3.1 A Internalização da relação entre a Ciência da Lógica e O Capital

O debate sobre a conexão entre a CL e OC torna manifesto o problema central desta tese. Enquanto a CL possui uma tendência de privilegiar elementos da ordem do uno, ainda que sempre mantendo o vínculo tensional entre os polos, autores que, como Michael Heinrich, tendem a rejeitar a vinculação CL-OC, tendem a priorizar elementos do múltiplo, sobretudo a multiplicidade dos fenômenos. Assim, buscar enfatizar a relação tensional entre as obras de ambos os polos constitui um dos elementos necessários da execução das propostas de reconciliação metodológica dos elementos do uno e do múltiplo.

Dentro da dialética que se desenvolve a partir de Hegel, com Marx, Adorno e os demais pensadores dessa tradição, o conceito de *Erinnerung* exerce um papel privilegiado. A palavra, no alemão, possui tanto o sentido de interiorização de coisas que se defrontam externamente, quanto de rememoração e recuperação de algo *passado* – em um sentido apartado da temporalidade cronológica. Para compreender o sentido da *Erinnerung* e do *passado atemporal*, no cenário da dialética, cabe observar a centralidade de tal questão no conceito de *Essência*.

Segundo Hegel (2017, p. 31) “A língua alemã conservou a *essência* (Wesen) no tempo passado “Gewessen”, do verbo ser (Sein); pois a essência é um ser que passou, mas ser que passou atemporalmente”. Assim, do mesmo modo que as formas do valor que precedem a forma *dinheiro* (*mercadoria*, *forma equivalente* (*valor de troca*) e *equivalente geral*) não devem ser entendidas como formas que historicamente a precederam, mas como um passado lógico, atemporal, a *essência* na dialética é esse passado atemporal do ser que se efetiva.

O passado atemporal se refere a uma espécie de tempo lógico. Trata-se de uma anterioridade das formas que estão *pressupostas* naquilo que existe e está *posto*. A *essência*, portanto, é, ao mesmo tempo, uma rememoração do passado lógico do objeto e uma

interiorização de tais elementos por meio do entendimento de que entre eles há unidade. Tal unidade aparece na *reflexão* mútua e *contraditória*¹⁷ de seus elementos interiores.

Assim, em vez de aproximar CL e OC como se fossem coisas-em-si a serem comparadas como objetos exteriores e diferentes em sua identidade própria, o objetivo é interiorizar essas diferenças, oposições e contradições dentro de um objeto comum: a dialética. Trata-se de buscar a *essência* do nexo entre ambas, tomando-se um dos *momentos* hegelianos¹⁸ do conceito de *essência*,¹⁹ entendido este último como o conjunto das determinações *reflexivas* em movimento de autonegação e posição como *fundamento* e *aparência*.

Pôr como *essência* tal vinculação entre as obras pode auxiliar na concretização das possibilidades de alcançar uma superação (*Aufhebung*) da própria unidade de elementos contraditórios. Enquanto unidade, que já é a relação exterior superada, por meio do trabalho do negativo e da contradição, a particularidade de cada elemento pode auxiliar na criação de algo novo: uma dialética capaz de ser mobilizada não só nos debates acadêmicos como nos embates sociais e políticos. Com isso, a intenção é apreender as oposições e comparações em termos de uma dinâmica, interna à dialética, entre determinidades reflexivas e contraditórias: entre objetos, objetivos e contextos de cada obra.²⁰

O modo de investigação da relação entre CL e OC, que este ensaio busca realizar, parte assim de um materialismo dialético e de um primado do objeto, tal como colocado por Adorno em sua *Dialética Negativa*. Destarte, a relação entre a CL e OC pode ser compreendida como uma forma particular da contradição entre o *ser aí* (*Dasein*) do pensamento que pensa a si mesmo, na CL, e a negatividade do não-conceitual do *conceito* que emerge na sociabilidade concreta, em OC.

Em vez de centralizar analiticamente a literalidade do texto de cada autor – buscando defender argumentos sobre qual seria a verdadeira relação de Marx com a obra de Hegel – para os fins desta investigação, a centralidade repousa sobre como, nos objetos da CL e de OC, encontram-se determinantes centrais das contradições, inversões e distinções entre as obras. Assim, almeja-se delinear um método para investigar a Economia Política do capitalismo atual,

¹⁷ Os termos da CL que aparecem aqui serão aprofundados e desenvolvidos no próximo ensaio.

¹⁸ Relembrando que *momento* aparece aqui em seu sentido conceitual.

¹⁹ A definição de *essência* que se segue é limitada aos objetivos desta seção. Uma versão mais completa será apresentada na seção 4 do próximo ensaio: *O que é Essencial – Determinações de reflexão*.

²⁰ O sentido preciso no qual o conceito de contradição está definido aqui será desenvolvido na seção 4 do próximo ensaio.

combinando-se o caráter explícito da CL sobre os modos de operação do pensamento em relação às coisas realmente existentes,²¹ com a análise efetivada por Marx acerca do objeto de tal Ciência.

Do mesmo modo que Adorno principia sua *Dialética Negativa* dizendo que a filosofia (dialética e radical) permanece viva porque perdeu o instante de sua realização (o projeto emancipatório da real reconciliação das contradições do capitalismo), aqui busca-se manter vivo o projeto de compreensão da realidade com vistas à sua transformação. Em suma, trata-se do objetivo da tese 11 sobre Feuerbach: passar da pura discussão filosófica sobre as intenções dos autores para a reconstrução e manutenção do projeto dialético como ferramenta de análise da realidade organicamente comprometida com a emancipação do gênero humano.

Na CL, o objeto é o pensamento que pensa a si mesmo, o *logos*, o caminho do ser puro e imediato rumo à construção do *conceito*. Em OC, por outro lado, o objeto são as relações sociais de produção no modo de produção capitalista. Tais relações têm como núcleo relações sociais efetivas entre os seres humanos, não somente a forma intelectual de pensar tais relações ou sua unidade aparente, a qual, feito um sujeito automático, autonomiza-se relativamente às relações sociais. A esse elemento concreto, efetivo, que existe na realidade e é forma negativa dos conceitos, Adorno (2010) chamou de não-conceitual do *conceito*.

Todavia, mesmo na definição de capital como algo assemelhado ao *conceito* hegeliano (ou seja, no capital tomado como o automovimento do valor em seu processo de valorização), mantém-se a centralidade do elemento não-conceitual. Até porque o não-conceitual se refere, sobretudo, à negação do conceito pensado. Entre o polo do conceito enquanto aquilo que existe explicitamente em uma teoria e o conceito como modo de operação e condução das determinidades e determinações da essência real, resiste o não-conceitual do próprio conceito. Trata-se do negativo que resiste à apreensão completa em termos de conceito pensado (voltaremos a esse ponto para um melhor desenvolvimento na segunda seção do próximo ensaio).

Assim, se na CL o objeto privilegiado é o movimento do *logos* em direção ao *conceito*, em OC, é o não-conceitual como elemento negativo por detrás da aparência fetichista de unidade, naturalidade e lógica nas relações de produção capitalistas que se coloca como tal

²¹ As coisas realmente existentes, cabe observar, são reflexivamente postas pelo pensamento, na medida em que este orienta a prática social. Esta, por sua vez, põe o pensamento na medida em que passa a poder pensar os novos objetos construídos pela prática pensada. Esse é um sentido por meio do qual podemos falar do “pensamento que pensa a si mesmo”, ou do ser-para-si, sem recair em um idealismo transcendental.

objeto. A inversão (*Umstülpung*) que Marx faz da lógica dialética de Hegel pode, portanto, ser compreendida como consequência das diferenças imanentes entre os objetos da CL e de OC. Nesse sentido, Grespan (2012) defende um entendimento sobre a inversão que Marx faz do pensamento hegeliano que escapa dos entendimentos mais usuais no campo marxista. Em nota Grespan (2012, p. 25) argumenta:

[...] Esses autores [Hans Fulda e Michael Theunissen] rejeitam a interpretação tradicional de que a dialética deveria ser virada de cabeça para cima, depois de Hegel tê-la posto de cabeça para baixo, como solução para o problema da relação entre os métodos de Hegel e Marx, recorrendo a outro sentido da palavra alemã '*Umstülpung*': virar do avesso, como se vira uma luva, de forma que o que estava para dentro vem para fora, descoberto, e o que estava para fora vem para dentro. De acordo com Marx, a dialética hegeliana teria virado do avesso a relação entre essência e aparência da realidade, apresentando o mundo como uma face contraditória determinada pela identidade essencial unificadora das diferenças; ao recolocar na ordem correta o que Hegel teria invertido, Marx afirma ser a identidade a aparência externa do real, pois sua essência interna e oculta é a contradição. Daí a dimensão crítica e de desmascaramento das harmonias aparentes que a dialética recebe na teoria de Marx.

O que se inverte, portanto, é a relação entre o que é a aparência imediata, o dado simples que precisa ser investigado para que seja possível encontrar a essência, e aquilo que a investigação traz à tona. Na CL a unidade totalizante só emerge a partir do trabalho da contradição entre os elementos reflexivos que compõem o objeto, trabalho tanto intelectual quanto objetivo. Em OC, há a unidade do fetichismo que faz com que um objeto (a mercadoria)²² pareça ser dotado de uma unidade logicamente anterior às relações sociais que a suportam. Tais relações sociais estariam mistificadas pelo fetichismo que emerge da forma (social) das mercadorias. Nesse sentido, seria o não-idêntico, o não-conceitual e o múltiplo que escapam à identidade simples, enquanto determinação aparente e ideologicamente condicionada.

Na CL, a *multiplicidade* seria a aparência contraditoriamente determinada pela *identidade* da ideia absoluta. Em OC, a *identidade fetichista aparente* ocultaria a contradição das *múltiplas* relações sociais. Mas isso pode ser entendido como algo que decorre do próprio objeto de cada obra. O dado sensível, como Hegel critica na CL, é algo que boa parte dos filósofos anteriores atribuíram como o começo do pensamento: a coisa em si, a água ou o fogo

²² Cabe observar que *mercadoria* aqui inclui não só as mercadorias ordinárias, com seus distintos valores de uso, mas também a força de trabalho (a mercadoria produtora da substância do valor), o dinheiro (a mercadoria geral), e o próprio capital (o capital portador de juros que é a transformação do capital enquanto movimento na *mercadoria capital* – nessa mercadoria é o valor de uso de produzir valor excedente que é posto à venda).

de Tales e Anaxágoras, as sensações etc. O aparente, a ser evitado como começo do pensamento filosófico coerente, seria múltiplo e caótico. Para Marx, que começa o capital com suas categorias inicialmente indefinidas, imediatas e na superficialidade da aparência, é o Uno que surge como primeira aproximação. A multiplicidade e a complexidade das relações sociais concretas são, antes, o resultado do processo de investigação das determinações interiores daquilo que aparece como uno. Não o contrário.

Em uma ciência particular, o atendimento da questão que abre a *Doutrina do Ser*²³ – “Com o que precisa ser feito o início da ciência?” –, ao seguir os procedimentos defendidos por Hegel, dificilmente levaria ao mesmo ponto, o puro ser. O puro ser, imediato e indeterminado para a CL, sequer existe em uma ciência particular que, ao particularizar-se, já o exclui, por inserir nele as determinidades pertinentes à particularidade do objeto da ciência. O imediato indeterminado pode ser, em uma ciência particular, a aparência de uma dada unidade composta de objetos exteriormente existentes com características comuns, não um ser puro. Em OC, por exemplo, o imediato indeterminado é a mercadoria como *Aparecimento* (*Erscheinung*) imediato da forma (social) da riqueza nas sociedades capitalistas, como se depreende da leitura do famoso parágrafo de abertura do primeiro capítulo do Livro I.

Dentre os autores que aceitam a existência de uma relação entre as duas obras, a *Doutrina da Essência* e a *Doutrina do Conceito* dividem a centralidade da comparação (vide a subseção seguinte). Como um dos objetivos desta tese é conceituar as *formas sociais* partindo-se do conceito hegeliano de *forma* (o que é feito no próximo ensaio) e observar na prática científica a utilização destas na análise de situações concretas (o que é feito nos dois ensaios subsequentes), a *Doutrina da Essência* será privilegiada como parâmetro de conexão. Nesse sentido, não é demais lembrar que o conceito de forma é desenvolvido por Hegel justamente na *Doutrina da Essência* da CL, não na lógica subjetiva do *conceito*.

É possível ter objeções quanto a começar uma ciência com a *aparência* (*Erscheinung*) da *forma* e supor que isso seja coerente com a CL, tendo em vista que por ser um elemento da *Doutrina da Essência* toda *Doutrina do Ser* já está posta como determinação anterior. Assim, a forma e, mais ainda, seu aparecimento seriam mediados e, portanto, incompatíveis com a ideia de começar pelo imediato. Todavia, a própria Ciência da Lógica nos dá argumentos que vão no sentido de contrariar esse tipo de objeção.

²³ As três doutrinas que compõem a CL são, pela ordem de apresentação: a *Doutrina do Ser*, a *Doutrina da Essência* e a *Doutrina do Conceito*.

Por um lado, a CL pressupõe toda a fenomenologia do Espírito, de modo que o começo pelo *ser puro* é absolutamente mediado, mas isso não faz com que ele deixe de ser um imediato restrito à imanência de seu próprio objeto (que não é o mesmo da *Fenomenologia do Espírito*). Assim, desde que aquilo que seja o *aparecer da forma social* seja imediato na imanência de seu próprio objeto, não é um problema.

O início é *lógico*, na medida em que deve ser feito no elemento do pensar que é livre para si, no *saber puro*. Ele é *mediado*, desse modo, pelo fato de que o saber puro é a verdade última e absoluta da *consciência*. Na Introdução foi observado que a *Fenomenologia do Espírito* é a ciência da consciência, a apresentação de que a consciência tem como resultado o *conceito* da ciência, isto é, o saber puro. A lógica tem, por conseguinte, como sua pressuposição, a ciência do espírito [...] (HEGEL, 2016, p. 71, itálicos do autor)

Mais do que não ser um problema que o início ultrapasse o fato de ser mediado em outras esferas que não a da imanência de seu objeto, é uma exigência do projeto hegeliano que ele ultrapasse os limites da consciência comum que, até hoje no século XXI, ainda resiste no *mainstream* científico. A separação abstrata²⁴ e estrita entre pensamento e coisa pensada, entre método, lógica e ontologia e entre sujeito e objeto deve ser superada (*Aufhebung*), pois, segundo Hegel, é somente na fidelidade ao objeto que a verdade surge – e a fidelidade só existe se for capaz de dar conta da totalidade dos momentos contraditórios e das relações negativas. Trata-se de uma verdade que mantém em si o elemento negativo e não explicitado do objeto e que não se dobra às exigências ordinárias da identidade abstrata.

[...] O conceito até agora [antes de Hegel]²⁵ repousa na separação, pressuposta como definitiva, pela consciência comum, do *conteúdo* do conhecimento e da *forma* do mesmo ou da *verdade* e da certeza. [...] Verdade é a concordância do pensar com o objeto e, a fim de gerar essa concordância – pois ela não está presente em [si] e para si –, o pensar deve ajustar-se e acomodar-se ao objeto. (HEGEL, 2016, p. 46-47, itálicos do autor)

O começo deste ensaio pressupõe a ciência de OC e a filosofia da CL, do mesmo modo que o ser puro pressupõe a ciência da consciência e que o *aparecimento* (*Erscheinung*) da forma pressupõe toda a *Doutrina do Ser* e metade da *Doutrina da Essência*. Suplementarmente, a acumulação primitiva é pressuposto social básico de que a mercadoria individual *apareça* (*Erscheint*) como forma elementar da riqueza “nas sociedades onde reina o modo de produção

²⁴ Abstrata no sentido de ser uma separação que ignora a inseparabilidade. Pois na CL existem separações e diferenciações, mesmo entre sujeito e objeto, pensamento e coisa pensada; mas tais separações são como *momentos* no interior de uma unidade inseparável. Essas questões serão exploradas de modo mais claro e extenso na segunda e terceira seções do próximo ensaio.

²⁵ Na tradução em excertos de Marco Aurélio Werle (HEGEL, 2011) tal trecho é traduzido como “O conceito tradicional da lógica”. Consideramos que esta tradução é mais clara com relação ao entendimento do contexto da seção do texto em que Hegel está criticamente se reportando ao *status quo* científico de seu tempo.

capitalista” (MARX, 2013, p. 113). Que a acumulação primitiva seja o pressuposto social básico daquilo que inicia o Livro I de OC, e que seja desenvolvida somente ao final deste, é ilustrativo do sentido da proposição hegeliana de que a ciência é o *retorno ao fundamento*.

O objeto deste ensaio,²⁶ posto de outro modo, é a explicitação de uma dialética adequada à aproximação entre pensamento e *Coisa pensada*. Para tal convergência, é demandada a perspectiva de uma totalidade que não se esqueça da multiparticularidade de seus elementos interiores e negativos. Isso é algo que implica que nosso começo se dê pelo simples dos elementos contraditórios da aparência da relação entre a dialética do pensamento puro da CL e a dialética do capital de OC e que siga no *aprofundamento* para dentro de si mesma.

Marx diz nas *Notas ao Tratado de Economia Política de Adolf Wagner* que o início se dá por meio das *formas sociais* e seus modos de *Aparição*, mas, infelizmente, até hoje não foi encontrada nenhuma obra que delineasse precisamente o que vem a ser a forma social nos termos das *formas gerais do movimento* desenvolvidas pelas *Dialéticas da Imanência*.²⁷ Como anunciado anteriormente, procurar-se-á circunscrever essa noção por duas vias distintas. A primeira recorre diretamente à definição de Hegel sobre o que vem a ser a forma, em relação à essência, ao fundamento e à aparência. A segunda desenvolve-se tomando por base as duas definições de capital que aparecem no capítulo 4 do livro I de OC.

Dito de outro modo, na *Doutrina da Essência* as formas do movimento estão postas em si como figuras abstratas do *logos*. Em OC elas não subsistem por si só, mas necessariamente na imanência de seu objeto. As formas puras estão apenas pressupostas. Assim, se Hegel fala da contradição em geral, Marx tratará de contradições específicas, como a contradição capital-trabalho. Se o objetivo é justamente conseguir avaliar formas sociais desenvolvidas no capitalismo recente e as formas do movimento explicitadas por Marx não foram criadas diretamente sobre suas imanências, cabe restaurar o caráter explícito das formas em suas versões puras do logos e buscar deduzir os modos por meio dos quais Marx derivou dos objetos em suas imanências as formas postas particulares das formas gerais do movimento hegelianas.

²⁶ A recolocação constante, sob diferentes formulações, do objeto, do objetivo e das finalidades deste ensaio possui o mesmo intento que perpassa a organização do modo de exposição em geral. Trata-se de marcar que mesmo objetos, objetivos e intentos possuem seus distintos *momentos* e se organizam de modo particular em cada contexto particular. O que pode parecer repetição excessiva ou confusão narrativa é uma tentativa de reproduzir no texto a inadequação das Coisas às definições, ainda que seja algo tão simples quanto os objetivos de uma investigação doutoral.

²⁷ Retomaremos esse tema mais adiante nesta seção.

3.2. Dialética como Método

Esta subseção e as próximas investigarão algumas publicações que abordam a relação entre OC e a CL. Dentre a vasta literatura disponível sobre o tema, o recorte foi feito privilegiando grupos de autores que constituem escolas, tendências ou correntes de pensamento.²⁸ Em linhas gerais, as publicações cuja investigação foi incluída nesta subseção são ligadas à *Nova Dialética* ou à *Escola Uno/Sekine*, seja por se filiarem a essas correntes, seja por lhes serem críticas.

O caminho do texto segue o desenvolvimento das *determinações de reflexão*²⁹ imanentes à produção contemporânea da dialética, restrita ao aspecto da relação mútua e autodeterminada (*reflexão*) entre as obras como eixo teórico. O primeiro grupo de autores é a escola de origem japonesa chamada de *Uno/Sekine*. Trata-se de uma escola iniciada com a obra de Kozo Uno e que possui como principais divulgadores atuais Thomas Sekine e Robert Albritton.

Na sequência adentramos a *Nova Dialética* a partir de Christopher Arthur. Tal autor, além de ser um de seus mais proeminentes representantes, é responsável pela criação do nome que define essa corrente e por uma taxonomia dos autores em seu interior (ARTHUR, 2016). Ademais, essa “nova dialética” funda a tese da *homologia* entre a CL e OC e advoga a completa separação entre o materialismo histórico, que rejeita, e a “dialética sistemática”.

Ainda no escopo dessa mesma corrente, Tony Smith segue em esteio próximo ao de Arthur. Mas, nesse autor há uma particularidade que o coloca mais próximo de uma conciliação que mantenha o olhar no não-idêntico entre elementos do uno e do múltiplo, como buscamos aqui: a noção de que a proximidade entre CL e OC se deve ao objeto do segundo. Ainda assim, ele pode ser considerado como fazendo parte dessa tendência e por isso seu trabalho será também aqui discutido, ainda que de forma menos alargada que o de Arthur.

²⁸ Por privilegiar escolas e correntes, autores do vulto de Ruy Fausto, com influência em vários elementos desta tese, não farão parte da presente análise. Ao longo de toda a tese, diversos autores que possuem uma leitura de OC mais próxima da dialética hegeliana são referenciados, sem terem suas contribuições diretamente discutidas.

²⁹ Pela ordem, as determinações de reflexão são: identidade, diferença, oposição e contradição que, ao abismarem-se sobre si mesmas (*Zugrunde Gehen*) na relação particular entre as obras, retornam ao fundamento e o definem. Neste momento, tal processo ainda não é possível de ser definido na sua riqueza de significados. Na seção 4 do próximo ensaio, buscamos contribuir para uma compreensão mais clara do mesmo.

A crítica marxista que os adeptos dessa visão de total homologia entre CL e OC usualmente recebem é bastante profusa e feita por variados autores.³⁰ No presente trabalho damos mais espaço à crítica imanente que essa perspectiva recebe, ou seja, aquela que se assenta numa breve crítica às leituras de seus integrantes sobre Hegel. Assim, tal avaliação vai utilizar critérios de uma leitura de Hegel que vem do próprio campo da filosofia hegeliana, não do campo da Economia Política. Busca-se, desse modo, fazer jus aos desenvolvimentos imanentes do pensamento sobre a CL.

É importante reafirmar aqui a relevância da obra desses autores no cenário da Economia Política marxista. Ainda que esta tese se coloque em uma perspectiva crítica às formas teóricas mais ligadas à identidade como método, o empreendimento árduo de resgatar a dignidade das *formas do movimento* da CL no entendimento contemporâneo da Economia Política é algo digno de nota. Tal tarefa havia sido levada a cabo com mais efeito nas outras áreas de atuação do marxismo, como na filosofia, na sociologia e na crítica cultural; mas carecia de volume de investigações e autores no cenário global da Economia Política marxista.

Em outros termos, nossas críticas vão no sentido de afirmar a necessidade de conciliação negativa na produção do conhecimento. Não se trata de refutar ou negar a importância e a magnitude dos trabalhos analisados; se trata de elegermos um recorte específico de interpretação. Os elementos escolhidos aqui para serem levantados vão todos no sentido de compreender de modo amplo e interconectado a relação entre pensamento e coisa pensada, tal como ela se expressa na relação OC-CL e nos conceitos de *forma social*. Assim, contribuições dignas de nota de tais autores podem não estar presentes no texto, o que não significa que as ignoramos; trata-se somente de um resultado desse recorte específico.

O trabalho de Kozo Uno se tornou conhecido no ocidente nos anos 1980 a partir das traduções feitas por seu aluno Thomas Sekine e pela divulgação no Canadá de suas perspectivas, após ter sido professor na Universidade de York a partir de 1968. Robert Albritton é outro autor a se engajar na divulgação ocidental do pensamento de Kozo Uno. Todavia, Albritton (1986) admite que o mesmo só se tornou mais apreensível no ocidente por meio não só dessas traduções, mas das releituras e desenvolvimentos elaborados por Sekine. Assim, ele passa a nomear escola como *Uno/Sekine*. Seus continuados esforços na divulgação dessa

³⁰ Cf.: Callinicos (2005), Gontijo (2015), Kennedy (2017), Saad Filho (1997), Rosenthal (1998, 1999) e Russel (2015).

corrente tornaram o ramo canadense da escola japonesa mais atuante até do que no país de origem, na avaliação de Albritton e John Bell. (ALBRITTON e BELL, 1995).

A principal obra de Kozo Uno (1980) altera a divisão do conteúdo de OC de modo a refletir diretamente os conteúdos em *Doutrinas*, como na CL, na seguinte ordem: Doutrina da Circulação, Doutrina da Produção e Doutrina da Distribuição. Sadao Ishibashi afirma que tal procedimento tem a finalidade de cobrir uma suposta lacuna em OC, que seria fazer uma demonstração *positiva* da teoria do valor trabalho em termos da necessidade capitalista, pensada nos termos da lógica hegeliana pura. (ISHIBASHI, 1995)

Sekine (1992) vai ampliar a tentativa de Uno de, respeitando o mesmo ordenamento, encaixar *ipsis litteris* as formas do movimento da CL no objeto de OC. Por essa razão, a escola *Uno/Sekine* é incluída por Arthur (2016) na corrente³¹ da *Nova Dialética*, e tratada por ele como o único grupo que reproduz o mesmo impulso de sua *homologia* CL-OC. Além de um entendimento similar sobre o que há de homólogo entre CL e OC, Sekine e Arthur teriam estabelecido “em detalhe os paralelos existentes entre as categorias da lógica de Hegel e as formas sociais apresentadas no Capital de Marx” (ARTHUR, 2016, p. 24).

Nessa perspectiva, Sekine elabora uma tabela de paralelismos entre a sequência expositiva da CL com aquilo que, segundo sua avaliação, Marx deveria ter feito em OC. Seu formato de organização categorial e de pareamento da dialética hegeliana com a marxista é pautado pela criação de categorias rigidamente separadas entre si e marcadas pela identidade abstrata de suas definições. Os dois volumes de sua *Dialética do Capital* (SEKINE, 1997) são orientados pelo desenvolvimento progressivo das categorias, no sentido de acompanhar tal tabela.

De acordo com Albritton, Sekine corrige alguns dos supostos erros de Marx. Este teria procedido de maneira correta ao começar OC pela mercadoria, mas teria errado ao não compreender que a principal contradição do modo capitalista de produção se dá entre *valor* e *valor de uso*, não entre *capital* e *trabalho*. A apresentação da lei do valor por Marx em OC é considerada confusa pela abordagem *Uno/Sekine*, pela pressa que Marx teria tido em definir a teoria do valor trabalho. Se não houvesse cometido esse erro, ele poderia seguir pelo método dialético como derivação de toda sua obra pelo desenvolvimento dessa contradição seguindo o esquema hegeliano da CL. (ALBRITTON, 1986, p. 36-75).

³¹ O termo usado por Christopher Arthur é “trend”, que pode ser traduzido como corrente ou tendência.

A introdução, por Marx, da teoria do valor-trabalho no capítulo 1 de *O Capital* talvez seja a mais séria fonte de confusão em toda a teoria do capital. O trabalho de Uno e Sekine demonstra que a teoria do valor-trabalho só pode ser firmemente assentada na dialética do capital depois que as formas da circulação e sua lógica tenham sido subsumidas pelo processo de produção. *A introdução prematura da teoria do valor-trabalho confunde* o significado tanto da Doutrina da Produção quanto da Doutrina da Circulação. (ALBRITTON, 1986, p. 48, tradução minha; *itálicos meus*).³²

A obra desses autores está intrinsecamente relacionada à questão de Engels sobre a relação entre método histórico e lógico e, portanto, relacionada ao objeto deste ensaio. Todavia, seus encaminhamentos são opostos tanto aos direcionamentos de Marx e Engels quanto àquilo que buscamos fazer. Albritton e Sekine criticam Marx e Engels por haverem “misturado” os dois métodos e confundido as relações. (ALBRITTON, 1986; FOSTER, 1990; SEKINE, 1997)

Numa sociedade puramente capitalista, as classes são simplesmente ‘personificações de categorias econômicas’ porque presume-se que a reificação seja completa. A relação capital trabalho é assim objetivamente definida pela lei do valor e, compreendendo a dinâmica entre capital e trabalho nesse nível de análise, é possível compreender o fundamento objetivo da luta de classes, mesmo que não haja nenhuma luta de classes. Ademais, eu desejo enfatizar que esta determinação objetiva de classe é puramente econômica porque, neste nível, o político e o ideológico são simples formas superestruturais passivas que não podem converter categorias sociais mercadorizadas [*commodified*] em agentes sociais ou atores sociais capazes de desafiar a lei do valor. (ALBRITTON, 1986, p. 133, tradução minha).³³

Sobre o caráter de identidade abstrata da vinculação entre a lógica dialética e a dialética do capital, a resolução parelha de Sekine, e adotada pelos seguidores de sua escola, é ilustrativa. A imanência do objeto parece algo de menor importância para tais autores, que defendem, como vimos, que Marx erra ao não aplicar diretamente a CL em OC. A seguir apresenta-se o esquema elaborado por Sekine.³⁴ Cada item com algarismos romanos, do lado esquerdo, corresponde a

³² “Marx's introduction of the labour theory of value in Chapter I of *Capital* has perhaps been the most serious source of confusion in the entire theory of capital. The work of Uno and Sekine demonstrates that the labour theory of value can only be firmly grounded in the dialectic of capital after the circulation-forms and their logic have subsumed the production process. The premature introduction of the labour theory of value confuses the meaning both of the Doctrine of Production and of the Doctrine of Circulation.” (ALBRITTON, 1986, p. 48).

³³ “In a purely capitalist society classes are simply 'personifications of economic categories' because reification is presumed to be complete. The capital-labour relation is thus objectively defined by the law of value, and by understanding the dynamic between capital and labour at this level of analysis, it is possible to understand the objective ground of class struggle even though there is no class struggle. Further, I want to emphasize that this objective determination of class is purely economic since at this level the political and ideological are simply passive superstructural forms that cannot convert commodified social categories into social agents or social actors capable of defying the law of value.” (ALBRITTON, 1986, p. 133)

³⁴ Diferentemente de nossa forma de proceder com as citações de língua estrangeira, ou seja, colocar para o leitor nossa tradução para o português e também a versão original, no caso do esquema de Sekine, optamos, por mera facilidade logística, por apresentá-lo apenas em sua versão original.

OC, na ordem em que, segundo essa leitura, eles deveriam aí constar; do lado direito, àquilo que de fato se encontra na CL. Só para lembrar, Marx vai chamar o Livro 1 de OC de “O Processo de Produção do Capital”, ao Livro 2 de “O Processo de Circulação do Capital” e ao Livro 3 de “O Processo Global da Produção Capitalista”.

<i>Dialectic of 'Capital'</i>	<i>Hegel's 'Logic'</i>
I. The Doctrine of Circulation A. The commodity-form B. The money-form C. The capital-form	I. The Doctrine of Being A. Quality B. Quantity C. Measure
II. The Doctrine of Production A. The production-process of capital B. The circulation-process of capital C. The reproduction-process of capital	II. The Doctrine of Essence A. Ground B. Appearance C. Actuality
III. The Doctrine of Distribution A. The theory of profit B. The theory of rent C. The theory of interest	III. The Doctrine of the Notion A. The subjective notion B. The objective notion C. The idea.

(ALBRITTON, 1986, p. 186)

Embora o esforço de incorporar na forma textual o desenvolvimento do conteúdo seja bastante semelhante ao que é feito no próximo ensaio, Sekine, diferentemente de nosso trabalho, argumenta logicamente, no plano abstrato das categorias da CL e deriva daí o estudo do capital. Para essa escola, o modo de exposição de OC é confuso, o que se deve ao não seguimento, por Marx, do ordenamento da CL. Albritton, como se deriva da observação de seu esquema, vai afirmar que a *Dialética do Capital* deveria começar pelo estudo da circulação, com a *Doutrina da Circulação* sendo pareada com a *Doutrina do Ser* da CL (em oposição ao que Marx afirma na Introdução à *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de que o início deve estar na produção).

De acordo com esse autor, o encaminhamento categorial deveria acompanhar a seguinte estrutura: a mercadoria, unidade contraditória de valor e valor de uso, em que o primeiro representa homogeneidade social e o segundo a heterogeneidade material, deveria ser desenvolvida pela *lógica da transição* na Doutrina da Circulação (lógica da transição, para o autor, é a forma de Hegel trabalhar com a contradição na *Doutrina do Ser* (CL)³⁵). No mesmo sentido, a *lógica da reflexão* deveria ser utilizada para a Doutrina da Produção e o *silogismo*

³⁵ Trata-se do *passar* (Übergehen) e do *interverter* (Umschlagen), que serão desenvolvidos nas seções 3 e 4 do próximo ensaio.

para a Doutrina da Distribuição, uma sequência que, supostamente, Hegel teria seguido na CL, caminhando entre a *Doutrina da Essência* (reflexão) e a *Doutrina do Conceito* (silogismo). (ALBRITTON, 1986, p. 178-192).

É possível interpretar a existência de um certo esquematismo típico do *entendimento* na tabela de paridades construída por Sekine. Adicionalmente, a explicação de Albritton parece seguir um esquema “tese, antítese e síntese” para os conceitos de *valor*, *valor de uso e mercadoria*, que se repete em níveis superiores (mercadoria, dinheiro, capital; produção, circulação, reprodução etc.). A partir desses exemplos, é possível perceber que tal escola tende a atribuir relações unívocas de identidade a objetividades de naturezas distintas (o puro *logos* da CL e o valor em OC), reduzindo, dessa forma, a relevância dos elementos negativos da não-identidade.

Esses paralelos entre a CL e OC, estabelecidos lado a lado, podem ser entendidos como uma aplicação do princípio da *identidade abstrata*, pois, em algum grau, o elemento negativo é extirpado de tal forma de homologia. Ainda que a presente tese igualmente se defronte com algumas homologias existentes entre CL e OC, aqui é o elemento negativo que dá a tônica, indicando o que não pode ser comparado, ou pareado. Tal crítica sobre esse modo de homologia da escola *Uno/Sekine* pode ser estendida à *Dialética Sistemática* de Arthur.

A corrente da *Nova Dialética*, composta por autores heterogêneos empenhados em um retorno às raízes da dialética por meio dos textos originais de Marx e Hegel, busca recriar uma dialética de traços particulares e múltiplos entre si, mas com uma tendência interna forte em privilegiar os elementos do uno. O papel dos *Grundrisse* (discutido na próxima seção), teria sido, segundo Christopher Arthur, essencial para esse interesse renovado pela dialética. O nome da corrente foi cunhado pelo mesmo Arthur em uma resenha sobre o livro de Ali Shamsavari *Dialectics and Social Theory: The Logic of Capital*.³⁶

Este livro é um exemplo da tendência recente na teoria marxista: a nova dialética. Eu falo de ‘tendência’, ao invés de ‘paradigma’, porque não há suficiente acordo sobre os fundamentos que devem ser mobilizados para um movimento em direção ao modo ‘resolver problemas’. Eu digo ‘nova dialética’ porque não há continuidade aqui com a velha ‘*Diamat*’ que *descende de Engels*; ao contrário, um apelo direto a Hegel é o lance padrão; e se Engels é de alguma forma mencionado é apenas para que o autor repudie

³⁶ A primeira ocorrência do agrupamento dos autores que, na resenha de 1993, Arthur nomeia pela primeira vez de *Nova Dialética* ocorreu numa resenha anterior, onde ele afirma: “The three books before us are evidence of this new seriousness about the Hegel/Marx relation in this respect” (ARTHUR, 1991, p. 79). Quem nos alertou para essa questão, para maior precisão de nosso argumento, foi Edson Mendonça da Silva, em uma investigação ainda inédita.

vigorosamente seu método ‘lógico-histórico’ em favor de uma apropriação da *Lógica* de Hegel posta a serviço de uma estritamente *sistemática* dialética. (ARTHUR, 1993, p. 175, tradução minha, itálicos meus).³⁷

A definição do autor pode receber questionamentos, tendo em vista a existência de críticas abertas a essa corrente por parte de autores que estão empenhados em investigações similares – como Gontijo (2015), Kennedy (2017), Lange (2016); Saad Filho (1997), Rosenthal (1998, 1999) e Russel (2015).

Da corrente da *Nova Dialética*, Arthur (2016) vai destacar um subgrupo que, segundo ele, se diferencia de seus demais membros por ser mais coeso e mais próximo do que seria uma escola de pensamento. A esse subgrupo, que tem em Tony Smith, Geert Reuten, Michael Williams e no próprio Christopher Arthur seus principais representantes, ele vai chamar de *Dialética Sistemática*. Segundo o mesmo autor, há convergência, entre os membros da *Dialética Sistemática*, quanto ao entendimento de que há duas dialéticas distintas em Hegel: a histórica e a sistemática.

A separação entre uma dialética sistemática e uma dialética histórica teria sido a lição que Marx recebera de Hegel, segundo Arthur (2016, p. 18-19). Engels (2008), por sua vez, teria sido incapaz de perceber esse ponto, tendo misturado indevidamente as duas. A dialética histórica seria uma exposição da sequência de estágios históricos em sua conexão interna, enquanto a sistemática consistiria na articulação dos elementos internos de um objeto, desenvolvida a partir da *Lógica*, não dos movimentos imanentes da própria Coisa (interpretação esta última contrária, como se percebe, àquela que aqui sustentamos).

Isto posto, deste ponto em diante, a presente subseção se estrutura como um diálogo. As críticas de Arthur às questões que, nesta investigação, são tratadas como pertencentes à ordem do múltiplo (ou do negativo, como está *posto* neste *momento* do texto) serão sucessivamente cotejadas com autores que expõem sua relevância para a Dialética. O objetivo dessa construção é defender a multiplicidade e o negativo da efetividade para, ao cabo da seção, expor a necessidade de uma conciliação negativa entre uno e múltiplo, entre a *Coisa* do *conceito* e o

³⁷ “This book is an example of a recent trend in Marxist theory: the new dialectics. I say ‘trend’ rather than ‘paradigm’, because there is not enough agreement on fundamentals to move on to ‘problem-solving mode’. I say ‘new’ dialectics, because there is no continuity here with the *old ‘DiaMat’ descending from Engels*; instead a direct appeal to Hegel is the standard move; and, if Engels is mentioned at all, it is only for the author concerned to vigorously repudiate his ‘logical-historical’ method in favour of an appropriation of Hegel’s *Logic* in the service of a strictly *systematic* dialectics. (ARTHUR, 1993)

conceito da Coisa. O ziguezague narrativo desta seção emula o ziguezague da história, do qual fala Engels.³⁸

Arthur (2016) polariza, de um lado, a *Nova Dialética* e, de outro, a *Dialética Materialista* oficial da União Soviética, colocando a primeira como resposta à segunda. Ele coloca assim a primeira tendência (da qual, como vimos, ele próprio é membro destacado) como resposta à falta de dialética da segunda e como resgate da perspectiva hegeliana no marxismo, com a diferença de ser um resgate que inclui a CL como elemento de mediação. Mas, com isso, ele exclui de cena outras tendências, como o marxismo ocidental, que são tão comprometidas com o retorno a Hegel quanto a *Dialética Sistemática* (inclusive com a inclusão da CL) e que anteriormente buscaram também trazer a dialética de volta ao marxismo.

Dado o pequeno eco **explícito** que o marxismo ocidental produz nos textos da *Dialética Sistemática*, para nossos propósitos de conciliação negativa entre pensamento e *Coisa* pensada é particularmente intrigante o abandono dos desenvolvimentos de Theodor Adorno.³⁹ Isso decorre do fato de o autor da *Dialética Negativa* ser significativamente comprometido com os elementos objetivos que *não cessam de não serem conceituados*, ou seja, com a resistência que demonstra a realidade em ser completamente apreendida nos termos da identidade abstrata – em outras palavras, com o *primado do objeto* na prática científica.

A filosofia e a sociologia de Adorno demandam constante reflexão da ciência sobre a realidade, que o sujeito, do conhecimento e da práxis, se esfacelem, desmoronem (*zugrunde gehen*) diante do objeto, que o encara como um outro. Trata-se da permanência incessante de uma distância entre o conhecimento e seu objeto, e o pensamento sobre a práxis e a práxis em si. O elemento negativo reside na força que aquele algo *real*, que não está estabelecido e regulado pelo estado atual, pode exercer sobre esse mesmo estado, sobre aquilo que está *dado*, sobre o *status quo*.

Pedindo licença para a liberdade da interpretação, esse negativo pode ser percebido no elemento perdido de nossa epígrafe (de autoria de Chico Buarque) nesta terceira seção do

³⁸ “A história se desenvolve, frequentemente, em saltos e em ziguezagues, e assim ela deveria ser seguida em toda a sua trajetória, na qual não só se recolheriam muitos materiais de pouca importância, mas também sua ligação lógica deveria ser, muitas vezes, rompida.” (ENGELS, 2008, p. 282).

³⁹ Ao final de seu Livro, Arthur (2016, p. 252-253) até faz um breve resgate de Adorno. Todavia, ele o faz de uma maneira bastante distinta relativamente aos desenvolvimentos realizados na presente tese sobre a interpretação do autor frankfurtiano. Abrir espaço para este debate, porém, seria contraproducente para o encaminhamento do ensaio e não alteraria o argumento de que o número de referências explícitas ao filósofo é ínfimo e de que a negatividade de Adorno está eclipsada).

presente ensaio. Ainda que algo desse negativo sempre compareça e seja absorvido na ordem das coisas ou que a transforme radicalmente, algo sempre resiste, sendo aquilo sobre “o que não tem certeza nem nunca terá”. Mas não é algo que diz somente das nossas certezas subjetivas no nível do pensamento, é também “o que não tem censura nem nunca terá”. A crítica da ortodoxia marxista de que o negativo de Adorno seria niilista, que é do positivo que vêm as mudanças e as transformações, não atenta para a imensa força de positividade radical que Adorno atribuiu ao negativo.

De um hotel à beira do abismo,⁴⁰ Adorno se depara com essa “profundidade a que não se acha fundo”,⁴¹ que remete à relação infinitamente negativa entre fundamento e fundado da *Doutrina da Essência* da CL. Assim, tal ausência sugere um lapso por parte das teses da completa homologia entre CL e OC com relação à negatividade inerente à dialética. Tal lapso pode ser observado no número ínfimo de citações a Adorno nas publicações revisadas para este ensaio,⁴² e ganha peso ao lembrarmos que, se o que está em questão é a relação entre Marx e Hegel, o autor frankfurtiano é referência inescapável, ainda que seja para criticá-lo.

Pode parecer estranho à primeira vista que tenhamos de trazer à tona o negativo (coisal) de Adorno para criticar o caráter abstrato da *Dialética Sistemática*. Tenha-se em vista que Adorno foi criticado até mesmo por Lukács por estar distanciado da realidade, “em um hotel à beira do abismo” e que essa escola (a *Dialética Sistemática*) é, ela própria, criticada por ser abstrata e excluir as classes de sua análise. Todavia, como já acentuado, o negativo de Adorno é algo que resiste primordialmente na base (*Grundlage*),⁴³ algo que não poderia ser mais real - em Lacan, por exemplo, o *Real* é um dos nomes do negativo. Quanto a Christopher Arthur, as críticas condizem com a análise que esta seção elabora.

As implicações que decorrem da rejeição ao aspecto radical do negativo na *Dialética Sistemática* se mostram na objeção que esta usualmente tem a Engels – sobretudo no já citado comentário, segundo o qual “... uma das principais dificuldades da ciência seria encontrar um

⁴⁰ Cf. (SAFATLE, 2012) e a sexta seção do segundo ensaio.

⁴¹ Há uma grata semelhança etimológica entre o vernáculo alemão *Abgrund* e o português Abismo no que diz respeito à conexão de significados com o de *fundo* e *fundamento*, como ilustra o dicionário etimológico de Antônio Geraldo da Cunha (2015, p. 3).

⁴² As seguintes publicações ligadas à tese da homologia não fazem qualquer menção a Adorno: (ALBRITTON, 1986 e 2005; MOSELEY e SMITH, 2015; WILLIAMS, 1989). No Livro de Arthur (2016) ele é mencionado quatro vezes, sem muita relevância; na coletânea de Albritton e Simoulidis (2003) ele é mencionado na introdução, referenciando a oposição que Postone faz a ele, mas Postone não é por nós incluído no registro dos autores desta seção; o único autor a fazer menções e comentários mais prolongados a Adorno é Joseph McCarney na coletânea de Burns e Fraser (2000).

⁴³ O conceito de *base* será explorado nas seções 4 e 5 do ensaio seguinte.

modo de aproximação e de exposição da realidade que coordenasse a apresentação *una* da lógica com a múltipla e contingente da história...” (ENGELS, 2008). Esse ponto, vale observar, pode servir à tentativa aqui elaborada de conciliar nossa análise com aquela de marxistas mais identicamente ligados à luta de classes como motor da história, ainda que estes sejam usualmente opositores da *Dialética Negativa*.

Para a interpretação desenvolvida nos dois primeiros ensaios desta tese, rejeitar a conexão entre as dinâmicas conceitual e histórica que Engels defende é o mesmo que rejeitar a *Dialética Negativa* de Adorno. Trata-se de não aceitar o desafio que a realidade (e a contingência que dela emana) impõe, dia após dia, à atualização da teoria. E atualizar aqui é usado na sua multiplicidade de significados, vernaculares e conceituais. Em primeiro lugar, é tornar atuais, recentes e contemporâneos os vínculos de sentido teoricamente elaborados. Em segundo lugar, trazendo à cena a raiz latina que *atual* possui em comum com *ato*, trata-se de estabelecer o vínculo entre teoria e ato. Por último, e ligado com os dois pontos anteriores, atualidade é uma das traduções possíveis para *Wirklichkeit*, (*efetividade*) que, na *Doutrina da Essência* da CL, é exatamente o que queremos aqui defender: "a unidade da essência e da existência" (HEGEL, 2017, p. 191). Engels apresenta tal relação da seguinte maneira:

Com este método, partimos sempre da relação primeira [no sentido lógico] e mais simples que existe historicamente, de fato; portanto, aqui, da primeira relação econômica com a qual nos encontramos. Depois, procedemos à sua análise. Pelo próprio fato de se tratar de uma relação, está implícito que há dois lados que se relacionam entre si. Cada um desses dois lados é estudado separadamente, a partir do que se depreende sua relação recíproca e sua interação. Encontramo-nos com contradições que exigem uma solução. Porém, como aqui não seguimos um processo de reflexão abstrato, que se desenvolve exclusivamente em nossas cabeças, mas uma sucessão real de fatos, ocorridos real e efetivamente em algum tempo ou que continuam ocorrendo, essas contradições também estarão determinadas na prática, onde, provavelmente, também será encontrada sua solução. E, se estudarmos o caráter dessa solução, veremos que se consegue criando uma nova relação, cujos dois lados opostos teremos agora que desenvolver, e assim sucessivamente. (ENGELS, 2008, p. 283).

Em vários trechos de sua obra, Arthur afirma que Marx e Hegel obscureceram o caráter sistemático de suas teorias,⁴⁴ fazendo referências à história onde deveria haver somente a pura dialética sistemática.⁴⁵ Para ele, Hegel e Marx fizeram isso no intuito de tornar mais claro e

⁴⁴ Alguns dos trechos em que tal questão é explícita em Arthur podem ser encontrados nas seguintes passagens: (ARTHUR, 2016, p. 16-19, 32-40, 79-80 e 92-94).

⁴⁵ A observação de que Marx obscurece o caráter sistemático de sua teoria pode ser contestada por leituras que demonstram justamente o oposto e que não recusam, ao contrário, a influência de Hegel sobre Marx. Müller e Paulani (2012), por exemplo, demonstram que, com o capital portador de juros, que aparece, não por acaso, apenas no Livro III, Marx fecha seu sistema. Para eles, essa categoria, que não é nada mais do que a posição do próprio

evidente o que estavam fazendo, não por necessidade do objeto ou do “método”. Mas, como resultado obtiveram um obscurecimento de seus verdadeiros métodos e deram margem a uma vasta literatura equivocada.

Para Arthur, o Sistema tem como ponto de contato necessário com a contingência múltipla do objeto o estabelecimento correto de um início capaz de *fundar* todo o restante do sistema a partir da pura determinação lógica (ARTHUR, 2016, p. 81). Talvez seu único acordo com a citação de Engels consista no conteúdo dos dois primeiros períodos. O Sistema, para ele, é algo puramente conceitual/teórico, com somente as determinações iniciais sendo provenientes do concreto. Trata-se assim de um Sistema fechado em si mesmo, o mesmo que a crítica filosófica do século XX acusou Hegel de construir, ao supostamente prender a história em uma concepção fechada, logicista e teleológica (acusação, observe-se desde logo, improcedente, na leitura de Hegel que aqui se defende).

Nossa leitura de Hegel, é inspirada em leituras do campo dos estudos hegelianos, em geral, especificamente com o grupo de autores comprometidos com uma leitura metafisicamente desinflationada do autor.⁴⁶ Nessa leitura, o ordenamento do sistema deve seguir as determinações da própria *Coisa* em questão, em cada *momento* do sistema, exatamente defendendo e tomando como “método” a “confusão” que Arthur afirma que Marx e Hegel fazem. Que na CL o desenvolvimento seja lógico é algo que se deve ao objeto da CL ser a própria lógica, não a que a lógica seja a maneira privilegiada de derivar e fundar todo e qualquer conteúdo de maneira transcendental. Como Hegel informa na Introdução da CL:

Em primeiro lugar, porém, já é inapropriado dizer que a lógica abstrai de todo conteúdo, que ela apenas ensina as regras do pensar, *sem poder se dedicar ao*

capital como mercadoria, nega a negação das leis da circulação simples operada pelo capital e tem como resultado, não a reconciliação com a mercadoria (e a predominância do valor de uso e o atendimento às concretas necessidades humanas), mas, ao contrário, a verdadeira posição do capital (e a predominância do valor e o império da abstrata e inumana lógica da valorização).

⁴⁶ Cf. (ENGELHADT JR. e PINKARD, 1994; LANGE, 2016; LEBRUN, 1972; PINKARD, 1994; 2012; PIPPIN, 1989). Como exemplo de tal leitura: “Nos anos recentes, tem havido considerável interesse num Hegel especulativo mas ‘não metafísico’ (onde “metafísica” é entendida tradicionalmente como um conhecimento a priori da substância). Parte desse interesse origina-se no assim chamado marxismo hegeliano ou naqueles elementos de uma teoria crítica capazes de levar a sério a dependência de sua lógica especulativa com relação à análise social de Hegel, mas que rejeitam a caricatura “teológica mistificadora” do Hegel especulativo, por tanto tempo proeminente na tradição marxista oficial. Neste Livro, eu também proponho a defesa de uma interpretação não metafísica de Hegel.” (PIPPIN, 1989, p. 41).

“In recent years, there has been considerable interest in such a speculative but ‘nonmetaphysical’ Hegel (where “metaphysics” is understood traditionally as a priori knowledge of substance). Some of that interest originates in so-called Hegelian Marxism or from those elements in such a critical theory that take seriously the dependence of Hegel’s social analysis on his speculative logic but reject the “mystifying theologian” caricature of the speculative Hegel long proeminant in the official Marxist tradition. [...] In this book, I also propose to defend a nonmetaphysical interpretation of Hegel.” (PIPPIN, 1989, p. 4).

pensado e levar em conta sua constituição. Pois, uma vez que o pensar e as regras do pensar devem ser seu objeto [na Ciência da Lógica], ela já possui assim imediatamente seu conteúdo peculiar; com isto ela também tem aquele segundo elemento constitutivo do conhecimento, uma matéria, de cuja constituição ela se ocupa. (HEGEL, 2016, p. 46)

Assim, que a CL derive logicamente todos os seus *momentos* a partir do *momento* inicial, se deve ao fato de que seus *momentos* são lógicos em si e para si – pois seu objeto é a própria lógica. Caso fosse uma ciência sobre outro objeto tal derivação deveria obedecer os desenvolvimentos do próprio objeto, não da lógica. Se tal ciência se comportasse de modo puramente lógico, ela residiria justamente no elemento metafísico que Kant já havia superado, antes mesmo de Hegel.⁴⁷ Este levou tal superação a um estágio mais avançado ao instituir o negativo como a força motriz absoluta do *conceito* (HEGEL, 2016, p. 45-62). Negativo este que, no caso de uma ciência particular, é a própria realidade concreta de seu objeto em contradição permanente com o conhecimento subjetivo. A contradição, determinada como fundamento a partir da relação reflexiva com o objeto,⁴⁸ por sua vez, é o notório elemento mobilizador do saber em direção à verdade. (ADORNO, 2010)

Que a CL seja o centro do Sistema hegeliano deriva de ela ser o elemento mais autocontido de todo o Sistema e que independe de mediações racionais prévias, ou seja, ela é o começo, o mais próximo possível de um imediato indeterminado. Não se trata de defender que a CL seja o modelo puro de todo o Sistema, aplicável a qualquer ciência, mas de entender que a imanência é o elemento permanente de negatividade dentro das ciências particulares e, dentre elas, da Economia Política.

A imanência do conhecimento é, neste sentido, a adequação contraditória ao objeto e, ao mesmo tempo, o processo em que o conhecimento *vai ao fundamento da própria coisa* (*Zu Grund Gehen*). Todavia, a definição de imanência com a qual Arthur (2016, p. 40-51) trabalha (que não é definida explicitamente) pode ser depreendida como algo bastante diferente da definição acima. Os usos de imanência em “*A Nova Dialética e O Capital de Marx*”, fazem

⁴⁷ “Mas, em relação ao ponto óbvio e mais geral, muito da visão padrão sobre como Hegel vai além de Kant na filosofia especulativa torna muito intrigante, ao ponto da ininteligibilidade, como Hegel poderia ser o filósofo pós-kantiano que ele julgava ser [...] se ele nunca tivesse ouvido falar da epistemologia crítica de Kant.” (PIPPIN, 1989, p. 7). “More to the general and more obvious point, however, much of the standard view of how Hegel passes beyond Kant into speculative philosophy makes very puzzling, to the point of unintelligibility, how Hegel could have been the post-Kantian philosopher he understood himself to be [...] if he had never heard of Kant’s critical epistemology.” (PIPPIN, 1989, p. 7)

⁴⁸ Vide a transição da seção 4 para a seção 5 do próximo ensaio.

parecer que se trata de algo como a adequação ao sistema composto pelo complexo lógico-categorial derivado da coisa primeira, esta sim estabelecida de acordo com a objetividade.

Na obra de Arthur, pautada pela rejeição do materialismo histórico de Engels e da “dialética histórica” de Hegel, os universais determinam (no sentido *causal* do termo, não no sentido defendido na seção 4 do ensaio 2 desta tese) os particulares e, portanto, a História está subordinada à Lógica (ARTHUR, 2000; 2016). O curioso é que sua razão para rejeitar a dialética histórica de Hegel seja a determinação universal do movimento particular da história, algo que sua própria teoria faz. Caso a leitura que Arthur faz do conceito de Ideia e Espírito fosse condizente com a leitura atual de uma parcela do próprio campo hegeliano, suas considerações críticas a Hegel perderiam força.

Arthur cinde de modo completo e sem ressalvas o movimento histórico e múltiplice, pensado a partir da Dialética, do movimento lógico. Vamos comparar aqui a visão de Arthur sobre o movimento da história em Hegel, com sua visão sobre o mesmo movimento e com a visão da leitura metafisicamente desinflacionada de Hegel.

Para Arthur (2016, p. 19) a dialética hegeliana da história “vê a história humana como um campo de ação para algum super-sujeito, no caso, o Espírito do Mundo. [...E] vê a realidade reduzida ao pensamento”. O que torna essa crítica de Arthur a Hegel aparentemente contraditória e irreconciliável é sua própria visão da história, segundo a qual o capital deve ser compreendido como uma “totalidade ideal [...] um espírito maléfico” (ARTHUR, 2016, p. 244). Ora, apontar o caráter unificador do capital e negar o do Espírito gera uma antinomia problemática, a nosso ver. Como proposta de reconciliação negativa, tem-se os desenvolvimentos da *forma social* no próximo ensaio e a adoção de uma leitura de Hegel que entende que “Se o Absoluto é sempre chamado ‘Deus’, esta não é senão uma forma de falar de acordo com a tradição”. (LEBRUN, 1972, p. 302).⁴⁹ De modo complementar, Pinkard (2012 , p. 193-194) afirma:

Hegel é também quase sempre citado não apenas como um filósofo da totalidade, mas também como um pensador inteiramente teleológico. Todavia, de um modo muito importante Hegel não é de forma alguma um pensador teleológico. [...] Não há nenhum super-agente na história buscando um determinado objetivo e manipulando os eventos para alcançá-lo. A História não visa nada.⁵⁰

⁴⁹ “Si l’Absolu est toujours nommé « Dieu », ce n’est plus qu’une façon de parler au regard de la tradition.” (LEBRUN, 1972, p. 302).

⁵⁰ “Hegel is also almost always cited not only as a philosopher of totality but also as a thoroughly teleological thinker. However, in one important way Hegel is not a teleological thinker at all. [...] There is no superagent in

De modo mais direto, a leitura de Arthur sobre a relação entre história e lógica, contingência e necessidade parece portar uma inconsistência nuclear. Por um lado, ele critica um Hegel, que afirma ser idealista, no sentido mais forte do termo, e que acredita que o pensamento domina a realidade; e faz isso em defesa de que tal parte da teoria hegeliana deva ser corrigida. Por outro lado, seu conceito de capital leva justamente a compreendê-lo como o super-sujeito espiritual que ele nega em Hegel. Além disso, sua definição de *forma social* é análoga às das formas lógicas, vale dizer, como algo totalizante que domina as relações sociais. Os sujeitos efetivos não são sujeitos, mas objetos movidos teleologicamente pelo “demônio do capital” (ARTHUR, 2016, p. 271). Arthur parece afirmar uma metafísica que acredita no demônio, sem acreditar em nenhuma realidade espiritual.

Outro eminente representante da *Dialética Sistemática*, Tony Smith (MOSELEY e SMITH, 2015, p. 17-41) afirma haver uma homologia entre o *conceito* na CL e o *capital em OC* e mesmo deste último com o *Espírito* do Sistema hegeliano. Dois pontos do trabalho de Smith estão mais diretamente ligados a nossa investigação: 1) para ele, a referida homologia ao *conceito* hegeliano compreende também a *indiferença* e a *identidade* dos movimentos gerais do conceito com relação às manifestações determinadas; e 2) ele entende que a crítica de Marx a Hegel, supondo um idealismo distante da realidade concreta, não condiz com a leitura atual que se faz sobre a CL.

Começando pelo segundo ponto, cabe observar que Smith admite fazer uma leitura materialista de Hegel. Esta leitura é relativamente mais consonante com as leituras metafisicamente desinflacionadas do campo hegeliano supracitadas do que aquelas de Arthur, ainda que possua algumas peculiaridades e idiossincrasias que não podem ser exploradas aqui. Trata-se, usualmente, de apontar como as críticas a Hegel por autores como Marx, Adorno e Postone foram, naturalmente, restritas a seu tempo, mas que a obra de Hegel tende a ser lida hoje dando muito mais peso ao entendimento da esfera da realidade e das *Coisas* do que anteriormente.

Indo agora ao primeiro ponto, Smith (2015) entende que uma homologia entre a lógica de funcionamento do capital e da ideia absoluta de Hegel teria sido feita pelo próprio Marx, em função de sua má interpretação de Hegel. O fundador da *Crítica à Economia Política* teria

history aiming at a goal and manipulating events to arrive there. History aims at nothing.” (PINKARD, 2012, p. 193-194)

compreendido a *ideia absoluta* como algo totalitário e perverso que, portanto, teria conexão com o *capital* em seu auto-movimento.

A noção de um “sujeito” não humano, alguma coisa como uma “substância que se automovimenta” e que é ao mesmo tempo idêntica e diferente das formas particulares que assume na medida em que “passa por seu próprio processo” é claramente destinada a ecoar Hegel. Marx condena a perversa metafísica daquilo que ele toma como o Absoluto Idealismo de Hegel. Mas, para Marx, a própria perversidade da estrutura de Hegel torna seu trabalho indispensável para a compreensão da perversa ordem social que é o capitalismo. *Na visão de Marx, há uma homologia precisa entre a estrutura do Absoluto de Hegel e a estrutura do capital.* (SMITH, 2015b, p. 187, tradução minha, itálicos do autor).⁵¹

Uma das inusitadas interpretações feitas por Smith sobre a *ideia absoluta* de Hegel consiste em dizer que a *ideia* de qualquer pessoa é *absoluta*, desde esteja sintonizada com a imanência da *Coisa* sobre a qual pensa (SMITH, 2015b, p. 188-191). A *ideia absoluta*, nesse sentido, seria uma ideia, um pensamento, no sentido mais simples do termo, mas absoluta na sua forma de percepção do todo; o que não é condizente com nenhuma das leituras de Hegel investigadas para este ensaio.

Se, por um lado, o projeto de retorno a Hegel e algumas das conclusões são similares entre a *Nova Dialética* e os propósitos desta tese, por outro, o presente trabalho se afasta de uma utilização estrita da *Nova Dialética*. Este afastamento parte do fato de acentuarmos aqui que a identidade entre essência e fenômeno não prescinde da não-identidade, da imanência e da contingência. Se o objetivo desta pesquisa é conciliar leituras focadas em elementos do uno com aquelas que priorizam o múltiplo, a *Nova Dialética* é um dos polos da contradição, não a totalidade.⁵²

Para finalizar esta subseção, cabe fazer menção à questão, central para nós, das *formas sociais* e de como elas aparecem na *Nova Dialética*. Conforme adiantado ao final da subseção anterior, o conceito de *forma social* é vastamente mobilizado e utilizado em toda a literatura marxista, sem ser definido em sua dimensão conceitual própria. Em toda a literatura sobre formas sociais levantada durante a investigação para este e o próximo ensaios somente foram

⁵¹ “The notion of a nonhuman “subject” that is somehow a “self-moving substance” both identical to and yet different from the particular forms it assumes as it “passes through a process of its own” is clearly meant to echo Hegel. Marx condemned the perverse metaphysics of what he took to be Hegel’s Absolute Idealism. But for Marx the very perversity of Hegel’s framework makes his work indispensable for understanding the perverse social order that is capitalism. In Marx’s view there is a precise homology between the structure of Hegel’s Absolute and the structure of capital.” (SMITH, 2015b, p. 187)

⁵² Relembrando aqui, com Hegel, que a totalidade engloba Universal, Particular e Singular. Ou seja, ao contrário do que pode ser assumido pelo léxico, universal e totalidade não são sinônimos.

encontradas as seguintes referências que tratam diretamente do tema, buscando dar algum contorno mais preciso ao termo: (ARTHUR, 2016; BRENTTEL, 1989; FAUSTO, 1983, 1989, 2002; POSTONE, 2014; SMITH, 1997 e WILLIAMS, 1989). Note-se que o conceito de Arthur, Smith e Willians tende a ser, de um modo ou de outro, apropriado pelo restante dos autores da Nova Dialética.

É de interesse particular a este ensaio as utilizações do conceito de *forma social* mais diretas e gerais, próximas do que seria seu puro *em si* – ainda que o mesmo não seja definido propriamente e acabe tendo que ser inferido a partir da investigação do texto. Os autores ligados à perspectiva da *Nova Dialética*, implicados no relacionamento Marx-Hegel, trataram mais diretamente do conceito e, portanto, se tornaram referências importantes para nossa investigação, ainda que seu uso seja notadamente divergente do proposto neste trabalho.

Que Arthur seja um dos raros autores a definir⁵³ *forma social* é algo que interessa a esta investigação, sobretudo por se tratar, notadamente, de um autor focado na esfera do Uno. Que sua forma de vincular Marx e Hegel seja pautada por um conjunto de identidades e negações abstratas é particularmente curioso, tendo em vista que as *formas sociais*, em nossa construção, são elementos de mediação entre identidade e não-identidade.

De maneira paralela com nossos desenvolvimentos, para Arthur, as *formas sociais* são construídas pelas relações sociais e, ao mesmo tempo, as dominam por sua força totalizante. Ele as define como um universal abstrato. Todavia, para o autor, depois de construídas, as formas dominam o restante do fundamento com a qual se relacionam, unilateralmente. Em nossa construção, feita sobretudo no segundo ensaio, essa relação é reflexiva, ao modo das relações interiores à *Doutrina da Essência*. O posicionamento de Arthur pode ser depreendido do que segue:

Esta abordagem à economia política crítica afirma que o determinante das categorias econômicas é a forma *social*, não a base *natural* do metabolismo econômico. [...] Eu vejo a prática social *constituindo* as formas sociais, a forma valor, centralmente, no âmbito da qual está inscrita a própria atividade produtiva. (ARTHUR, 2009, p. 161, tradução minha, itálicos do autor).⁵⁴

Arthur utiliza o conceito de fundamento de maneira distinta da que será desenvolvida no próximo ensaio, a partir da *Doutrina da Essência* (CL). À maneira de Arthur, o fundamento

⁵³ A definição que Arthur faz das formas sociais é traçada de modo exterior e axiomático, sem um processo explícito de derivação das mesmas a partir da imanência da *Coisa*. Voltaremos à questão.

⁵⁴ “This approach to critical political economy claims that the determinant of economic categories is *social* form, not the *natural* basis of the economic metabolism. [...] I see social practice *constituting* social forms, centrally the value form, within which is inscribed productive activity.” (ARTHUR, 2009, p. 161)

pode ser compreendido como elemento base para derivação *lógica* do fundado. Trata-se do elemento básico, simples e imediato do começo da ciência. No desenvolvimento apresentado na seção 5 do ensaio 2, o começo simples e imediato é parte do fundamento, mas, se limita a ser sua aparência.

A ressalva ao caráter puramente lógico que Arthur atribui às *formas sociais*, tão logo elas tenham sido definidas, consiste nas “formas sociais anticapitalistas” (ARTHUR, 2016). Estas, por sua vez, seriam uma forma de resistência da classe trabalhadora ao domínio completo do capital e seriam capazes de transformá-lo ao fazer a revolução. O único problema de tal definição é que a relação entre as *formas sociais* e seu conteúdo material se daria no começo e no final de seu período de vigência. As relações sociais, a base e o fundamento social não são reflexiva e constantemente produtos e produtores das *formas sociais*. Para ele, são os objetos que mediam as relações sociais, não as *formas sociais* que expressam, por meio desses objetos, uma substância, igualmente social.

Em geral, pode-se dizer que a leitura de Hegel que fazem as tendências do marxismo levantadas nesta seção tende a estar desconectada da produção atual do campo hegeliano em outras áreas que não a economia política. Lange é mais enfática e afirma que a *Nova Dialética* é ignorante quanto à “recepção internacional, mas predominantemente alemã,⁵⁵ de Hegel nos últimos 40 anos” (LANGE, 2016, p. 91). Esta desconexão tende a nos afastar da compreensão sobre a origem de certas definições (como, por exemplo, a de *forma social* por parte de Arthur) que não fazem menção ao conceito de *forma* em Hegel para definir o que seriam essas *formas sociais*. Se as *formas*, para Hegel, são *mediações* das *reflexões* no interior da *efetividade*, onde *essência* e *existência* estão em *unidade*, não se pode derivar daí a definição que Arthur faz das mesmas como universalidade abstrata, que determina unilateralmente as relações sociais.

De toda a literatura levantada para tratar da relação entre a CL e OC, a *Dialética Sistemática* e a *Escola Uno/Sekine* podem ser consideradas as mais enfáticas nos termos da aproximação entre a obra de Hegel e de Marx. Tanto Arthur quanto Smith atuam no registro que atribui à ideia e à materialidade social um funcionamento suficientemente similar a ponto de afirmarem que há homologia e isomorfismo entre os movimentos do Espírito (de Hegel) e

⁵⁵ Infelizmente, com relação ao caso alemão especificamente, as investigações desta tese também não estão tão atualizadas. Por limitações do autor, o recorte de nossas investigações sobre a recepção de Hegel, em seu campo próprio, se limitou às vertentes lusófonas, francófonas e anglófonas. No caso dos debates sobre a *forma social* alguma aproximação, ainda que tímida, da discussão alemã foi tentada.

do Capital (de Marx). Ian Fraser (1997) faz afirmações ainda mais enfáticas e afirma que as dialéticas hegeliana e marxista são a mesma coisa. Talvez a grande diferença entre a *Nova Dialética* e a *Escola Uno/Sekine* esteja na crítica de Arthur à última, de que esta não justifica as razões para buscar uma identidade Marx-Hegel.

3.3 Dialética e Imanência: Método?

Dos principais textos tematizados e criticados na subseção anterior, depreende-se que o método pode ser abstratamente compreendido como uma organização lógica que pode ser aplicada à objetividade concreta. Os autores a serem tratados nesta seção problematizam essa noção de método. Assim, do positivo a alguma forma de negatividade continuamos o caminho em direção à construção de uma perspectiva de conciliação negativa, que será desenvolvida propriamente no segundo ensaio desta tese.

Igor Hanzel e Moishe Postone seguem neste ensaio como autores que Arthur insere, em sua taxonomia, no âmbito da *Nova Dialética*, ainda que os situe fora do subgrupo da *Dialética Sistemática*, que lhe é mais próximo. Hanzel faz uma análise focada no caráter circular de um modo de exposição pautado pelo retorno ao *fundamento*, de modo mais conectado com os termos e usos próprios à CL, do que os autores anteriores. Postone, de seu lado, elabora uma análise que é marcada pela predominância de elementos do uno, mas também atenta ao negativo da relação sujeito-objeto e fecha, com isso, o grupo de autores da *Nova Dialética* aqui incluídos. De um ponto de vista mais geral, Postone pode ser considerado como um autor mais próximo dos autores da seção anterior, ou seja, mais próximo da perspectiva da *Dialética Sistemática*. Deveria, por isso, ser o primeiro autor a ser agora analisado. Contudo, sua inclusão aqui deve-se mais à sua definição de *forma social* do que aos demais aspectos de sua teoria. Por isso, discutiremos inicialmente a posição de Hanzel, para só depois tratar de Postone.

Completando o conjunto de autores sob escrutínio nesta subseção, teremos, na sequência das discussões sobre Hanzel e Postone, a análise sobre as posições de Peter Kennedy, John Rosenthal e Eric-John Russel. Esses autores são críticos às teses da homologia e serão apresentados na ordem direta em que tal crítica incorpora elementos de vinculação entre CL e OC. Kennedy rejeita tal conexão de modo bastante contundente; Rosenthal faz o mesmo com suas expressões pejorativas e ácidas sobre as posições apresentadas na subseção anterior, mas

reconhece um isomorfismo entre o objeto da CL e o de OC que justifica a aproximação entre as obras. Russel, por fim, numa posição mais próxima à nossa, aborda a referida conexão por meio da ideia de *afinidades eletivas*.

O capítulo de Igor Hanzel no livro organizado por Moseley e Smith (2015) aborda a lógica circular, no sentido de um *Sistema* como o hegeliano, que se inicia, na *Doutrina da Essência* (CL), com a aparência (*Schein*), passa pelas mediações da essência (*Wesen*), como *fundamento* (*Grund*) e *forma*, até retornar à aparência mediada, como *aparecimento* (*Erscheinung*). Tal tratamento, por parte de Hanzel, exhibe uma persistência na tese da homologia da *Dialética Sistemática*. Ainda assim, sua escolha de desenvolvimento categorial coincide com a nossa, desenvolvida no segundo ensaio. Adicionalmente, ele expõe a dinâmica das duas definições de capital (como sujeito automático e como fruto da exploração da força de trabalho) na forma da disputa entre o conceito de *capital em geral* e o de *capital social total*, que estudamos na próxima seção e que encerra o presente ensaio, mas à qual atribuímos um sentido paralelo e que completa, como corolário o segundo ensaio da tese.

Segundo Hanzel, a definição de capital como sujeito automático e idêntico a si mesmo corresponde ao conceito substância-sujeito da *Doutrina do Conceito* da CL, no mesmo sentido que afirmam os demais autores da *Nova Dialética*. Todavia, segundo ele, essa definição não seria nada além de uma falsa aparência (*Schein*), sustentada pelo *fundamento real*⁵⁶ que reside na exploração da força de trabalho, apresentada na terceira seção do quarto capítulo do livro primeiro de OC. Suas conclusões a esse respeito corroboram as nossas e, de certo modo, são críticas às perspectivas mais abstratas da *Dialética Sistemática*:

Assim, a conclusão geral é que a lógica do movimento do pensamento de Marx do valor de troca do capítulo 1 do Livro 1 de O Capital até os preços de produção, a taxa de lucro e a taxa média de lucro nos Manuscritos de 1863-7, não é extraída da categoria substância-sujeito de Hegel de forma positiva, ou seja, no nível do pensamento caracterizado pelo fundamento categorial e/ou manifestação categorial. Ao contrário, ele atribui aquela categoria ao nível do conhecimento caracterizado pela categoria aparência, isto é, ao nível que pode, em certas circunstâncias, se transformar em formas ilusórias e falsas de conhecimento. (HANZEL, 2015, p. 235).⁵⁷

⁵⁶ Tal conceito será propriamente definido na seção 5 do ensaio 2, sobre o começo das ciências particulares, juntamente com o de *fundamento formal*.

⁵⁷ “So, the general conclusion is that Marx’s logic of thought-movement from exchange-value in Chapter I of Capital Volume I up to production-price, rate of profit and average rate of profit in the 1863—7 Manuscripts does not draw on Hegel’s category substance-subject in a positive sense, that is, at the level of knowledge characterised by the category ground and/or the category manifestation. On the contrary, it assigns that category to the level of

A investigação deste ensaio não mobiliza o conceito de *substância-sujeito* da *Doutrina do Conceito* e entende que os conceitos da *Doutrina do Conceito* não formam um par analítico rigoroso com aqueles da *Doutrina da Essência*. Que em OC os diferentes grupos de categorias (das três Doutrinas da CL) apareçam imiscuídos é algo que está além dos limites desta investigação, mas indica elementos críticos às teorias da homologia e que a lógica da *Coisa* (no caso a lógica do capital) e a lógica pura não podem ser esquematicamente vinculadas de maneira abstratamente idêntica.

Assim, na medida em que investigar a *Doutrina do Conceito* da CL extrapola os limites desta tese como um todo, não se mostra viável buscar compreender os modos de relação entre *fundamento* e *substância-sujeito* já que não seria possível fazê-lo respeitando o mesmo rigor que esperamos ter atribuído às análises focadas na *Doutrina da Essência* apresentadas nesta tese, em especial no segundo ensaio. No entanto, o par analítico *fundamento formal* e *fundamento real*, que será explorado no referido ensaio, é compreendido por esta investigação como um par que expressa o mesmo fenômeno que Hanzel conceitua por meio da relação entre *fundamento* e *substância-sujeito*. A observação de Hanzel, portanto, se conecta com nossos desenvolvimentos.

Gontijo (2015) na sua crítica à *Nova Dialética* de Arthur encaminha suas análises de modo que parece concordar com o aspecto mais geral do ponto de Hanzel. Apresentando a distinção que existe em Marx entre método de investigação e método de exposição (*Darstellung*), ele afirma o caráter circular do percurso marxista. Mais do que isso, talvez seja possível extrair de tal divisão o sentido da aproximação dialética dos objetos da ciência. A investigação tem que lidar com o “concreto sensível [...] uma representação caótica do conjunto” (GONTIJO, 2015, p. 30) como ponto de partida e dele extrair o elemento simples a partir do qual é possível se *desmoronar no fundamento* (*Zugrunde gehen*) até retornar de maneira compreensível e organizada à multiplicidade caótica e contraditória do concreto sensível. Essa posição é bastante coerente com a perspectiva de Engels tematizada na subseção anterior e está em linha com as observações do próprio Marx na famosa seção sobre o método da Economia Política na Introdução da *Contribuição à Crítica da Economia Política*.

Encerrando o grupo dos autores tratados por sua ligação com a *Nova Dialética*, analisemos agora as colocações de Moishe Postone (2014), que elabora algumas questões de

knowledge characterised by the category appearance, that is, to a level which, in certain circumstances, can turn into illusory, false forms of knowledge.” (HANZEL, 2015, p. 235)

maneira bastante consonante com a perspectiva desta tese. Trata-se de um autor que abraça a visão de que os elementos do *uno* são determinantes dos elementos do *múltiplo* de modo direto (e não através de mediações). Ainda assim, ele desenvolve elementos de leitura da relação CL-OC que endossam algumas de nossas conclusões e definições. São estes os pontos de seu complexo trabalho nos quais este ensaio vai se deter.

Desse modo, aceitamos aqui o risco da crítica de que nosso uso das afirmações de Postone se dê em sentido contrário ao que ele próprio dá em sua teoria. Que uma teoria gere resultados imprevistos e criticáveis em seus leitores é algo que perpassa toda a relação da teoria com suas interpretações e usos na história. Marx, por exemplo, foi usado e interpretado de inúmeras formas, em muitos casos incoerentes entre si (inclusive pelos autores de grande representatividade acadêmica mobilizados aqui). Destarte, que a apropriação de elementos de uma teoria esteja contrária à interpretação usual que se tem dela, ou contra sua própria totalidade no conjunto de uma obra, não parece ser um problema. Tal é um dos impactos de uma visão negativa sobre a teoria e a objetividade, tão logo a própria teoria se torne um objeto para outra teoria.

Como adiantamos, a posição de Postone, apesar de seu enquadramento na *Nova Dialética*, na taxonomia de Arthur, pode ser interpretada como uma crítica às teorias da homologia e às afirmações de que Marx teria aplicado a dialética hegeliana, da CL, em sua pesquisa sobre o capital.

A estrutura do desenvolvimento dialético do argumento de Marx em *O capital* deveria ser lida como um metacomentário sobre Hegel. Marx não “aplicou” Hegel à economia política clássica, mas contextualizou os conceitos hegelianos em termos das formas sociais da sociedade capitalista. Ou seja, a crítica marxiana madura de Hegel é imanente ao desenvolvimento das categorias em *O Capital* (POSTONE, 2014, p. 102, *itálicos meus*)

No parágrafo acima, Postone atribui à relação Marx-Hegel uma sorte de regime de não identidade. A torção de “aplicação” para “contextualização” é similar à nossa proposta de “versão”, presente no segundo ensaio. Para que a *forma* hegeliana *passse* (*Übergehen*) na *forma social* de Marx não basta aplicar o conceito do primeiro ao objeto do segundo. Uma *forma social* não é simplesmente uma forma aplicada sobre um objeto social. Os próprios vínculos, as lógicas de funcionamento, as cadeias articuladoras e os nexos de sentido entre os distintos momentos de cada versão da *forma* não podem ser idênticos entre a lógica pura e uma lógica particular qualquer, como a lógica do capital. (POSTONE, 2014, p. 164-169)

Um ponto da referida diferença, que coloca-se como central na presente investigação, é qual o *momento* predominante na aparência que a forma põe na existência. No caso das *formas sociais* são as “estruturas abstratas” (para usar a terminologia de Postone) que fazem o *aparecimento* (*Erscheinung*) da *essência*. A mercadoria é o elemento primeiro de *aparecimento* da riqueza nas sociedades onde reina o modo de produção capitalista, não as relações sociais que a conformam. Em Hegel, por outro lado, a aparência é o dado sensível, múltiplice. Tal diferença particular não é meramente uma diferença entre os pensamentos dos autores, mas entre seus objetos, e é algo que *passa* (*Übergehen*) na imanência dos *momentos* de cada teoria.

Lebrun (1972) trata a dialética como uma forma de falar (*une façon de parler*); um de seus lados é esse modo de exposição, esse modo de falar sobre os objetos, que tem como foco central respeitar suas dignidades *coisais*. Que as *formas sociais* mediem as relações sociais de modo que apareçam como uma objetividade social, e que as *determinações* das relações sociais, suas próprias tendências internas, apareçam como propriedades naturais dessas objetividades é algo que está na raiz do fetichismo da mercadoria e de suas *formas* mais desenvolvidas (como fetichismo do dinheiro ou do capital portador de juros). Essa é uma das conclusões dos desenvolvimentos categoriais do segundo ensaio, com a qual Postone parece concordar:

Relações sociais determinadas por mercadoria, por exemplo, são expressas necessariamente em formas fetichizadas, de acordo com Marx: as relações sociais se apresentam como “elas são, ou seja, [...] como relações reificadas (*sachliche*) entre pessoas e relações sociais entre coisas”. Em outras palavras, *as formas sociais impessoais, quase objetivas expressas por categorias como mercadoria e valor, não disfarçam somente as relações sociais “reais” do capitalismo (ou seja, as relações de classe); pelo contrário, as estruturas abstratas expressas por essas categorias são essas relações sociais reais.* (POSTONE, 2014, p. 82, itálicos meus)

Na avaliação de Postone (idem, p. 83), as *formas sociais* constituem elemento central na crítica de Marx aos economistas políticos, que não se colocaram as questões sobre a relação entre a *forma* e o conteúdo sociais, tais como: por que o trabalho se expressa no valor? Por que o tempo se constitui como sua medida?⁵⁸

Marx localiza a base de uma forma particular de lógica histórica nas formas sociais específicas da sociedade capitalista. Sua posição nem afirma a existência de uma lógica trans-histórica da história, nem nega a existência de qualquer tipo de lógica histórica, mas trata essa lógica como uma característica da sociedade [...] A teoria é tratada como parte da realidade social em que existe. [...] *Essa abordagem oferece a base para uma teoria*

⁵⁸ Essa avaliação está de acordo com as perspectivas de Murray (2015) e Russel (2015), que atribuem ao contato com a CL a possibilidade de que Marx colocasse essas questões à Economia Política de seu tempo, como será desenvolvido ao final desta subseção.

crítica da sociedade moderna que nem resulta numa afirmação abstratamente universalista e racionalista nem numa crítica antirracionalista e antimoderna. Pelo contrário, ela busca superar essas duas posições tratando sua oposição como historicamente determinada e enraizada na natureza das relações sociais capitalistas. (POSTONE, 2014, p. 33, *itálicos meus*)

Apesar de todas essas convergências há uma diferença importante quanto ao modo de compreender as *formas sociais* entre a posição de Postone e aquela defendida por esta tese. Postone (2014, p. 154) afirma que elas são *historicamente determinadas e historicamente determinantes*, afirmação com a qual concordamos inteiramente. Todavia, nossa análise diverge da dele em relação a qual dos elementos da frase destacada é mais presente e dominante. Trata-se de uma distinção com relação à hierarquização categorial, portanto. A investigação de seu livro sugere que, para ele, é mais relevante que as *formas* sejam “determinantes” da história e das relações sociais. Para nós, a ênfase da frase repousa no “e”, que é o elemento mais negativo, aquele que faz fronteira entre história e *forma*, entre *determinante* e *determinado*: o elemento da tensão entre os polos.

O objeto e o tom de parte das críticas de Postone/Hanzel às teses da homologia reforça o argumento da polarização entre o foco sobre elementos do uno ou do múltiplo. Peter Kennedy (2017), por exemplo, além de questionar a validade da lei tendencial da queda da taxa de lucro como elemento explicativo dos movimentos do capital – ponto importante na taxonomia que divide autores “do uno” e “do múltiplo”, como será explorado no terceiro ensaio, adota um estilo de crítica bastante irônico e contundente. Ele abre seu texto afirmando que os autores da *Nova Dialética* querem fazer do marxismo um “sufixo do hegelianismo”; que os três livros do capital são abordados por eles como se fosse uma “jornada dialética das categorias do abstrato ao concreto” e que para eles a luta de classes é somente um adendo à lógica do capital. Para o autor, a perspectiva do marxismo hegeliano não leva em conta as advertências que o próprio Marx teria feito com relação à utilização do “método de Hegel”.

E com isso adentramos a questão que dá título a esta subseção e que tem que ver com a relação entre a Dialética e a questão do *método*. Tradicionalmente, quando se fala em método científico o discurso é levado imediatamente a um conjunto de regras sobre modos de determinar hipóteses, abordar os objetos, estabelecer os vínculos entre eles, testar as hipóteses iniciais e expor o resultado dos procedimentos. Tais tipos de abordagens sobre o método podem ser compreendidas, do ponto de vista de uma dialética focada na imanência, como formas de relação transcendental do sujeito com o objeto. Ou, como diz Adorno (2010, p. 30): “O

princípio do eu fundador de sistemas, o *método* puro pré-ordenado a todo e qualquer conteúdo, sempre foi o princípio da *ratio*.”

Nesse sentido, há uma constante discussão sobre o que viria a ser, de fato, a dialética e qual sua relação com o método. Com relação a esta discussão, alguns dos posicionamentos possíveis são dizer que a dialética é um método, uma ontologia e não um método, um método-ontológico ou um método que pressupõe uma ontologia negativa (posicionamento do qual nos aproximamos mais). Os debates e artigos desta seção se relacionam de algum modo com essa discussão. A crítica de Rosenthal, se referindo à percepção da dialética como método declara essa como um mito e rejeita boa parte das teses da homologia. A crítica de Rosenthal é forte e chega a afirmações como (1999, p. 285): “[a] ‘Dialética’, pode-se dizer, é o ópio dos intelectuais marxistas”.

Embora os desenvolvimentos da crítica de Rosenthal (1999) estejam de acordo com os desenvolvimentos desta tese, a percepção que temos sobre a Dialética a retira do palco dessa crítica. Nosso acordo com o autor se limita ao conteúdo de sua rejeição à homologia não se estendendo à forma como ele entende a dialética. Para nós a dialética tem que ser vista como um *projeto intelectual e prático-político de organização da contradição em suas manifestações* (como será desenvolvido no segundo ensaio), não como dialética-método, tal como colocado por Rosenthal.

Contudo, as afirmações de Rosenthal que parecem completamente anti-hegelianas e anti-dialéticas somente o são nessa acepção de dialética que ele critica. O autor é favorável à ideia de debruçar-se sobre as objetividades reais que são contraditórias em si mesmas, por força dos próprios processos sociais concretos, não por determinação de algum sistema lógico transcendental – posição que é próxima da forma como entendemos que se deva tratar a dialética.

Suas afirmações derrisórias com relação à “dialética” podem ser interpretadas, talvez contra o próprio autor, como ironias com relação à compreensão da dialética como um método transcendental, não ao que Hegel ou Marx compreendiam como dialética. Isso é algo que a leitura que Rosenthal faz sobre Hegel em seu livro permite entrever. Aquilo que ele critica também foi criticado por Adorno como uma aplicação dos princípios estruturantes de um *eu* como sujeito da ciência aplicados totalitariamente sobre os objetos.

Marx deixa bem claro que ‘negação’, embora em seu uso habitual restrita a uma aplicação *lógica*, deve ganhar aqui uma interpretação *substancial* [...] A afirmação de Marx parece ser então que a compreensão das condições de

emergência e de falecimento de uma dada coisa é equivalente à compreensão sobre o que aquela coisa é em cada momento e, além disso, que essa forma de apreensão dos fenômenos – leia-se, apreensão de *seu* ‘*ser como vir-a-ser*’, é precisamente a realização do *método dialético*. Desse ponto de vista, conhecer alguma coisa ‘dialecticamente’ seria compreendê-la como o resultado temporário de um processo mais abrangente no qual ela própria, por sua vez, se dissolverá: daí a alusão de Marx a apreender toda forma em um ‘movimento fluído’. (ROSENTHAL, 1998, p.9, *itálicos do autor*)⁵⁹

Parece tratar-se de *interiorizar* (*Erinnerung*) a oposição exterior entre um modo de investigação e um modo de exposição, na forma de uma contradição no interior da dialética entre o pensamento e a *Coisa* pensada. Tal procedimento está em sincronia com as propostas desta tese. Assim, talvez a rusga entre Rosenthal e a *Nova Dialética* se relacione com a crítica de Lange (2016), com a qual estamos de acordo, de que os autores das teses da homologia estão desatualizados com relação às perspectivas do campo hegeliano sobre seu filósofo. Uma leitura de Hegel que é, em alguns aspectos, similar às versões mais ortodoxas do século XX, pode ter levado à *Dialética Sistemática* e à incorporação de uma filosofia mais idealista do que a do autor que criticam.

Ainda que não utilize o conceito de *forma social*, Rosenthal apresenta uma interpretação, que segue no mesmo sentido, sobre objetividades de primeira e segunda ordem.

O valor-objetividade das mercadorias é [...] apenas projetado sobre a objetividade bruta física das mesmas [...]. O valor-objetividade das mercadorias é assim aquilo que eu proporia chamar de uma ‘objetividade de segunda ordem’. [...] Uma coisa física, ou constelação ou evento ao qual se atribui uma função representacional através de uma prática social definida torna-se então a encarnação – ‘primeira ordem’ – material de um objeto de segunda ordem [...]. Tomadas conjuntamente, elas consistem numa ‘coisa sensível-suprasensível [...] É isso que torna tão perfeito o isomorfismo da mercadoria dinheiro com o ‘universal empírico’⁶⁰ hegeliano e o que torna o dinheiro, enquanto objeto econômico, realmente *sui generis*. (ROSENTHAL, 1998, p. 1991).⁶¹

⁵⁹ “Marx makes it quite clear that 'negation', though in its customary usage restricted to a logical application, is here to be given a substantial interpretation. [...] Marx's claim seems to be, then, that the comprehension of the conditions of emergence and the conditions of decease of some given thing is tantamount to the comprehension of what that thing at any given moment is, and, furthermore, that this way of grasping phenomena - grasping, namely, their 'being as becoming' - is precisely the achievement of the 'dialectical method'. To know something 'dialectically', on this view, would be to know it as the temporary result of a more comprehensive process wherein it will be dissolved in turn: hence Marx's allusion to grasping every form in 'fluid movement'.” (ROSENTHAL, 1998, p. 9)

⁶⁰ Ao utilizar ‘universal empírico’ para o termo ‘empirical universal’, seguimos aqui uma tradução mais literal (vide nota 61). Contudo, para esse termo, utiliza-se mais no português do Brasil, dentre os estudiosos de Hegel e da dialética, o termo ‘universal concreto’, que consideramos teoricamente mais correto.

⁶¹ “the 'value-objectivity' of commodities is [...] just projected upon the brute physical objectivity of the same [...]. The 'value-objectivity' of commodities is thus what I would propose to call a 'second-order objectivity'. [...] A physical thing or constellation or event which is assigned a representational function through a definite social

As objetividades sociais de segunda ordem são equivalentes, justamente, às objetividades postas pelas *mediações* das *formas sociais* entre as relações sociais, as objetividades de primeira ordem e as próprias objetividades de segunda ordem. Estas últimas, por sua vez, constituem o elemento do *múltiplo* e da *aparência*, complexamente mediado pelas *formas sociais* com suas *determinidades* interiores da ordem do *fundamento*, da *base*, das *condições da matéria* e do *conteúdo*.

Outro autor a produzir uma teoria que se aproxima da proposta desta tese é Eric-John Russel (2015). Se referindo à usual trajetória de buscar homologias entre CL e OC,⁶² Russel afirma que as distinções e assimetrias de uso das formas do movimento expostas na CL por Marx dificultam a aceitação da ideia de homologia. Todavia, ele acredita ser possível falar em termos de “afinidades eletivas”. O trecho a seguir apresenta o ponto da crítica de Russel às teses da homologia que mais interessa a este trabalho:

Há dificuldades adicionais, contudo, dentro da própria tese da homologia. Há muito debate dentro desse approach sobre onde exatamente se encontra a analogia estrutural e categorial entre o Livro 1 de O Capital e a filosofia sistemática de Hegel. Se, por exemplo, a lógica do capital corresponde mais de perto à lógica da essência de Hegel ou à sua lógica do conceito é uma questão que permanece em aberto. Esforços tem sido frequentemente feitos no sentido de estabelecer um estrito e completo mapeamento um-para-um de cada progressão categorial, mas esses esforços, quase sempre, mais apresentam problemas do que realmente auxiliam em elucidar a crítica de Marx. (RUSSEL, 2015, p. 31).⁶³

Com efeito, não se trata de mapear um andamento lógico similar entre os autores, mas mostrar a recorrência no uso das formas do movimento e a pertinência delas para o entendimento do movimento do objeto da Economia Política.

practice becomes thereby the material - 'first-order' - incarnation of a 'second order object' [...] Taken together they too comprise a 'sensate supra-sensate thing'. [...] This is what makes the 'isomorphism' of the money-commodity with the Hegelian 'empirical universal' so perfect and what makes money qua economic object in fact sui generis.” (ROSENTHAL, 1998, p. 191)

⁶² Ainda que o termo homologia seja atribuído aos autores próximos ou influenciados pela proposta da *Nova Dialética*, é possível compreender que propostas anteriores, operam de maneira análoga e, portanto, usamos o mesmo termo. Homologia denota, pois, a avaliação que fazem tais autores de que há uma conexão mais direta entre o texto marxista e o texto hegeliano do que aquela apontada por Russel e por este ensaio.

⁶³ “There are additional difficulties however within the homology thesis itself. Within the discourse, there is much debate over where exactly the structural and categorial analogy resides between Capital vol. 1 and Hegel’s systematic philosophy. Whether, for example, the logic of capital corresponds more closely to Hegel’s essence-logic or to his logic of the concept remains an open question. Efforts are often made to establish a strict and complete one-to-one mapping of each categorial progression, frequently presenting more problems than it actually assists in elucidating Marx’s critique.” (RUSSEL, 2015, p. 31).

Russel se vale do exemplo da pesquisa de Patrick Murray (2015) sobre a influência da lógica hegeliana – que põe na teoria o problema das formas definidas (particulares) de manifestação da essência e do fundamento – na capacidade que teve Marx de perguntar à Economia Política clássica sobre o porquê de o valor assumir suas formas particulares. Sem colocar essa pergunta sobre o objeto, segundo Murray, não seria possível que Marx estabelecesse sua superação (*Aufhebung*) da teoria do lucro de David Ricardo. Novamente, entra em cena a centralidade do conceito de *forma* que, em Marx, se *interverte* em *forma social* pela *interiorização* (*Erinnerung*) da relação com o objeto de pesquisa da Economia Política.

O mérito do ensaio de Murray é que ele mostra que o uso que Marx faz dos conceitos de Hegel não requer uma reflexão rigidamente exata e completamente homóloga entre seus dois sistemas. Não se deve esquecer que a relação de Marx com Hegel é orientada por uma apropriação, isto é, nem uma continuidade absolutamente suave, nem tampouco uma simples ruptura materialista.⁶⁴ (RUSSEL, 2015, p. 32).⁶⁵

Na próxima subseção exploramos a ideia de *afinidades eletivas* de Murray para precisarmos a relação entre os sistemas de Marx e Hegel visando nos aproximarmos mais dos nossos próprios desenvolvimentos no sentido da conciliação.

3.4 Coisa pensada e pensamento – forma/forma social: afinidades eletivas?

Como será desenvolvido na primeira seção do próximo ensaio (*Que dialética queremos?*) esta investigação vai exatamente na contramão de afirmar uma identidade indiferente entre o geral e as suas formas de existência. Momentos conceituais como o de *fundamento formal* (que será detalhado na seção sobre o começo da ciência) de fato possuem uma identidade indiferente entre universal e particular, que concorda com as interpretações do *uno* por parte dos autores expostos em 3.2 (da *escola Uno/Sekine* e da *Dialética Sistemática*). Todavia, ao passarmos ao reino da existência e da efetividade, percebe-se que tal indiferença é somente um *momento* do desenvolvimento conceitual da CL.

⁶⁴ A posição é similar à de Fausto (1983), que vê na relação entre o jovem Marx (filósofo, hegeliano) e o Marx maduro (economista, materialista) uma “continuidade dentro da descontinuidade”.

⁶⁵ “The merit of Murray’s essay is that it shows that the use Marx makes of Hegel’s concepts does not require a rigidly exact and consummately homologous reflection between their two systems. It should not be forgotten that Marx’s relation to Hegel is oriented by an appropriation, that is, not entirely a smooth continuation, nor simply a materialist break.” (RUSSEL, 2015, p. 32)

De fato, tanto Marx quanto Hegel trataram de alguma indiferença do universal com relação aos particulares, ou da essência com relação às determinidades. Todavia, como será melhor desenvolvido no próximo ensaio, essa indiferença é somente o *momento* abstrato do desenvolvimento das determinidades do universal e da essência. No caso da essência, por exemplo, tal indiferença existe nos *momentos* que vão das *determinações da reflexão* até o *fundamento formal*.

No texto da CL, tais *indiferenças* são *momentos* evanescentes – que antecedem e sucedem momentos de diferença absoluta, diversidade, oposição e autodeterminação reflexiva entre uno e múltiplo. Tony Smith, por exemplo, argumenta que há em Hegel uma transposição para a ordem da ideia do que, na verdade, consistiria na lógica do modo de produção capitalista. Nosso trabalho, ao tratar da crítica de Marx a Hegel, desenvolve um argumento similar ao de Smith, excetuando-se a identidade abstrata da tese da homologia.⁶⁶ Pesquisas sobre fontes primárias de dados e observações diretas dos funcionamentos efetivos do capitalismo são fontes importantes que revelam as *bases* (*Grundlage*) e as *condições*⁶⁷ que sustentam e alteram o fundamento social do capitalismo, bem como suas formas sociais. Em larga medida, os argumentos de Kennedy (2017) se apoiam sobre tais fontes.

O desenvolvimento do conceito de *forma social* pode ser, agora, retomado. Fora do registro de autores que formaram escolas de pensamento, temos Ruy Fausto que, em seus três tomos de *Marx, Lógica e Política*, faz uso do conceito de *forma social* de um modo que torna possível deduzir uma definição mais acurada do mesmo. O mais próximo de uma definição, propriamente dialética, que Fausto faz desse conceito, se relaciona com sua forma de ler Hegel, a partir dos desenvolvimento de uma lógica modal de *posição e pressuposição*.

Em termos modais a gênese de uma forma social (que antes se fez corresponder à possibilidade possível) deve ser expressa mais precisamente pelo juízo de reflexão "A necessidade é . . . contingência", em que a necessidade é pressuposta e a contingência posta. O processo conduz à posição da necessidade. (FAUSTO, 1987, p. 197)

Talvez essa seja a definição de *forma social* mais próxima da nossa, ainda que ela não tenha sido largamente desenvolvida em seu conceito e complexidades interiores a partir das *formas do movimento*. A *identidade* (juízo de reflexão) que Fausto aponta é, **por definição**, não-

⁶⁶ Caligaris e Starosta (2015) afirmam que Smith faz uma leitura materialista de Hegel, leitura essa criticada por Arthur (2016).

⁶⁷ Os conceitos de *base*, *condição* e *fundamento* serão explorados na seção *Com o que devem começar as ciências particulares*, seção 5 do próximo ensaio.

idêntica, pois a necessidade e a contingência não podem ser abstratamente identificáveis. Identificá-las abstratamente seria uma “contradição em termos” (as aspas são para indicar que o termo *contradição* aqui é utilizado no sentido da contradição formal, ou seja, para preservar a expressão de uso corrente). Além disso, que sua gênese seja justamente um juízo de reflexão negativo entre necessidade e contingência é algo com o qual estamos em completo acordo.

É um indicador interessante sobre a potência explicativa e a versatilidade das *formas sociais*, o fato de Fausto fazer usos bastante distintos delas ao longo dos três tomos da obra citada – uso esse, tanto em nível de abstração quanto na escala. No primeiro tomo, Fausto (1983) faz uma definição simples de *forma social*, baseada na extração dos usos que Marx faz dela: “a *forma social* é a forma imediata do produto” (FAUSTO, 1983, p. 103). Para ele, com isso “Marx quer dizer que a forma social — isto é, a forma que devem tomar os produtos do trabalho para servir socialmente, para serem consumidos por outrem — é, nas sociedades não capitalistas-mercantis, a forma imediata, a forma natural” (FAUSTO, 1983, p. 132).

Trata-se, no primeiro tomo, de um uso da *forma social* bem mais imediato, tanto na relação com a aparência quanto na escala das objetividades analisadas por *seu intermédio*. Nos dois últimos tomos de *Marx: Lógica e Política*, Fausto (1987, 2002) faz um uso oposto (em escala e imediatidade) ao do primeiro tomo: a *forma social* como a forma específica de um modo de produção ou como o modo de produção mesmo. O objetivo dele é similar ao nosso em toda esta tese: apresentar as *formas sociais* contemporâneas. Mas, para isso, ele atua em um registro mais genérico e político: aborda termos como forma social capitalista, forma social comunista, forma social democrática, forma social fascista, etc.

A relação dialética entre *fundamento* (que ele traduz como *fundo*, podemos supor) e *forma* também é algo presente em sua obra. Deste modo, a remissão aqui a Fausto diz da inspiração geral que ele traz para esta tese como um todo, ainda que nossa investigação esteja fora do registro de adaptar a dialética a alguma forma de lógica modal.

Introduzo assim uma espécie de dialética do “fundo” (isto é, do quadro geral da história universal) e da forma (isto é, das formas sociais) — o fundo é também forma mas não toda forma — para pensar o conjunto desses processos. (FAUSTO, 2002, p. 62)

Uma contribuição à teoria das *formas sociais* que possui largo interesse ao objeto desta tese é desenvolvida no livro de Brentel (1989). Para ele, a dialética também não é compreendida como método, mas como um conjunto de preceitos metodológicos sobre a necessidade de uma aproximação imanente, dialética e negativa do objeto. É notável que sua leitura esteja bastante

próxima das leituras atuais (à época da publicação de seu livro) de Hegel e de Marx, contrariamente ao que ocorre com os autores da *Nova Dialética* (LANGE, 2017).

As preocupações de Brentel com as relações entre forma e conteúdo, necessidade e contingência, história e método, bem como sua abordagem negativa de tais relações, são de fundamental interesse. Todavia, dadas as limitações deste trabalho e de seu autor, o fato de que sua produção teve um impacto quase nulo fora da Alemanha nos impossibilitou de fazer uma análise mais atenta de sua obra e influência. Sobre o pequeno impacto acadêmico, fora da Alemanha, da obra, por exemplo, de Backhaus e de toda a *Escola alemã*, que faz um retorno marxista a Hegel (na qual Brentel pode ser inserido), Rosenthal (1999, p. 285) observa:

Os tortuosos detalhes do itinerário teórico de Backhaus não tiveram muito impacto sobre a discussão de língua inglesa – o que não é de surpreender quando se considera que até muito recentemente suas contribuições não eram, em sua maior parte, facilmente acessíveis mesmo em alemão. Esse problema foi agora resolvido com a publicação de Backhaus, 1997. Em geral, o que eu estou chamando aqui de “novo” marxismo hegeliano, enquanto um fenômeno da academia anglófona, se desenvolveu independentemente das recentes discussões em língua alemã, em uma tendência análoga ainda que, é preciso ser dito, de uma forma bastante mais sofisticada. Para um produto maduro da discussão alemã, que compartilha uma orientação “metodológica” comum com o novo marxismo hegeliano em sua versão anglófona, assim como alguns de seus defeitos, mas é rica em insights e detalhes exegeticos, veja-se Brentel, 1989.⁶⁸

Sobre a questão que dá título a esta subseção, ainda que as afinidades entre CL e OC sejam complexas, não-idênticas, invertidas (no sentido de *Umstülpung*, explorado no próximo ensaio) e contraditórias, talvez elas não possam ser compreendidas, como quer Murray, como *eletivas*, no sentido corrente do termo. Não é a vontade do autor que deve determinar, dialeticamente, os afastamentos e aproximações entre as *formas lógicas* e as *formas objetivas*, mas a dignidade do próprio objeto. Novamente, estamos de acordo com Rosenthal:

Eu quero agora sugerir que *se* Marx é culpado por reconhecer equivocadamente a ordem de sua própria análise sob o título de ‘dialética’, não se trata aqui de um simples *erro*. Há razões para que Marx considere estar ‘coqueteando’ o ‘modo de expressão’ hegeliano: principalmente em sua análise da forma valor. Essas razões não têm de ver com qualquer escolha ‘metodológica’ ou predisposição, nem mesmo com simples flerte, mas sim

⁶⁸ “the tortuous details of Backhaus' theoretical itinerary have not had much impact upon English-language discussions - which is hardly surprising when one considers that until very recently his contributions were for the most part not even easily available in German. This problem has now been addressed with the publication of Backhaus, 1997. In general, what I am calling here the "new" Hegelian Marxism, inasmuch as it is a phenomenon of the Anglophone academy, has developed independently of recent German-language discussions in an analogous, though it must be said on the whole rather more sophisticated, vein. For a mature product of these latter, which shares a common "methodological" orientation with the "new" Hegelian Marxism in its Anglophone version and hence too some of its defects, but is rich in exegetical details and insights, see Brentel, 1989.”

com o caráter peculiar da objetividade que pertence ao valor econômico: com o caráter daquilo que Marx chamou objetividade-valor – 'Wertgegenständlichkeit' – das mercadorias (ROSENTHAL, 1998, p.134, *itálicos meus*).⁶⁹

Com Marx (2017, p.880), estamos de acordo que "toda a ciência seria supérflua se a *forma de manifestação* [*Erscheinungsform*] e a *essência* [*Wessen*] das *coisas* coincidissem *imediatamente*". Por essa *razão* (*Grund*), é que o recurso à CL nestes dois primeiros ensaios busca percorrer um caminho específico dentro do campo marxista. Trata-se de buscar letramento nessa *façon de parler* (forma de falar) para desenvolver uma caixa de ferramentas metodológicas que seja capaz de levar em consideração também a dinâmica concreta da multiplicidade das relações sociais, acompanhando a centralidade da tensão entre tal multiplicidade e a unidade – seja na lógica do capital, em particular, seja nas lógicas objetivas das ciências particulares, em geral.

Explicitando melhor o que foi dito na introdução, não se trata de decidir entre críticos áspers do hegelianismo, como Paul Kennedy, ou marxistas de vertentes próximas a um hegelianismo metafisicamente inflado, como os autores da *Nova Dialética* (e mais ainda os da *Dialética Sistemática*), mas, de desenvolver ferramentas para conciliar as duas formas de análise, agrupando os alcances teóricos de cada uma. Recorre-se, para isso, a uma versão *atualizada* da dialética Marx-Hegel e, sobretudo, à conceitualização das *formas sociais*.

Encerramos essa seção com mais uma referência de Adorno, que nos parece adequada para expressar de modo sintético a natureza de nossos esforços em direção à reconciliação não-identica e contraditória dos debates teóricos e da relação entre pensamento e realidade. A verdade prática desta reconciliação, todavia, deve se dar no campo da práxis social, ainda que orientada pelo pensamento reflexivo e organicamente comprometido com seu objeto.

Ela [a contradição] é o indício da não-verdade da identidade, da dissolução sem resíduos daquilo que é concebido no conceito. Todavia, a aparência de identidade é intrínseca ao próprio pensamento em sua forma pura. Pensar significa identificar. Satisfeita, a ordem conceitual coloca-se à frente daquilo que o pensamento quer conceber. Sua aparência e sua verdade se confundem. Essa aparência não pode ser sumariamente eliminada, por exemplo, por meio da afirmação de um ser-em-si fora da totalidade das determinações do pensamento. [...] À consciência do caráter de aparência inerente à totalidade conceitual não resta outra coisa senão romper de maneira imanente, isto é,

⁶⁹ "I want now to suggest that *if* Marx was guilty of 'misrecognizing' the order of his own analysis under the title of 'dialectics', this misrecognition was not simply *a mistake*. There are reasons why Marx found himself 'coquetting' with a Hegelian '*mode of expression*': especially so in his analysis of the value-form. These reasons have to do not with any 'methodological' choice or predisposition, nor even with simple flirtatiousness, but rather with the peculiar character of the objectivity which belongs to economic value: with the character of what Marx called the 'value-objectivity' - the 'Wertgegenständlichkeit' - of commodities." (ROSENTHAL, 1998, p. 134)

segundo o seu próprio critério, a ilusão de uma identidade total. (ADORNO, 2010, p. 12-13)

4. O Capital em Geral e o Capital Social Total

Há uma transversalidade e uma convergência entre a temática do papel relativo de elementos do uno face aos do múltiplo com os mais diversos debates suscitados pelas novas edições críticas dos textos de Marx pela MEGA 2. O conceito de *capital em geral*, a lei da tendência decrescente da taxa de lucro, a pertinência do uso da dialética hegeliana na releitura da obra tardia de Marx, a transformação dos valores em preço de produção e outros debates tradicionais do campo marxista vêm ganhando uma nova roupagem com tal republicação.

Esta seção retomará o debate ensejado pela publicação, em 1989, de um artigo de Michael Heinrich, um dos membros do projeto da MEGA 2, criticando a aplicação nos estudos sobre a obra tardia de Marx do conceito de *capital em geral*, que aparece nos *Grundrisse*. Tal conceito, valorizado pela publicação dos próprios *Grundrisse* (que aparece pela primeira vez em 1939, numa publicação do Instituto Marx-Engels-Lenin da União Soviética) e principalmente pela publicação, em 1968, do livro de Roman Rosdolsky (2001) *Gênese e Estrutura de O Capital de Marx*, teria sido, segundo a interpretação de Heinrich, deixado de lado pelo próprio Marx. A base para o argumento de Heinrich é a publicação dos escritos econômicos de 1863-1865 (uma espécie de segundo rascunho de *O Capital*, que teria provido o elo de ligação entre os *Grundrisse* e *O Capital* – MOSELEY, 1995, p.16), nos quais Marx teria tentado desenvolver esse conceito, e se deparado com sua insuficiência.

A nosso ver, tal artigo e as noções que ele polemiza iniciam os diversos debates referentes ao impacto suscitado pela republicação das obras de Marx no âmbito do projeto MEGA 2. Ademais, ele também levanta questões que auxiliam a expor a relevância de investigar a tensão entre duas definições de capital que podem ser extraídas do capítulo quarto do livro I de OC (e que será objeto de uma discussão mais aprofundada na seção 7 do próximo ensaio). Por fim, ele fornece igualmente as linhas gerais de uma nova faceta do debate em torno da polêmica questão envolvendo a lei tendencial da queda da taxa de lucro, à qual o próprio Heinrich (2013a; 2013b) dará continuidade posteriormente (e que será objeto do terceiro ensaio desta tese).

Na sequência, a subseção 4.1 resgata os pontos do argumento de Heinrich para fazer uma apreciação crítica deles. A 4.2 apresenta os debates suscitados pelo referido artigo, dando-se especial destaque às críticas de Paul Burkett.

4.1 A Crítica de Heinrich ao Conceito de Capital em Geral

O conceito de *capital em geral*, trabalhado em dimensão mais profunda nos *Grundrisse*, é similar à postulação do capital como um sujeito automático na primeira parte do capítulo quatro do Livro I de *O Capital*. Já as análises das relações sociais diretas e da concorrência como um movimento que põe diferentes capitais uns em relação aos outros, podem levar à compreensão do conceito de *capital social total*.

A defesa feita por Heinrich (1989) da substituição de *capital em geral* por *capital social total* levaria em consideração o fato de que Marx, ele próprio, segundo se evidencia pelos escritos de 1863-65, teria trocado o primeiro e mais abstrato referencial de capital pelo segundo, mais concreto. Para Heinrich, esse segundo e mais concreto conceito estaria melhor identificado com a totalidade (que é compreendida por ele como uma soma do múltiplo).

Ao primeiro conceito, de *capital em geral*, pode ser atribuído um vínculo mais próximo ao universal. Enquanto o *capital em geral* é trabalhado no registro da *universalidade*, o *capital social total*, como a própria expressão diz, é trabalhado no registro da *totalidade*⁷⁰ e diz da interação entre os capitais individuais como multiplicidade na concorrência. Esse debate prosseguiu com Paul Burkett (1991), Fred Moseley (1995) e Roberto Fineschi (2009), este último mais indiretamente, pois trata de toda a Escola alemã (que não foi investigada para este ensaio).

Se a ênfase desta pesquisa é a tensão entre os polos contraditórios da unidade e não a defesa da subsunção de um ao outro, então a questão reside em preservar a dignidade analítica de ambos os conceitos, cada um restrito a seu *momento*. Independentemente das questões da marxologia que investigam o uso de termos específicos por Marx em cada momento de sua

⁷⁰ Totalidade, no sistema hegeliano, é frequentemente diferenciada da ideia de universalidade. Na totalidade estão presentes a universalidade, a particularidade e a singularidade como *momentos* reflexivos. (INWOOD, 1997, p. 307-310)

vida como autor, o objetivo é compor uma totalidade metodológica que auxilie no entendimento teórico e na produção de ferramentas para compreensão e intervenção no capitalismo recente.

Assim, entende-se que, ainda que Marx tenha efetivamente abandonado este ou aquele termo, as razões para tanto não são rigorosamente conhecidas. A atuação política concreta de Marx – marcada pela intenção de fazer *O Capital* ser compreensível para a classe trabalhadora e o afastamento de terminologias demasiadamente filosóficas – pode ser uma das justificativas para as alterações, como argumentam Burkett e Moseley. Independentemente da veracidade ou não dessa alegação, nosso objetivo é construir teorias críticas pertinentes para compreender o capitalismo contemporâneo e suas contradições. Assim, ainda que o objetivo de Marx tenha sido outro, se tais categorias forem pertinentes para a análise do capitalismo recente, elas mantêm sua validade dentro do escopo da dialética que esta tese busca defender.

Para Heinrich (1989, 66-67), a exposição de Marx do *capital em geral* seria abstrata ao desconsiderar a *existência* dos múltiplos capitais e isso seria inconsistente com o projeto materialista. De fato, é difícil se opor à ideia de que o conceito de capital em geral seja abstrato. Mas, na perspectiva que desenvolvemos nesta tese, não há inconsistência entre tal caráter de abstração e o materialismo de Marx. Tem-se aqui em vista que o *capital em geral* pode ser contextualizado como um momento da essência, o *fundamento formal*. Assim, ainda que ele seja abstrato com relação à manifestação empírica dos capitais, isso não constitui problema, desde que a abstração seja abordada como *momento* do conceito, não como sua totalidade.

O ponto central do argumento de Heinrich é que, diferentemente do que teria feito em OC, Marx não teria, nos *Grundrisse*, começado do capital individual e empírico, mas de uma forma geral, abstrata, (HEINRICH, 1989, p. 67). Tal aspecto da crítica de Heinrich é refutado por Burkett, refutação esta que este ensaio comunga. Em primeiro lugar, não conseguimos imaginar qualquer indício convincente de que Marx tenha começado OC, em qualquer uma de suas partes, por qualquer elemento que não seja geral e abstrato, desenvolvendo, na sequência, as determinidades em direção ao aumento dos níveis de concreção.

Especificamente, nos termos da apropriação que este ensaio faz do capítulo sobre a transformação do dinheiro em capital, no Livro I de OC, Marx não muda este procedimento de começar com o que há de geral e abstrato. Com efeito, a primeira definição de capital que aparece em OC (o capital é um movimento, o movimento de valorização do valor) é geral, universal e lógica, mostrando-o como um sujeito automático, ainda que ele não seja aí chamado de *capital em geral*.

Ele ainda critica o fato de que o *capital em geral*, para existir, necessita da existência da circulação de capitais e da reprodução dos elementos materiais que constituem seu movimento, algo que só é possível levando-se em consideração os múltiplos capitais. Assim, a partir de uma noção geral de capital, Marx deveria derivar os múltiplos capitais, o que seria impossível, já que o *capital em geral* depende desses múltiplos capitais para existir. Seria o problema de um raciocínio circular, em que a causa pressupõe o causado.

As primeiras dificuldades já tinham se mostrado evidentes nos *Grundrisse*. No decurso do estabelecimento do processo de circulação do capital Marx encontrou o problema de os elementos materiais do capital terem de ser reproduzidos, assim como os meios de vida, mas que essa simultânea reprodução só poderia ser apresentada a partir da consideração da troca entre diferentes capitais. Isto é, que as características imanentes do processo de circulação necessitam da apresentação dos diferentes capitais. Contudo, isto não era possível por conta do nível de abstração do 'capital em geral'. Aqui Marx não podia fazer nada mais do que oferecer sua garantia. (HEINRICH, 1989, p.68).⁷¹

De fato, a exposição de OC parece estar de acordo com o fato de que o capital, para existir, precisa dos muitos capitais em concorrência. Todavia, que o *fundamento* ponha o *fundado*, ao mesmo tempo em que o pressupõe é algo que é explícito na CL e, como buscaremos desenvolver na última seção do próximo ensaio, também é coerente com a exposição de OC, bem como com seu objeto. Logo, não parece ser um problema lógico nem ontológico.

Ao recorrer à CL essa dificuldade problematizada por Heinrich deixa de ser um impedimento à análise rigorosa. Que um conceito pressuponha algo que ele mesmo põe não é de nenhuma estranheza para a dialética. O *ser puro* da CL pressupõe o desenvolvimento do Espírito da *Fenomenologia* (HEGEL, 2002) – no qual a ideia e a verdade são desenvolvidas e fazem parte daquilo que acaba sendo pressuposto pelo *ser puro*. Todavia, esses mesmos conceitos são desenvolvidos na CL pelos movimentos de suas próprias determinações interiores, que começam a ser postas em movimento no *puro ser*.

Em suma, o principal argumento de Heinrich, dentre aqueles que não consistem simplesmente em comparar os *Grundrisse* com os textos de 1863-1865 ou com OC, trata da questão da ordem expositiva dos conceitos. Para dialéticas que seguem os desenvolvimentos da

⁷¹ “The first difficulties were already evident in the *Grundrisse*. In the course of setting out the circulation process of capital Marx encountered the problem that both the material elements of capital as well as the means of life had to be reproduced, but that this simultaneous reproduction could only be presented by considering the exchange between different capitals. That is, the immanent characteristics of the process of circulation necessitate presenting different capitals. However, this was not possible because of the proposed level of abstraction of 'capital in general'. Here Marx could do nothing more than offer the assurance.” (HEINRICH, 1989, p. 68).

CL, a *questão da ordem* da exposição dos momentos de um objeto conceitualmente desenvolvido não é trivial; é, em realidade, bastante complexa, e será desenvolvida adequadamente na terceira seção do próximo ensaio. Por ora, o que nos basta aqui é indicar que o que é um problema para Heinrich não parece ser um problema para o projeto dialético, nem para as interpretações desenvolvidas neste trabalho sobre as dialéticas de OC e CL.

Nesse sentido, é conveniente lembrar, por exemplo, que a existência da *mercadoria* como aparência dominante da forma social da riqueza no capitalismo pressupõe a *acumulação primitiva* e a antecede no texto (já que sem a *acumulação primitiva* e, pois, sem o início efetivo da circulação capitalista, a forma *mercadoria* não pode se impor e constituir tal aparência). Que a mercadoria exista na forma capitalista que inicia a análise de Marx em OC pressupõe, também, o capital e, ainda assim, é partindo dela que Marx desenvolve o dinheiro e chega, deste, ao capital.

Outra crítica veemente de Heinrich ao conceito de *capital em geral* consiste em que não seria possível derivar desse conceito *todas* as determinações da *forma*. Estamos de acordo com Heinrich com relação a este ponto, mas não com a suposição de que ele seja, de fato, um problema.

‘O capital em geral’ foi abalado porque não era possível elaborar *todas* as determinações da forma (*Formbestimmungen*) que seriam necessárias para a transição da ‘generalidade’ ao ‘movimento real’ na abstração do movimento dos muitos capitais. Era necessário considerar uma relação específica entre o capital individual e o capital social total tanto no processo geral de reprodução quanto no processo de equalização que produz a taxa média de lucro. No entanto, apresentar tal relação *parecia se tornar circular* (HEINRICH, 1989, p. 75, tradução minha, itálicos meus).⁷²

Do ponto de vista aqui abraçado, para uma dialética que se pretenda imanente, não é necessário, nem desejável, nem tampouco possível que *todas* as formas de uma teoria possam ser derivadas de um *momento* único de seu desenvolvimento, seja ele algum dos *momentos* que os teóricos apresentados na seção anterior defendem como começo da ciência – como *capital em geral*, *mercadoria* ou *valor*, seja qualquer outra proposta que o pensamento marxista tenha levantado ou levante no futuro.

⁷² 'Capital in general' was shattered because it was not possible to elaborate *all* the determinations of form (*Formbestimmungen*) which would have been necessary for the transition from the 'generality' to the 'actual movement' in abstraction from the movement of many capitals. It was necessary to consider a specific relation between the individual capital and the total social capital both in the overall process of reproduction and the process of equalization which yields the average rate of profit. However, *presenting such a relationship seemed to become circular*. (HEINRICH, 1989, p. 75)

Que nossa afirmação seja tão taxativa deriva da centralidade dos momentos imanentes e não lógicos do objeto em questão, que residem na mesma dinâmica empírica da realidade que Heinrich defende. Supor que *todos* os momentos de uma teoria possam ser derivados de um único conceito, seja ele qual for, é algo incompatível com o projeto dialético tal como aqui defendido. Segundo Marx (2013, p. 391): “É preciso que as tendências gerais e necessárias do capital sejam diferenciadas de suas formas de manifestação”. O caráter *contingente*, que é *necessário* à dialética imanente, é investigado, sobretudo, nas seções 5 e 6 do segundo ensaio. Na seção 5 esse caráter é relacionado com o *fundamento real*, na seção 6 com o negativo de Adorno. Mas ele também foi abordado ao final da seção anterior do presente ensaio, com a apresentação da posição de Ruy Fausto, segundo a qual a “necessidade é ... contingência” (FAUSTO, 1987, p. 197).

Para Heinrich, no Livro I de OC o *capital social total* aparece como uma soma aritmética de todos os capitais (HEINRICH, 1989, p. 75). Sobre esta última afirmação, em nossa leitura do Livro I, é difícil concordar que este seja um *momento* central da definição de capital. Entretanto, pode ser compreendido que capítulos como *Maquinaria e Grande Indústria* trabalhem neste registro. Ainda assim, considera-se aqui que se tratam de momentos do fundamento social e de sua relação com o fundado empírico e múltiplice. Em tais passagens Marx utiliza, com frequência, o conceito de base (*Grundlage*), que será discutido na seção 5 do ensaio 2. A *relação de fundamento* (social) é compreendida aqui como uma chave importante para conciliar os momentos da exposição de Heinrich com as vertentes mais hegelianas do marxismo, como será elaborado ao final da subseção seguinte.

O capital enquanto sujeito automático, em seus movimentos lógicos, não é explicitado em nenhum ponto do artigo de Heinrich, embora marque presença decisiva no Livro 1 de OC. Todavia, e aí aparece o ponto de maior convergência entre aquilo que é defendido neste ensaio, ele conclui seu artigo defendendo as seguintes posições:

Em O Capital Marx reconheceu que o ‘movimento real da concorrência’, que meramente executava as leis do capital mas não as estabelecia, *não era idêntico* ao movimento dos muitos capitais, mas simplesmente constituía uma de suas partes. [...] Finalmente, emerge a questão sobre o que requer o estudo do ‘movimento real’ da concorrência: ele é mera aplicação dos conceitos gerais a um período histórico concreto **ou** o entendimento de como essas leis gerais são executadas no ‘movimento real’ demanda uma investigação historicamente específica do político com o econômico e sua cristalização em

formas institucionais? (HEINRICH, 1989, p. 77, tradução minha, itálicos meus).⁷³

Não poderíamos estar mais de acordo com as considerações de Heinrich neste parágrafo. Seu apontamento sobre o elemento não-idêntico coincide por completo com os desenvolvimentos deste e do próximo ensaios. Todavia, é nesta mesma citação que se encontra sintetizada em uma palavra a origem do maior desacordo com este autor: trata-se do termo **ou** destacado no texto.

Todo a investigação que sustenta esta tese está pautada sobre a necessidade de construir uma abordagem que transforme este **ou** em **e**. Excetuando a caricatura feita sobre autores comprometidos com leis gerais como “meros aplicadores”, trata-se de compreender como leis gerais se manifestam na multiplicidade e contingência históricas. Ao mesmo tempo, trata-se de manter viva a perspectiva de uma reflexividade negativa, *verdadeiramente infinita*, entre a história e a lógica dos conceitos construídos imanentemente sobre ela. As relações políticas, econômicas, culturais específicas (sociais, de modo genérico), em processamento real na história, são construídas e reconstroem as *formas sociais* – na riqueza do instante, na *piscada de olhos* (*Augenblick*) sucessiva. O *fundamento formal*, abstrato e uno, é fundado por aquilo que funda e, assim, pode ser compreendido na sua completude como *fundamento social*. São essas questões e propostas o objeto do próximo ensaio.

É bastante intrigante que, de modo geral, os pontos levantados por Heinrich sobre os procedimentos de Marx em OC estejam quase que totalmente de acordo com os resultados da investigação que se compõe dos dois primeiros ensaios desta tese e, ao mesmo tempo, suas conclusões sejam tão destoantes das que tecemos aqui. Algo similar ocorreu com a exposição de Rosenthal na seção anterior.

Compreende-se que essa similaridade seja algo relacionado às novas tendências alemãs de estudos sobre a obra de Marx, às quais Rosenthal faz referência. Há algo que parece se relacionar com alguma rejeição mais notável das categorias e termos de extração hegeliana. Talvez essa rejeição tenha ainda alguma relação com os desenvolvimentos marxistas da

⁷³ “[...] in Capital Marx recognised that the 'real movement of competition', which merely executed but did not establish the laws of capital, is not identical with the movement of many capitals but simply constitutes one part of it . [...] Finally, the question emerges as to what a study of the 'real movement' of competition entails: is it merely the 'application' of general laws to a concrete historical period or does an understanding of how these general laws are executed in the 'real movement' demand an investigation into the historically specific relation between the political and the economic and its crystallisation in institutional forms.” (HEINRICH, 1989, p. 77).

República Democrática Alemã, ainda que Heinrich seja natural da RFA, mas esse assunto mereceria outra investigação.

A forma específica através da qual esta tese busca demonstrar que o movimento real se expressa negativamente com relação às leis gerais e aos desenvolvimentos lógicos é bastante distinta daquilo que se entrevê no texto de Heinrich, sobretudo pela remissão a Hegel. Na delimitação aqui definida, os pontos que intercalam movimentos gerais e abstratos e graus de abstração mais próximos da concretude não são estanques. Em nossa leitura, os complexos que perfazem movimentos gerais e específicos aparecem em todos os níveis de abstração, que não são tratados com divisões e separações tão rígidas. Cabe ainda enfatizar que isso não significa um caos expositivo, pois toda essa interpenetração aparece com distintos graus de ênfase em cada nível de abstração.

Se a efetividade é tratada no Livro 1 de OC, como pode-se observar em capítulos como Maquinaria e Grande Indústria, o ponto de partida da análise, a nosso ver, repousa ainda sobre as determinações mais abstratas e gerais. Como será desenvolvido na seção sobre as determinações de reflexão (seção 4 do ensaio 2), trata-se de um *retorno ao fundamento* (*in seinen Grund zurückgehen*). Como será exposto na referida seção, esse fundamento pode ser compreendido como a posição efetiva da essência nos elementos não-essenciais e negativos que compõem a manifestação contingente das relações capitalistas.

4.2 A Resposta de Paul Burkett a Heinrich

A primeira resposta direta ao artigo de Heinrich foi publicada na revista *Capital & Class*, em 1991 por Paul Burkett. Para ele, o principal ponto de Heinrich com relação ao conceito de *capital em geral* é que ele teria sido despedaçado (*shattered*) por não se mostrar capaz de permitir, a partir de si, a derivação de todas as formas de determinação do capital (o que teria levado Marx a abandoná-lo).

Paul Burkett (1991) vai dividir em dois pontos suas principais críticas a Heinrich. O primeiro ponto seria uma compreensão equivocada, por parte de Heinrich, do conceito de *capital em geral*:

Primeiro, a distinção de Heinrich entre ‘capital em geral’ e ‘muitos capitais’ é diferente da de Marx e também da de Rosdolsky. Uma vez que esse equívoco

seja corrigido, parece de fato que a ordem dos conceitos em O Capital mantém a distinção entre ‘capital em geral’ e ‘muitos capitais’ [...]. (BURKETT, 1991, p. 51).⁷⁴

Segundo Burkett, a forma como Heinrich interpreta o *capital em geral*, como algo composto pela totalidade daquilo que há de comum em todos os capitais, perderia de vista o ponto que era central, para Marx, nessa definição, já nos *Grundrisse*: o *capital em geral* definiria a diferença específica do capital (e, portanto, dos capitais individuais) com relação a todas as demais formas de riqueza. Trata-se, portanto, de uma definição focada na investigação historicamente específica sobre o modo de produção capitalista.

Esta questão está ligada a um ponto também importante do artigo de Heinrich: para ele há uma reformulação fundamental no método analítico de Marx entre os *Grundrisse* e OC. Segundo Heinrich, somente em OC o modo de produção capitalista é o objeto central de investigação, o que não se coaduna com a funcionalidade da definição de *capital em geral* que estaria mais de acordo com aquela de Marx, segundo Burkett e segundo a qual, portanto, toda a discussão sobre os *Grundrisse* não tem como não ser considerada ela própria uma discussão sobre o capitalismo e o capital. Este crítico de Heinrich rejeita, portanto, essa afirmação e assenta sua rejeição em várias citações que extrai do próprio Marx, e também de Rosdolsky.

A segunda crítica, de Burkett é sintetizada pelo autor do seguinte modo:

Segundo, o método de abstração de Marx não pode ser reduzido a uma estrita contraposição do ‘capital em geral’ e da ‘concorrência’ (Heinrich, 1989, p.73). Embora parte do problema aqui advenha da compreensão equivocada do ‘capital em geral’, Heinrich também parece não estar a par do método dialético de Marx de desenvolver as categorias. (BURKETT, 1991, p. 51).⁷⁵

A afirmação acima relaciona-se com a leitura dos *Grundrisse* feita por Heinrich, que é o elemento fundamental das críticas de Burkett (1991) e Moseley (1995). Como nos rascunhos de 1857-1858 Marx faz uso mais direto das terminologias e conceitos hegelianos, essa crítica endossa o ponto de que o maior problema da interpretação de Heinrich parece se encontrar em alguma forma de rejeição da terminologia hegeliana, como também foi argumentado com

⁷⁴ “First, Heinrich’s distinction between ‘capital in general’ and ‘many capitals’ is different from that of Marx and Rosdolsky. Once this misinterpretation is corrected, it appears that the ordering of concepts in Capital actually maintains the distinction between ‘capital in general’ and ‘many capitals’.” [...]. (BURKETT, 1991, p. 51)

⁷⁵ “Second, Marx’s method of abstraction cannot be reduced to a strict counterposition of ‘capital in general’ and ‘competition’ (Heinrich, 1989, p.73). Although part of the problem here stems from the mis-specification of ‘capital in general’, Heinrich also seems to be unaware of Marx’s dialectical method of developing categories.” (BURKETT, 1991, p. 51)

relação ao caso oposto, na nossa tipologia da relação uno-múltiplo (a escola *Uno/Sekine* e a *Dialética Sistemática*).

É de extrema relevância para a investigação desenvolvida nesta tese que apareça nesses autores antípodas, o mesmo compromisso com a identidade de *um* dos polos da relação uno-múltiplo (o do *uno* para a Escola Uno/Sekine e a Dialética Sistemática, o do *múltiplo* para Heinrich). Para todo esse conjunto de autores, as leituras sobre Hegel parecem mais distantes das abordagens recentes sobre o filósofo (como foi apontado por Lange (2016) a respeito da *Nova Dialética*). Consequentemente, elas são mais próximas de leituras dogmáticas que atribuem a Hegel um tipo de idealismo transcendental.

Assim, pois, entendemos como premente a necessidade de *desmoronar* nossas certezas diante dos desenvolvimentos que buscam no autor o retorno aos fundamentos da dialética. Ou, de acordo com a escrita mais esteticamente inspirada de Gérard Lebrun:

[...] Basta seguir o movimento do texto, *deixá-lo desmoronar nossas certezas* e assim nos darmos conta de que já entramos, silenciosamente e sem perceber, neste « novo modo de pensar » [...] Quanto a destacar a originalidade do discurso que tem como nome « Sistema » e quanto a determinar seus fatores, um estudo bem diferente seria necessário. *Este estudo aqui é puramente negativo*. Trata-se somente do abismo que separa o leitor do texto onde ele acreditava poder entrar com os dois pés ou, pelo menos, tendo que transpor somente obstáculos de natureza terminológica. Se o Conceito não possui um Outro fora dele, esta incorporação de toda alteridade cria um vazio aparente em seu entorno: é sobretudo com relação a este aspecto que estivemos atentos. Percorremos um planeta insólito sem reconhecer nada que o torne comparável ao nosso. (LEBRUN, 1972, p. 18, tradução minha, *itálicos meus*).⁷⁶

⁷⁶ “[...] Il suffit de suivre le mouvement du texte, de le laisser dévaster nos certitudes et de prendre ainsi conscience que nous sommes déjà entrés, sans bruit et à notre insu, dans ce « mode de pensée nouveau » [...] Quant à dégager l’originalité du discours qui a nom « Système » et quant à déterminer ses facteurs, une étude bien différente serait nécessaire. Celle-ci est purement négative. Il n’y est question que de l’abîme qui sépare le lecteur du texte où il croyait pouvoir entrer de plain-pied ou, tout au moins, sans avoir à franchir d’obstacles autres que terminologiques. Si le Concept n’a pas d’Autre en dehors de lui, cette résorption de toute altérité crée un vide apparent autour de lui : c’est à cet aspect qu’on a surtout été attentif. On parcourra une planète insolite sans y reconnaître rien qui la rende comparable à la nôtre.” (LEBRUN, 1972, p.18).

ENSAIO 2

ORGANIZANDO A CONTRADIÇÃO – A Dialética e as Formas Sociais

Trinta raios convergem ao vazio do centro da roda
 Através dessa não-existência existe a utilidade do veículo
 A argila é trabalhada na forma de vasos
 Através da não-existência existe a utilidade do objeto
 Portas e janelas são abertas na construção da casa
 Através da não-existência
 Existe a utilidade da casa
 Assim, da existência vem o valor
 Da não existência a utilidade

LAO TSÉ

Introdução

Há algo de comum entre a crítica de autores pós-estruturalistas aos enunciados universais, as disputas em torno de projetos políticos de perspectiva anticapitalista e alguns debates no interior do marxismo: a tensão no relacionamento entre unidade e multiplicidade. Em última instância, essa tensão se mostra do problema da práxis científica e até mesmo nas práticas *mainstream* da ciência ela marca presença, basta notar a forma mais geral e vulgar como o problema do método científico é apresentado nos manuais de metodologia científica utilizados nos cursos de graduação: a divisão entre dedução e indução.

Tal é, de modo simples, a tensão e a contradição entre o pensamento e a coisa pensada. O primeiro se expressa por categorias, identidades, diferenças, limitações e relações lógicas; o segundo se movimenta no concreto sensível como algo múltiplo, contingente e por sua lógica própria, não-idêntica à do pensamento. Neste ensaio, e na tese como um todo, os termos e categorias que polarizam esses debates são separados como elementos da ordem do *uno* ou do *múltiplo*.

No polo do uno temos elementos como: universal; geral; absoluto; “o todo”; lógico; necessário; determinado; idêntico etc. No múltiplo, seguem: particular; específico; relativo; “as partes”; sociológico; contingente; indeterminado; não-idêntico (que pode ser diferente, diverso, oposto ou contraditório) etc.

Assim, é possível pôr na ordem do discurso teórico o questionamento sobre como se relacionam universalidade e particularidade na objetividade social. Se, por um lado, Hegel, na *Ciência da Lógica* atribuiu a tal questionamento a ordem do *conceito*,⁷⁷ Marx decidiu que, dado o objeto concreto da *Economia Política* e da luta de classes, o correto seria tratá-lo no âmbito das *formas sociais*.

Neste ensaio o desdobrar da dialética será acompanhado até alcançarmos um desenvolvimento mais preciso do conceito de *forma social*. A partir daí, tentaremos expor como superar certas dicotomias que se apresentam nos debates dentro do marxismo, de modo a aproximar a noção de *fundamento completo* da CL de Hegel do *fundamento social* que dá sustentação ao conceito de *forma social* em Marx. Tenta-se assim mostrar que é possível, por meio da apropriação da CL, atentar para e entender os elementos efetivos, sociais e políticos da realidade, de modo que seja possível a incorporação de elementos reais da luta de classes numa análise coerente com a dialética mais filosófica.

Entende-se aqui o projeto dialético como aquele que visa organizar a contradição. O objetivo central deste ensaio é, portanto, com o foco colocado na noção de *forma social*, contribuir para a reflexão em torno da própria noção de dialética e principalmente de seu lugar como parte do “método”⁷⁸ da Economia Política. Espera-se que isso auxilie na tarefa de manter viva uma dialética que, pela sua própria essência e formação histórica, seja crítica. Sabendo que toda uma tradição que vem de Hegel entende a dialética como um “espírito de contradição organizado” (Arantes, 1996, p. 213), a torção feita aqui, que predica a dialética como *projeto* e não como *espírito* é intencional.

Este ensaio, portanto, busca acentuar a dimensão propositiva da intervenção no interior do debate intelectual, embora não perca de vista a negatividade inerente à dialética enquanto *espírito*. Assim, considerando a intelectualidade como um campo social *em disputa* e *de disputa*,

⁷⁷ Na dialética de Hegel, o *conceito* (*Begriff*) constitui toda a terceira parte da *Ciência da Lógica*. Ele pode ser concebido como uma totalidade que envolve os movimentos negativos do conceituado e o próprio complexo de momentos e reflexões tais como eles são atribuídos pelo pensamento por meio da atividade conceitual. Como a *Doutrina do Conceito* da CL não é objeto deste ensaio, nem desta tese, sua profunda complexidade não será adentrada. Todavia, *conceito* é também utilizado pelo mesmo Hegel no sentido de um complexo de categorias que buscam envolver intelectualmente um objeto, incluindo nisso todo o peso do negativo contido naquilo que escapa à apreensão total pelo pensamento. As definições, por exemplo, não são *conceitos*, mas momentos particulares de seus movimentos que podem ser limitados a uma dimensão específica do objeto conceituado.

⁷⁸ As aspas aqui se referem ao caráter problemático que envolve a noção de método (levantado na seção 3 do ensaio anterior). Como não é tarefa desta investigação adotar um posicionamento fechado sobre o que viria a ser, de fato, o método, preferiu-se não demarcar uma opção clara pelo uso ou rejeição do termo.

a intenção é participar da *posição* da dialética enquanto *projeto*, ainda que se opere na dimensão do *espírito*.

Pode-se dizer, a partir dos desenvolvimentos do ensaio anterior, que nos campos da crítica há uma tendência em polarizar teorias conforme a oscilação entre o universal e o particular (ou do uno e do múltiplo). Com relação a isso, é indiferente os debatedores estarem mais ou menos investidos na tarefa de organizar a contradição dos fenômenos sociais. A prioridade analítica de cada um, intencionalmente ou não, delimita os determinantes centrais de sua compreensão sobre o processo sócio histórico: do lado da universalidade, esses determinantes se encontram principalmente naquilo que se move com o aparente automatismo lógico-conceitual; do lado da particularidade, trata-se da indeterminação vinda da contingência e das disputas que efetivamente acontecem no cenário da história, da política e da luta de classes.

Diante disso, busca-se aqui construir uma pequena caixa de ferramentas que auxilie na conciliação entre esses polos, tendo como questão central a noção de *forma social*, que foi mobilizada, mas pouco tratada como conceito ou categoria em si. Karl Marx, criador do termo, nunca o definiu, como também foi o caso da tradição marxista até os anos 1980, com as primeiras publicações ligadas a novas estratégias de recuperação da influência da CL em OC, como abordado no ensaio anterior. Mesmo nos grupos ligados a essas publicações, por vezes o termo é tratado por um uso dedutível do vernáculo, sem maiores contextualizações – tais autores não foram abordados com respeito à questão, por não auxiliarem no desenvolvimento do conceito em si.

Sendo assim, o esforço deste ensaio é cunhar, a partir da investigação da CL em conjunto com OC, as versões “sociais” de algumas das *formas do movimento* contidas na *Doutrina da Essência* (CL) para, ao fim, circunscrever de modo mais preciso aquilo que poderia ser entendido como *forma social*. Além disso, busca-se explicitar, por meio de tal investigação, alguns elementos centrais de uma formulação da dialética que tem como objetivo ser praticamente utilizável na análise concreta da realidade socioeconômica atual.

A estrutura e a organização deste ensaio buscam reproduzir na forma seu próprio conteúdo, conforme será desenvolvido na seção 3, sobre a importância de o ordenamento dos conceitos ser adequado ao objeto ao qual eles são imanentes. Assim, o objeto aqui não é o *logos* em seu movimento de relação com os objetos, como é o caso da CL, nem tampouco a Economia Política, como em OC. O objeto ao qual este ensaio busca se manter imanente se encontra na própria produção científica orientada pela dialética que se inspira nos traçados

metodológicos produzidos por Hegel e Marx. Sobretudo, tal objeto se apresenta prioritária, mas não exclusivamente, no interior do campo acadêmico da *Economia Política Marxista*. Assim, a totalidade da qual nos ocupamos aqui é a produção científica dialeticamente orientada no campo acadêmico, sendo seu recorte específico a conciliação entre as posições que assumem os elementos do uno ou os do múltiplo, mantendo, no entanto, a tensão contraditória necessária a tal unificação.

Este ensaio se ocupa diretamente dos desenvolvimentos teóricos e meta-teóricos que sustentam a estrutura e a composição dos ensaios desta tese. O ensaio anterior é uma reavaliação das discussões e investigações de outros autores que, mais diretamente, tocam no objeto deste ensaio e que de algum modo estimularam sua construção. Todavia, o primeiro ensaio já estava pautado pelos desenvolvimentos e conclusões desenvolvidos neste, ele põe aquilo que pressupõe.

No começo da investigação o que existia eram as certezas derivadas das formações e conceitos anteriormente apreendidos – o começo da exposição não foi diferente, mas o que havia de determinado e sistemático eram as formulações dos interlocutores convocados. Diante de todas essas certezas e definições sobre o que viria a ser a *dialética*, as *formas sociais*, o *fundamento*, a ciência, a objetividade e as diversas outras determinidades levantadas, a disposição e a proposta desta investigação foi *ir ao chão* (*zu Grund gehen*), provocar um *desmoronamento*, um *abismamento* (*zugrunde gehen*) de tais certezas, legadas ao vazio da “profundidade a que não se acha fundo” entre sujeito e objeto.

O método (no sentido de modo e procedimento prático) de execução de tal empreitada foi observar a arena de debates intelectuais sobre nosso objeto, supondo ser cada posição oposta uma expressão exterior das contradições do próprio objeto. Após o primeiro ensaio, neste *momento da exposição*, já com algum vislumbre da organização do caos contraditório das discordâncias teóricas, o intento é *rememorar* (*Erinnerung*), na *base* (*Grundlage*) das dialéticas da imanência de Marx e Hegel, os *fundamentos* do nosso objeto, perdidos no *desmoronamento*. Retornar ao fundamento do objeto (*in seinen Grund zurückgehen*), recuperar a razão perdida.

Assim, o começo deste ensaio, sua primeira seção, não poderia ser outra coisa, senão buscar compreender o que é isso que se chama de *dialética* ou melhor, qual dialética construir, qual dialética precisamos, qual dialética queremos. Afinal, se há algo que não está definido em algum plano transcendental, esperando a iluminação do sujeito científico para ser descoberta em alguma forma positiva de verdade dos fatos, esse algo é a dialética. As posições anteriormente expostas são dotadas de alto nível de coerência interna, preocupação com o

objeto e capacidade analítica. Não parece haver, portanto, algum critério seguro para determinar qual a verdadeira definição. Cabe, então, com base no debate, no conhecimento do objeto e nos intuítos deste trabalho (em termos de prática social), construir uma conceituação de dialética adequada aos objetos e propósitos elegidos.

Naturalmente, a definição de dialética, estabelecida de tal modo, implica e é implicada por uma teleologia social, conseqüentemente implica um modo de relação com os objetos e um modo de falar deles. A segunda seção se ocupa de parte deste modo de falar: é possível estabelecer juízos reflexivos de identidade sobre os objetos da dialética? Ou seja, é possível definir algo na dialética? Quais as atitudes a serem tomadas diante dessas definições? Essas são as questões da segunda seção.

A seção 3 se ocupa ainda da forma de falar dos objetos, mas já em um processo mais avançado de contato com esse *fundamento-chão* (*Grund*). Suas perguntas mobilizadoras são: como organizar discursivamente as *determinações* e *determinidades* interiores do objeto? Em outros termos, com o que *deve* começar a ciência e que ordem ela deve seguir no encadeamento dos momentos do objeto dispostos no texto? (O *deve*, aqui, se refere à necessidade do próprio objeto e da relação que se busca estabelecer com o mesmo).

As seções 4 e 5 se ocupam mais diretamente de trazer à tona as categorias da CL que são centrais a esta investigação e buscar produzir suas versões adequadas ao projeto dialético tal como defendido por esta tese.

A seção 6 retoma o debate intelectual de outros autores sobre o projeto dialético. Todavia, essa retomada se dá sobre um solo mais concreto do que o do primeiro ensaio. Em alguma medida, o que lá era *aparência*, tão *imediata* quanto possível, aqui é o *aparecimento mediado* pela *forma, social*. Adorno e Lukács são dispostos em discussão, sobretudo, com relação ao sentido da negatividade no projeto dialético.

A última seção busca descer mais um nível em direção à concretude e refletir sobre como a subjetividade automática do capital, em OC, se relaciona com os sujeitos reais que atuam na base das relações sociais. Aqui, é de OC que emana a lógica que nos convoca à recuperação de Hegel, fazendo o caminho inverso ao das seções 4 e 5. Da medida e do desmedido, apresenta-se a passagem do capital para o nível da essência.

Os dois próximos ensaios, portanto, nada mais são que não degraus mais fundos na direção dos elementos mais concretos e singulares possíveis. Eles tratam de estabelecer – com os objetos da realidade social, da Economia Política (a taxa de lucro, ensaio 3, e a gestão da

força de trabalho, ensaio 4) – *relações reflexivas*, pautadas pelos princípios levantados nestes dois primeiros ensaios.

1. Que Dialética Queremos?

A percepção geral sobre a dialética é, muitas vezes a de algo indefinível, intangível ou quase inefável, isso quando não é alvo de definições redutoras, como a usual definição “tese, antítese, síntese”. Se o que está em questão é a dialética marxista, essa percepção recebe ainda o peso de ter que desfiar as certezas necessárias para a atuação política direta, que atinge o marxismo por sua relação com as lutas políticas anticapitalistas dos mais diversos matizes, frequentemente rivais entre si.

Como a dialética é, desde o século XVIII, um elemento crucial para um discurso crítico radical, trata-se de:

[mais uma vez reabrir o] processo relativo à dialética, cuja forma não idealista acabou por decair e se transformar em dogma, exatamente como a forma idealista se degradou em patrimônio cultural [...]. A filosofia contemporânea, nas poucas vezes em que trata de algo efetivamente material, sempre recai, uma vez mais, seja no âmbito arbitrário da visão de mundo, seja naquele formalismo, naquele "elemento indiferente" contra o qual Hegel tinha se levantado. (ADORNO, 2010, p. 15)

O que seria essa dialética sobre a qual queremos reabrir o processo? Arantes refere-se a uma conversa entre Hegel e Goethe na qual o primeiro apresenta uma definição para a dialética como algo que “nada mais é do que o espírito de contradição ordenado, e metodicamente cultivado, alguma coisa que se encontra em todos os homens, o dom supremo de distinguir o verdadeiro do falso” (ARANTES, 1996, p. 213).

Para os objetivos deste trabalho, centrado no marxismo e naquilo que se origina das lutas políticas, faz-se necessário, e julgamos que seja possível, reelaborar tal definição. A primeira e menos controversa possibilidade segue o exemplo de Theodor Adorno (2013) e Vladimir Safatle (2016) e substitui *ordenado* por organizado, buscando escapar da problemática

conotação que *ordem* possui no contexto contemporâneo. O foco recai sobre o “espírito de contradição [organizado]” na definição supracitada.⁷⁹

Quanto ao uso do conceito de *Espírito* na citada definição, cabe lembrar que há muitas leituras de Hegel que, nas últimas décadas, reconhecem no espírito hegeliano coisas que não são da ordem daquilo que usualmente os marxistas chamam de idealista.⁸⁰ Ainda assim, para nossos propósitos aqui, o termo pode ser dispensado.

Como já mencionado, o presente ensaio busca produzir ferramentas metateóricas para a construção de conhecimento científico sobre emergências específicas do capitalismo recente, no campo da Economia Política marxista. Deriva daí a escolha de enfatizar a materialidade e as questões sócio-políticas de nossos tempos, o que leva necessariamente em conta os procedimentos metodológicos executados por Marx, compreendidos, porém, no âmbito da mobilização das formas do movimento na CL.

A reformulação da definição de dialética apresenta o cenário em que se disputa conceitualmente a transposição das formas hegelianas do movimento para suas versões especificamente sociais. Para tentar colaborar com a construção de uma metodologia que parta daí e se oriente para o fazer científico, e não puramente filosófico, este ensaio opta por um recorte, dentro da lógica hegeliana e das categorias do capital, para reforçar a centralidade da tensão – no sentido de forças de repulsão e atração – entre os elementos do uno e do múltiplo.

Assim, a dialética necessariamente é uma força de oposição aos princípios da não-contradição e do terceiro excluído,⁸¹ dois dos três postulados base da lógica formal, a qual se coloca como pano de fundo para todo o *mainstream* da ciência moderna. Mesmo se pensarmos nas variadas vertentes que se colocam epistemologicamente para além do positivismo, o *status quo* da ciência negligencia os aspectos contraditórios da realidade observável e taxativamente rejeita o uso da contradição no discurso científico.

A dialética estrutura seus conceitos na reprodução intelectual dos movimentos próprios a seus objetos, o que necessariamente, inclui seus aspectos negativos e contraditórios. Em

⁷⁹ O restante do trecho explicativo de Hegel foge dos objetivos deste ensaio e é bem explorado e desenvolvido pelo próprio Arantes (1996, p. 213-243).

⁸⁰ Cf. (BOURGEOIS, 1991; FAUSTO, 1987; KOJÈVE, 2002; SAFATLE, 2006).

⁸¹ O princípio do terceiro excluído diz que uma determinada proposição somente pode ser verdadeira ou falsa, de modo que qualquer terceira opção (como ela ser verdadeira e falsa ou nem verdadeira nem falsa) está excluída por definição. Por extensão, ao nos perguntarmos se uma dada identidade é verdadeira ou não, a lógica formal não permite pensar que ela seja verdadeira e falsa, ou seja, idêntica e não-idêntica. Assim, a identidade não-idêntica, base da dialética, viola a lógica formal por princípio.

termos da realidade social, isso desencadeia a compreensão próxima dos conflitos, limites e transformações dos objetos analisados, o que constitui um dos principais sentidos de crítica nas dialéticas da imanência. Como projeto científico, a dialética implica noções de verdade também opostas às das epistemologias *mainstream*.

A distinção entre verdadeiro e falso gera implicações nas práticas sociais ao se relacionar com critérios de inteligibilidade, verificação e normatização (sejam eles explícitos ou tácitos). Além disso, paradigmas científicos produzem implicações práticas, tendo em vista a racionalização da produção e das condutas humanas. (LUKÁCS, 2012)

A racionalização das condutas se apresenta, por exemplo, no ambiente produtivo com as técnicas de gestão de pessoas atuantes no controle das relações sociais de trabalho. As disputas por programas educacionais e modos de lidar com a educação formal também exibem projetos científicos explícitos, outro traço da racionalização das condutas e da sua relação com os paradigmas científicos. Padrões de linguagem e formação de cultura contemporânea utilizadas pelas mídias de massa e atuantes na construção de significados ideológicos (senso comum) também manifestam a instrumentalização da ciência como técnica, intervindo na vida prática em sociedade. A expressão disso no mundo do trabalho é o objeto do quarto ensaio desta tese.

Nem sempre são evidentes ou de fácil apreensão os vínculos entre a luta de classes na prática e os aspectos mais basais das teorias críticas sobre a sociedade, como a Economia Política marxista. Desenvolvê-los envolve a necessidade de desenvolver critérios de validação e verificação coletiva dos conhecimentos produzidos. Daí advém a urgência em desenvolver ferramentas intelectuais críticas para compreender a especificidade das *formas sociais* próprias ao capitalismo contemporâneo como *mediação* entre a unidade da *essência* e a multiplicidade das manifestações dessa na concretude.

Tal entendimento permitiria, idealmente, a estruturação de saídas do atual estado de incerteza quanto às estratégias e táticas de ações políticas visando a emancipação do gênero humano do jugo da relação de produção capitalista. Momentos de instabilidade político-social e crises de legitimação normativa das condutas (SAFATLE, 2008), por exemplo, podem ser compreendidos como conectados à ampliação dos efeitos de um estado de emergência econômico, em particular, e de um estado de exceção permanente, em geral (AGAMBEN, 2004; PAULANI, 2008, 2010).

Nesse sentido, parece útil uma formulação explícita da dialética que busque a compreensão da unidade que envolve o caos aparente das contradições, sejam elas contradições da própria realidade social ou contradições entre as teorias, discursos e diretivas práticas de ação.

Isto posto, lembrando que o modo de olhar cientificamente para o mundo possui implicações prático-políticas e que verdade e *episteme* possuem implicações em larga escala nos processos de sociabilidade e prática social, podemos então, a partir da sugestão de Arantes inicialmente apresentada, definir a dialética como um **projeto intelectual e prático-político de organização da contradição em suas manifestações**. Tal projeto deve ser, necessariamente, crítico e radical, pois não é possível avaliar as contradições internas a algo sem ir às suas raízes, analisar seus fundamentos, estrutura, conflitos e limites.

2. Da definição de Dialética e da Dialética como Definição⁸²

Em tal projeto dialético, qual seria a maneira mais adequada de nos referirmos ao nosso objeto? Essa é a questão central da qual se ocupará esta seção. Na *Introdução à Dialética*, Adorno lista para ela duas determinações. Por um lado, ela é uma metodologia, um método ou organização para o pensamento. Por outro, é algo da própria Coisa, uma condição concreta de sua existência, as mediações próprias da Coisa consigo mesma e com o Outro. Para Adorno, a dialética deve servir, ainda, como critério de verificação e avaliação constante do conhecimento produzido e da prática a ele relacionado.

Elevar dos objetos reais ao pensamento seu movimento próprio é algo que pode ser feito a partir da identificação da *negação determinada*,⁸³ atuante entre seus momentos contraditórios. Dito de outro modo ao conceber que toda interação entre elementos se dá *reflexivamente*,⁸⁴ cada termo de uma relação modifica o outro e *passa* (*Übergehen*) na alteridade. A *negação determinada* é o ato reflexivo que *põe* o movimento entre os termos da reflexão na *efetividade*.

⁸² O título da seção é uma glosa, a nosso ver pertinente, do título de trabalho de Paulani (1992): *Do Conceito de Dinheiro e do Dinheiro como Conceito*.

⁸³ Embora seja um conceito amplo que demandaria uma seção própria para o seu completo desenvolvimento, o sentido de *negação determinada* que interessa mais diretamente a este ensaio pode ser definido de modo breve, como será feito em seguida, sem perder de vista que tal definição é limitada.

⁸⁴ O sentido próprio de *reflexão* será elaborado na seção sobre as *Determinações de Reflexão* (seção 4).

Ao *negar* o instante determinado de um objeto, a *outra Coisa*⁸⁵ que com ele se relaciona *põe momentos* de sua nova *forma determinada*.

Ao definir algo, a investigação científica sobre a realidade determina instantes, momentos e características específicas de sua *totalidade*. Definir é, portanto, negar a totalidade daquilo que se busca definir, o que implica determinar um modo particular de perceber algo e de interagir com ele. Definir nos termos da identidade coloca entre o sujeito que define e o objeto definido o hiato do elemento negativo que escapa da definição e impõe que o objeto se mova e se determine para além desta.

Delimitar o sentido com o qual se utiliza a definição é, portanto, escolher um modo de interagir entre o sujeito e objeto. A disciplina dialética, por sua vez, exige uma relação imanente entre ambos. Com Adorno, entende-se a dialética explicitamente como método e ontologia da essência – não de um ser abstrato, mas da essência que condensa reflexividade, negação e movimento. A contradição aparente que surge ao falarmos de uma ontologia da essência e não do ser é, de fato, real e condizente com o que se entende por essência na CL: uma unidade contraditória das determinações da reflexão que se opera entre objeto e sujeito, entre o ser e o conceito. Ou seja, dentro da essência, o ser está pressuposto não de forma abstrata, mas como ser determinado, como *ser aí*. Escreve Adorno na *Dialética Negativa*:

Nenhum ser sem ente. O algo enquanto substrato do conceito, necessário em termos de pensamento, enquanto substrato mesmo do conceito de ser, é a abstração mais extrema do caráter coisal não-idêntico ao pensamento. Essa abstração, porém, não pode ser eliminada por nenhum outro processo de pensamento; sem o algo, a lógica formal não pode ser pensada. Essa não pode ser purificada de seu rudimento metalógico. A possibilidade de o pensamento se livrar desse caráter coisal por meio da forma do “em geral”, ou seja, a suposição de uma forma absoluta, é ilusória. (ADORNO, 2010, p. 119)

A conturbada relação de aproximação e afastamento do sujeito com o objeto não é algo a ser eliminado – ao contrário, é uma marca de radicalidade. Assim como reiteradamente afirmou Marx, que para o humano a raiz é o próprio humano, a disciplina dialética requer a explicitação da *reflexão* entre o humano e a coisa pensada. Pensar o objeto implica e depende da relação prática com o mesmo. A substância, em constante movimento, é o que compõe o sujeito. O “não-conceitual do conceito”, ponto fundamental da Dialética Negativa (ADORNO, 2010) é coisa conceituada, o objeto sobre o qual se pensa e se elaboram os conceitos.

⁸⁵ O termo está aqui posto no singular porque é a forma utilizada por Hegel. Contudo, o próprio Hegel indica que o termo pode designar uma multiplicidade de elementos outros que compõem a alteridade do objeto.

2.1 A dialética e as definições

O desafio de definir o conceito de dialética e de definir conceitos com a dialética é constantemente atestada pelos autores inscritos em seu registro. Reinaldo Carcanholo (2011) sempre buscou lembrar que, na disciplina dialética, os conceitos são avessos a definições, sobretudo se comparados à lógica *mainstream* da ciência atual.

A aversão a definições que autores como Carcanholo expõem é abordada também em um sentido propriamente filosófico, como o exposto por Ruy Fausto (1987). Este ressalta a dependência que a dialética possui das significações obscuras, das zonas de sombra, geradas pela relação conflituosa entre o objeto e a iluminação dos conceitos operados pelo sujeito. Assim, um conceito que se considere bem definido à moda positivista necessariamente seria falho à luz da disciplina dialética, por esconder aquilo que reside na zona de sombra do objeto. Fausto marca também a necessidade de manter em mente a dialética entre posição e pressuposição: aquilo que não está posto, mas pressuposto, em um dado objeto seria descartado pelas definições ordinárias da lógica formal, tornando-as necessariamente incoerentes com a verdade da *Coisa*.

No campo do discurso, os movimentos do *logos* em direção ao conceito absoluto – da identidade que não se esgota na pura identificação – não raro se expressam em uma adequação de seus códigos e sistemas organizativos que visa dar conta da resistência dos objetos à identidade. A exigência de adequação entre o conceito e o conceituado se eleva à linguagem, como atesta Judith Butler (1987) ao estudar o texto hegeliano. Nele, a autora observa especificamente a não-univocidade do verbo “ser” e o raro surgimento do fardo da predicação (*predicative burden*) – quando a atribuição de predicados cria uma identidade aparentemente sólida, mas com a qual o objeto jamais se identifica completamente.

Dessa análise, emerge de forma clara a aplicação, no discurso, da não-identidade característica à reflexão do *conceito* sobre si mesmo. As múltiplas orações subordinadas e o uso extensivo de elipses que Butler extrai do texto hegeliano são descritas, pela autora, como uma forma de a linguagem se adequar à resistência dos objetos à identidade. Para a dialética, as identificações constituem processos não-idênticos em que a relação sujeito-objeto não é trivial, e algo sempre sobra, nunca sendo identificado, reforçando o caráter débil da definição usual.

2.2 As definições na dialética

Ao retomar a definição de dialética como um projeto intelectual e prático-político de organização da contradição, conclui-se então que a disciplina dialética é um projeto necessariamente crítico e radical. Há nesta dialética um movimento constante de enfatizar o não-idêntico, os momentos⁸⁶ de oposição e contradição. Trata-se, paralelamente, de buscar compreender e assimilar por meio da atividade intelectual a contradição e a não-identidade, que não se esgotam em um conceito que seja definido a partir da lógica formal (ADORNO, 2013, p. 40).

Algo sempre resiste na Coisa: classificações, definições, determinações, identidades e conceitos deixam algo de fora. Restam as zonas de sombra não capturadas em uma dada definição, bem como a diferença entre a unidade de um conceito e a multiplicidade das formas de existência e aparecimento dos objetos concretos. Há sempre algo na Coisa que é vazio de conceito, obscuro ao olhar do sujeito, e que foge constantemente à completa apreensão. A Coisa sobre a qual se pensa e se tecem os conceitos é distinta de seus momentos particulares, de seus estados estáticos grafados pelas definições.

O não-idêntico carrega algo daquele elemento do objeto que, ainda que não seja sempre o mesmo, sempre resiste à imposição das predicções e definições. Daí esta dialética, a exemplo da *Dialética Negativa* de Adorno, focar na permanência do não-contato entre sujeito e objeto. Nisso, se opõe ao *mainstream* científico, que coloca como meta a diminuição assintótica da distância entre o conhecimento produzido e a coisa.

A **identidade** entre conceito e *Coisa*, contraditoriamente, é crucial para o encadeamento epistêmico, o que está presente nas versões imanentes da dialética. Aí, a produção científica, ao centralizar o *momento* do não-idêntico – que resiste à determinação e definição – logra pôr na efetividade, inclusive na prática social, a unidade entre conceito e conceituado. A definição, elemento do uno, *identifica* ao explicitar determinidades específicas da *Coisa*.

[...] dialética é precisamente aquilo que se empenha em expressar a oposição entre o sujeito e o objeto, a oposição entre coisa e método [...] e por outro lado

⁸⁶ Como este é outro ensaio, vale a pena repetir uma nota que já consta do ensaio anterior. A palavra *momento* possui no alemão dois sentidos centrais. Quando no masculino, *der Moment*, o termo assume o significado corrente de tempo. Para esse sentido, Hegel geralmente utiliza *Augenblick* (piscada de olhos) ou *das Jetzt* (o agora), não *der Moment*. Momento, no uso hegeliano é *das Moment*, no gênero neutro e caracteriza “a concatenação e inseparabilidade recíproca das partes de um todo ou totalidade” (INWOOD, 1997, p. 309).

deve voltar a pô-los como uno e desta forma erradicar essa oposição do mundo. (ADORNO, 2010, p. 41)

A dialética pode ser entendida como a busca constante pela conciliação entre o pensamento e a coisa pensada, considerando a todo momento as contradições da coisa que devem fazer reflexo em seu conceito. Surge daí claramente uma das limitações do *mainstream*: sua lógica nega à *Coisa* seu direito de não se reduzir à mera identidade de uma de suas determinidades limitadas e específicas.

Ao definir unilateralmente a Coisa com base em uma determinidade arbitrariamente escolhida pelo sujeito cognoscente, a relação prática que se estabelece entre ambos efetiva a arbitrariedade e a limitação impostas pelo sujeito sobre o objeto. O autoritarismo da racionalidade técnica sobre a Coisa, desse modo, se relaciona, nos termos da Economia Política marxista, com o repetido impulso da acumulação ampliada e da exploração do valor excedente. Ou seja, o caráter restritivo das definições sobre a Coisa é organicamente vinculado às ideologias e classes dominantes.

Quebrar a forma padrão de definir, retirar dela sua pretensão de esgotar toda a verdade sobre o objeto e conservar um elemento de clareza, útil para a compreensão mais ampla sobre a disciplina dialética, é uma superação (*Aufhebung*) do próprio significado de definição. Trazer à luz a multiplicidade da manifestação dos conceitos na realidade e o vazio do que escapa à identificação é algo que distingue a dialética das formas convencionais de construir o conhecimento.

Trata-se de fazer oposição ao elemento de autoridade do pensamento sobre a realidade e à manutenção do *status quo* que o modo de produção capitalista impõe à forma técnica e retórica das ciências.⁸⁷ Em vez de ser elemento de manutenção ideológica a serviço das frações dominantes da burguesia, a utilização das definições e identidades pode se interverter (*Umschlagen*) em forma particular da *negação determinada*, submetida ao peso da *negação absoluta* que o *conceito* possui na CL.⁸⁸

Daí defendermos que, no lugar de abandonar as definições em seu autoritarismo conceitual, disputemos politicamente o próprio conceito de definição. Assim, ao explicitar conjuntamente a definição e seus limites, a clareza obtida por meio da explicitação mais direta pode tornar-se elemento de emancipação em vez de ser força autoritária.

⁸⁷ No caso da Ciência Econômica, o papel da retórica no *mainstream* é criticamente analisado por Paulani (2005).

⁸⁸ Sobre a conexão e a diferença entre *negação determinada* e *absoluta*: (SAFATLE, 2006).

3. Uma Questão de Ordem

A recursividade é recorrente na disciplina dialética, em que cada coisa e cada categoria se relaciona de forma reflexiva, ou seja, em que relações de causalidade raramente se dão de forma direta e unidirecional e dificilmente é possível definir um começo e uma consequência seguindo as leis do silogismo. Estabelecer uma coisa como causa primeira (*causa sui*) esbarra em ela já ser, por si só algo causado – às vezes por aquilo mesmo que causa.

O desafio de definir uma sequência no processo de exposição não é desimportante para as pesquisas calcadas na dialética. Posto que esta não é somente um método de pensamento, mas algo que ocorre na *essência* do objeto pensado, o ordenamento do pensamento e da exposição deve refletir, de algum modo, o da própria *Coisa*, aquilo que mantém como unidade a complexidade e as contradições interiores do objeto. Essa unidade *aparece* quando percebemos que o objeto possui algo que o diferencia e o torna concebível e compreensível como algo da ordem do *ser aí*. Assim, as relações e implicações mútuas dos momentos de existência da coisa analisada devem servir como referência e modelo organizativo para as categorias no interior do pensamento sobre ela.

Sobre a dialética hegeliana, cabe recordar o prefácio do autor à *Fenomenologia do Espírito* (HEGEL, 2002) e a abertura da Doutrina do Ser na *Ciência da Lógica* (HEGEL, 2016). Hegel começa o primeiro, consagrado como obra à parte, rejeitando a própria ideia de um prefácio como formato adequado para iniciar uma obra filosófica. Isso por considerar que, nas formas usuais, neles são delimitados o objetivo da obra, as conclusões, o contexto e o esboço geral do conteúdo, o que, para o autor, promove a falsa ideia de que é no final que a verdade se apresenta. Todavia, atesta, a verdade existe na organização contraditória e auto-negadora dos processos da coisa.

Na organização de uma planta que passa por todos os estágios e cada um deles nega ao outro o papel de estágio atual, o autor encontra um exemplo sobre como a organização interna de uma coisa e de suas contradições é modelo para o modo de pensá-la. O fruto é uma negação da flor que o precedeu, mas existe uma unidade que dá forma e inteligibilidade a todos esses movimentos contraditórios no que entendemos como a planta específica e, ainda, no que concebemos como aquela espécie de modo geral. Assim, não somente é falso pensar que é no “final” do processo da planta que se encontra sua verdade como não existe uma maneira de pensar sobre esse fim que não seja arbitrária e transcendental, não-imanente.

Na apresentação da *Ciência da Lógica*, o filósofo escreve: “Com o que precisa ser feito o início da ciência?” (HEGEL, 2016, p. 69). A questão não é “como podemos começar a ciência”, mas como esse início **precisa** ser feito. A necessidade aparece como uma categoria filosófica que fala sobre a imanência e que surge ao dar dignidade aos movimentos do objeto sobre o qual se produz uma ciência. O início não é uma escolha arbitrária que surge do pensamento de um autor, mas algo que diz respeito à organização da coisa.

A questão não é menos importante no marxismo. Em Marx, parte significativa das discussões sobre método e ontologia se dá em torno do ordenamento das categorias e da relação entre método de exposição e método de investigação. A própria relação entre a organização dos *Grundrisse*, plano geral da obra que elaborou entre 1857-58, e todas as suas transformações até a redação de *O Capital* indica a relevância, no método, das questões da ordem e da forma da exposição.

Por serem uma forma de organizar a contradição das objetividades com as quais nos deparamos no mundo (na maior parte das vezes sem ter consciência imediata delas), as dialéticas da imanência precisam acompanhar os movimentos contraditórios do próprio objeto que investigam. Ir à essência dos objetos, para as dialéticas da imanência, significa ir até a dimensão onde se encontram os seus movimentos internos, suas multiplicidades, suas diferenças, oposições, formas etc. Não se trata, por isso de *definir* transcendentalmente o método de exposição da dialética, como se fosse independente de seu objeto.

Os inícios efetivamente adotados nas obras de autores da dialética podem nos informar bastante sobre a objetividade e o método. Na CL, Hegel entende que é necessidade do próprio objeto da lógica um começo a partir do *Ser*, puro, abstrato, imediato e indeterminado. Marx, por outro lado, diz nas *Notas marginais ao Tratado de Economia Política de Adolfo Wagner* que ele não parte dos conceitos, mas das *formas sociais* (MARX, 2011). Em OC, ele começa com a mais aparente e simples das *formas sociais* com as quais a riqueza se mostra nas sociedades capitalistas: a mercadoria.

Se o objetivo for tratar das relações de capital, essência da forma capitalista de organizar o trabalho, a produção e a distribuição de riquezas, a *mercadoria* é o elemento aparente mais simples – um aparecimento (*Erscheinung*) que carrega consigo as marcas das mediações entre todas as determinações interiores da relação de capital enquanto *essência*. É preciso, portanto, começar por aí e não pelo *ser*. Mas, se, ao invés da investigação da *mercadoria*, o objetivo for fazer um exame das categorias do pensamento e elas forem o próprio objeto, começar pelo *ser* é observar a categoria mais simples, mais imediata possível, das formas do pensamento tomadas

como seu próprio objeto. Começar pelo *ser*, no caso da CL, é inverter o idealismo transcendental do *Penso, logo sou*.⁸⁹ Essa inversão é feita por Hegel ao dizer que há algo que *é*; e esse algo é a condição mínima para pensar. Começar pela *aparência* da *forma social*, no caso de Marx, evidencia algo central na inversão que a dialética materialista produz sobre a dialética hegeliana.

Uma vez que o objeto deste ensaio é cooperar com a reconciliação metodológica das tensões nas teorias entre elementos do uno e do múltiplo, começar pelos debates entre filosofia e realidade sócio-política e entre elementos gerais e elementos reais é justamente partir do que há de mais imediato no problema. Como Marx diz não partir nem da empiria nem dos conceitos para formular sua teoria, mas das formas sociais e ele consegue compatibilizar na sua análise tanto o múltiplo social quanto o uno conceitual, podemos supor que tais *formas* são elementos fundamentais em tal compatibilização.

Portanto, a *forma social* e seus modos de aparecimento parece ser essencial nesta proposta de tornar mais precisa a exposição da dialética materialista. A noção foi utilizada e mobilizada na obra de Marx, mas um tratamento à parte sobre o que ela de fato significa e sobre como buscá-la nas investigações sobre os objetos sociais nunca foi feito efetivamente. O autor nos deixou muitas investigações sobre a sociedade, mas muito pouco a respeito dos métodos e procedimentos de como conduzir novas investigações. É justamente o que se busca na seção 5 à frente, a qual visa construir o conceito de *forma social* recorrendo ao conceito de *forma* dentro do texto hegeliano, tendo em vista a sua centralidade na *Doutrina da Essência*. Esta, por sua vez, a parcela média da *Ciência da Lógica*, é referência dominante na literatura que discute as relações entre a CL e OC (MOSELEY e SMITH, 2014).

4. O que é Essencial? As determinações de reflexão

Para as dialéticas da imanência, a essência não é algo simplesmente escondido por trás da aparência, mas um complexo de relações contraditórias que media ser e conceito. Diz respeito à dinâmica intrínseca dos movimentos entre as determinidades do ser – é, portanto, a supressão (*Aufhebung*) do ser.

⁸⁹ Embora a forma consagrada de traduzir essa expressão seja “Penso, logo existo”, a língua portuguesa contempla uma diferenciação entre *ser* e *existir* que permite adequar a tradução ao sentido filosófico depreendido da obra.

Essência diz respeito, assim, à relação interna e infundável entre as *determinidades* ou *categorias* da própria coisa, e não apenas a alguma substância estática e velada. Pode-se dizer que, para Hegel, a *essência* é o conjunto organizado de relações reflexivas que ocorrem em um determinado objeto. (HEGEL, 2017, p. 31-93)

Seguindo na Ciência da Lógica, é possível definir as relações reflexivas (ou reflexão, em termos gerais) como as que ocorrem entre *determinidades* que se causam mutuamente, sem ser possível delimitar uma causa unilateral. Determinidades (*Bestimmtheit*), por sua vez, são as formas que o movimento de algo assume, tem em si ou é suposto que assuma em um dado momento do tempo ou do pensamento. *Determinidade* se diferencia de *determinação* (*Bestimmung*), que se mostra como a tendência de algo, um impulso que produz um movimento direcionado, para além das barreiras definidas num *momento* específico do objeto de interesse. As *determinações* consolidam os *momentos* de um objeto como *determinidades*, que, por suas próprias determinações, reiniciam sempre o mesmo processo.⁹⁰

A primeira dessas determinações é a *identidade*. A afirmação de que um termo é igual ou idêntico a outro ($a = b$ ou $a;=b$) é um juízo reflexivo, mais especificamente, de identidade, na medida em que algo característico de **a** é percebido como existente de forma idêntica em **b**, e vice-versa. Ou seja, há uma projeção de **a** em **b** e de **b** em **a**, que, na linguagem hegeliana, é chamada de *reflexão*. Entre identidade e diferença há uma relação de *necessidade* em que uma pressupõe a outra. Dizer que $a = a$ é mera tautologia, um juízo trivial, de pouco interesse para nossos propósitos. Em outras palavras, poderíamos dizer que onde não há diferença, não há porque haver identidade, ou, de acordo com Hegel (2017, p 62): A diferença [... é] o momento essencial da própria identidade, a qual, ao mesmo tempo, determina-se como negatividade de si mesma e é diferente da diferença.”

Um exemplo de juízo de *identidade* é dizer que um automóvel é um meio de transporte. Todavia, um automóvel não é um avião ou um barco, que são igualmente meios de transporte. O negativo presente em cada termo impossibilita a perfeita adequação e a identidade simples. Como reflexão, a identidade é a projeção de qualidades de **a** em **b**, e vice-versa, e se interverte (*Umschlagen*) na *diferença*. Em toda identidade, há diferença, há não identidade.

⁹⁰ Em função disso, *determinidade* pode também ser traduzida como *categoria*. No famoso texto da Introdução de *Para a Crítica da Economia Política*, Marx afirma que “... as categorias exprimem formas de modos de ser, *determinações de existência*...”. (MARX, 1978, p.121, *itálicos meus*). Em outras palavras, a *determinidade* é uma *determinação* que é posta pela *existência* (também ela mesma uma *determinação*), ainda que se possa reconhecê-la, por assim dizer, “em abstrato”, desligada de suas formas efetivas de existência.

A determinação seguinte, é, por isso, a *diferença*, que pode ser decomposta em duas formas. A *diferença absoluta*, que é a diferença específica entre *duas determinidades* e a *diversidade*, que contempla a pluralidade de diferenças entre as *múltiplas determinidades* de algo em uma *identidade*.⁹¹ No exemplo anterior, tomando “meio de transporte” como uma identidade, existe uma diversidade de existências particulares diferentes: automóvel, avião, barco, etc.

Cada diferença entre um objeto **a** e um objeto **b** pode ser descrita como a diferença entre **a** e **não-a**, em que **b**, não sendo **a**, passa a ser chamado de **não-a**. Portanto, cada *diferença passa* como uma *oposição* entre **a** e sua negação, **não-a**. Da mesma forma que a *identidade*, a *diferença* e a *oposição* são reflexões operadas entre **a** e **b**, uma sendo determinada em função da outra.

Em termos da lógica hegeliana, tanto *passar* (*Übergehen*) quanto *interverter* (*Umschlagen*)⁹² são modos do trabalho do negativo, que se expressam como processos que levam uma *determinidade*, por suas *determinações* mesmas, a tornar-se outra. O negativo de cada determinidade impõe que cada uma *passa* a ser *outra* e *passa* na outra.

A predicação não é capaz de esgotar, na relação entre termos, o fato de estes, ao serem mais de um, preservarem sempre suas diferenças, de onde se compreende que a identidade não se vincula às três leis clássicas do pensamento. A intersessão é determinada pelo negativo da objetividade subjacente à predicação. Assim, o uno se manifesta como múltiplo e a identidade se interverte no *não-idêntico*.

A *diferença*, pela negatividade inerente à relação entre os termos, pode se transformar, em *oposição*. Assim, o *trabalho do negativo* descrito acima é sucessivo. A identidade se interverte na diferença por meio do negativo; do mesmo modo, a diferença se interverte em oposição. O sucessivo trabalho do negativo faz com que cada categoria possa ser compreendida como “mais negativa” que a anterior. Por isso, cabe lembrar, não é a mesma coisa analisar a

⁹¹ São quatro as determinações de reflexão que antecedem o *fundamento*. Todavia, a *diferença* se divide em *diferença absoluta* e *diversidade*. Assim, por vezes estamos falando de quatro determinações e cinco aparecem grafadas, posto que estamos chamando a *diferença absoluta* simplesmente de *diferença* e colocando-a em relação com a *diversidade*. Portanto, para nossos efeitos, as quatro determinações da reflexão são: identidade, diferença/diversidade, oposição e contradição.

⁹² Não parece haver diferenças substanciais nos usos de *passar* ou *interverter* na CL, e não foram encontradas na literatura de apoio distinções conceituais entre os termos. *Interverter*, que se entende como *passar* com ênfase na oposição, é mais recorrente na *Doutrina da Essência*, e *passar*, na *Doutrina do Ser*.

relação entre os objetos pelos critérios da diferença ou da oposição, posto que ambos são movimentos necessários da reflexão e da essência.

A conexão entre diferença e oposição guarda significados mais profundos do que a conexão entre identidade e diferença. Um *limite* separa, de um algo determinado, o mesmo do outro, o dentro do fora de um ser-em-si, e coloca assim a possibilidade de alteridade. Nesse sentido, a diferença é a negação da identidade de um ser-em-si determinado (uma coisa ou algo), e toda alteridade é uma não-identidade, pois cada **b**, **c** ou **d** que sejam eles próprios seres-em-si são um **não-a**. Em toda alteridade mora a identidade porque, ainda que sejam coisas diferentes, **a**, **b**, **c**, e **d** são idênticas em suas qualidades de ser coisa, do mesmo modo que automóvel, avião e barco são idênticos em sua qualidade de ser meio de transporte.

Um tipo singular de oposição se *movimenta* na direção de seu outro negando e destruindo a identidade. Hegel chama de contradição essa forma específica de oposição que emerge das determinidades interiores de uma coisa e nega sua identidade. Assim, é importante ressaltar que nem toda diferença ou oposição é uma contradição no sentido dialético do termo.

Na Economia Política marxista, a principal contradição é a contradição capital-trabalho: o capital só existe por meio da exploração e do consumo do trabalho vivo, de sua destruição; frise-se que, nisso, o capital depende daquilo mesmo que destrói. O trabalho assalariado (e a extração de mais valor que ele implica) é uma forma *particular* de exploração do trabalho que é definidora do capitalismo.

As contradições acarretam o movimento constante de atração e repulsão entre determinidades interiores à totalidade. A contradição capital-trabalho cria valor, capital, riqueza e também exploração, miséria e desemprego para a classe trabalhadora. Nela, o modo de produção capitalista é a totalidade, enquanto o trabalho alienado e o capital são determinidades interiores contraditórias centrais.

Que o capital se determine pela dependência do que lhe é contraditório (o trabalho) e, mais especificamente, de sua exploração, está na raiz do processo que exige o uso da força, da autoridade e da manipulação para manter sob seu domínio a classe trabalhadora que, *logicamente*, tende a se opor a tal expropriação. A contradição, que logicamente condensa positividade e negatividade, é tanto uma força de movimentação, criação e afirmação de elementos de *superação* (*Aufhebung*), quanto de negação, dissolução e disrupção daquilo que é superado. Assim, uma unidade contraditória é algo constituído tanto por elementos de manutenção daquilo que há, mas em estados superados e mais elevados (por dinâmicas de

negação determinada), quanto por uma tendência à dissolução desse algo em uma superação mais radical, que dissolva essa unidade superada como momento do novo, em uma negação absoluta e radical.

Os manuais de gestão de pessoas analisados no quarto ensaio desta tese exploram dialeticamente a manipulação da força de trabalho pelo capital. Como veremos no terceiro e no quarto ensaio, algumas contradições que *determinam* o capital-sujeito dão *forma*⁹³ a tendências dissolutivas de sua própria unidade, suas determinações internas de reflexão, seus elementos essenciais que o impulsionam à repulsão entre seus momentos internos em contradição. Todavia, há também tendências de atração e manutenção da unidade que, portanto, contrariam essas tendências dissolutivas: as assim chamadas contratendências.

Por exemplo, uma das mais importantes contratendências às tendências dissolutivas do capital é a criação de novas estratégias de dominação e exploração da classe trabalhadora, levadas a cabo na contingência por técnicos administrativos, funcionários e membros políticos do Estado, pesquisadores, gestores, quadros, lobistas etc. Em especial, no quarto ensaio serão apresentados traços particulares da *forma social administrativa*, particularmente, aquela que visa enquadrar a classe trabalhadora e subsumi-la ao capital-sujeito, mantendo assim sua unidade contraditória.

Assim, no âmbito da Economia Política marxista não se pode dizer simplesmente que trabalho e capital são “diferentes”. Eles são mais que “diferentes”. Eles se opõem. Mais do que se opor, eles se contradizem. Um se determina pelo outro, dentro da relação contraditória que mutuamente estabelecem de serem idênticos e opostos.⁹⁴ Considerado o modo de produção capitalista, de um lado, a melhor forma de definir o trabalho é dizer que ele é capital (variável) e a melhor forma de definir capital é dizer que ele é trabalho (não pago) acumulado. De outro, porém, capital só se define como o outro do trabalho (seu oposto), o mesmo acontecendo com o trabalho.

Somente é possível falar de contradição se a identidade, a diferença/diversidade, a oposição e a contradição se intervertem umas nas outras. A tensão dessa relação tende a ser permanente, pois reaparece nos novos ciclos de transformação que se formam *infinitamente* a partir de cada destruição. O termo *Aufhebung*, que como adiantado na introdução, é traduzido

⁹³ Como será desenvolvido na seção seguinte, no caso geral da forma e da forma social.

⁹⁴ É só no mundo do *mainstream* econômico que se pode dizer que trabalho e capital são apenas “diferentes”. Eles aí são de fato apenas diferentes *fatores de produção* (remunerados por sua produtividade marginal).

como supressão ou superação, conceitua, no sentido dialético, a criação de algo novo com a posição de novas determinidades – antes apenas pressupostas – compreendendo que cada estágio de uma unidade carrega, suspende e supera determinidades dos estágios anteriores.

Dessa forma, ao estabelecer o vínculo entre contradição e movimento, é possível compreender porque as determinidades ou categorias também são chamadas, tanto por Marx quanto por Hegel, de *formas do movimento*.

5. Com o que devem começar as Ciências Particulares: da forma absoluta de Hegel às formas sociais de Marx

São as *formas sociais*, e não os *conceitos*, o ponto de partida de Marx para suas análises sobre o modo de produção capitalista. A noção de forma social foi sendo utilizada por alguns marxistas ao longo do tempo (Pachukanis, 1988; Rubin, 1987; Mascaro, 2013; Paulani, 2014) mas, nem Marx nem os autores marxistas desenvolveram essa noção por si só visando buscar seus nexos categoriais, sua natureza lógica e sua expressão social, no sentido mais geral que essa noção possa tomar. Em todos os casos analisados, a noção de forma social foi desenvolvida em alguma de suas formas específicas – como forma mercadoria, forma política, forma jurídica etc, e não foi encontrado nenhum exemplo que a desenvolvesse de maneira geral.

Esta seção visa contribuir para precisar nosso conceito de *forma social* utilizando como inspiração a análise das formas do movimento da *Doutrina da Essência* da CL. Com isso, visamos ainda colaborar com a literatura marxista ao precisar o entendimento de um conceito extensamente mobilizado pela literatura marxista, mas não tratado diretamente por Marx.

O procedimento de análise parte da exposição dos movimentos lógicos de Hegel e busca explicitar como os termos foram utilizados em OC, investigando a existência aí de uma possível transposição daqueles para suas formas *propriamente sociais* e adequadas à análise de uma ciência particular como a Economia Política marxista.

Novamente, a finalidade é expor e mobilizar as construções meta-teóricas e imanentes da dialética ilustrando a possibilidade e a necessidade de manter dentro da exposição conceitual

a tensão entre o empírico e múltiplo e as leis e movimentos gerais. No sentido aqui utilizado, tensão diz respeito à inseparabilidade e à não dissolução das diferenças, oposições e contradições entre os dois polos.

Dessa forma, a primeira parte desta seção tratará diretamente do conceito de fundamento na CL e de seus usos em OC. A noção de *base* (*Grundlage*) constitui aí elemento importante, e se associa aos momentos distintos do *fundamento determinado*, que também serão explorados. Na sequência, o argumento avança do *fundamento* para a *forma* e trata do papel desta na passagem para a *existência* e o *aparecimento das determinações da essência*.

5.1 Do Fundamento ao Fundamento Social

Que a CL comece pelo imediato, indeterminado e abstrato, em primeiro lugar, não é algo que implique dizer que esse imediato seja a causa de todo o sistema. Não se trata, no modo de exposição circular do Sistema, de procurar uma *causa sui*, uma causa primeira de todos os fenômenos. Em segundo lugar, tal escolha não é fruto de uma predileção do autor, ou de uma tendência ao idealismo transcendental, na interpretação que vem sendo desenvolvida até aqui. Ela é fruto do fato de que seu objeto é, em si e para si, puro e abstrato.

pelo fato de que o *resultado* apenas surge como o fundamento absoluto, o avançar desse conhecer não é algo provisório, nem algo problemático e hipotético, mas tem de ser determinado pela natureza da própria Coisa e do próprio conteúdo.[...] Assim, a *razão* de por que, na ciência pura, inicia-se do ser puro foi antes indicada imediatamente nela mesma. [...] Esse é o lado segundo o qual esse *ser puro*, esse absolutamente imediato, é igualmente o que é absolutamente mediado. (HEGEL, 2016, p. 74-75, itálicos do autor)

Assim, não é um princípio abstrato e genericamente aplicável do pensamento hegeliano que o ser puro seja o começo, menos ainda a causa. Destarte, esse pensamento não se distingue do materialismo por colocar a dimensão abstrata ou ideal como princípio e causa. O que Hegel afirma na *Doutrina do Ser* é a necessidade de um começo no imediato e indeterminado imanente a cada objeto de análise científica. O aparecimento da essência ocupa esse lugar no caso da Economia Política marxista.

Assim e por não tratar como trivial a inversão metodológica de Marx, a exposição feita por Grespan (2012) ganha força. Como já mencionado, segundo essa interpretação, a inversão do pensamento hegeliano por Marx se dá na passagem *para fora* do que está *dentro*, o que não

equivale a uma inversão linear que, começando pelo fim, se redirecionaria novamente ao princípio. Pelo termo *dentro*, entenda-se a essência, seus momentos e determinidades, e o fato de ela ser o ponto de conexão e vinculação reflexiva entre o *ser* e o *Conceito*. A *matéria*, o *conteúdo* e a *forma*, atributos necessários para que os objetos sejam perceptíveis e cognoscíveis, são, portanto, também imprescindíveis para que haja ciência e *Conceito*. Em Hegel, a *essência* é o elemento de ligação entre o *ser* e o *Conceito*, seu “meio-termo”, e seus movimentos internos constituem a passagem do primeiro para o segundo. (HEGEL, 2017, p. 31-35)

Dito de outro modo, as determinidades da essência constituem aquilo que permite a compreensão da dialética dos objetos, possibilitando igualmente que suas determinações e características sejam compreendidas no nível conceitual (e que se produza, portanto, teoria – conhecimento científico – sobre elas). Em termos hegelianos, como já dissemos, a *Essência* equivale à *passagem do Ser para o Conceito* – assumindo a relação imediata e indeterminada com o objeto em direção a um conhecimento que lhe seja imanente e consistente com a unidade de suas contradições reais, ininteligíveis antes da investigação científica. Se seguirmos no sentido dos argumentos e escolhas feitas até este momento, entende-se por que a *essência*, com suas *determinidades*, *determinações* e *momentos*, é o elemento interno à lógica hegeliana (o *dentro* supracitado) que Marx “coloca para fora”.

O *fundamento* que, para Hegel, é a posição da essência como *ser aí* que se relaciona reflexivamente consigo mesmo, se divide em dois grandes *momentos*: *fundamento absoluto* e *fundamento determinado*. O *fundamento absoluto*, primeiro momento desse conceito, é abstrato, simples e indeterminado. Enquanto *determinado*, o *fundamento* se expressa diferentemente como *fundamento formal*, *fundamento real* e *fundamento completo*.

O *fundamento* é a última das determinações da *essência* (sendo as demais, como já visto, identidade, diferença/diversidade, oposição e contradição), mas é tão peculiar e de tal forma se diferencia das anteriores que a CL lhe dedica um capítulo próprio,⁹⁵ separado daquele em que explora as demais determinações. Como nas dialéticas da imanência a ordem e o agrupamento dos conceitos reproduzem os movimentos internos ao objeto investigado, nada se dá de forma trivial ou arbitrária, o que se atesta até mesmo pela divisão das seções e capítulos. Torna-se possível então inferir, em caráter exploratório, que, em tal *modo de exposição* (*Darstellung*), o

⁹⁵ O segundo capítulo da *Doutrina da Essência* aborda as determinações da reflexão já mencionadas e o terceiro, o *fundamento*.

elemento imanente à CL são as determinações da reflexão suprassumidas como momentos e interiorizadas.

Entendidas como o *determinar puro*, as *essencialidades* anteriores ao fundamento são, desse modo, o movimento abstrato da *determinação*. Assim, elas se reduzem ao movimento de determinar, pois que somente o que determinam chega a ser determinado. Mas, neste *momento*, não são por si só algo determinado; são ato contínuo e se *intervertem* no *fundamento* – através da *rememoração* (*Erinnerung*) de suas relações com aquilo que determinam, superando (no sentido de *Aufhebung*) sua forma indeterminada. Determinações de reflexão não existem sem algo que possam refletir, não são nada em si mesmas e não têm qualquer autossubsistência. (HEGEL, 2017, p. 80-92)

A suprassunção da dependência e da ausência de determinação própria das essencialidades aparece ao final do segundo capítulo da *Doutrina da Essência* da CL na dissolução da contradição pura. O se *determinar* somente no interior das unidades contraditórias faz com que a *contradição* se mostre como a força de *movimento* de tal *unidade* e, logo, passe a ser *determinada* como *determinação* específica de tal *unidade*.

A *contradição* se torna *determinada* como *fundamento* tão logo, de momento de *oposição* ao que determina, ela seja *internalizada* enquanto momento determinado de uma unidade contraditória específica. Em caráter de exemplo, cabe voltar à contradição capital-trabalho, pois entende-se que ela pode, inclusive, auxiliar os desenvolvimentos seguintes sobre a relação CL-OC. Distintamente da contradição enquanto tal – abstrata, pura, genérica e não delimitável, a contradição capital-trabalho é *particularmente determinada*. A contradição capital-trabalho retira sua determinação e sua unidade das múltiplas *formas sociais* pelas quais se manifesta concretamente como elemento *essencial* (no sentido teórico do termo) de sustentação e movimento do *modo de produção capitalista* – que cumpre o papel de unidade maior na qual a contradição é internalizada.

Nos termos de Hegel, o movimento de *superação* da indeterminação das essencialidades é um *ir ao fundamento* (*zu Grund gehen*) da reflexão sobre si mesma na relação com o *ser aí*. Nesse *ir ao fundo*, a contradição pura é negada pela determinidade da relação com o *ser aí* – e sua *abstração* é dissolvida. Ela passa a ser determinada como unidade dialética do objeto com as *reflexões* que ela opera, em conjunto com as demais *essencialidades*.

Essa unidade é o *fundamento* que, retomando o desenvolvimento anterior, surge como *determinação* (ainda que *superada*) da *essência*. O *fundamento*, além de *determinação*, é

também *determinado* como unidade que põe o *ser aí*. A ampliação do grau de determinação e concretude do fundamento, explicitada no modo de exposição da CL, se dá no desenvolvimento progressivo e *reflexivo* de suas determinidades por meio da *internalização* das oposições exteriores, configuradas como supressão dos momentos anteriores.

Como momento inicial, o *fundamento absoluto* é “*determinado de modo indeterminado*” (HEGEL, 2017, p. 93), o que equivale a dizer que ele é determinado pelo *ser aí* que funda o *fundado*, mas que, em si mesmo, não há algo que o *ponha* como um *ser aí*. Contudo, é justamente nesse *momento* inicial e simples (em termos do nível de determinações postas) que é propriamente definido o conceito de *forma*: “A determinação de reflexão, na medida em que regressa para dentro do fundamento, é um *ser aí primeiro*, um *ser aí* em geral, *do qual se inicia*”. (HEGEL, 2017, p. 96).

A posição do *fundamento absoluto*, que permite sua passagem ao *fundamento determinado*, é mediada pela *forma*, elemento primeiro que conjuga o ser bem determinado e o ser determinante capaz de *pôr* a essência em sua identidade consigo (outra das definições de *fundamento* na CL). No *fundamento absoluto*, a essência está posta como pressuposta (usando a terminologia de Ruy Fausto): o primeiro existe empiricamente, mas sua unidade e sua identidade estão somente pressupostas.

Tendo em mente a questão sobre o início da ciência, conclui-se: o *ser aí* primeiro, que emerge no retorno para dentro do fundamento determinado de modo indeterminado, é o tal começo que depreendemos nesta investigação sobre a CL: a *forma*, compreendida enquanto *forma social*.

Na abertura da *Doutrina do Ser* Hegel fixa que o início da ciência seja algo simples, imediato e carente de determinações anteriores de que dependa sua compreensão. Esse elemento, conforme já exposto, será, necessariamente, distinto em cada ciência, por conta do papel vital que a imanência ao objeto possui na dialética hegeliana. Daí que a posição da *mediação do fundamento*⁹⁶ frente ao fundado como *ser aí* atenda tais necessidades. Mesmo o *ser puro* que inicia a CL, é imediato somente na delimitação restrita ao escopo da Doutrina do Ser. A saber::

Precisa-se admitir que é uma consideração essencial – que surgirá mais precisamente no interior da própria lógica [no ponto atual deste ensaio: a posição da essência no fundamento mediada pela forma] – que o avançar é um

⁹⁶ Como será exposto na parte seguinte desta seção, diante da essência a *forma* é inicialmente definida na CL como a posição do fundamento.

retorno ao fundamento, ao originário e verdadeiro, dos quais depende e, de fato, é produzido aquilo com o que é feito o início. [...] O] fundamento é, pois, também aquilo do qual surge o primeiro, que entrou em cena primeiramente como imediato (Hegel, 2016, p. 73).

Na medida em que as determinidades do fundamento absoluto⁹⁷ são postas em relação com a essência, ele se torna posto e determinado como *ser aí*. Assim, o *fundamento absoluto* passa, devido ao movimento próprio de suas determinidades, ao momento do *fundamento determinado*. Neste, são *internalizados* e suprasumidos os momentos particulares que operam a passagem da essência à multiplicidade do *ser aí* – aparentemente contingente na CL, mas não em OC, como veremos.

Por sua vez, como já adiantado, o fundamento determinado pode se dividir em formal, real e completo. Da elaboração do primeiro chegamos ao momento mais simples e abstrato da posição, como *ser aí*, da *forma* em relação ao fundamento. Para isso, entenda-se que o *fundamento formal* coloca uma *identidade abstrata* entre o fundamento e o fundamentado. Posto que se realiza pela relação entre forma e conteúdo – este impõe como determinação necessária a indiferença entre fundamento e fundamentado – a *forma* assume, neste momento, o papel de possibilitar que o conteúdo seja posto, de alguma forma.⁹⁸ Trata-se, como dito, da versão simples e abstrata, que ainda não põe as diferenças entre a unidade reflexiva da essência e a sua manifestação no fundado.

No fundamento formal há identidade imediata entre a *unidade formal do fundamento* e a *multiplicidade do fundamentado*. Nos termos de Hegel, essa identidade se dá pela negatividade entre ambos os momentos. O *não-idêntico é elevado a elemento de identidade* no sentido de que aquilo que não é captável é uma e a mesma coisa. Ou seja, o elemento que existe no fundamentado e escapa à unidade do fundamento é o mesmo que *falta no fundamento* e *resiste no fundamentado*. Aquilo que os torna não-idênticos é *absolutamente idêntico*. A não-identidade, elemento perdido das epistemologias *mainstream*, é o elemento central no fundamento formal, *base* (*Grundlage*) e *conteúdo* para a *forma*, o *fundamento*, a *existência*, o *aparecimento* (*Erscheinung*) e o *conceito*.

[...] essa identidade é a *base* ou o *conteúdo*, que, desse modo, constitui a unidade indiferente ou positiva da relação de fundamento e é o mediador da mesma. [...] Essa *mediação negativa* do fundamento e do fundamentado é a

⁹⁷ Forma, matéria e conteúdo.

⁹⁸ Forma aqui é usada no sentido convencional do termo, com o objetivo de ressaltar mais uma maneira de compreender a relação entre o sentido usual e o conceito de forma. Convém reforçar, o que é consenso dentro da investigação sobre o uso da linguagem por Hegel, que o autor faz questão de que todos os seus conceitos sejam derivados de palavras de uso corrente e que tal questão não é arbitrária.

mediação peculiar da forma como tal, a *mediação formal*. [...] o próprio fundamento é tanto momento da forma quanto o que é posto por ele [o fundamentado]; isso é a *identidade deles segundo a forma*. [...] essa *forma* inteira é, ela mesma, enquanto o idêntico a si, a *base* das determinações, que são ambos os lados do fundamento e do fundamentado; assim, *forma e conteúdo são, eles mesmos, uma e a mesma identidade*. (HEGEL, 2017, p. 107-108, itálicos meus)

Esse não-idêntico, que torna forma e conteúdo *fundamentalmente* idênticos (idênticos no fundamento), é um objeto que satisfaz ao objetivo deste ensaio: reconciliar os elementos do uno e do múltiplo no interior dos conceitos elaborados pela dialética.

A passagem do fundamento formal para o fundamento real é remetida, por Hegel, à totalidade (*Totalität*)⁹⁹ que internaliza em si, como momentos, as figuras do fundamento e do fundamentado, exteriores na passagem anterior. No interior da totalidade, fundamento e fundamentado estabelecem um vínculo reflexivo de contradição e intersversão de um no outro. Tal contradição estabelece um movimento em que o fundado, em sua multiplicidade imediata, é *inessencial* e, ao mesmo tempo, *base* que funda o fundamento. Enquanto que o fundamento preserva para si a unidade que *põe* o fundado e é posto por ele na medida em que as contingências e não a identidade são progressivamente internalizadas como momentos novos do fundamento. (HEGEL, 2017, p. 112-119)

O pôr de uma nova *forma* idêntica do fundamento, a partir das indeterminações do fundamentado enquanto múltiplo e imediato, é o que Hegel chamou de *relação de fundamento*. Como veremos na seção 7, a *relação de capital*, nos termos do capítulo quarto do primeiro volume de OC, pode ser pensada como uma forma específica e diferenciada de *relação de fundamento*. O capital, no *momento* pensado como fundamento idêntico a si mesmo, possui seu conteúdo determinado na multiplicidade concreta das relações sociais de produção, marcadas pela exploração do mais-valor e pela posição do trabalho abstrato como *abstração real*. Que o fundamento regresse (*Erinnerung*) para dentro de si mesmo por meio da incorporação da multiplicidade do *fundado*, enquanto *momento fundador* do *fundamento*, é o estabelecimento do fundamento real.

Relação de fundamento e base ou conteúdo são, aqui, internalizados como fundamento completo. A diferenciação e indiferença entre fundamento e fundado se torna parte de uma

⁹⁹ Vale, mais uma vez relembrar uma nota do ensaio anterior: totalidade, no sistema hegeliano, é frequentemente diferenciada da ideia de universalidade. Na totalidade estão presentes a universalidade, a particularidade e a singularidade como momentos reflexivos. (INWOOD, 1997, p. 307-310)

totalidade que compreende o momento abstrato, formal e real do fundamento e sua relação com o que é fundado.

Conceituar o *fundamento social* consiste, portanto, em nada mais do que particularizar (no sentido de *delimitar*, de alcançar uma forma particular) o fundamento completo dentro das *especificidades sociais* de um objeto. No caso de Marx, o capital parece cumprir tais requisitos.

Nos movimentos seguintes da CL, essa *base* (a multiplicidade do *fundamento inessencial*), passa a ser entendida como *condição* de determinação do fundamento enquanto tal. Por sua vez, o inessencial é algo que, na multiplicidade do *ser aí*, não pode ser diretamente determinado pelas formas prévias da essência. Todavia, no momento seguinte, o inessencial é interiorizado pela relação de fundamento como parte da essência e torna-se essencial. Em um movimento incessante, a multiplicidade é determinidade e determina a unidade *essencial*.

A essência se põe na existência tão logo a *condição* – *base* para o fundamento – seja internalizada em uma totalidade superior (*suprassumida*) àquela do fundamento completo. Em tal unidade, *condição* e *fundado* são distintos momentos da *relação de fundamento* em processo de posição de si mesma como *Coisa* na *Existência*. Só a partir daí é que a aparência imediata (*Schein*) é compreendida como aparecimento (*Erscheinung*), mediado pela essência, da *Coisa* na *existência* e se torna possível falar de *efetividade*.

Entre a existência e a efetividade, reaparece a *relação de fundamento* na figura *suprassumida* da *relação essencial*. Decorre daí a unificação de aparecimento, multiplicidade, existência, forma, matéria, conteúdo e fundamento. As contradições interiores são aí força de movimento que replica – em uma *forma* superior – o mesmo movimento do *fundamento completo*. Trata-se de uma versão mais complexa porque mais rica em determinações desenvolvidas teoricamente, mas que possui como modelo a identidade não-idêntica anterior. Embora não seja objeto deste ensaio, é possível adiantar que a *relação de capital* também pode ser explorada em tais termos mais desenvolvidos, o que resta como objeto para pesquisas futuras.

Base (*Grundlage*) é um conceito que faz parte da ordem do *fundamento* e do *fundado* e, simultaneamente, da ordem da *condição*. A *forma*, dando contorno à *base*, é a mediação que permite a suprassunção: do *fundamento* na *existência* (levando ao *aparecimento da essência*), do *fundamento real* e *formal* como *fundamento completo* e do *fundamento absoluto* como *fundamento determinado*. Base e forma permitem (ou conteúdo e forma) a posição na existência da relação de fundamento. A primeira dá o elemento constitutivo da efetividade e do

fundamento, a segunda é mediação que, ao dar forma, permite o *aparecimento* e interiorização das contradições.

Embora não seja nosso foco aqui a discussão sobre a existência de uma homologia entre CL e OC (objeto da terceira seção do ensaio anterior), é possível traçar uma homologia entre dois elementos de suas ciências: a tensão que há na identidade não-idêntica da posição *una* do *fundamento formal* e a múltiplice do *fundamento real* com a tensão entre os *movimentos lógicos* do capital (e suas *formas sociais*) e a efetivação desses *momentos*. Em outros termos, é a tensão interna à unidade do *fundamento completo* com a multiplicidade negativa das relações sociais.

À luz do entendimento do que até aqui se elaborou neste ensaio, é possível uma conceituação mais ampla de um *fundamento social* que, espera-se, seja de auxílio às ferramentas de análise dialética, como uma versão marxista do conceito hegeliano de *fundamento completo*. Das bases das relações sociais de produção, mediadas pela *forma*, chegaremos, precisamente, ao *fundamento social*. Este é entendido como unidade contraditória das relações sociais objetivas (as condições do fundamento) com o fundamento formal (abstrato), tal como expresso, por exemplo, no *trabalho abstrato*. Assim, *condições* como a acumulação primitiva e a transformação da força de trabalho em mercadoria (que podem ser entendidas como a base do *fundamento real* ou como a *condição*) fundam o fundamento social. Nota-se que essas bases ganham existência própria em relações sociais que se supressumem em algo com uma unidade própria e reflexiva, como a mercadoria em geral, o dinheiro, o valor e o capital.

O capital, uma dessas relações sociais, é ao mesmo tempo, um sujeito automático, dotado de uma lógica própria, e uma expressão de relações sociais de produção que envolvem a expropriação do mais-valor da classe trabalhadora. A transformação das *formas sociais* do valor e a criação de novos modos particulares de relação entre capital e trabalho (como o trabalho terceirizado, que cria a aparência contratual de igualdade entre trabalhador e capital, na figura da pessoa jurídica do trabalhador) não são estranhas a tal análise.

5.2 Rumo à Definição de Forma Social

Na acepção desenvolvida neste ensaio, não são incoerências que leis lógicas da relação de capital enquanto *unidade essencial* do modo de produção e *contingências* das relações específicas de classe (múltiplas em suas aparências) componham a mesma posição do fundamento na existência efetiva, concreta. A unidade essencial determina esses momentos contingentes, bem como é determinada e transformada por eles.

Retomando a partir do *fundamento* abstrato e estendendo nossa argumentação, chegamos à definição de *forma*. Para Hegel, ela é, frente à essência a posição das determinações e mediações do fundamento (HEGEL, 2017, p. 96-106); é o que permite que o fundamento possa ser identificável e percebido como algo inteligível. Na *Ciência da Lógica*, isso significa portar uma tendência das próprias mediações do fundamento completo – formulação que é mais bem assimilada à luz do entendimento de que a determinação é essa tendência interna aos movimentos do objeto. Na ausência de uma tendência a se consolidar em uma *forma* e ter uma aparência, o fundamento não funda nada que possa ser percebido ou pensado e, fatalmente, faz com que não exista o fundado.

No *fundamento determinado* a forma é mediação entre fundamento e fundado em sua identidade e não-identidade recíprocas. O múltiplo e o uno se codeterminam reflexivamente no interior e a partir da *forma*. Passando pela *condição*, é a forma que *determina* e dá contorno ao contingente em sua relação de oposição inicial ao fundamento. É a *forma essencial* de *mediação* entre os polos do uno e do múltiplo em seus momentos sucessivos da CL.

Superados (*Aufhebung*) os momentos anteriores, a forma é, ainda, *mediação* de posição na existência das determinidades da essência, que já estão postas no nível do fundamento. Mas não é a própria existência, e sim o processo de posição que leva a ela. Não houvesse a forma, o fundamento e a essência não poderiam aparecer: não haveria aparência ou existência exterior que constituísse uma objetividade inteligível, cognoscível. Em resumo, a essência ganha forma (no sentido coloquial) graças à forma (enquanto categoria da dialética). Ela é um processo que possibilita a unidade e a identidade no caos contraditório de movimentos complexos, reflexivos e não-idênticos.

Possuidora de múltiplas definições e determinações, a forma foi desenvolvida neste ensaio como a sequência das seguintes mediações: da posição do fundamento frente à essência, do fundado frente ao fundamento, do fundamento frente à condição, de ambos frente suas posições como Coisa na existência, da essência frente à aparência e da interiorização de todos esses momentos na efetividade. (HEGEL, 2017, p. 96-220)

Em suma, podemos construir uma última definição que consolide as anteriores, em uma definição própria às necessidades deste ensaio. *A forma é, para nós, a mediação da posição das relações entre uno e múltiplo, concreto e abstrato, contingente e necessário nos mais diversos níveis que passam da essência ao conceito.*

Em OC, a forma deve ser necessariamente pensada como *forma social*. Mantenhamos, então, as definições hegelianas sucessivas de forma e a nossa definição geral, sem perder de vista as mediações que invertem a dialética hegeliana e colocam toda a centralidade nas relações sociais para, enfim, nos aproximarmos do que é uma forma social.

Ao fazer uma investigação nos usos do conceito de *fundamento* que Marx faz nos três volumes d'*O Capital*, podemos entender como ele o utiliza e verificar se há ou não compatibilidade com a visão hegeliana. Infelizmente, nenhuma das traduções brasileiras de OC é completamente coerente na tradução de *Grund* e suas derivações. Nelas, o conceito de *Grund* é tratado muitas vezes como uma palavra normal e substituído frequentemente por sinônimos, impossibilitando a observação desta questão nas traduções.

O problema das traduções foi encaminhado fazendo-se uma pesquisa nos três volumes de OC, (em alemão) por *Grund* e suas formas flexionadas. Observou-se que os usos de *Grund* n'*O Capital* se referem aos elementos fundantes para a existência das relações sociais, coerente com o conceito de fundamento real. De modo geral, ele usa o termo para tratar das condições materiais envolvidas nas relações sociais de produção. Como o objeto da obra é o modo de produção capitalista, dizer que o fundamento é constituído pelas condições materiais sobre as quais se desenvolvem as relações sociais de produção parece algo perfeitamente coerente com o conceito de fundamento na lógica hegeliana. O que é consistente com o que Marx diz quanto a inverter a dialética hegeliana mantendo as formas gerais do movimento, que são, sobretudo, os elementos que compõem a *Doutrina da Essência na Ciência da Lógica* de Hegel.

De modo mais frequente, Marx utiliza *Grundlage* (base) para tratar, de fato, dos elementos realmente existentes em termos de relação social de produção. Da base, ele deriva as relações com as *formas sociais*. O capítulo *Maquinaria e Grande Indústria* é onde aparece o maior número de recorrências para *Grund* e *Grundlage*. Entende-se aqui que tais modos de uso caminham no mesmo sentido do tratamento do fundamento real, base e condição na *Doutrina da Essência*. No sentido de se tratarem, em *Maquinaria e Grande Indústria* de condições concretas de produção que fundamentam o próprio fundamento social e que compõem diretamente as relações sociais de produção, no interior das unidades produtivas.

Do fundamento à existência, a forma consiste na *primeira* mediação do aparente (*Erscheinung*), o primeiro elo de sentido que faz com que o aparecimento do puramente empírico se vincule ao fundamento e à essência, para, só então, alcançar o nível do *efetivo* e do *concreto pensado*, em termos marxistas. A aparência, por sua vez, é o revelar imediato das determinações da essência por meio das suas *formas sociais*. Ela é imediata enquanto aquilo que é percebido sem mediações dotadas de sentido, coerência e inteligibilidade. Por outro lado, é a *última* das mediações das determinidades reflexivas da essência: o que permite seu aparecer é a *forma social*.

Se a forma é mediação da posição das relações entre *uno* e *múltiplo*, a *forma social* é esse processo dotado da materialidade que lhe cabe, ou, em caso particular, mediação da posição na existência das determinações do fundamento social. Como se trata, para Marx, de relações sociais efetivas, a *posição* que as formas sociais realizam é uma *objetivação* direta, uma criação de objetividades sociais. Fora do terreno da pura mediação abstrata, em OC pode-se falar de processos de objetivação de relações sociais.

Real e existente são termos que utilizamos por sua definição propriamente teórica e remetem ao real de *fundamento real* e à *existência*. Objetivação significa, para nossos propósitos, a consolidação de objetos, de objetividades realmente existentes. Tais processos, necessariamente em nosso argumento, relacionam o pôr de relações sociais na existência a partir de determinações de caráter lógico-essencial com o pôr destas determinações a partir das relações sociais realmente existentes. *Realmente existente* aponta para a diferença entre as relações tomadas em sua generalidade teórica (como a relação de produção, em sentido genérico) e dessas em sua multiplicidade e concretude existente em cada relação social que ocorre no mundo (o que chamamos aqui de relações sociais realmente existentes ou relações sociais existentes).

Temos, então, que *as formas sociais são processos de objetivação das relações sociais* que se estabilizam em uma unidade inteligível por meio das dinâmicas concretas que envolvem luta de classes, economia, política, valores, cultura etc. Relações sociais realmente existentes e relações sociais generalizadas teoricamente são mediadas pela *forma social* como representantes do múltiplo e do uno, respectivamente.

Cabe ressaltar que, em uma dada forma social, as objetividades que surgem ainda se relacionam, necessariamente, com a base das relações sociais, mesmo as mais contingentes e fortuitas. Por mais universal ou lógica que possa parecer uma objetividade social, como o

capital e o dinheiro, a base das relações sociais e da luta de classes continua a deixar espaço para o novo e o imprevisível.

Sendo processos, as formas sociais não são qualidades ou determinidades fixas, não são da ordem do *ser aí* ou das coisas. Pelo contrário, são um processo de objetivação de relações sociais e, por isso, são necessariamente reflexivas e, concomitantemente, formadas por contradição, movimento e transformação. Lembrando do duplo caráter da dialética, as formas sociais são objetivação de relações sociais, contraditórias por si só, que vinculam reflexivamente o realmente existente com a unidade conceitual que pode ser atribuída pelo pensamento científico.

O fato de a dialética ser ao mesmo tempo um método do pensamento e uma estrutura ontológica dos objetos pensados é perceptível nesta análise das formas sociais. É justamente por serem o primeiro elemento de inteligibilidade que supera as aparências e permite alcançar a essência das relações sociais que as formas sociais são identificáveis nas aparências, nas estruturas sociais, nas leis de tendência, nas mediações concretas envolvidas nas relações sociais, nas identidades e contradições.

Conectando com o debate entre Burkett e Heinrich, das formulações e desenvolvimentos deste ensaio é possível fazer emergir uma compreensão de que o individual exista das duas maneiras distintas. Como o argumento de Burkett defende, há duas concepções distintas de individual nos conceitos de capital individual dos *Grundrisse* e de *capitais individuais em concorrência* de OC. Trata-se de defender que ambos possam coexistir sem que com isso se caracterize um erro teórico.

O individual de capital individual, na leitura de Burkett, trata de um elemento que expressa o sentido mais puro do fundamento abstrato, que aparece como único, lógico e correspondente direto das leis do universal do capital em geral. Em capitais individuais em concorrência, os elementos singulares existem na multiplicidade das manifestações concretas da essência. Tal pode ser compreendido por meio da passagem do fundamento social à existência, mediado pela *forma social* em relação com as condições, com a base das relações sociais.

A crítica de Burkett à Heinrich, somada aos debates reportados no ensaio anterior, sugere que recorrer ao texto hegeliano auxilia na tentativa de reconstruir alguma compreensão do plano de Marx, e de sua modificação em OC. Consequentemente, é lícito aproveitar e mesmo mobilizar cientificamente os conceitos de capital em geral e capital individual que estão nos

Grundrisse. Estar em concordância com tal argumento não é inconsistente com o entendimento de que Marx, em OC, deu seguimento à investigação, adentrando mais profundamente o terreno da multiplicidade efetiva dos capitais no processo da concorrência.

Assim, é possível estar de acordo com os apontamentos de Heinrich sobre os avanços de Marx em sua pesquisa e suas mudanças de rumo investigativo e, simultaneamente, com a tentativa de incorporar as discussões metodológicas do Marx, mais explicitamente inspirado por Hegel, feitas nos *Grundrisse*.

Isso implica a urgência de mostrar, como buscamos neste ensaio, que a dialética mais filosófica pode incorporar elementos reais da luta de classes e que, justamente por isso, trata-se de ferramenta de análise que pode auxiliar, de modo coerente com a teoria e a realidade de classes, a investigação científica das questões do capital na atualidade.

6. Adorno e Lukács discutem à Beira do Abismo – do político, do intelectual e do subjetivo

Como adiantado na introdução do ensaio, esta seção retoma o debate intelectual de autores sobre o projeto dialético, que foi nosso objeto no primeiro ensaio. Todavia, essa retomada se dá agora sobre um solo mais concreto. Em alguma medida, o que lá era *aparência*, tão *imediate* quanto possível, aqui é o *aparecimento mediado pela forma, social*. Adorno e Lukács são dispostos em discussão, sobretudo, com relação ao sentido da negatividade no projeto dialético.

Não obstante uma aproximação com a ortodoxia política marxista pela parte de Lukács (ainda que bastante crítica e inconstante) que o opõe a Adorno, o primeiro ainda pode ser contraposto ao segundo no terreno da dialética. No processo de elaboração da redação desta seção, ocorreu a imprecisão, ou melhor, o ato falho de começar este parágrafo com uma adversativa que contrapõe diferenças filosóficas a diferenças políticas.

O não-idêntico interno e gestado no conteúdo teórico, explicitado na forma, é manutenção e focalização da falha no nível do texto escrito. A *falha*, representante formal do conteúdo do não-idêntico, é *passada ao ato textual* e *elevada* de começo de parágrafo (e começo de seção). Mistura de imprecisão teórica com quebra de estilo – que envolve começar sem

vínculo com a seção anterior e com uma expressão adversativa – é começar com o objeto e permitir a passagem dele ao ato, falho – algo de absoluto interesse à temática deste ensaio. Não é desimportante que o primeiro impulso seja marcar um terreno de oposição, justo em uma escrita que busca conciliar tal oposição aparente.

Manter um ato falho de fluxo de consciência na redação científica, certamente, é algo que pode parecer estranho, fora de lugar ou *impróprio*.¹⁰⁰ Exatamente por esse motivo é que aqui nos interessa fazê-lo. O impróprio é revestido do mesmo caráter duplo que Adorno atribuiu à dialética. Primeiramente, é o não *apropriável* por um reconhecimento que rejeite o negativo, o não-idêntico. O *impróprio* é algo que escapa ao recobrimento de uma razão puramente positiva – que, no caso, trata política e pensamento como esferas absolutamente distintas entre si. Em segundo lugar, é aquilo que não pode ser *apropriado*, mas aqui nos termos da propriedade privada. Igualmente, é impróprio aquilo que é disruptivo do estabelecido, das relações de poder e de suas ideologias.

Um ensaio sobre a força conceitual do não-conceitual incorporado como conteúdo do conceito, sobre a resistência dos sujeitos à completa apreensão de si pela consciência ou pela razão instrumental, não poderia estar terminado sem que a emergência inconsciente de sua própria produção fosse tratada no nível do conceito. Adorno (2010, p. 179-299), substancialmente influenciado pela psicanálise, não poderia deixar de notar que o *inconsciente*, como conceito, possui como *base* o não-idêntico e pode ser entendido, ele mesmo, como conceito de um não idêntico.

Diz-se que o inconsciente é algo que resiste no sujeito à sua própria tentativa de recobrir com pensamentos e decisões seu modo de habitar e seu modo de agir socialmente. É algo que emerge nos sujeitos e dá *existência singular* ao que existe, *universal* e *particularmente*, no modo de produção, na linguagem e no campo do desejo, instâncias sociais estas determinadas pelas relações sociais e ideologias, por meio das quais o universal pode passar no singular, através de suas próprias estruturações conscientes e inconscientes. (FREUD, 2012 e SAFATLE, 2015)

¹⁰⁰ “A vida que se expressa como vida do gênero é o que nos libera das amarras das formas de determinação atuais da consciência, de seus modos de apropriação, sem nos levar a uma universalidade que é apenas a figura da individualidade universalizada. Pois há de se aceitar a noção de que ‘o comum não é característica do próprio, mas do impróprio ou, mais drasticamente, do outro; de um esvaziamento parcial ou integral – da propriedade em seu negativo; de uma desapropriação que investe e descentra o sujeito proprietário, forçando-o a sair de si mesmo’. Por isso, a vida que se expressa como vida do gênero é o que há de impróprio em nós” (SAFATLE, 2015, p. 260-261).

O que a formação inconsciente de uma frase revela neste caso é algo que carrega o peso das ideologias dominantes, as mesmas a que este trabalho se opõe. De fato, na aparência (*Erscheint*), a contingência da ação política, que pode ter determinado o teor das auto-críticas de Lukács, parece ser distinta do caráter efetivo de sua teoria. Mas *o fundamento*, tanto em geral quanto no caso da disputa entre os autores, desmente tal aparência. Oposição verdadeira nas formas exteriores, na aparência ideológica da existência, é falsa em fundamento e conteúdo, *locus* da indistinção.

Começemos por uma das famosas críticas de Lukács à Adorno, na elaboração de Vladimir Safatle (2007, p. 21):

Um certo dia, Gyorg Lukács resolveu ironizar os filósofos da Escola de Frankfurt, em especial Theodor Adorno. Seu pretenso negativismo em relação ao curso do mundo, sua ânsia em descrever os impasses da razão sem aparentemente fornecer esquemas práticos de engajamento, exasperava Lukács ao ponto de afirmar que os frankfurtianos viviam no Grand Hotel Abgrund (Grande Hotel Abismo). Como quem fica na sacada dos últimos resquícios da civilização letrada observando impassivelmente a queda no abismo. Lukács, no entanto, não percebeu que ele acabara por fornecer involutariamente uma bela definição dessa exigência fundamental da filosofia, ao menos para Bento Prado: a exigência de confrontar-se com o caos, confrontar-se com o que aparece a um certo conceito de razão como Abgrund, e sentir-se bem. Pois este sentimento nasce da certeza de que não devemos ter medo de ir lá onde não encontramos mais as luzes projetadas por nossa própria imagem.

Se nosso objeto neste ensaio é justamente conciliar metodologicamente análises que enfatizam elementos do uno com análises focadas no múltiplo, o termo alemão para abismo (*Abgrund*), utilizado na crítica de Lukács a Adorno, ilustra o ponto inicial. *Abgrund*, etimologicamente, é o sem fundamento, o não-fundado e, também, o abismo. Não podemos esquecer, o não-fundado é, na CL, a condição que põe o fundamento e também é posta por ele. É o elemento absoluto da tensão uno-múltiplo.

Abismo entre sujeito e objeto, o não-fundado é precisamente o que distingue entre pensamentos que dão destaque para os polos do uno-múltiplo (um ou outro) daqueles que dão destaque à tensão entre ambos. A identidade é a forma mais simples e abstrata da ideologia burguesa, na teoria adorniana. “A vida acha-se polarizada segundo o totalmente abstrato e o totalmente concreto, apesar de ela só existir na tensão entre os dois; os dois polos são igualmente reificados” (ADORNO, 2010, p. 85).

Utilizando um estilo de escrita que faz uso frequente de elipses e múltiplas orações subordinadas – típicos de Hegel, como apontado por Butler – Adorno adota também quebras

de sentido e períodos e parágrafos de grandes proporções, maiores até do que é usual na filosofia alemã. A dificuldade técnica de acesso a seu texto, sobretudo a obras como *Dialética Negativa* e *Teoria Estética*, deixou-o estigmatizado como um autor elitista, filosófico, abstrato e despreocupado com as questões candentes de seu tempo. É fácil, dadas essas considerações, supor que o frankfurtiano tenha foco exclusivo nas questões do universal e do puramente lógico. Todavia, ele próprio afirma:

Nenhum ser sem ente. O algo enquanto substrato do conceito, necessário em termos de pensamento, enquanto substrato mesmo do conceito de ser, é a abstração mais extrema do caráter coisal não-idêntico ao pensamento. Essa abstração, porém, não pode ser eliminada por nenhum outro processo de pensamento; sem o algo a lógica formal não pode ser pensada. A possibilidade de o pensamento se livrar desse caráter coisal por meio da forma do ‘em geral’, ou seja, suposição de uma forma absoluta é ilusória. (ADORNO, 2010, p. 119)

Adorno colocava seu foco nos elementos negativos e tensionais e tratava trabalho, desejo e linguagem como elementos centrais à sua análise do social. Lukács, por sua vez, dava centralidade analítica ao trabalho como determinante da ontologia (positiva) do ser social. Presumivelmente por razões que se relacionam com sua postura ligada ao processo político efetivo, Lukács elabora, na contramão, uma espécie de Dialética Positiva.

Os autores, cujos pensamentos haviam convergido nos primórdios da Escola de Frankfurt, passaram, a partir de dado momento, a poder ser entendidos como polos opostos em uma das muitas contradições que organizam a disputa pelo projeto dialético verdadeiro. Como em todas as oposições essenciais, tratá-las como oposições exteriores – isto é, que se refutam a partir de seus lugares de origem – é um momento em direção à internalização (*Erinnerung*) de tal contradição.

Lukács é o filósofo da construção da alternativa socialista dentro do território político de sua efetivação, e Adorno o crítico incansável do capitalismo. A natureza negativa da dialética do último e a positiva da do primeiro aparecem como vinculadas aos objetivos e práticas sociais de cada um em seu contexto – construir o socialismo e destruir o capitalismo, faces contraditórias do mesmo impulso à emancipação humana.

Metateoricamente, se Adorno postula “nenhum ser sem ente”, Lukács trabalha em uma identificação quase imediata do ser com a totalidade de entes. Adorno critica o transcendental e a concepção abstrata de ser, enquanto Lukács toma por dadas suas inexistências. O que Lukács chama de *ser* parece ser idêntico à forma totalizante do *existente*, dividida em esferas específicas: o ser inorgânico, o ser orgânico e o ser social.

Tal como Marx e os materialistas do século XIX, Lukács ainda se preocupa com a intervenção da teologia e da religião no pensamento. Adorno, por sua vez, toma por dadas as versões laicas do Espírito. No alto das vanguardas intelectuais, assume que a disputa se dá no terreno laico entre imanência e transcendência. Por outro lado, os ressurgimentos contemporâneos de teologias anti-intelectuais (que chegam a advogar coisas como o terraplanismo!) mantêm a necessidade de uma crítica materialista ao pensamento religioso, quase meio século depois da morte dos dois pensadores.

Enquanto Lukács resgata a dignidade do cotidiano das práticas sociais, Adorno destaca o elemento negativo da coisa-em-si como potencial radical de uma Dialética negativa. Distintos em seus procedimentos, uso da linguagem e priorização do elemento positivo ou negativo, ambos situam no terreno do concreto (ou *efetivo*) o foco da dialética e, portanto, se colocam como materialistas.

Lukács com sua abordagem mais positiva convoca um ser que se identifica com a multiplicidade do ente. Relativamente simples, a unidade do múltiplo atua como voz de autoridade da intelectualidade politicamente comprometida. Adorno, ao contrário, estabelece no elemento de identidade a força viva do não-idêntico. Assim, para Lukács, a multiplicidade do ente é ontologicamente organizada; para Adorno, a não-identidade é o elemento de resistência do real à identidade que o entendimento força ao dado.

Tal relação é similar à forma de compreensão que Jorge Grespan (2012) estabelece sobre a inversão (*Umstülpung*) concretizada por Marx da dialética de Hegel. O famoso movimento é consequência das diferenças imanentes entre os objetos dos dois alemães, de modo que o que se inverte, segundo descreve Grespan, é a relação entre identidade e não-identidade na determinação do que é aparência e do que é determinação interior.

Lukács parece assumir que a diferença entre ser e ente não se dá senão no reflexo de um transcendentalismo de viés kantiano ou religioso - como pode ser observado em sua Introdução à Ontologia do Ser Social (LUKÁCS, 2012, p. 25-44). Na ontologia lukacsiana, as coisas-em-si possuem a propriedade intrínseca de serem unificáveis na forma do ser. A não-identidade entre fenômeno empírico e ser é algo que não comparece nessa ontologia. O que Lukács combate veementemente como epistemologismo e negação do caráter ontológico do ser nada mais é que do que a ênfase posta pelo materialismo adorniano ao elemento não-idêntico. Mas, sem o negativo essencial da ênfase no caráter não-idêntico, reina, para Lukács, a identidade imediata ente-ser.

Assim, em uma mesma dialética materialista, a oposição entre Lukács e Adorno poderia ser resumida como a contradição entre positivo e negativo na determinação da verdade na relação sujeito-objeto. Na relação uno-múltiplo a diferença dos dois está em aceitar ou refutar o não-idêntico como elemento tensional dos polos.

Mais uma vez, atribui-se aqui a ênfase diferenciada que cada autor dá ao negativo e ao positivo à sua própria inserção na *práxis* política: Theodor Adorno, anticapitalista e antiautoritário; György Lukács, defensor da forma-partido leninista, empenhado na construção do projeto de socialismo real de sua época.

Trazidas ambas as obras aos dias atuais, em que a Guerra Fria passou ao caráter de espectro – na falta de uma potência que tipifique a experiência socialista para o resto do mundo após o colapso da URSS –, pensar a concretude positiva da experiência socialista em conjunto com a negatividade do combate ao capitalismo como modo de produção governante é basilar para as teorias pela emancipação do gênero humano.

A abordagem de Lukács focada na prática social, principal critério para a verdade, acentua: “Se a ontologia quiser desempenhar um papel filosoficamente fundamentado no âmbito atual do conhecimento, deve aflorar da vida, da vida cotidiana das pessoas [...]” (LUKÁCS, 2012, p. 132).

Um ponto de compatibilização entre o pensamento dos dois autores começa a emergir quando se tem em conta que aquilo que Lukács entende por prática social não é tão distante da noção de não-conceitual do conceito, tão central à *Dialética Negativa*. Isso implica dizer que, se o não-conceitual do conceito consiste naquilo que, num objeto ou realidade, resiste à apreensão pelo conceito, o cotidiano, a prática ordinária, é um *locus* privilegiado de aparição do não idêntico, do não-conceitual do conceito.

Uma ideia sobre o funcionamento de algo tomada como falsa pela incapacidade de refletir sua realidade objetiva, possui um caráter de verdade por auxiliar na estruturação de práticas sociais que verdadeiramente alterem a realidade. Um falso, na relação científica do sujeito com o objeto, produz um impacto verdadeiro na objetividade a partir da prática social transformadora.

É viva, na *Ontologia do Ser Social* de Lukács, uma contradição dialética entre verdadeiro e falso como reflexo da contradição entre conhecimento sobre os objetos e as práticas objetivas. Todavia, o acento sobre o elemento contraditório, negativo, não é dado. Como consequência, a despeito de permitir a existência da contradição, a *Ontologia do Ser*

Social não parece enfatizar a diferença entre a verdade e a adequação do objeto real ao objeto representado.

Assim, a mesma questão aproxima e distancia a *Dialética Negativa* da *Ontologia do Ser Social*: o critério da verdade. A tensão entre o não-conceitual e o conceito é existente em ambos. No entanto, a negatividade e a não-identidade, estruturantes para Adorno, não são tratados como prioritários pelo pensador húngaro.

Além da localização politicamente diversa em Adorno e Lukács, o papel representado pela psicanálise na filosofia do primeiro pode servir como um dos elementos que produzem tão intensa distinção entre ambos. No nível da subjetividade, a psicanálise desenvolve a ideia do negativo. O elemento da verdade que é insondável pelos aspectos explícitos em uma dada teoria é elevado, pela psicanálise, à dignidade de conceito central.

Ao conceituar o não-conceitual do conceito no âmbito do sujeito, o *real*, por exemplo, é dito por Lacan como sendo da ordem daquilo que “não cessa de não se escrever”, é algo da própria dinâmica daquilo que resiste na Coisa à completa apreensão conceitual, instalada no nível do sujeito.

Mais do que postular o não-idêntico no nível da metateoria e das filosofias primeiras, a psicanálise conseguiu dar a ele o estatuto prático de orientação clínica. Não são conceitos abstratos sobre os quais nada se entende, mas conceitos relacionados a um conjunto de ferramentas técnico-práticas de observação e intervenção clínica sobre os sujeitos. Os atos-falhos e os chistes (já percebidos por Freud), os *acting out*, os deslizamentos de significante etc. são só alguns dos exemplos de formas empíricas de observar a emergência do negativo nas pessoas.

Em Lukács, por sua vez, que caminha distante da psicanálise, ao negativo faltam as ferramentas práticas capazes de elevá-lo a conceito central. Muito embora seja preciso fazer justiça ao marxista húngaro, no sentido de que ele não falha em centralizar o papel da contradição para a razão dialética.

Nessa oposição entre Adorno e Lukács, não são propriamente os elementos particulares ou universais que manifestam a contradição uno-múltiplo central a esta tese, mas a tensão entre o positivo e o negativo. O elemento negativo, o indeterminado e disruptivo, faz oposição ao elemento positivo de determinação direta. Embora não seja centralizada neste ensaio, a relação entre positivo e negativo no interior da dialética é uma forma importante de expressão da

relação entre necessidade e contingência que atravessa a relação entre universalidade e particularidade.

7. O Capital como Sujeito e os Sujeitados ao Capital: duas definições

De posse dos desenvolvimentos até agora efetuados e principalmente da definição de forma social, tal como a construímos, buscamos agora descer mais um nível em direção à concretude e refletir sobre como a subjetividade automática do capital, em OC, se relaciona com os sujeitos reais que atuam na base das relações sociais. Aqui, é de OC que emanará a lógica que nos convoca à recuperação de Hegel, fazendo o caminho inverso ao das seções 4 e 5.

Assim, em vez de seguir da CL a OC, o movimento será o de retorno. A partir da relação entre duas definições de capital que podem ser depreendidas no capítulo quarto do Livro I de OC, espera-se estabelecer uma forma contextualizada pelo capital da passagem da *Doutrina do Ser* para a *Doutrina da Essência* (anteriormente tratada), por meio da mediação dos desenvolvimentos imanentes da *medida*, que é o momento da mesma passagem na CL, ao final da *Doutrina do Ser* (HEGEL, 2016, p. 375-413). Da medida e do desmedido, buscar-se-á apresentar a passagem do capital para o nível da essência.

O primeiro momento da exposição desta seção consiste na apresentação geral do problema das duas definições de capital, pautado pela conexão com os desenvolvimentos anteriores desta tese. Na sequência, o texto segue abrindo espaço para versões socialmente contextualizadas das formas do movimento da CL, de modo imanente e carregado pelos desenvolvimentos de OC. Em alguns tópicos do texto, serão novamente traçados paralelos entre esta seção e os desenvolvimentos prévios da tese, sondando as necessidades de rigor com relação à interconexão entre elementos da *Doutrina do Ser* e da *Doutrina da Essência*.

Pode-se depreender, do capítulo 4 do livro I de OC, duas definições de capital, no sentido estabelecido na seção 2 deste ensaio, a saber, definições que se compreendem como modos de exposição parcelares de uma totalidade social, que se relacionam reflexivamente e admitem a contradição. Na primeira definição o capital é um sujeito automático, valor que se valoriza, com os traços de um universal concreto (ainda por serem desenvolvidos ao longo de OC). Na segunda definição a valorização e o movimento do capital aparecem como frutos da

relação de capital, por meio da qual a *força de trabalho* é explorada e dessa exploração surge o valor que valoriza o capital.

A conexão com os desenvolvimentos do fundamento e da forma sociais na seção 4 é bastante clara neste ponto. A definição do capital enquanto sujeito automático, que abstrai, no momento inicial da aparência mais imediata, as diferenças entre sua *valorização* e a exploração *força de trabalho* é um momento formal, abstrato e imediato do aparecimento da essência.

Conectando o primeiro ensaio com a seção 5 do segundo, podemos acompanhar Postone, quando afirma que Marx “*contextualizou os conceitos hegelianos em termos das formas sociais da sociedade capitalista*” (2014, p. 102). Dos desenvolvimentos do fundamento social, podemos depreender o momento de *fundamento formal*, contextualizado na relação de capital.

Após *passar (Übergehen)* da mercadoria ao capital, mediado pelo dinheiro, a *valorização do valor* é o momento mais simples da análise de uma *relação social* objetivada pela *forma social* do valor. A identidade quantitativa do valor consigo mesmo, pode ser compreendida nos termos do *fundamento formal*, pois, neste, o não-idêntico entre o *aparecimento da forma na existência* e a *base*, que sustenta esse aparecimento, é abstraído enquanto momento de identidade (vide 5.1).

Nos termos da crítica da Economia Política, a exploração da força de trabalho, momento não-idêntico que está na raiz da contradição capital-trabalho, é abstraída e não está *posta* no discurso científico de Marx. Que a relação social de exploração não esteja *posta* neste momento é um dos elementos do *fetichismo do capital*, que esconde base e fundamento por detrás da abstração formal do não-idêntico da exploração sobre a identidade da *valorização do valor*. Parece ser uma propriedade natural do dinheiro tornar-se capital e deste se valorizar. O caso extremo de uma aparência puramente formal e abstrata do capital é o capital portador de juros, o *fetichismo automático perfeito*, segundo Marx:

No capital portador de juros, portanto, produz--se em toda sua pureza esse fetichismo automático do valor que se valoriza a si mesmo, do dinheiro que gera dinheiro, mas que, ao assumir essa forma, não traz mais nenhuma cicatriz de seu nascimento. A relação social é consumada como relação de uma coisa, o dinheiro, consigo mesma. Em vez da transformação real do dinheiro em capital, aqui se mostra apenas sua forma vazia de conteúdo. (MARX, 2017, p. 442)

Para falarmos de *fundamento social*, nos termos do fundamento completo, todavia, o elemento não-idêntico, que foi abstraído, deve ser posto como parte essencial da *relação de capital*, que contextualiza a *relação de fundamento* nesse objeto específico. Vejamos.

No capítulo 4 do livro I de OC (Marx, 2013, p. 223-254), estão postas as referidas duas definições do capital: 1) na primeira parte do capítulo, Marx aponta o capital como um movimento autocentrado do valor, que possui a si próprio como finalidade, qual seja, a valorização (nessa etapa do texto, a exploração e a força de trabalho sequer aparecem textualmente); capital é aqui somente D-M-D' (onde D é dinheiro que, através da compra e venda da mercadoria M, se transforma em mais dinheiro - D'), movimento no qual o valor aparece, no início e no fim, como dinheiro; e 2) na última parte do mesmo capítulo, Marx trata da exploração da força de trabalho como elemento *fundamental* da transformação do dinheiro em capital; nessa parte, o conteúdo de relação social da relação de capital é trabalhado teoricamente em seu caráter negativo, com relação à forma abstrata da primeira definição.

A primeira parte, que corresponde à concepção do capital enquanto sujeito, se chama “A fórmula geral do capital”. Título bastante alusivo à compreensão de que o capital atua de maneira automática, como um movimento que impulsiona a si mesmo, e que pode ser expresso na fórmula: D-M-D'. Essa é construída como oposição à fórmula M-D-M, que é a fórmula da circulação mercantil. Nessa, o princípio e a finalidade são qualitativamente distintos, a quantidade de valor de troca existente no começo e no fim deve ser a mesma, salvo eventualidades. Esse processo tem uma finalidade residente fora de si, na obtenção de uma mercadoria desejada por seu valor de uso. A fórmula do capital, por outro lado, tem como sua característica fundamental, a abstração das diferentes qualidades das mercadorias envolvidas na troca. O objetivo do circuito do capital é chegar ao final dele com uma coisa de substância idêntica àquela que se possuía no começo, riqueza abstrata, dinheiro.

As diferenças qualitativas em operação na fórmula geral do capital aparecem de dois modos, ambos como momentos evanescentes do capital como operador de dinheiro e mercadorias. A primeira diferença consiste em que a mercadoria que reside entre D e D' (momento absolutamente necessário para o processo de reprodução global do capital) é uma forma de apresentação do valor qualitativamente distinta dos dois “Ds”. Todavia, essa diferença é só um momento evanescente necessário de diferenciação qualitativa na qual é possível o surgimento do mais-valor ($D' = D + \Delta D$). O dinheiro inicial se transforma nas mercadorias M (que ainda não estão descritas nesse ponto do texto) apenas para que se possa resgatar o dinheiro

mais tarde, vendendo as mercadorias, após sua transmutação interna em algo com o mais-valor ΔD .

A segunda diferença consiste em que o dinheiro que aparece ao final, D' , contém um ΔD que o diferencia qualitativamente de D , já que ΔD é qualitativamente distinto do D que aparece como capital adiantado, por ser um mais-valor realizado. As duas qualidades diferentes são, aqui, capital adiantado e mais-valor realizado. Mas esse momento também é evanescente, pois logo se retoma o movimento de acumulação e D' reaparece como capital adiantado, D (Marx, 2013, p. 226). A diferença qualitativa – a abstração que o *fundamento formal* representa – é, então, perdida.

Destarte, a finalidade única do valor que circula como capital é ampliar a quantidade de si mesmo, a única identidade posta do capital neste momento é consigo mesmo, tão abstrato quanto possível. Trata-se do movimento constante e infinito de se valorizar por sobre suas alterações quantitativas e qualitativas, o “ultrapassar de uma medida [– no caso, a medida do valor –, por cima de sua determinidade qualitativa, mediante sua natureza quantitativa” (Hegel, 2005, p. 217). Embora D' seja maior que D , Marx assinala que ambas as quantidades são da mesma natureza enquanto quantidades limitadas, *finitas*, de valor de troca e, exatamente por serem limitadas, as duas quantidades podem expandir continuamente suas grandezas (Marx, 2013, p. 227-228).¹⁰¹

A variação quantitativa, assim, só importa no que há de interno ao movimento, pois em sua natureza de capital em geral, ou enquanto capital social total, o movimento é infinito e indiferente à grandeza.¹⁰² Entretanto, não se trata aqui de infinito no sentido de algo que dura

¹⁰¹ Note-se que aqui, assim como nos parágrafos seguintes, o raciocínio é sobre os movimentos do capital e o argumento foi costurado com citações de Hegel. Caso o leitor recorra aos intervalos de páginas citados poderá notar que exatamente a mesma linha argumentativa poderia ser feita citando somente Marx (não seria possível citar somente Hegel dado que o objeto é o capital). O objetivo de usar citações de Hegel para explicar os movimentos do capital é ilustrar a notável semelhança entre os termos e os raciocínios dos dois autores – o que deriva da pertinência das *formas do movimento* da CL dentro do raciocínio de OC. Trata-se somente de apontar tal intercambialidade entre termos e conceitos, de modo algum afirmar que Marx tenha aplicado a CL em OC. Para reforçar a não-aplicação, adiante apresentamos em nota outro caso, mas que ilustra o mesmo tipo de semelhanças, mas na relação entre *espírito certo de si* (da *Fenomenologia do Espírito*) e *capital portador de juros* (do livro III de OC). Este caso que exemplificamos nestes parágrafos, infelizmente, não poderiam ser feitos com uma simples citação exata e curta, dado que são sequências de várias páginas e são as formas gerais do movimento que os autores mobilizam que se intercambiam, não frases exatas que sejam tão ilustrativas quanto a da *Fenomenologia* citada adiante. Caso o leitor tenha interesse em observar tais semelhanças, as referências apontadas nestes parágrafos indicam as passagens (longas demais para serem citadas) que inspiraram esta análise.

¹⁰² Para os capitais individuais e a concorrência, a magnitude de cada capital e mais-valor realizado importa. Todavia, para o movimento global do capital em geral o que importa é o fluir constante da acumulação. Mesmo para os capitais individuais o tanto de mais valor realizado só importa enquanto elemento necessário da continuidade do processo de acumulação, ou seja, não como diferença qualitativa, mas como pura diferença quantitativa.

para sempre ou que é quantitativamente ilimitado. Trata-se de infinito como aquilo que sempre nega seus momentos particulares e conserva sua unidade, trata-se “da verdadeira infinitude do seguir-junto consigo mesmo em seu Outro” (Hegel, 2005, p. 218).

O capital entra “numa relação privada consigo mesmo” (Marx, 2011). O capital em geral é um universal no sentido daquilo que é comum a todos (*Allgemein*) os capitais, um constante passar no outro (dinheiro que se torna mercadoria, por exemplo) mas que se conserva em sua identidade como capital. D, M e D’, enquanto medidas de valor de troca (diferentes expressões do valor de troca), ultrapassam suas determinações¹⁰³ qualitativas e quantitativas, suas medidas. “O movimento do capital é, por isso, desmedido [*maßlos*]” (Marx, 2013, p. 228).

O capital social total, por outro lado, nunca está em um momento específico, isto é, ele sempre está em cada um de seus estados internos de mutação quantitativa e qualitativa, a sua existência como unidade de processos múltiplos é a negação de suas formas particulares (Marx, 2014, p. 107-201). O capital só existe enquanto capital social total por sua simultânea multiplicidade. Aqui é possível esboçar linhas gerais que permitem a conciliação entre a perspectiva de Heinrich e as de seus críticos, apresentadas na seção 4 do primeiro ensaio.

Esse movimento, do capital em geral, ao invés de negar a existência do capital, o conserva em constante movimento. Nesse ponto, a intercambiabilidade das citações de Hegel ou de Marx é expressiva.¹⁰⁴ Separadas de seus contextos e retirando de Marx os termos específicos de seu objeto, em algumas frases seria difícil saber quem é o autor.¹⁰⁵ A remissão

¹⁰³ Aqui há conexão com os desenvolvimentos do capítulo 2 da Doutrina do Ser da CL, sobretudo na passagem da finitude para a infinitude, pela relação entre determinação, barreira e o ultrapassar dos dois em direção ao ser outro. (HEGEL, 2016, p. 121-142). Todavia, tal conexão não poderá ser plenamente explorada aqui.

¹⁰⁴ Cf. (Marx, 2013, p. 223-231), (Hegel, 2005, p. 214-219)

¹⁰⁵ Não é possível nos aprofundarmos muito nas relações com a *Fenomenologia do Espírito*, mas há um exemplo bastante interessante que pode ilustrar questões desta seção e dos próximos dois ensaios. Por exemplo, a passagem, do §669 da *Fenomenologia do Espírito*, referida adiante na seção 3.1 do ensaio 4, aborda a passagem de um espírito que é carente-de-espírito, por não ser efetivo, por não se ver em uma existência exterior que lhe seja igual. No processo de não se enxergar em algo efetivo, o espírito vive uma não-reconciliação que lhe fere (HEGEL, 2002, p. 450-455). Quando o espírito se externa em uma forma que lhe é igual, ele interioriza a contradição entre o ser aí que existe e esse *si mesmo*. Hegel diz que o Espírito cura, “sem deixar cicatrizes” (HEGEL, 2002, p. 455, §668), as feridas provocadas pelo processo que vai do momento em que o espírito não se reconhece até a internalização de sua multiplicidade existente.

O desenvolvimento de Marx para chegar à *forma social do capital portador de juros* é bastante semelhante ao processo supracitado na *Fenomenologia*. Até o momento do capital portador de juros, o capitalista precisava “sujar as mãos” na exploração e se arriscar quanto à realização do valor produzido pela força de trabalho. Sua forma existente, seu ser aí, é a multiplicidade da produção com a qual ele tem que se deparar. Sobretudo, com sua contradição encarnada: o trabalho. O capital-sujeito somente se realiza por meio desse processo produtivo D-M...P...M’-D’ e não se reconhece como capital em si e para si. Já o capital portador de juros é a pura internalização fetichista dessa oposição. O trabalho desaparece e o circuito do capital se torna D-D’. Todo o processo da exploração desaparece e, como Marx mesmo expõe, na forma do capital de juros, o capital já “não traz mais nenhuma cicatriz de seu nascimento [na produção e exploração do mais-valor]” (MARX, 2017, p. 442). Não

de Marx ao desmedido (*maßlos*) como momento do capital dialoga com o movimento feito na seção sobre a medida, tanto na *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, quanto na *Ciência da Lógica*. No movimento desmedido do capital geral, tal como descrito acima, somente existe um sujeito: o capital mesmo. O capitalista realmente existente é apagado de seu caráter de sujeito, ele não é descrito por Marx como o sujeito atuante, mas simplesmente como “portador consciente desse movimento” (Marx, 2013, p. 229) e essa função é executada pelo “seu bolso”, não por sua pessoa (Marx, 2013, p. 229).

Novamente, é possível estabelecer uma conexão entre esse movimento, relacionado especificamente ao capital em geral (não ao capital social total) e o momento puramente abstrato do fundamento formal. Todavia, esse paralelo deve respeitar seu lugar próprio, tendo em vista que este projeto dialético ainda não está suficientemente desenvolvido para operar, com rigor, relações mais complexas e simultâneas entre determinidades objetivas explicadas por suas relações com a *Doutrina da Essência* e a *Doutrina do Ser* (CL). Fosse o objetivo desenvolver profundamente a relação entre tais movimentos e os desenvolvimentos da Essências das seções anteriores, uma seção à parte deveria ser elaborada com os desenvolvimentos em separado, pois conectá-los diretamente ainda não é algo que esteja ao alcance das ferramentas desenvolvidas até aqui. Em termos de ordenamento, a nova seção deveria vir após esta, tendo em vista que nela se opera a passagem do ser para a essência, por meio da medida e da relação infinita do retorno a si mesmo.

Caso a descrição da transformação do dinheiro em capital feita por Marx parasse aqui, poderia ser dada razão total aos autores das teses da homologia (tratados na seção 3 do primeiro ensaio) que dão centralidade explicativa à subjetividade automática do capital na determinação dos movimentos da sociedade. Não haveria, assim, muito espaço para a contingência da ação política e as transformações históricas deveriam ser explicadas por necessidades lógicas da acumulação de capital e suas leis tendenciais.

No entanto, como mostrado por Marx (2013, p. 223-231), a inversão da forma de circulação mercantil (M-D-M) é a fórmula geral do capital (D-M-D'). Ou seja, a forma concreta por meio da qual o valor circula para seu possuidor pode ou não colocar o valor como sujeito de seu processo de valorização e isso está determinado na esfera da circulação de mercadorias.

bastasse essa quase paráfrase de Hegel (pois, caso trocássemos capital portador de juros por espírito certo de si e as menções à produção e exploração por aquelas do ser aí como Outro, não seria fácil saber quem é o autor), o próprio título do capítulo faz menção ao processo de exteriorização do espírito certo de si: “A exteriorização da relação capitalista sob a forma do capital portador de juros”. Na tradução da Fenomenologia, o termo é extrusão e não exteriorização, mas a diferença se deve à tradução.

No entanto, a simples inversão da fórmula da circulação mercantil para a fórmula da circulação de capital D-M-D' não é capaz de explicar, por si só, de onde vem o ΔD . Pois, no movimento geral da circulação as coisas são compradas e vendidas pelos seus valores e, portanto, comprar M para vender depois não poderia explicar o fato de que na venda aparece mais-valor do que na compra original.

Há algo, o mais-valor, que se expressa na circulação, mas que a contradiz. Comprar para vender mais caro contradiz a lei da circulação de valores, ou a lei do intercâmbio de mercadorias, que determina que as mercadorias são trocadas na medida de seus valores, ou, dito de outro modo, que valor se troca por valor igual. Se a mercadoria vale X ela não pode ser vendida por $X+x$ ¹⁰⁶ e, nesse sentido, a aparição do mais-valor na circulação contradiz sua natureza. Essa contradição é exterior à circulação e interior ao capital, pois a origem do capital (que depende do valor ser valorizado) está e não está na circulação ao mesmo tempo (Marx, 2013, p. 240). O fato de essa contradição ser exterior à própria fórmula do capital na circulação é semelhante à passagem da medida para a essência na CL de Hegel.¹⁰⁷

A passagem da medida para a essência coincide com a passagem da lógica do ser para a da essência e um de seus movimentos é o de *internalização* (*Erinnerung*), em uma unidade superior contraditória, de uma oposição exterior. No caso da transformação do dinheiro em capital ocorre o mesmo, uma contradição exterior à circulação de mercadorias aparece como o mais-valor. Do mesmo modo, na lógica de Hegel ao se perder em um movimento de crescimento indefinido, a medida se transforma em desmedida, na desmedida o ser aparece em contradição exterior com um algo que o nega “de fora”, ao aparecer como distinto de si em magnitude. Na passagem para a essência essa contradição é *internalizada* e se transforma em origem do próprio movimento da unidade contraditória da essência. Nesse sentido, da circulação ao capital ocorre o mesmo, a contradição é internalizada como constitutiva do próprio conceito de capital como valor que se valoriza.

Para relacionar essa primeira descrição do capital com a seguinte (a do capital enquanto relação social – a relação posta pela compra e venda de força de trabalho), retomemos a noção de *forma social*, tal como desenvolvida na seção 5. Lá dissemos que, se, no interior da CL a

¹⁰⁶ Sobre isso, cf. (Marx, 2013, p. 231-241). “Pode-se virar e revirar como se queira, e o resultado será o mesmo. Da troca de equivalentes não resulta mais valor, e tampouco da troca de não equivalentes resulta mais-valor. A circulação ou a troca de mercadorias não cria valor nenhum.” (MARX, 2013, p. 238)

¹⁰⁷ Além da CL (conhecida como a “grande lógica”), a mesma semelhança pode ser percebida também no volume I da *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, conhecida como a “pequena lógica” de Hegel.

forma é a mediação da posição das relações entre o *uno* e o *múltiplo*, a *forma social* pode ser vista como esse mesmo processo dotado da materialidade que lhe cabe. Como se trata, para Marx, de relações sociais efetivas, a *posição* que as formas sociais realizam é uma *objetivação* direta, uma criação de objetividades sociais. Assim, fora do terreno da pura mediação abstrata, em OC pode-se falar de *processos de objetivação de relações sociais*. Neste momento, já é possível passar à comparação de tal desenvolvimento com o do *fundamento completo*, contextualizado como *fundamento social* – e fazê-lo sem ferir a dinâmica interna das formas do movimento. A *relação de fundamento*, na figura da *relação de capital*, expõe sua dimensão negativa e contraditória entre acumulação e exploração.

O uso mais geral e difundido da noção de *forma social* costuma ser o de descrever algo que é diretamente observável na sociedade, mas que possui autonomia e domínio sobre o múltiplo. Tal definição pode ainda ser comparada com o sentido que Hegel dá para o conceito, em uma interpretação desconectada dos desenvolvimentos da recepção de Hegel nos últimos 40 anos (LANGE, 2017). Tomando esses usos como guia e resgatando o desenvolvimento formulado neste ensaio do conceito de *forma social*, esta se refere ao processo que tem como característica central a reflexividade entre uma objetividade social relativamente autônoma (como o dinheiro) e as relações sociais que lhe dão suporte. Mas a forma não reside em nenhum desses polos, a saber: o das objetividades sociais relativamente autônomas e as relações sociais com seu potencial negativo. Em outras palavras, trata-se de um processo que dá às relações sociais uma forma exterior observável concretamente e capaz de influenciar retroativamente essas próprias relações.

A noção de *forma social*, ao ser observada de fora, aparece como um ente autônomo, como objetividades (ou objetos) em si mesmas. Mas a relação de capital só pode ser posta como sujeito no capitalismo se a diferença exterior à circulação (o mais-valor) se tornar uma contradição interior ao capital. Essa diferença, tornada indiferente na forma geral e abstrata do valor que se valoriza com seu caráter desmedido,¹⁰⁸ deve se tornar parte da essência das relações de produção, das quais o capital é sujeito automático. Isso se dá tendo em vista que a essência só aparece lá onde a diferença exterior é incorporada e entendida como contradição interior. Como diferença exterior, caímos na incompreensão mercantilista sobre a origem do lucro. Estes, como aponta Marx, viam o lucro como fruto da sagacidade do comerciante em vender

¹⁰⁸ Desmedida no sentido de *maßlos* exposto anteriormente. O capital, em sua medida, se define pelo constante ultrapassar de sua própria magnitude em um movimento que se caracteriza por estar sempre além de sua medida anterior. Enquanto medida, o capital é da ordem do desmedido.

mais caro do que comprara. A leitura do lucro como acidental, contingente, é incapaz de permitir a compreensão de como a acumulação se tornou a grande força motriz e finalidade da produção (cf. Marx, 2013, p. 577-586).

Com a existência das classes, com a separação entre proprietários e não proprietários de meios de produção, com os desenvolvimentos históricos que criam essa classe de trabalhadores livres para vender sua força de trabalho e com a existência de um mercado para sua negociação subentendidos ao capital é possível internalizar essa contradição. Assim, para ir das relações de medida no interior da circulação de capital até a essência do modo de produção é preciso explicitar algo dos múltiplos sujeitos em suas classes. Esse movimento põe a relação social como conteúdo da *forma social* expressa no capital de modo reflexivo com o capital como sujeito automático. Assim, é possível compreender, de modo mais geral, o funcionamento de uma forma social como algo que relaciona conteúdo social e objetividade exterior de maneira relativamente autônoma e reflexiva. Com efeito, tem-se uma ferramenta teórico-metodológica para trabalhar os impasses entre, de um lado, a ação social concreta da base em sua abertura para a contingência e, de outro, as necessidades lógicas de construtos sociais que parecem operar como conceitos.

Se o mais-valor não surge nem do dinheiro em si mesmo (do capital adiantado), nem da revenda da mercadoria, sua explicação deve estar em alguma mudança no interior da própria mercadoria que é comprada com esse capital (cf. Marx, 2013, p. 241).¹⁰⁹ O mais-valor deve aparecer fora da circulação (Marx, 2013, p. 250). A mercadoria M deve possuir certo valor de uso que seja capaz de criar novo valor. Essa mercadoria é a força de trabalho,¹¹⁰ cujo consumo durante o processo produtivo é capaz de criar um valor que não estava presente na mercadoria original.

O M da fórmula se desdobra em MP (meios de produção) e FT (força de trabalho), a tensão que há na unidade dos dois sob a forma condensada M deve ser mantida, pois se ambas são M, elas são de qualidades completamente distintas. Enquanto a primeira mercadoria, os MP destinam-se a serem consumidos produtivamente pela FT e não criam valor novo, essa

¹⁰⁹ Essa discussão torna-se mais complexa com a introdução do capital portador de juros e do capital fictício no Livro 3 de OC. Contudo, enfrentá-la nos termos aqui colocados (ou seja, na chave da exploração do caminho que vai de OC à CL) demandaria outro ensaio. Discussões sobre esse tema, na mesma linha de reflexão aqui desenvolvida, foram feitas em GUIMARÃES, 2014a e 2014b.

¹¹⁰ “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo [Inbegriff] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [Leiblichkeit], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo.” (MARX, 2013, p. 242)

capacidade só vai existir na FT, a segunda mercadoria. A indiferenciação dessas duas mercadorias sob a aparência de um M genérico contribui tanto para a ilusão mercantilista que supõe estar na circulação a origem do valor, quanto para ilusão dos economistas vulgares criticados por Marx que concebem o capital constante (MP) como igualmente fonte de valor.

A força de trabalho é consumida na produção de valor, sob a forma de novas mercadorias, dentro das firmas e fora das vistas do mercado. Das máquinas, do couro, da borracha, dos fios e outras matérias-primas, o trabalho dos empregados da fábrica é capaz de criar sapatos, que valem mais do que a soma de seus insumos. Mas para que a força de trabalho seja uma mercadoria à disposição no mercado, exige-se a que a constituição de relações sociais de tipo capitalista esteja presente.

A igualdade jurídica entre os vendedores de mercadorias ordinárias e de força de trabalho deve estar posta, ou seja, estes últimos devem ser sujeitos livres de direito e despossuídos das mercadorias (meios de produção) que permitiriam que os mesmos consumissem o valor de uso de suas forças de trabalho produzindo bens e serviços. Assim, subentende-se a divisão das classes e a constituição de relações sociais específicas. Todos os bens disponíveis para consumo devem aparecer como mercadorias, caso contrário eles não seriam compráveis pelos despossuídos de meios de produção, que não podem produzi-los sozinhos.

Todas as condições de existência do modo de produção capitalista estão, portanto, pressupostas para que a mercadoria seja posta como *forma social* e, portanto, também para que a força de trabalho se apresente sob essa forma. Ainda que em questão paralela a nossos objetivos nesta última seção, não é demais mencionar que tais observações contribuem para desvendar o polêmico caráter da primeira seção de OC, onde dominam as formas mercadoria e dinheiro sem que explicitamente estejam ali colocadas as relações capitalistas (que só vão aparecer, na ordem de apresentação de OC, na seção seguinte). Essas observações vão no sentido de referendar a interpretação de Fausto (1983, 1997) que vai entender a circulação de mercadorias (e a seção I) como mera aparência da circulação e produção capitalistas.

Retomando o ponto anterior, para que a valorização possa, de fato, aparecer como essência das relações sociais, o modo de produção dessas relações sociais deve ser capitalista. Para que a forma social do capital apareça como sujeito automático, as relações sociais devem ter sido historicamente apresentadas. Esse processo envolveu contingências, revoluções, leis específicas, disputas políticas diretas e acontecimentos imprevisíveis em seus contextos originários. Trata-se de um raciocínio mecanicista supor que a marcha da história independe de

todos esses fatores contingenciais, ou que eles próprios sejam decorrência de “leis”. Todavia, não é sem importância que retroativamente seja essa a aparência, posto que, uma vez instauradas, as situações e as *formas sociais* ganham uma autonomia relativa capaz de sobredeterminar as relações sociais que as fundaram.

As mesmas condições pressupostas para que a valorização exista como essência das relações sociais de produção são pressupostas para que a diferenciação entre trabalho e força de trabalho seja objetivada socialmente. Pois, se a todo o momento é possível intelectualmente conceber que existe uma capacidade de trabalhar que é diferente do trabalho em si, isso não quer dizer que essa diferenciação seja colocada como forma das relações sociais, como forma social. Essa diferença subsiste se a força de trabalho for uma mercadoria, e a atividade e o objeto do trabalho forem alienados do trabalhador. Essa compreensão é fundamental para que se possa entender a tensão existente entre a subjetividade automática do capital e a subjetividade real das classes e como, nessa tensão, aparece a possibilidade de acontecimentos que alterem a ordem do estabelecido.

Nessa distinção reside, ao mesmo tempo, uma importante peça para entender o papel da alienação n’*O Capital* de Marx e um ponto central na mediação entre o capital enquanto sujeito automático e a sujeição dos sujeitos reais a essa automaticidade. Para que o capital, como forma social, apareça como sujeito é necessário que os sujeitos reais nas relações sociais concretas percam, de algum modo, aquilo que os torna sujeitos. Entendendo o sujeito como um operador de mediação transformadora consigo e com o meio natural, essa algo que se perde está na dimensão do trabalho (que é essa mediação transformadora). O processo por meio do qual essa substância interior é perdida é a alienação, que aparece primeiro na alienação pela venda da força de trabalho como mercadoria, e se expressa na própria conversão do (processo de) trabalho em processo de valorização. Nessa perda o proletariado se torna um sujeito esvaziado de substância.

Marx divide o capítulo 5 do Livro 1 de OC em duas seções e dá à primeira o título de *processo de trabalho* e à segunda o título de *processo de valorização* (que é a forma que toma o processo de trabalho no modo de produção capitalista). Na primeira das seções, Marx vai afirmar que o processo de trabalho é “atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso” e que, enquanto tal é “apropriação do elemento natural para satisfação das necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana” e, nessa medida, comum a todas as formações sociais (Marx, 2013, p. 261). Nos nossos termos aqui, essas afirmações de Marx significam que o trabalho é o processo

de exteriorização humana em objetos (tangíveis ou intangíveis) que se relaciona continuamente com essa objetividade trabalhada e a interioriza num retorno a si. Concretamente, isso é visível no fato de que os objetos do trabalho se tornam insumos de trabalhos futuros e são consumidos para se tornarem novos objetos. Trata-se do constante estar junto com seu outro que foi descrito anteriormente como atributo da essência. Nesse sentido, o trabalho é uma atividade essencial no sentido mais forte do termo essência. Mas essa essência é sócio-historicamente determinada e o que será seu operador e aparecerá como sujeito posto é determinado no modo de produção. Como no capitalismo a forma social do trabalho implica na cisão de si mesmo enquanto essência, na alienação produzida pela venda da força de trabalho, o trabalho enquanto processo se resume a processo de valorização. Com a venda da capacidade de trabalhar, o controle, o planejamento, e os produtos do trabalho são todos passados ao capitalista, mero suporte da valorização do capital. Assim, essa atividade essencial, cindida, se torna própria ao capital (sem ser sua propriedade, pois a força de trabalho foi vendida, não o trabalho em si) em seu processo de valorização e assim, a essência se torna esse processo mesmo, o processo de valorização.

A alienação da essência a um outro faz desse outro o sujeito da ação. O trabalhador é sujeito enquanto ente constituído pela capacidade de trabalhar, de transformar o dado (o que, para o capital, significa somente gerar valor novo). Sua força de trabalho o torna sujeito potencial do processo de trabalho, sendo a realização do trabalho aquilo que o tornaria sujeito efetivo. Mas, no capitalismo, a despossessão do proletariado dos meios necessários a realizar por si a sua força de trabalho opera uma segunda clivagem. A divisão das classes coloca os dois elementos necessários à realização da força de trabalho (a força de trabalho em si e os meios de produção) separados em duas diferentes classes. Todavia, uma atividade que é essência não pode ser cindida externamente, a oposição deve ser internalizada como contradição. Essa internalização é operada na prática pela venda da força de trabalho ao capitalista. É isso que vai unificar a essência sob o capital. Trocada de “mãos” essa essência troca também de *forma social*, o que era processo de trabalho se converte em processo de valorização e o que era trabalho torna-se capital (a parte do capital à qual Marx dá o nome de capital variável).

Se o proletário, por um lado, tem a capacidade de executar, por meio de sua atividade essencial, uma real transformação do dado, o capital como sujeito – mas um sujeito que é automático e, portanto, funciona em um sistema de *input-output* previsível – só consegue operar transformações de mercadorias em mercadorias guarnecidas de mais-valor, pressupondo os trabalhadores que criam esse mais-valor e os capitalistas que o exploram.

Nesse sentido, contrariamente às leituras que postulam haver, n' *O Capital* um abandono do papel analítico da alienação, podemos dizer, a partir dessas observações, que lá onde ela mal aparece explicitamente (n' *O Capital*) é onde ela está mais presente. A alienação, como apontado, é o elemento central que permite a sujeição dos sujeitos reais à subjetividade automática do capital [sobre os diferentes momentos históricos desse processo de posição dos sujeitos do trabalho como “sujeitados”, cf. PAULANI, 2001]. Assim, essa categoria se desdobra em suas determinações mais desenvolvidas, como o fetichismo, a separação entre trabalho e força de trabalho, a conversão do processo de trabalho em processo de valorização e o duplo caráter do trabalho, o concreto e o abstrato [sobre esse duplo caráter, cf. BORGES NETO, 2003, 2008].

O fetichismo pode ser analisado como uma decorrência da alienação tendo em vista que, ao se alienar do gênero humano e de si, tanto no processo quanto no produto do trabalho, as relações sociais concretas são objetivamente perdidas de vista e percebidas como propriedades dos objetos. Assim, o caráter objetivamente social das relações de mercado é tomado na sua imediatez como propriedade natural das mercadorias. O fetichismo, em geral, é efeito de uma forma social que ao invés de simplesmente mediar as relações sociais e as objetividades socialmente postas, opera uma real clivagem entre os dois termos. A aparência é povoada somente pela objetividade clivada do movimento que a produz, que parece se esconder dentro de um automatismo objetivo.

Como dito acima, na separação entre trabalho e força de trabalho – com a alienação produzida pela venda da segunda – o produto, a finalidade e o controle do processo de trabalho passam ao capitalista, restando ao trabalhador executá-lo. Um subproduto dessa clivagem é a conversão do processo de trabalho em processo de valorização (MARX, 2013, p. 255-275). O trabalhador se torna despossuído de si mesmo na medida em que a atividade que o torna portador da subjetividade como operação de reflexão e implicação nos objetos lhe é negada. Assim, na separação entre trabalho e força de trabalho, além da alienação da força de trabalho pela venda, o próprio trabalho é alienado, deixando de lhe ser próprio e se tornando a atividade essencial de outro sujeito, o capital.

Ao tomar para si o processo de trabalho como processo que visa somente a geração de D', o capital pode efetivar todo seu caráter de sujeito automático. Os impactos dessa conversão sobre a dimensão interior daqueles que executam o trabalho, somente como suporte da atividade essencial que lhes é negada não cabe ser explorado aqui, mas constitui um elemento necessário para compreender os alicerces subjetivos e psíquicos do capital – apresentados em um caso

particular no ensaio 4. O modo de produção capitalista, visto dessa ótica, não produz somente mercadorias, mas formas de vida e de adequação dos trabalhadores por meio da adequação de sua atividade essencial. As *formas sociais* capitalistas, assim, não se limitam àquilo que foi posto no começo do capitalismo, mas se alteram conforme são alterados os modos de vida e de subordinação dos trabalhadores, como é o caso das técnicas de controle administrativo do trabalho, que ainda serão abordadas nesta tese (ensaio 4).

ENSAIO 3

O MÚLTIPLO EM AÇÃO: um ensaio econométrico sobre a (contra)tendência da taxa de lucro

Introdução

No modo de produção capitalista, as leis gerais e leis de tendência do capital talvez sejam a maior expressão da universalidade enquanto força de movimento da história. Todavia, como será exposto neste ensaio, o debate da lei tendencial da queda da taxa de lucro, sobretudo a sua fração apoiada em medições estatísticas, é largamente composto sobre a dificuldade de afirmar uma expressão clara de queda na taxa de lucro, em termos históricos. Em termos mais intuitivos, caso a taxa de lucro sempre caísse, sem nunca se recuperar, o capitalismo seria um ente lógico com horário marcado para acabar e o único papel da luta de classes seria esperar tal momento para impedir que uma nova revolução tendesse à barbárie.¹¹¹

Assim, tendência e contratendência são um modo de expressão da tensão conceitual subjacente a esta tese. Uno e múltiplo, necessário e contingente, lógico e histórico/sociológico atuam aqui. Desenvolver uma argumentação que sustente tal ideia é um dos centros de gravidade deste ensaio. Por isso, ele busca relacionar a lei tendencial com suas contratendências, especificamente, questionar se o processo de financeirização pode ser compreendido como uma contratendência.

Tomando como ponto de partida o fato de essa lei tendencial ser algo da ordem do universal, também parece ser universal a necessidade de que a queda na taxa de lucro seja contraposta como forma de manter a estabilidade do sistema. Ao mesmo tempo, a queda tendencial na lucratividade, por universal que seja, é algo de negativo no interior das contradições do capital em seu processo de reprodução, já que nega a *base* da relação de capital em seus representantes mais diretos: os próprios capitalistas na visada do lucro. É algo que se manifesta nessa mesma base como urgência à recuperação da lucratividade. Como visto no ensaio 2, a *base* se mostra, simultaneamente, como *fundado* e como *condição* do *fundamento*.

¹¹¹ Se esposássemos essa compreensão, as teorias que desenvolvemos nesta tese estariam sujeitas às críticas de Paul Kennedy (2017) quanto a compreender a história do capitalismo como uma jornada dialética do conceito, não como algo com história, classes e sujeitos outros além do sujeito-capital.

Algo que se manifesta na multiplicidade, a tendência também manifesta, na mesma multiplicidade, a necessidade de ser contraposta. Com efeito, é na *multiplicidade* das *frações capitalistas* que se *manifesta* essa necessidade, são estes e seus agentes da produção ideológica, política, jurídica e técnico-científica que deverão desenvolver os mecanismos para atender à urgência de recuperar a lucratividade. Portanto, é no meio das sutilezas contingentes e necessárias da multiplicidade efetiva que serão criadas as *formas sociais de contratendência*.

Difícilmente Marx conseguiria, no século XIX, prever todas as contratendências que historicamente se manifestaram, dado o alto grau de contingência envolvido no processo – uma vez que essas não são, em sua especificidade, simples derivações lógicas das necessidades do capital-sujeito. No entanto, podemos nos inspirar nas contratendências que Marx sumariou e buscar algumas formas desenvolvidas das mesmas. É esse o modo de operação deste ensaio.

Seu objetivo central, portanto, é atuar nas lacunas do debate contemporâneo sobre a tendência decrescente da taxa de lucro, onde elas nos pareceram ser mais profundas e exibindo, por isso, relação direta com o objeto geral da tese: a análise centrada na reflexão com as contratendências. Especificamente, buscamos compreender se o capital por ações e a financeirização podem ser considerados contratendências. Toma-se aqui como inspiração a última contratendência que Karl Marx apontou, sem desenvolver, no livro III de OC: a transformação do lucro em juros. Não se trata de dizer que essa transformação é, *ipsis literis*, a mesma coisa que aquilo que se costuma hoje chamar de financeirização, mas a transformação de ao menos uma parte do lucro em juros parece, sem dúvida, uma das questões centrais no capitalismo de hoje, combinada evidentemente com a *aparência* claramente financeira das últimas crises. Assim, a tensão uno-múltiplo pode se mostrar em algo que nos seja atual e nos indicar se, de fato, as propostas metateóricas desenvolvidas nos dois primeiros ensaios são profícuas na análise do concreto contemporâneo.

A relação entre dialética, Economia Política, matemática e estatística, controversa e bastante debatida, também constituem inspirações aqui.¹¹² O eco dessa inspiração que, de fato, se constitui como objetivo deste ensaio, é avaliar possíveis manifestações deste projeto de dialética em formas econométricas de avaliação de dados estatísticos que, eventualmente, reproduzam a relação entre tendência e contratendência.

¹¹² Inspirações que não serão desenvolvidas, pois é amplo o debate envolvendo essa questão. Por exemplo, há o impacto das publicações dos Manuscritos Matemáticos de Marx (1983) e produções sobre a relação entre materialismo e matemática (BADIOU, 1972, 2014a, 2014b). A avaliação dos resultados deste ensaio pode ser utilizada para produzir futuros aprofundamentos neste sentido.

Isso foi feito, do ponto de vista mais objetivo, computando três séries temporais sobre a economia capitalista ainda hegemônica: a taxa de lucro, o Q de Tobin e o volume de riqueza corporativa aplicado em *equities* e fundos, dado em percentuais do PIB (GDP na sigla em inglês). Todos os dados compreendem o período entre 1950 e 2010, com observações anuais. Em outras palavras, trata-se de avaliar como as leis gerais, ou seja, as leis de tendência, podem se relacionar com outros aspectos da realidade capitalista, como suas contratendências.

Como abordado no ensaio anterior, diante da relação entre o capital como sujeito e os sujeitos das classes sociais, podemos acentuar um ou outro polo ou, o que é a intenção desta tese, acentuar o elemento reflexivo entre os polos. Isso é desenvolvido com base na aproximação entre OC e CL apresentada nos dois primeiros ensaios. Resgatando alguns aspectos da defesa dessa aproximação, observou-se que a transformação do dinheiro em capital (MARX, 2013, p. 223-251) guarda semelhanças bastante explícitas com a passagem da quantidade para a essência por meio do *desmedido* (HEGEL, 2016, p. 358-413).

Complementarmente, a *forma* é exposta inicialmente por Hegel (2017, p. 97) como algo que surge das mediações no *fundamento*. Mediações, neste sentido, são relações entre momentos de uma dada categoria. Aqui, são as relações entre os *momentos* do fundamento. A *forma social*, assim, é o elemento que surge nas interações entre os *fundamentos sociais*. As relações dos sujeitos com as forças produtivas são um exemplo de fundamento social apontado por Marx em OC.

Recorda-se aqui, ainda, que a frase que inicia o Livro 1 de OC, no capítulo sobre a mercadoria (MARX, 2013, p. 113), fala da “imensa coleção de mercadorias” como o aparecimento¹¹³ (*erscheint*) da riqueza nas sociedades capitalistas. Marx não utilizou a forma *Scheint*, que teria o sentido de aparência imediata, mas *Erscheinung* que dá o sentido da aparência posta, mediada, pelo *fundamento*, conteúdo, *matéria*, *forma* e *essência*. Além de ressaltar a mercadoria individual como a “forma elementar” (*Elementarform*) da riqueza”.

Essas considerações podem ser mobilizadas para este ensaio em três sentidos: 1) estabelecem uma maneira de usar a econometria dentro de um trabalho que possui como base o projeto dialético desenvolvido e a Economia Política marxista; 2) dão fundamentação filosófica para sustentar que o aspecto fundamental para analisar a lei tendencial da queda na

¹¹³ Aqui, ainda que “aparece” seja a tradução corrente de *Erscheint*, tomo a liberdade de usar “aparecimento”, ao invés de “aparece” para ressaltar o fato de que, no original em alemão, Marx utiliza *Erscheint* que deriva de *Die Erscheinung*, (aparecimento) não de *Der Schein* (aparência), ambos conceitos centrais na *Doutrina da Essência*, da CL de Hegel.

taxa de lucro é manter o vínculo tensional com as contratendências; e 3) no mesmo sentido que o ponto anterior, auxiliam na argumentação de que é necessário postular novas contratendências a partir da observação direta das transformações na dinâmica econômica contemporânea.

Quanto ao primeiro ponto, considere-se que a estatística opera como um procedimento que se dá estritamente sobre o reino da particularidade. Assim, investigar se surgem dos dados correlações capazes de exibir traços de relações da universalidade do conceito é uma das formas de averiguar a validade empírica das considerações metateóricas aqui elaboradas. Nesse sentido, justifica-se a utilização do procedimento de Johansen para o Var irrestrito. Parte-se aqui de uma teoria estatística que surge em parte da necessidade de eliminar correlações espúrias e que não estabelece nenhum modelo prévio para verificar a relevância de sua regressão aos dados. Assim, supõe-se a mais “pura” empiria, a aparência (*Schein*) mais imediata possível. A única mediação no processo de tratamento dos dados são as próprias teorias estatísticas envolvidas no procedimento de Johansen e, naturalmente, a escolha e construção dos dados.

Suponhamos agora que as correlações econometricamente obtidas da maneira supracitada sejam capazes de trazer à tona relações teoricamente esperadas a partir do conceito de capital e da relação deste com sua lei tendencial e suas contratendências (que foi exatamente o caso dos resultados obtidos). Neste caso, ainda que não se trate de uma demonstração, reforça-se o ponto de que a aparência imediata (*Schein*) é, na verdade, produto das mediações essenciais da relação de capital e que, portanto, trata-se de um aparecer (*Erscheinung*). Nesse sentido, mantêm-se as relações de tensão entre uno e múltiplo. Assim, quanto ao segundo e terceiro sentidos das questões metateóricas mobilizadas na tese e aqui sumariadas (defender a manutenção do vínculo tensional entre tendência e contratendência e postular novas contratendências a partir da observação direta da dinâmica contemporânea) a relação é mais direta e será desenvolvida ao longo do ensaio.

O ensaio está então dividido em 6 seções. A primeira vai se referir ao debate sobre a pertinência ou não de tal lei, sua validade e papel em *O Capital*. Apesar de muito antigo, ele renasceu a partir, mais uma vez, das considerações de Michael Heinrich (2013a) em função da continuidade das publicações do trabalho completo de Marx e Engels (MEGA 2). Porque nos interessa para o conjunto dos ensaios e para nossa perspectiva aqui daremos esse espaço àquilo que chamamos a “fração MEGA” do debate. Na sequência (segunda seção) levantamos outra fração do debate sobre a lei tendencial relacionada à utilização de exercícios

econométricos dentro do mesmo. Na terceira seção passamos a tratar propriamente de nosso tema, qual seja a discussão sobre a caracterização da financeirização como contratendência à lei tendencial, a nosso ver pouco estudada até o momento dentro do debate marxista – mas ainda sem adentrar no uso da econometria, propriamente dito. A quarta seção discorre sobre aspectos técnicos da construção das séries de dados mobilizadas em nosso exercício e da estrutura da análise econométrica. A quinta seção elabora a análise das séries e da modelagem utilizada e, por fim, a sexta e última seção, retomando a perspectiva e o teor do conjunto dos ensaios empreende uma análise teórica e metateórica dos resultados obtidos.

Contudo, antes de iniciar, é preciso fazer uma importante ressalva. O modo de exposição deste ensaio, a partir da quarta seção, se altera sensivelmente em relação ao restante da tese. Tal diferenciação tem que ver com o uso da econometria, e com alguns procedimentos próprios a esse campo. De todo modo, cada procedimento econométrico é tão explicado quanto possível (o que é ainda mais claro nos apêndices), tendo em vista o largo abismo terminológico e procedimental entre o campo teórico-metateórico no qual se insere esta tese e a expressão econométrica do objeto deste ensaio.

1. A fração MEGA do debate sobre a pertinência da Lei Tendencial

Não parece haver dúvida que, na história do marxismo, a existência ou não da lei tendencial é um dos debates mais importantes, bem como um dos historicamente mais persistentes e constantes.¹¹⁴ Assim, não parece factível, mesmo numa tese que fosse dedicada exclusivamente a essa questão, cobrir todo esse debate nas suas mais distintas frações. Assim sendo, há algum grau de arbitrariedade no recorte escolhido. Ainda que tentemos resgatá-lo tendo em vista a imanência de nosso objeto, não há espaço ou tempo suficiente para abarcá-lo todo.

Como apontado no primeiro ensaio desta tese, o debate iniciado com a publicações da MEGA 2 apresenta tanto aspectos ligados à relação Marx-Hegel, quanto à tensão entre lógica

¹¹⁴Não custa lembrar que outro debate que tem a mesma estatura é o referente à famosa transformação do valor em preços de produção. Para uma boa pontuação do histórico do debate, bem como das contribuições contemporâneas mais polêmicas e a nosso ver mais definitivas sobre a questão, cf. BORGES NETO (1997).

e história, uno e múltiplo, bem como à tensão entre a tendência em questão nesta seção e as forças que lhe são contrárias.

Mais uma vez, Michael Heinrich (2013a) abre o debate mostrando como, em textos inéditos de Marx, algo que vinha sendo aceito em boa parte da tradição marxista contemporânea (e que tem relação com atribuir algum papel a questões lógicas, ou do campo do *uno*) seria equivocado. Na verdade (segundo as exposições usuais de Heinrich), bastaria ler os tais textos inéditos de Marx para concluir que ele, de fato, tentou fazer tal raciocínio baseado na lógica dialética, mas falhou.

No texto que abre a parcela da tendência decrescente da taxa de lucro do debate da MEGA 2, Heinrich (2013a) divide sua argumentação em três pontos: 1) seus argumentos sobre a rejeição ao conceito de capital em geral do texto de 1989 discutido na seção 4 do ensaio 1, que ele repete; 2) a discussão sobre a relação entre a tendência decrescente e as contratendências; e 3) a teoria das crises em Marx (ponto central de seu artigo mas que, por distanciar-se um pouco do nosso escopo, não será pormenorizado aqui).

Ao referido texto seguem-se três críticas, no mesmo periódico – a revista acadêmica americana *Monthly Review*. São elas (CARCHEDI e ROBERTS, 2013; MAGE, 2013; MOSELEY, 2013) e a réplica às críticas, escrita pelo próprio Heinrich (2013b).¹¹⁵ Como nos debates expostos nas seções 3 e 4 do primeiro ensaio, a parcela dos artigos que aborda os termos de Marx e qual a leitura mais certa a se fazer do autor baseado em cartas e trechos inéditos não é algo que seja central ao projeto dialético que esta tese intenta ensejar. A parcela que, mais uma vez, discute se Marx continua utilizando ou não o conceito de capital em geral também não será exposta, pois (em nossa avaliação) não é muito diferente do que já foi apresentado no primeiro ensaio. O nosso enfoque aqui está, portanto, na relação entre tendência e contratendência. Tal como abordada nesses artigos.

O ponto seguinte apresentado por Heinrich é central à nossa proposta de tratamento teórico da relação tendência-contratendência, que será mais explorada no próximo ensaio.

Nos Manuscritos de 1861-1863 [...] as crises não são mais indicação da dissolução do modo de produção capitalista, mas, ao contrário, do constante e completamente normal andamento desse modo de produção, que proporciona um ‘ajustamento forçado de todas as contradições.’ [...] A crise do comércio mundial deve se encarada como a concentração real e o ajustamento forçado

¹¹⁵ O debate possui repercussão além desses cinco artigos, todavia, para as finalidades deste ensaio os artigos supracitados parecem bastar.

de todas as contradições da economia burguesa. (HEINRICH, 2013a, tradução minha; entre aspetas estão citações de Marx feitas por Heinrich).¹¹⁶

Ainda que Heinrich seja um autor muito preciso na sua análise dos textos de Marx, algo que parece ser característico de um certo rigor conceitual alemão, a estrutura lógica do raciocínio acima pode ser interpretada de modo que faça ressaltar um núcleo de silogismo conduzido por identidades puramente afirmativas. 1) as crises não apontam mais para a dissolução do modo de produção capitalista; 2) elas são algo do funcionamento normal do capitalismo e 3) as afirmações 1) e 2) decorrem de que as crises são produtoras de um ajuste forçado de todas as contradições da economia burguesa.

Parece operar em tal silogismo o princípio do terceiro excluído da lógica formal. Para Heinrich, que as crises sejam dissolutivas é algo que não pode ser verdadeiro ao mesmo tempo em que elas são normais. Chamemos A o predicado que afirma que as crises são dissolutivas do modo de produção capitalista e B o predicado que afirma que as crises são normais. Teremos então:

Proposição P: A é verdadeiro, logo, B é falso

Proposição P': B é verdadeiro, logo, A é falso.

Tal conjunto de proposições pode ser analisado de diferentes formas, com ou sem a adoção do princípio do terceiro excluído. Mantendo a lógica formal e o terceiro excluído, chegamos ao mesmo resultado de Heinrich, tendo em vista que, de fato, as crises são normais no capitalismo e sobre isso não parece haver grandes discussões (ao menos dentro do campo da Economia Política marxista). Assim, vale P' e as crises não podem ser forças dissolutivas do modo de produção capitalista.

No entanto, retiremos o princípio do terceiro excluído e a conclusão muda drasticamente, pois P pode ser verdadeiro e falso ao mesmo tempo, bem como P'. Em outros termos, as crises podem ser normais e dissolutivas. Todavia, para que isso seja válido, é necessário que A e B estejam, de fato, em contradição dialética, isto é, façam parte do mesmo devir de uma unidade multiplamente determinada pelas suas contradições. E no próprio argumento de Heinrich há o elemento necessário que garante isso: o item 3, segundo o qual as crises produzem um ajuste forçado das contradições da economia burguesa.

¹¹⁶ "In the Manuscript of 1861–1863 [...] Crises are no longer an indication of the dissolution of the capitalist mode of production, but are rather the constant and completely normal accompaniment of this mode of production, which provide a 'forcible adjustment of all the contradictions.' [...] 'The world trade crises must be regarded as the real concentration and forcible adjustment of all the contradictions of bourgeois economy'."

As crises organizam as próprias contradições do capital de modo forçado, ou seja, não decorrente dos movimentos lógicos, mas de uma necessidade imposta à contingência, que irá resolvê-la de modo contingente, particular, determinadamente negativo. Assim, é possível que a crise derive de movimentos dissolutivos do modo de produção e seja, simultaneamente, normal, já que esse modo de produção é constituído por contradições. Todavia, enquanto a contingência seguir dando respostas positivas às necessidades lógicas de que o capital se reestruturasse diante da dissolução, esta última não se realiza por completo e o capitalismo persiste, até a próxima crise.

Disso, produzimos uma formulação condizente com nossos desenvolvimentos do projeto dialético: o capital é composto por diversas tendências dissolutivas que tendem a produzir crises, mas, o mesmo capital produz a necessidade de que contratendências sejam criadas para manter a estabilidade sistêmica do modo de produção. Desse modo, não parece haver qualquer inconsistência em afirmar que as crises (e a tendência decrescente da taxa de lucro) existam e sejam dissolutivas e, ao mesmo tempo, normais.

Como não estamos no reino de uma ciência dedutivista (nem tampouco indutivista), não se trata de resolver, por meio da lógica, a verdade ou falsidade da nossa formulação, mas observar se ela é, de fato, um elemento que emana da reflexão entre a multiplicidade das contratendências e a unidade de cada tendência. De certo modo, isso é algo que este ensaio buscam fazer, bem como o próximo e último ensaio da tese.

Caso consigamos produzir um acordo com relação à formulação acima, então, a crítica seguinte de Heinrich a Marx perde um pouco de sua força:

Com essa “lei”, Marx formula uma proposição existencial de longo alcance, que não pode ser empiricamente provada nem refutada [...] A relação entre “a lei enquanto tal” e os “fatores contrarrestantes”. Marx assume que a queda na taxa de lucro, derivada como lei, supera, no longo prazo, todos esses fatores. Mas Marx não oferece nenhuma razão para isso. (HEINRICH, 2013a).¹¹⁷

A citação a seguir, ainda do texto inicial de Heinrich no debate, se for lida sob a lupa da identidade abstrata é algo com o qual não estaríamos de acordo. No entanto, dialeticamente são constatações fundamentais para este e o próximo ensaios desta tese. Em primeiro lugar, ele questiona o papel da matemática, que demandaria regularidade histórica. Tal demanda é

¹¹⁷ “With this “law,” Marx formulates a very far-reaching existential proposition, which cannot be empirically proven nor refuted [...] the relationship between “the law as such” and the “counteracting factors.” Marx assumes that the fall in the rate of profit, derived as a law, in the long term outweighs all counteracting factors. Yet Marx does not offer a reason for this.” (HEINRICH, 2013a).

absolutamente verdadeira para a matemática de sua época, até a mais avançada, mas não o é para o caso das modelagens utilizadas neste ensaio, como veremos. Estas modelagens não dependem, nem buscam garantir regularidade, constância ou unicidade das soluções, como é usual dentro da matemática mais convencional. Em segundo lugar, caracteres específicos, relativamente múltiplos e contingentes, e historicamente localizados (como sistema de crédito, sistema bancário e ação do Estado) pesam fortemente na processualidade da taxa de lucro.

Marx está cada vez mais convencido de que a investigação basicamente não foi suficiente para que ele produzisse uma apresentação “apropriada” do “movimento real” de que ele fala no postfácio da segunda edição do Livro I. Em uma carta a Engels de 31 maio de 1873, Marx se pergunta se seria possível “determinar matematicamente as principais leis que governam as crises”. Tal possibilidade pressuporia que as crises se sucedem com enorme regularidade [...] A atenção de Marx é atraída para o papel agora internacionalmente importante dos bancos nacionais, que têm uma influência considerável sobre o curso da crise. [...] No entanto, se os bancos nacionais desempenham um papel tão importante, é muito duvidoso que o sistema de crédito possa ser categoricamente apresentado, excluindo-se uma análise do estado. (HEINRICH, 2013a).¹¹⁸

Nos termos que buscamos desenvolver, estamos de inteiro acordo com Heinrich nessas afirmações, embora estejamos em inteiro desacordo quanto ao fato de elas implicarem a invalidação da lei tendencial (seja da taxa de lucro em si, seja disso que chamamos de tendências dissolutivas, em geral). Os objetos deste ensaio são a matemática não determinista e a contingência contratendencial, ou contradissolutiva (como podemos também chamá-la). Esta última é objeto também do próximo ensaio.

Carchedi e Roberts (2013) apresentam de modo esquemático as críticas de Heinrich à Lei tendencial da Queda na Taxa de Lucro, e estruturam toda sua análise em torno de tais aspectos:

Heinrich levanta os seguintes pontos: 1) a lei de Marx é indeterminada; 2) ela não se comprova empiricamente e é injustificável, qualquer que seja a medida utilizada para sua verificação; 3) Engels editou mal as obras de Marx, distorcendo suas visões sobre a lei no Livro 3 de O Capital; 4) O próprio Marx, nos escritos da década de 1870, começou a ter dúvidas sobre a lei como causa das crises e começou a abandoná-la em favor de alguma teoria que levasse em consideração o crédito, as taxas de juros e o problema da realização (semelhante ao da teoria keynesiana); 5) Marx morreu antes que pudesse

¹¹⁸ “Marx is increasingly convinced that inquiry basically has not come far enough for him to proceed to an “appropriate” presentation of the “real movement” that he speaks of in the postface of the second edition of volume I. In a letter to Engels from May 31, 1873, Marx wonders whether it would be possible “to determine mathematically the principal laws governing crises.” Such a possibility would assume that crises proceed with enormous regularity [...] Marx’s attention is drawn to the now internationally important role of the national banks, which have a considerable influence upon the course of the crisis. [...] However, if the national banks play such an important role, then it is very doubtful whether the credit system can be categorically presented while excluding an analysis of the state.” (HEINRICH, 2013a).

apresentar essas revisões de sua teoria da crise, portanto não há uma teoria marxista coerente da crise. (CARCHEDI e ROBERTS, 2013).¹¹⁹

Quanto ao primeiro ponto, o argumento de Carchedi e Roberts continua no debate sobre se as tendências são suficientemente contrariadas pelas contratendências ou não. Como, nesta tese, não se trata de decidir entre uno ou múltiplo, mas focalizar a tensão, não entraremos nessa questão. Quanto ao segundo ponto, Heinrich parece adotar certo positivismo lógico com relação às preocupações de falseabilidade, que também são refratárias ao nosso projeto dialético. O terceiro ponto entra no debate sobre qual era a real intenção ou perspectiva de Marx. Como já observado (vide primeiro ensaio), tal questão também foge ao nosso objetivo.

O quarto e o quinto ponto enfatizados por Carchedi e Roberts (2013) são justamente o que nos interessa mais diretamente:

A lei é a tendência que também explica as contra-tendências. O ciclo é o resultado tanto da tendência quanto das contra-tendências. Carchedi examinou o papel das políticas monetárias em crises recentes. Essas políticas podem, de fato, influenciar o momento das crises e, assim, a forma do ciclo, mas elas não são a causa nem podem impedi-las. Esta é uma conclusão geral que vale para todas as contra-tendências.

5) Marx morreu antes de completar sua ambiciosa tarefa de produzir análises de dinheiro, do estado e da economia mundial. Mas *isso não significa que não possamos extrair de suas obras uma teoria de crise logicamente coerente e politicamente útil, baseada em sua lei, suas visões sobre crédito e operações bancárias (capital fictício) e sobre os mercados mundiais e o imperialismo.* (CARCHEDI e ROBERTS, 2013, *itálicos meus*).¹²⁰

É interessante o fato de os autores afirmarem que a tendência explica também as contratendências. Todavia, do mesmo modo que Heinrich aponta questões importantes, mas tende para um dos polos (o das contratendências), Carchedi e Roberts parecem fazer o oposto. De fato, como será desenvolvido neste ensaio e no próximo, a tendência explica a *necessidade*

¹¹⁹ “Heinrich makes the following points: 1) Marx’s law is indeterminate; 2) it is empirically unproven and even unjustifiable on any measure of verification; 3) Engels edited Marx’s works badly, distorting his views about the law in Capital Vol. 3; 4) Marx himself, in writings during the 1870s, began to have doubts about the law as the cause of crises and started to abandon it in favour of some theory that took into account credit, interest rates and the problem of realisation (similar to Keynesian theory); 5) Marx died before he could present these revisions of his crisis theory, so there is no coherent Marxist theory of crisis.” (CARCHEDI e ROBERTS, 2013)

¹²⁰ The law is the tendency that also explains the counter-tendencies. The cycle is the outcome of both the tendency and the counter-tendencies. Carchedi has examined the role of monetary policies in recent crises. These policies can indeed influence the timing of the crises and thus the shape of the cycle but they are neither their cause nor can prevent them. This is a general conclusion that holds for all counter-tendencies. 5) Marx died before he could complete his ambitious task of producing analyses of money, the state and the world economy. But that does not mean we cannot derive from his works a logically coherent and politically useful theory of crisis based on his law, his views on credit and banking (fictitious capital) and on world markets and imperialism. (CARCHEDI e ROBERTS, 2013, *itálicos nossos*)

das contratendências; no entanto, a *forma social* segundo a qual estas se manifestam não é previamente determinada. Após socialmente validada, uma dada contratendência se torna necessária, mas ela não pode ser *completamente* determinada ou explicada por leis gerais. Assim sendo, como de costume, estamos de acordo com os apontamentos sobre a *contingência* de Heinrich e sobre a *necessidade* que aparece no argumento dos dois últimos autores. De outro lado, parece ficar claro nesse caso que o conceito de *forma social* segue como elemento mediador dos dois polos, como inspirado por Marx e desenvolvido nesta tese.

A crítica de Moseley (2013) se mantém sobre a discussão entre capital em geral e concorrência, como este ponto já foi abordado no primeiro ensaio, não o retomaremos aqui. A de Mage, por outro lado, defende o caráter sistêmico da lei em um argumento que possui como base o seguinte:

A segunda acusação de Heinrich contra a derivação lógica da “Lei” é que não há razão sistêmica para a composição orgânica aumentar: “não sabemos se o denominador aumenta”. Suponha que a produtividade do trabalho aumente mais rapidamente nas indústrias de “bens de capital” do que aquelas que produzem artigos de consumo para a classe trabalhadora. [...]. Para qualquer um com olhos abertos para olhar em volta, é impossível levar esse argumento a sério - toda grande cidade é dominada por estruturas comerciais que não empregam trabalho produtivo; toda indústria manufatureira está constantemente deslocando trabalhadores e substituindo-os por máquinas automatizadas; a energia - que já empregou milhões de mineradores - está sendo cada vez mais fornecida por um punhado de trabalhadores que operam enormes usinas nucleares intensivas em capital [...] etc. (MAGE, 2013).¹²¹

Mage defende, com argumentos aparentemente razoáveis, que o questionamento de Heinrich quanto a um dos fundamentos mais centrais da lei tendencial (o aumento da composição orgânica) não encontra respaldo na realidade observável. Se Heinrich é tão exigente com o fato de que Marx deveria ter demonstrado que, no longo prazo, a queda na lucratividade supera a recuperação, talvez faça sentido exigir o mesmo do autor, que também não apresentou justificativas para defender que, no longo prazo, a composição orgânica tenda a cair.

A próxima citação da crítica de Mage, por sua vez, será de maior valor no próximo ensaio do que neste. Nela, o autor aponta cinco das contratendências à queda na taxa de lucro e, destas, uma se relaciona muito diretamente com o objeto do próximo ensaio: o aumento da

¹²¹ “Heinrich’s second charge against the logical derivation of the “Law” is that there is no systemic reason for organic composition to increase: “we do not know whether the denominator increases.” Suppose that labor productivity were to increase more rapidly in the “capital goods” industries than in those producing articles of working-class consumption. [...]. For anyone with eyes open to look around him it is impossible to take this argument seriously—every great city is dominated by commercial structures employing no productive labor at all; every manufacturing industry is constantly displacing workers and replacing them with automated machinery; energy—which once employed millions of miners—is ever more entirely being provided by a relative handful of workers operating enormously capital-intensive nuclear power plants [...] etc.” (MAGE, 2013).

exploração da força de trabalho. Todavia, esta questão também nos interessa neste ensaio, tendo em vista que a criação de lucros fictícios não é, por si só, sustentável e depende da ampliação do mais-valor socialmente explorado para se manter sem produzir novas crises.

Derrotar a lei. Diante dessa tendência histórica de permanente queda de lucratividade do capital social, dolorosamente manifesta em cada período de crise, cada classe capitalista dominante tenta reverter isso de várias maneiras. Esses caminhos vão além dos limites do modelo de sistema fechado usado para derivar a lei. Marx descreve cinco dessas “causas contrarrestantes”: aumentar a intensidade da exploração [...] A exploração também é aumentada pela extração da mais-valia absoluta, através da intensificação do próprio processo de trabalho, forçando os trabalhadores a trabalharem mais, e mais rapidamente, pelo mesmo salário. (MAGE, 2013)¹²²

A réplica de Heinrich (2013b) a todas essas crítica tem uma pretensão que aqui nos escapa, como já foi dito, pois boa parte de sua argumentação consiste em dizer “o que Marx queria dizer”.¹²³

2. Lei da Tendência Decrescente e Econometria: levantamento do debate

Um recorte que adentrasse profundamente nos campos da relação entre matemática, estatística e dialética levantaria uma discussão teórica bastante complexa e baseada em diversos autores que tentaram fazer explicitamente a compatibilização, mas, desistiram ou decretaram que tal empreitada é impossível, como é o caso notório de Newton da Costa, que fundou o campo das lógicas paraconsistentes e tentou fazer tal conciliação, terminando por declarar que a mesma é impossível. Alain Badiou, como anteriormente citado, também trabalha sobre tal conciliação, mas suas produções tendem a ser mais próximas do debate filosófico, histórico e sociológico da matemática do que de uma formulação matematicamente formal.

Destarte, decidiu-se por não ousar entrar neste campo, famoso por ter dificultado a entrada de autores mais do que bem reconhecidos. O que este ensaio faz é utilizar,

¹²² “Defeating the Law. Faced with this historical tendency toward ever falling profitability of the social capital, painfully manifest in every period of crisis, each capitalist ruling class attempts to reverse it in various ways. These ways go outside the bounds of the closed-system model used to derive the Law. Marx outlines five such “counteracting causes”: raising the intensity of exploitation [...] Exploitation is also increased by extraction of absolute surplus-value, through intensification of the labor-process itself by forcing laborers to work harder and faster for the same wage.” (MAGE, 2013).

¹²³ “Marx wants to show”.

instrumentalmente,¹²⁴ uma técnica econométrica para relacionar a taxa de lucro com elementos possivelmente contratendências e, a partir dos resultados, verificar a pertinência de nossas ferramentas analíticas. Como já adiantado, justamente pela aridez desse campo de conciliação entre formalismo matemático e projeto dialético, não foi possível uma melhor compatibilização das linguagens, entre o que veio sendo feito ao longo da tese (e continuará no próximo ensaio) e o formalismo matemático e econométrico. Na parte das análises teóricas e metateóricas retoma-se o uso da linguagem dialética presente no restante da tese.

Na Economia Política marxista, o debate sobre a lei da tendência decrescente da taxa de lucro continua bastante ativo e permanece ocupando as páginas de renomados periódicos da área, como *Capital & Class*, *Historical Materialism*, *Cambridge Journal of Economics* e *Review of Radical Political Economics* (BASU e MANOLAKOS, 2013; CLEMENTE, 2013; COCKSHOT, COTTRELL e TAJADDINOV, 2009; DUMÉNIL e LÉVY, 2002; HEINRICH, 2013a, 2013b; KLIMAN, 2007; KLIMAN, FREEMAN, et al., 2013). A inserção da econometria para analisar os dados estatísticos sobre a taxa de lucro é algo que veio a ganhar maior expressão em artigos acadêmicos, teses e livros somente na última década. Anteriormente, a maior parte do debate que não era exclusivamente teórico punha seu foco em como medir a taxa de lucro de maneira compatível com a teoria marxista e em buscar demonstrar ou refutar a lei da tendência decrescente dessa taxa (WEISSKOPF, 1978, 1979; SHAIK, 1987, 1992; WOLFF, 1988; MOSELEY, 1988, 1997).¹²⁵ A partir desses dados, boa parte dos trabalhos se limitou a utilizar técnicas exploratórias dos dados das séries temporais (SHAIK, 1987, 1992; DUMÉNIL e LÉVY, 2002; WOLFF, 1988, 2001).

A utilização da econometria de séries temporais para análise desses dados é relativamente recente, com a exceção dos trabalhos de Thomas Michl (1988a, 1988b) e de Feldstein e Summers (1977)¹²⁶. Além disso, a análise da taxa de lucro centrada nas contratendências à sua queda é significativamente menos trabalhada do que a busca por

¹²⁴ Não sem que haja uma autocrítica quanto a isso, temos em mente que, talvez, começar por aí pode ser uma forma de se aproximar, no futuro, desse campo aberto e árido de uma reflexão da formalização matemática na dialética, sobretudo em uma dialética ligada ao negativo e à imanência.

¹²⁵ Os trabalhos de Weiskopf (1978, 1979) são considerados os artigos seminais sobre a medida empírica da taxa de lucro do ponto de vista marxista e suas equações para extrair das contas nacionais a taxa de lucro são usadas até hoje na literatura marxista.

¹²⁶ Essas pesquisas de Feldstein, Summers e Mitchl utilizam a econometria de séries estacionárias. Todavia, a partir dos trabalhos de Dickey e Fuller (1981) foi demonstrado que séries temporais não estacionárias, quando supostas estacionárias, levam a erros nos testes de hipótese e, naturalmente, na especificação. Assim, considera-se que, do ponto de vista da econometria de séries temporais não estacionárias, os resultados dos citados trabalhos não são significativos.

determinar se a tendência à queda existe ou não. A única exceção encontrada na revisão de literatura feita para este ensaio, e que data de antes dos anos 2010, foi o livro de Gerard Duménil e Dominique Levy (1993), onde os autores estabeleceram modelos dinâmicos a partir de dados observados e relacionaram a taxa de lucro nos Estados Unidos com todas as causas contrariantes apontadas por Marx n’*O Capital*, exceto a transformação de lucro em juros.

Deepankar Basu e Panayiotis Manolakos (2013) diagnosticam a necessidade de analisar o comportamento da taxa de lucro por meio de investigações econométricas sobre a série da taxa de lucro e suas componentes contratendências, considerando possibilidade de cointegração e não-estacionariedade. Todavia, o que eles fazem ainda se limita a tentar controlar a série da taxa de lucro pelos componentes da contratendência e produzir evidências que suportem a teoria de Marx, além de desconsiderar o capital por ações em seu modelo. Embora profícuo e interessante, o objetivo deste ensaio não é persistir neste debate, mas avaliar justamente o impacto das contratendências à queda na taxa de lucro, sem trazer à tona as discussões sobre se a tendência é de fato observável (mesmo que após controlar pelas contratendências). Vamos nos debruçar, portanto, na relação entre financeirização e tendência decrescente, a nosso ver pouco estudada até agora.

3. Tendência Decrescente e Financeirização

Dentre as poucas avaliações econométricas das causas contrariantes¹²⁷ apontadas por Marx, o comércio externo e o aumento no grau de exploração da força de trabalho foram os mais estudados.¹²⁸ A transformação de lucro em juros, por sua vez, foi a menos investigada, mesmo em um contexto de intensas pesquisas sobre a financeirização, no campo de debates da Economia Política¹²⁹. Isso pode ser em parte explicado pelo fato de que Marx afirma, no capítulo sobre as causas contrariantes, que no momento de sua exposição não é possível desenvolver o papel do capital por ações como causa contrariante.

¹²⁷ A seis causas contrarrestantes da tendência decrescente da taxa de lucro apontadas por Marx no livro III d’*O Capital* são: 1) aumento da intensidade da exploração da força de trabalho; 2) queda dos salários abaixo do valor da força de trabalho; 3) barateamento dos elementos do capital constante; 4) aumento da superpopulação relativa (desemprego); 5) comércio exterior e 6) transformação de taxa de lucro em taxa de juros.

¹²⁸ Clemente (2013) faz uma revisão de literatura qualificada sobre o tema e apresenta diversos trabalhos que avaliam essas componentes.

¹²⁹ Alguns dos debates recentes sobre a financeirização dentro da crítica da Economia Política estão expostos em: (GUIMARÃES, 2013, 2014a, 2014b).

Além disso, mesmo que Marx aborde explicitamente a transformação de lucro em juros quando menciona as contratendências, ele o faz muito brevemente e trata da transformação de taxas de lucros em taxas de juros, remetendo, assim, ao capital portador de juros e, indiretamente, ao capital fictício os quais somente vai definir ao final do livro III. E o sentido dado por Marx ao aumento do capital por ações é o inverso do que será explorado aqui. Cabe aqui citar integralmente o curto trecho em que Marx trata do capital por ações como contratendência.

VI. O aumento do capital acionário

Aos cinco pontos anteriores ainda é possível adicionar um último, que, no entanto, não será aqui analisado em maior profundidade. Com o progresso da produção capitalista, que anda de mãos dadas com a aceleração da acumulação, uma parte do capital só pode ser calculada e empregada como capital portador de juros. Não no sentido de que todo capitalista que empresta capital contenta-se com receber os juros sobre o empréstimo, enquanto o capitalista industrial embolsa o lucro do empresário. Isso não afeta em nada o nível da taxa geral de lucro, pois para ela o lucro é = juro + lucro de todo tipo + renda fundiária, e a distribuição entre essas categorias particulares é indiferente. Mas no sentido de que esses capitais, apesar de investidos em grandes empresas produtivas, depois de deduzidos todos os custos, geram apenas juros grandes ou pequenos, os chamados dividendos. Por exemplo, em ferrovias. Eles não entram, pois, na equalização da taxa geral de lucro, porquanto geram uma taxa de lucro menor que a taxa média. Se neles entrassem, essa taxa declinaria muito mais. Do ponto de vista teórico, eles poderiam ser incluídos nesse cálculo, o que geraria uma taxa de lucro menor que a aparentemente existente e que de fato vigora nas operações dos capitalistas, pois é justo nessas empresas que o capital constante apresenta maiores proporções em relação ao capital variável. (MARX, 2017, p. 279, *itálicos nossos*)

Marx entendeu que os lucros das grandes empresas de capital aberto deveriam ser menores, tendo em vista a maior proporção de capital constante em relação ao capital variável. Se a taxa de lucro total contivesse em si o lucro dessas empresas, ela cairia ainda mais. Assim, retirar do cálculo dos lucros totais os dividendos dessas empresas reduziria a queda na taxa de lucro, dada a tendência à equalização da taxa geral. Na forma como Marx colocou, essa tese não se verificaria na nossa realidade econômica, tendo-se em vista que essas empresas têm seus lucros contabilizados e, a despeito de eventuais fraudes, tomado em conta nas contabilidades nacionais e nos cálculos de taxas gerais de lucro.

Todavia, se incorporarmos aqui o conceito de lucros fictícios (CARCANHOLO e SABADINI, 2009) o aumento do capital por ações torna a valer como contratendência, porém,

em um sentido contrário ao estabelecido por Marx.¹³⁰ Levando em conta que diversos capitais, inclusive capitais produtivos, têm uma parte significativa de seus ativos em forma de papéis financeiros, como ações, debentures, comercial papers, etc. e que esses ativos são capitais fictícios, parte dos lucros auferidos por esses capitais são fictícios. Dada a possibilidade de deslocamento do preço dos ativos reais e dos ativos financeiros, os lucros fictícios não são limitados da mesma forma que os lucros reais (pela massa total de mais-valor). Assim, com base em uma ficção juridicamente instituída (pois os ativos fictícios constituem títulos de propriedade juridicamente regulados), a taxa de lucro pode ser ampliada.¹³¹

Recorrendo a algumas das análises sobre a temática da financeirização, mesmo que não tratem diretamente da lei tendencial, é possível referendar a perspectiva segundo a qual o aumento da participação financeira na reprodução do capital possa ser compreendido como uma causa contrariante à tendência decrescente da taxa de lucro (CARCANHOLO, 2001; CARCANHOLO e NAKATANI, 1999; CARCANHOLO e SABADINI, 2009; CHESNAIS, 2005a; 2005b; DUMÉNIL e LÉVY, 2004, 2011; HUSSON, 2006). Assim, podemos considerar que avaliar econometricamente o papel dos investimentos financeiros *latu sensu* como fator capaz de contrariar a queda da taxa de lucro é algo original no debate marxista.

Este ensaio se insere, de passagem e sem se aprofundar, na discussão sobre os impactos da financeirização na dinâmica capitalista. O objetivo aqui é investigar a correlação e a influência dos investimentos financeiros na taxa de lucro e como essa questão pode ser abordada à luz das considerações anteriormente expostas sobre as *formas* funcionais e a relação entre universalidade e particularidade. Especificamente, como isso se expressa na relação entre tendência e contratendência

Nesse sentido, o atual contexto histórico é propício à investigação do papel das finanças na tendência decrescente da taxa de lucro. Pois, tanto do ponto de vista teórico quanto histórico, o capital fictício (suas formas, ciclos e categorias) foi bastante desenvolvido nas últimas décadas, seja nos debates sobre as teses da financeirização – na perspectiva da Economia Política marxista – quanto dos processos concretos que essas teses discutem. Ademais, as ferramentas empíricas necessárias para analisar séries temporais cointegradas e não

¹³⁰ Os autores denominam “lucro fictício” à elevação do valor dos ativos reais ou financeiros por conta de movimentos especulativos.

¹³¹ Embora o ponto aqui demarcado não seja consensual, tratar pormenorizadamente dos debates sobre capital fictício, especulação e lucros fictícios excederia demais o tamanho deste ensaio. O posicionamento aqui exposto foi defendido com mais detalhes na dissertação de mestrado do autor: (GUIMARÃES, 2014a)

estacionárias somente começaram a surgir durante a década de 1980. Vejamos então os aspectos técnicos de nosso exercício econométrico.

4. Aspectos Técnicos da Construção das Séries e Estrutura da Análise Econométrica.

A primeira observação a fazer quanto aos aspectos técnicos é que não houve nenhuma modelagem previamente estabelecida para guiar a análise. O modelo que foi estimado surgiu da aplicação de etapas relacionadas ao procedimento de Johansen e não foi necessária nenhuma interferência teórica na sua elaboração. O papel da teoria da Economia Política marxista apareceu somente no momento de análise dos resultados da estimação.

Os gráficos das primeiras diferenças das séries em nível e em logaritmo¹³² foram observados para checar a existência de heterocedasticidade. Somente uma das séries aparentou heterocedasticidade e foi colocada em logaritmo, como será exposto adiante. Em seguida, os dados foram submetidos aos testes de raiz unitária para saber se seria possível ou não passar à cointegração. O primeiro teste feito nas séries individualmente foi o teste proposto por David Dickey e Sastry Pantula (1987) para múltiplas raízes unitárias, com o objetivo de verificar se se tratam de séries estacionárias em nível [$\sim I(0)$]; estacionárias à primeira diferença [$\sim I(1)$] ou estacionárias à segunda diferença [$\sim I(2)$]. Na sequência (ao se eliminar a possibilidade de serem séries integradas de ordem dois), as séries foram novamente testada pelo método Ng-Perron (1996), escolhido por ter sido elaborado justamente para reduzir as distorções de tamanho provocadas pelo teste Phillips-Perron, e mesmo pelo teste Dickey Fuller,¹³³ conseguindo ainda elevar a potência do teste.

Em todos os casos, confirmou-se séries $\sim I(1)$. Assim, foi possível executar o procedimento de Johansen até encontrar a modelagem mais adequada às séries. Sobre o modelo estimado foram avaliadas as componentes de cada equação, seus valores e significâncias. Complementarmente, foram feitas análises de exogeneidade fraca e causalidade de Granger (como não foi observada nenhuma variável fracamente exógena, não houve necessidade de testar a exogeneidade forte, inexistente por definição). Também foram observadas as funções

¹³² Tais gráficos compõem a figura 4 e 5, respectivamente, da seção 5.

¹³³ “Although the size of Dickey-Fuller Test is more accurate, the problem [of size distortion |LFG] is not negligible” (DICKEY e PANTULA, 1987, p. 435)

impulso-resposta, a decomposição da variância dos erros de predição e, para os dez últimos anos da série, foram montados os gráficos das predições dinâmicas e estáticas. Por fim, para complementar as análises anteriores, foi montado o modelo excluindo-se as componentes não-significantes com a finalidade de fornecer mais um modo de avaliar o impacto de choques em cada uma das variáveis sobre as equações das demais.

De modo geral, embora o modelo estimado tenha apresentado conclusões imprevistas inicialmente, suas componentes são estatisticamente significativas a 5%, possui boa aderência aos dados (observável na qualidade das predições, mesmo considerando um intervalo de dez anos na predição dinâmica) e uma marcante consistência com a teoria. Todos esses aspectos serão apresentados na seção pertinente.

4.1 Da Escolha dos dados

Até hoje não existe um acordo sobre como a taxa de lucro deve ser medida de modo a torná-la consistente com os princípios da economia política marxista. As controvérsias aparecem em aspectos que vão desde a forma da agregação dos dados sobre formação bruta de capital até aspectos mais simples, como utilizar preços correntes ou preços constantes. Entretanto, como para Marx a taxa de lucro é um fator da aparência, algo que o capitalista busca na sua própria dinâmica, foi considerado que seria pertinente utilizar medidas mais convencionais da taxa de lucro. A série escolhida aparenta uma tendência ascendente de longo prazo da taxa de lucro. Todavia, isso não traz problemas para a análise a que se propõe este trabalho, pois o objetivo é medir o impacto da dinâmica financeira na elevação da taxa de lucro e, para tanto, é indiferente se a série aponta uma tendência descendente ou não.

Uma das contendas mais relevantes reside na separação ou não entre lucros financeiros e lucros produtivos. Como comentado nas seções 1 e 2, não há sequer acordo entre os autores marxistas de que a tendência decrescente da taxa de lucro consiga superar numericamente o peso das causas contrariantes e se, em última instância, realmente existe uma tendência decrescente. O único acordo que pôde ser encontrado na revisão de literatura feita reside na queda da taxa de lucro dos Estados Unidos entre o final da Segunda Guerra Mundial e a segunda metade da década de 1960 (algumas medições apontam queda consistente até o começo dos anos 1970).

Uma fonte muito utilizada por autores marxistas (FOLEY E MITCHL, 1999; COCKSHOTT, COTTRELL e TAJADDINOV, 2009; DUMÉNIL e LÉVY, 2002) para análise da taxa de lucro é uma versão, estendida por Adalmir Marquetti (2012a), das Penn World Tables. Isso ocorria, sobretudo, porque as Penn Tables, até a versão 8.0, não possuíam dados sobre capital físico e a relação capital/produto (produtividade do capital), sem os quais não é possível calcular a taxa de lucro. A versão de Marquetti calcula o capital físico e a produtividade do capital por meio de estimativas obtidas pela aplicação do filtro HP sobre séries de dados que não foram explicitados pelo autor (MARQUETTI, 2012b).

Todavia, essas tabelas produzidas por Marquetti somente cobrem o período entre 1963 e 2008 e, com 45 observações, a margem para trabalhar modelos com uma defasagem maior fica comprometida. Clemente (2013), por usar esse número de observações e dadas as limitações do modelo VECM, só pôde utilizar dois termos de aumento, o que produziu resultados que apresentaram menor significância estatística do que os aqui utilizados. Isso pode ser atribuído ao fato de, com a limitação nas defasagens, Clemente (2013, p. 91, 92, 101, 106, 107, 117, 118) não ter conseguido solucionar o problema de autocorrelação e correlações não-contemporâneas nos resíduos. Além disso, o autor também não chegou a testar a normalidade dos resíduos. No modelo final elaborado neste ensaio, os resíduos não apresentaram autocorrelação/correlações não contemporâneas, além de estarem devidamente normalizados.

Para resolver os problemas de trabalhar com dados estimados e com um baixo número de observações, foram utilizados os dados originais da Penn World Tables 8.1 elaborada em abril de 2015 (FEENSTRA, INKLAAR e TIMMER, 2015c) que, além de incluírem dados para capital físico e relação capital/produto (sob a rubrica de produtividade do capital), possui dados que vão de 1950 até 2011. Além disso, os dados foram obtidos por observações diretas, e não por estimações (FEENSTRA, INKLAAR e TIMMER, 2015a, 2015b). Assim, além de possuir uma série significativamente mais longa (61 observações, ao invés de 45, o que permite a inclusão de até 13 termos de aumento no VECM), os dados disponíveis são mais confiáveis por terem sido observados e não estimados. O fato de a série exibir um comportamento ascendente da taxa de lucro (como pode ser visto na figura 1 da próxima seção) não parece ser inicialmente um problema, pois pode ajudar a evidenciar o impacto das causas contrariantes e o peso do capital financeiro e dos lucros fictícios na composição da taxa de lucro sistemicamente percebida. Confirmar ou refutar essas hipóteses, entretanto, é algo que está fora do alcance deste trabalho.

Com base nos dados dessa tabela, a taxa de lucro foi calculada da mesma forma que por Thomas Piketty e Gabriel Zucman (2014) (exceto pelo fato de eles a denominarem não como taxa de lucro, mas como taxa média de retorno do capital). Michel Husson (2015) endossa essa forma de cálculo, embora denomine a variável (como é feito aqui) de taxa de lucro e rejeite as conclusões teóricas dos dois autores.¹³⁴ Assim, a série da taxa de lucro foi obtida pela seguinte equação com dados extraídos da Penn World Table 8.1: $R = (1 - labsh) * (rgdpna / rkna) * 100$, onde R é a taxa de lucro, labsh é a parcela dos salários no GDP, rgdpna é o produto real a preços correntes e rkna o estoque de capital a preços correntes.

Os dados sobre o capital financeiro, por sua vez, foram extraídos da base de dados “The World Wealth and Income Database” (WWID) compilada por Piketty e outros (2015). As séries escolhidas foram: o Q de Tobin da riqueza corporativa nos Estados Unidos entre 1950 e 2010 e o volume de ativos financeiros da riqueza corporativa aplicados em *equities* e fundos, em percentual do GDP, também dos Estados Unidos e para o mesmo período. Escolher trabalhar com os dados da riqueza corporativa, e não com dados mais gerais, serve à intenção de capturar os movimentos diretamente ligados ao capital. Caso fossem utilizados os dados globais, as parcelas de riqueza dos salários e do governo que são aplicadas financeiramente também estariam incluídas, o que não parece ser de muita relevância para a análise que se propõe fazer aqui.

Com relação ao uso e ao sentido dessas duas séries (o volume de ativos corporativos aplicados em *equities* e fundos e o Q de Tobin) o processo de interpretação pode ser alvo de críticas, dado um erro inicial de interpretação que teve que ser alterado com base nos resultados obtidos. De modo geral, talvez fosse de praxe assumir que a hipótese com relação à variável está refutada e com isso não prosseguir a análise da mesma ou deixar de manifestar textualmente o erro e partir da interpretação correta. Contanto que o “erro” seja algo do centro de nossa forma de análise, não uma simples variável aleatória, nenhuma das duas formas anteriores parece adequada ao projeto dialético que conforma a perspectiva da tese. Na seção primeira seção do segundo ensaio, isso foi reforçado ao escolhermos manter um ato falho no texto e elaborá-lo teoricamente como algo que, *em si e para nós*, possui relevância analítica.

O erro, o ato falho e o lapso são *locus* privilegiados de manifestação de formações inconscientes que nem mesmo o maior esforço teórico, consciente ou conceitual conseguirá abolir de todo. Se partirmos do pressuposto de que o inconsciente é socialmente construído,

¹³⁴ O debate de Michel Husson com Piketty não será aprofundado neste trabalho.

ainda que todo o esforço teórico envolvido nesta tese seja superar a forma absoluta da ideologia (a identidade abstrata), essa forma irá se manifestar, de algum modo – seja em um “erro” descoberto e teoricamente elaborado como evidência de manifestação da ideologia, seja em alguma formulação textual que escapa às revisões, em algum erro ou falta de rigor que abra o seu caminho no meio de todo esforço de evitá-los. Assim, partindo da ideia de que a financeirização poderia ser pensada como uma contratendência, o equívoco foi supor que tendência é tendência e contratendência é contratendência – sem contradições internas ou mediações mais complexas. A análise empírica teria, assim, a função simples de refutar ou confirmar uma hipótese inicial.

Assim, a postura investigativa deste projeto dialético demanda uma atitude intelectual diante do objeto que tente, na medida do possível, respeitar suas manifestações e buscar estabelecer os vínculos reflexivos de sentido com relação às formulações teóricas mais gerais. Mas o método padrão de hipóteses e confirmação ou rejeição de hipóteses não parece ser compatível com uma lógica para a qual existe uma terceira opção, que não seja dizer se uma proposição é verdadeira ou falsa – pois ela pode ser verdadeira *e* falsa.

Aqui cabe recordar algo da citação que fizemos de Adorno no final da seção 3 do primeiro ensaio: “Todavia, a aparência de identidade é intrínseca ao próprio pensamento em sua forma pura. Pensar significa identificar. [...] Essa aparência não pode ser sumariamente eliminada[...]” (ADORNO, 2010, p. 12-13). Assim, se do pensamento surge a tendência à produção de identidades abstratas, não existe um *método* seguro para ser aplicado em todos os casos e não correr o risco de se perder da imanência negativa do objeto. Por isso decidiu-se explicitar e analisar o sentido do “erro”, que nada mais é do que uma manifestação dessa impossibilidade de aplicação transcendental de um método.

Neste caso, o que chamamos de método seria o seguinte: se a finança é uma contratendência, logo, todas as suas manifestações devem se comportar como tal. Mas exigir isso da objetividade é negar a dignidade da *Coisa* mesma a se fazer compreender por meio da exposição científica. Pois não se trata de afirmar que dentro de um polo da contradição não há, nele próprio, mais contradição. Como será tratado na seção 5, a série do volume de aplicações em equities e fundos em percentual do GDP do EUA varia em valores astronômicos (pois se trata, em 2007, de quase 40% do GDP estadunidense aplicado em fundos e equities). Assim, uma variação de tamanha monta representa uma mudança muito grande na composição dos capitais dos EUA, o que tende a gerar instabilidade. Excesso de aplicações financeiras, por

exemplo, pode forçar as assim chamadas “bolhas financeiras”¹³⁵ e provocar a desvalorização dos ativos financeiros em comparação com os ativos contábeis, forçando a queda do Q de Tobin, que também representa financeirização. Não se trata de um paradoxo, mas de uma contradição que só pôde ser notada após a análise dos resultados dos testes econométricos.

Shane Mage (2013), por exemplo, aponta a financeirização como algo mais complexo (embora não desenvolva isso no artigo analisado) do que uma simples contratendência e defende que a mesma seja um elemento agravante da tendência decrescente e da necessidade de repor e ampliar a exploração. De fato, parece razoável supor que a recuperação da lucratividade via lucros fictícios exige alguma ampliação da mais-valia disponível à acumulação. Ainda assim, nos escapou na primeira construção deste ensaio que isso pudesse acontecer e o fato de que o volume de ativos se comportou¹³⁶ mais como tendência agravante do que como contratendência pareceu problemático.

Acomodar a interpretação da variável a tal comportamento da variável pode ser criticado como uma perspectiva *ad hoc* e temos consciência de tal crítica. Não obstante, entende-se que o coerente com o projeto dialético aqui proposto é se dobrar intelectualmente à negação determinada que a *Coisa* exerce sobre o pensamento transcendental. Que algo de transcendência exista na pesquisa é inevitável, pois o sujeito do conhecimento também é objeto da sociedade e da ideologia e mais do que negar, esconder ou forçar o transcendental sobre o imanente, a nossa proposta é rever as perspectivas transcendentais na medida em que a imanência mostra sua potência disruptiva das certezas. Trata-se de uma forma prática daquele *abismar-se* (*zugrunde gehen*) desenvolvido nos dois primeiros ensaios.

Desta forma, a interpretação que se fez dos resultados do modelo indica que a série volume de ativos corporativos aplicados em *equities* e fundos funciona melhor como proxy para o desvio dos capitais de suas atividades produtivas para as atividades financeiras e, portanto, possui um componente agravador da queda na taxa de lucro, mas, não somente, na queda do Q de Tobin, por estranho que possa parecer (e isso será melhor explorado a partir da seção 5). A série do Q de Tobin, por sua vez, é utilizada aqui como proxy para o grau de financeirização. De fato, o Q de Tobin pareceu desempenhar muito bem essa função e comportou-se como o esperado de uma contratendência.

¹³⁵ Não se considera aqui que bolha financeira seja um nome rigoroso para uma crise. No entanto, como não é possível desenvolver teoricamente tal questão, seguimos a praxe e utilizamos o termo corrente.

¹³⁶ Como será desenvolvido a partir da seção 5.

Antes de expor a análise das séries propriamente ditas, cabe informar que todos as figuras e tabelas foram diretamente extraídas do Eviews 8.0 e que todos os dados vieram exclusivamente das fontes supracitadas. O último Apêndice deste ensaio traz a tabela com todos os dados brutos das séries.

5. Análise das Séries e do Modelo

5.1 As Séries

A figura 1 abaixo mostra o gráfico da taxa de lucro dos EUA durante 60 anos a partir de 1950. Em tal gráfico o elemento que mais nos interessa é a duração dos ciclos de queda e de alta de tal variável. Como o objeto deste ensaio não é comprovar se a taxa de lucro cai ou não nem fazer uma análise de história econômica da lucratividade (nem da financeirização) nos EUA,¹³⁷ não iremos proceder como é usual e tentar encontrar justificativas históricas para os picos e vales, tampouco analisar a tendência geral – a própria série não foi construída com tal objetivo, como dito anteriormente e talvez fosse pouco rigoroso tentar derivar dela alguma tendência geral da lucratividade. Cabe ressaltar aqui que análise gráfica não é um método utilizado neste ensaio, exceto para avaliar presença de heterocedasticidade. Assim, não utilizaremos essa questão para relacionar as séries. A finalidade dessa introdução às séries é somente ilustrativa e intuitiva, para tentar situar o contexto de nossa investigação.

O elemento mais interessante é uma aparente regularidade dos ciclos de crescimento e decrescimento. Entre 1955 e 1966 temos um ciclo entre dois picos de lucratividade, entre 1966 e 1978, e 1997 e 2007 ocorre o mesmo. São três ciclos de 10, 11 e 12 anos. Entre 1978 e 1982 temos um meio ciclo que condiz com os demais intervalos, caso o comportamento entre 1982 e 1997 não fosse tão atípico, demonstrando uma elevação ímpar e com poucas quedas. Tal período pode ser compreendido como o começo dos resultados sobre a lucratividade da financeirização,¹³⁸ além de se relacionar com o período dos golpes das dívidas externas de

¹³⁷ Temas bastante relevantes para a Economia Política marxista, mas que constituem outro objeto de análise.

¹³⁸ Compreendemos essa relação como derivada do ganho de lucratividade com base em lucros fictícios, mas afirmar rigorosamente isso é algo que foge do nosso escopo.

países periféricos, sobretudo da América Latina (o que condiz com a nossa avaliação, tendo em vista que dívida pública é uma forma de capital fictício).

Figura 1. Gráfico em nível da série da taxa de lucro - Estados Unidos, 1950-2010.

Os ciclos do gráfico seguinte (que mostra a série do Q de Tobin em nível), que são bem mais longos, valem mais a pena serem pensados em termos de cada metade do ciclo: alta entre 1950 e 1967, queda entre 1967 e 1979, alta entre 1979 e 1999 e queda, pelo menos, até 2009. A coincidência entre o maior ciclo, de vinte anos, entre 1979 e 1999 e o ciclo 1982-1997 da taxa de lucro é interessante de ser notada. Todavia, como dito, não se trata aqui de fazer análises gráficas, mas de observar os ciclos de financeirização, do final da segunda guerra mundial, com os dólares da reconstrução do pós-segunda guerra, até o começo do processo que permitiu que hoje tivéssemos um dinheiro mundial inconvertível e, de certo modo, fictício ele próprio. O recomeço com a implantação da liberalização financeira e com a implantação global dos projetos políticos neoliberais e a posterior queda com a crise disparada pelos ativos financeiros relacionados à corporações digitais (a assim chamada bolha das “ponto com”) também parece

estar expresso nessa figura. Ainda que essa não seja uma análise confiável, por ser somente uma análise visual de gráfico, é interessantemente coerente com processos históricos de larga monta.

Figura 2. Gráfico em nível da série do Q de Tobin - Estados Unidos, 1950-2010.

O gráfico seguinte, da série do volume de ativos financeiros aplicados em *equities* e fundos em percentual do GDP é bastante interessante. Apesar de não apresentar ciclos muito expressivos, verifica-se um comportamento bastante consistente de crescimento, com exceção justamente dos primeiros dez anos do ciclo de 18-20 anos de crescimento da taxa de lucro e do Q de Tobin (entre 1980 e 1990). Podemos supor que isso se relacione com o fato de que parte significativa dos ativos financeiros dos EUA estava migrando para aplicações altamente rentáveis nas periferias endividadas, não em fundos ou *equities* americanos. Mas, novamente, para que isso fosse afirmado rigorosamente seria necessária uma pesquisa à parte.

Mas, supondo que tal avaliação esteja correta, trata-se de uma das contratendências mais pesquisadas e que foi, de fato, abordada por Marx (ainda que em uma versão mais incipiente):

comércio internacional. Mas, neste caso, não se trata de comércio de mercadorias de consumo das classes sociais, mas de compra e venda da mercadoria capital na forma fictícia (lembrando, novamente, da dívida pública). Se uma investigação neste sentido confirmar tal ideia, poderemos afirmar a enorme potência do endividamento das periferias em favor da recuperação da taxa de lucro do capital dos países centrais.¹³⁹

Ainda especulando (no sentido corrente do termo) sobre o caso em que tais percepções tenham algum respaldo na realidade observável, o caráter contingente de tal forma de contratendência é notável. Trata-se de políticos, elites locais com seus interesses específicos, mídias locais, ideologias nacionais, além de políticas de inteligência, sabotagem e infiltração e diversos fatores muito específicos que não podem ser resumidos à “necessidade do capital em geral”, ainda que esta necessidade torne necessário (o pleonasma é intencional) que *alguma* saída para recuperação da taxa de lucro seja tomada, qual saída específica não importa ao quadro geral, desde que funcione e mantenha a estabilidade das relações globais de poder e do modo de produção capitalista.

Outro aspecto importante de tal gráfico, que não está mais no reino da especulação e sugestão de agendas de pesquisa, é que ele mostra um crescimento bastante expressivo da participação de ativos especulativos no GDP americano. De pouco menos de 5% do GDP em 1950, tais ativos passaram a representar 40% de todo o GDP dos EUA (no pico de 2007, que antecede o começo da crise atual).

Figura 3. Gráfico em nível da série do volume de ativos financeiros aplicados em *equities* e fundos em percentual do GDP - Estados Unidos, 1950-2010.

¹³⁹ Já existe um largo campo de pesquisa sobre o endividamento das periferias, que não foi investigado para este ensaio. Para não cometer injustiças com autores importantes que não seriam citados, preferiu-se não citar nenhum. Este apontamento tem somente a finalidade de apresentar uma possibilidade de pesquisa pois, ainda que existam muitos trabalhos nesse esteio, tratar-se-ia de testar em mais um objeto este projeto dialético.

Os gráficos abaixo são apresentados aqui somente pelo seu caráter técnico: mostrar se existe ou não heterocedasticidade na série em questão. Caso exista, algumas providências instrumentais devem ser tomadas para viabilizar a modelagem, conforme será exposto. Como pode ser visto nos gráficos da figura 4 abaixo, a série de ativos financeiros em *equities* e fundos aparentou heterocedasticidade, que pôde ser corrigida mediante aplicação do logaritmo neperiano, como é visível na figura 5 na sequência. As demais séries não apresentaram o mesmo problema e o gráfico das primeiras diferenças sobre as séries em nível e em log não apresentaram mudanças substantivas.

Figura 4. Gráficos das primeiras diferenças das séries em nível da taxa de lucro, do volume de ativos financeiros aplicados em *equities* e fundos em percentual do GDP e do Q de Tobin - Estados Unidos, 1950-2010.

Figura 5. Gráficos das primeiras diferenças das séries em logaritmo da taxa de lucro, do volume de ativos financeiros aplicados em *equities* e fundos em percentual do GDP e do Q de Tobin - Estados Unidos, 1950-2010.

A partir dos testes individuais para raízes unitárias, detalhados nos Apêndices 1 e 2, com os procedimentos e todas as tabelas associadas, constatou-se que as séries são todas $\sim I(1)$. No teste de Dickey-Pantula, todas as séries dispensaram termos de aumento e termos deterministas. O teste NG-Perron, também explicitado no Apêndice 2, confirmou o número de raízes unitárias sugerido pelo teste Dickey-Pantula.

Por meio da constatação de que todas as séries são $\sim I(1)$, foi possível passar ao procedimento de Johansen (1988). O objetivo disso foi, por meio da análise de cointegração, investigar a existência de relações de longo prazo entre as variáveis. A teoria econômica aqui utilizada prevê a existência de uma relação de longo prazo entre a taxa de lucro, o grau de financeirização e a migração de capitais para atividades financeiras. Essas relações são, dentro da perspectiva marxista, dialéticas e sem causalidade unívoca. Por exemplo, supõe-se que a uma queda na taxa de lucro se suceda um aumento no nível de financeirização, que surge como forma de reestabelecer o nível da taxa de lucro. Assim, quedas na taxa de lucro devem anteceder altas no Q de Tobin, o que estabelece uma relação negativa¹⁴⁰ entre as taxas de variação das

¹⁴⁰ Negativo aqui é usado no sentido formal, matemático. No restante deste ensaio se evitará o uso dialético do termo para não dificultar desnecessariamente a compreensão do texto. Todavia, que a alta de uma dada objetividade estatística seja antecedida ou sucedida de uma baixa de outra objetividade estatisticamente observada

variáveis. Todavia, para que a financeirização eleve a taxa de lucro, é necessário que a uma alta no Q de Tobin se suceda uma alta na taxa de lucro, o que estabelece uma relação positiva entre as variações das variáveis.

5.2 A Modelagem Econométrica

Assim, sugere-se a existência de uma relação de contradição que impele para uma forma de “equilíbrio” de longo prazo caracterizado por ciclos ascendentes e descendentes, não por estabilidade linear. Anwar Shaik (1992), por exemplo, sustenta que a dinâmica entre a tendência decrescente da taxa de lucro e suas causas contrariantes, ao invés de necessariamente se combinarem para um declínio secular da taxa de lucro, se combinem na formação de ciclos econômicos longos (coerente com as nossas sugestões visuais sobre os gráficos das séries).

Os modelos econométricos de cointegração permitem o aparecimento deste tipo de relação e, portanto, podem contribuir para avaliar a verdade de uma dada formulação. Verdade aqui representa um dos momentos hegelianos do conceito *verdade*, que, a princípio, parece particular e limitado:¹⁴¹ “verdade é a concordância do pensar com o objeto e, a fim de gerar essa concordância – pois ela não está presente em [si] e para si – o pensar deve ajustar-se e acomodar-se ao objeto.” (HEGEL, 2016, p. 46-47). Um tipo de modelagem que permita a inexistência de modelos prévios sobre como devem se relacionar as variáveis aparenta ter mais chances de ser coerente com tal sentido de verdade.¹⁴² Se isso pôde ser verificado por outros autores com base em séries que indiquem as demais tendências contrariantes, tal tarefa ainda não foi executada no que tange à financeirização. Como será mostrado adiante, os resultados obtidos pela análise dessas três séries temporais condizem com as expectativas de Shaikh.

O primeiro passo consistiu em, por meio da análise dos gráficos das séries, eliminar, dentre os modelos disponíveis para o procedimento, aqueles que não condizem com o conjunto

(de maneira mais ou menos consistente) é algo que talvez indique uma relação de fato negativa, no sentido dialético. Infelizmente, é mais uma questão que não poderá ser investigada aqui.

¹⁴¹ Tal citação já foi feita, em versão mais completa, na terceira seção do primeiro ensaio.

¹⁴² Aqui estamos falando do nível empírico, todavia, com as teorias já elaboradas anteriormente, esse empírico pode se refletir como concreto pensado.

das séries.¹⁴³ Assim, ao notar nos gráficos uma clara diferença em nível entre as séries foi possível descartar o modelo um. Além disso, há uma aparente diferença entre as tendências das séries, sobretudo se compararmos a série do Q de Tobin e da taxa de lucro com a série de volume de ativos financeiros aplicados em *equities* e fundos em percentual do PIB, o que permite descartar o modelo dois. Todavia, o modelo três, mesmo que não admita tendência linear dentro do vetor de cointegração, não é tão facilmente distinguível do modelo quatro, que contém um componente de tendência linear determinista. O modelo cinco, por sua vez, como pressupõe a existência de tendência quadrática em alguma das variáveis, pôde também ser descartado, sobretudo por ter sido observada a ausência de tendência linear nas primeiras diferenças das séries tratadas. Com isso, sobram os modelos três e quatro, que foram investigados.

Tendo em vista que a série possui observações anuais, o primeiro teste para determinar o número de defasagens no modelo foi feito incluindo-se no máximo dez defasagens. Como resposta, três dos cinco critérios analisados sugeriram nove defasagens. Assim, para o teste inicial, um modelo VEC foi estimado com oito defasagens. Feitos os testes de especificação do modelo para garantir a normalidade dos resíduos e a não existência de autocorrelação/correlações não-contemporâneas entre eles, foi possível observar resíduos normais mas, com autocorrelações. Além disso, um número razoável de componentes era não significativo a 5%, incluindo duas das componentes de ajustamentos e algumas componentes que careciam de sentido econômico, embora apresentassem alguma significância estatística.¹⁴⁴

Diante dos resultados sumariados acima, tentou-se, por parcimônia, reduzir a ordem de defasagem, uma por uma, para verificar se algum dos modelos teria bom comportamento dos resíduos. Todavia, os resultados foram ainda piores e os modelos com menos termos de aumento apontavam ainda mais autocorrelação/correlações não-contemporâneas nos resíduos. O teste prosseguiu aumentando uma a uma a ordem máxima de defasagens até que os critérios para o nível das defasagens trouxessem resultados mais consistentes. O resultado foi o modelo com 13 defasagens, apontado por todos os cinco critérios. É interessante notar que esse é o número máximo de defasagens que permite que o VEC seja computável, dado o número de observações da série. Assim, amplia-se ainda mais a vantagem de ter escolhido essas séries, em

¹⁴³ No Apêndice 4 são expostos alguns detalhamentos sobre os modelos disponíveis e sobre o procedimento de Johansen utilizado.

¹⁴⁴ Como esse modelo foi descartado, a sua análise mais aprofundada foi deixada no Apêndice 4, aqui somente serão sumariadas as principais observações que levaram a descartar o modelo.

detrimento das séries oferecidas pela EPWT de Marquetti. Tal vantagem é visível no alto número de autocorrelações visto no trabalho de Clemente (2013) e no baixo número de componentes estatisticamente representativas em seu modelo.

A esse nível de defasagem foram testados os modelos do tipo 3 com um vetor de cointegração e 4 com dois vetores de cointegração (conforme sugerido pelo teste do traço e do máximo autovalor, que apontaram os mesmos resultados). Ainda assim, o modelo do tipo 3 persistiu apresentando problemas de autocorrelação nos resíduos e algumas de suas componentes significativas também careciam de sentido econômico, como na especificação anterior. O modelo 4, com dois vetores de cointegração, resolveu esses problemas por completo. Boa parte dos componentes deste último modelo são estatisticamente significantes a 5%. Quais sejam: 1) cinco dos seis termos de correção de erros; 2) a tendência determinista nas equações de cointegração; 3) as componentes constantes das equações da taxa de lucro e do volume de riqueza corporativa aplicada em *equities* e fundos.

Assim, o modelo 4 com dois vetores de cointegração conseguiu apresentar um maior sentido econômico. Uma das dificuldades em modelar com a Economia Política marxista é que, geralmente, o princípio da parcimônia não é compatível com a robustez teórica necessária e isso foi confirmado pelos resultados empíricos. Os modelos mais “parcimoniosos” trouxeram resultados pobres do ponto de vista estatístico e analítico e ocorreu o exato oposto com o modelo mais robusto disponível, dado o número de observações.

Ademais, na teoria marxista o papel da dialética é central e, geralmente, isso é tido como incompatível com uma matemática herdeira da lógica formal e determinista. Todavia, modelagens mais complexas, não-deterministas e não-lineares por vezes conseguem captar algumas nuances da dialética e essas alternativas dificilmente parecem compatíveis com o princípio da parcimônia, tão presente na prática econômica e econométrica. Os resultados que foram encontrados neste modelo (analisado na próxima seção) corroboram com essa ideia.

Se, por um lado, a choques positivos no Q de Tobin a taxa de lucro responde positivamente, por outro lado, se estiver correta a teoria de que a tendência decrescente na taxa de lucro se sucedem as causas contrariantes, é de se supor que a um choque negativo na taxa de lucro se suceda aumentos no Q de Tobin, dando o sinal inverso da equação observada 2.5.11 que foi obtida pelo modelo 3 com oito defasagens, e um vetor de cointegração. O modelo mais parcimonioso testado trouxe resultados mais simplórios e, embora façam sentido econômico, foram incapazes de expor as sutilezas da contradição.

Adicionalmente, no modelo 3 não foi completamente solucionado o problema da autocorrelação/correlações não contemporâneas dos resíduos que o modelo 4 soluciona, como é possível observar em 2.4.14. Além de eliminar esse problema, o modelo 4 também oferece valores melhores nos critérios de informação AIC e SIC do que o modelo 3, que é um dos critérios técnicos de decisão entre modelos. Assim, além da avaliação propriamente teórica, todos os critérios técnicos analisados apontaram para a utilização do modelo quatro com dois vetores de cointegração e doze defasagens.

É interessante notar a proximidade do número de defasagens com a duração média dos ciclos da taxa de lucro. Ainda que não seja um resultado conclusivo, ele indica um possível papel de dominância do aspecto universal e necessário da tendência decrescente sobre o modo como se correlacionam tanto as contratendências quanto os fatores agravantes apresentados por Mage (2013). Não se trata de avaliar uma relação de causa e consequência, mas de afirmar, a partir de certo materialismo dialético, que a estrutura do universal e necessário limita a atuação das contingências que não sejam radicais (isto é, que não sejam capazes de uma negação absoluta da universalidade vigente, ou seja, que não sejam capazes de uma mudança tão grande que possa significar uma revolução).

5.3 Análise do Modelo Estimado

O modelo especificado na tabela 2.4.13 com constante e tendência dentro do vetor de cointegração, constante fora dele e dois vetores de cointegração foi selecionado para análise pelos critérios supracitados. Inicialmente, pode-se observar que os termos de correção de erros, dos dois vetores de cointegração, são significativos nas equações das três variáveis, exceto o termo do segundo vetor na equação do volume de ativos da riqueza corporativa aplicado em *equities* e fundos. Além disso, os sinais das componentes estão invertidos em cada um dos vetores, o que parece representar a dupla causalidade de sentido inverso que deve existir entre uma causa contrariante e a taxa de lucro, indicando um comportamento pró-cíclico.

Neste modelo, após um choque aleatório a taxa de lucro recupera a trajetória de equilíbrio de longo prazo no mesmo período, o Q de Tobin, pela componente negativa, também se recupera no mesmo período, mas pela componente positiva demora entre três e quatro anos, enquanto que o volume de aplicações em *equities* e fundos demora cerca de cinco anos para

retomar a trajetória de equilíbrio de longo prazo pela componente negativa e sua componente positiva não é estatisticamente significativa a 5%. Levando em consideração que o Q de Tobin funciona como proxy da financeirização entendida como causa contrariante da tendência decrescente da taxa de lucro e essa, por sua vez, tem a sua recuperação garantida não só pelo Q de Tobin, mas pelas demais causas contrariantes, faz bastante sentido pensar que o equilíbrio da taxa de lucro é mais rapidamente reestabelecido que o equilíbrio do Q de Tobin. O volume de aplicações em *equities* e fundos, todavia, parece funcionar como proxy para a fuga de capitais para aplicação na esfera financeira, como será discutido mais adiante. Assim, faz sentido econômico pensar nessa variável como a mais instável e de difícil recuperação da trajetória de equilíbrio. O próprio gráfico de suas primeiras diferenças e sua heterocedasticidade indicam essa tendência.

A constante, por sua vez, é significativa a 5% nas equações da taxa de lucro e do volume de aplicações financeiras, mas não é significativa para o Q de Tobin (o que faz sentido, tendo em vista que este último começa sua trajetória de um valor próximo de zero). Na equação da taxa de lucro a maior parte das componentes é significativa a 5%, o que corrobora a perspectiva teórica de um impacto da financeirização sobre a taxa de lucro. O argumento de que uma maior financeirização aumenta a taxa de lucro é percebido nas componentes do Q de Tobin na equação da taxa de lucro. Um aumento de 0,1 no valor do Q de Tobin em $t-1$ (que é uma alteração bem significativa) leva, tudo o mais constante, a um aumento de seis pontos percentuais na taxa de lucro em t .

Por outro lado, todas as componentes estatisticamente significativas do volume de ativos financeiros em *equities* e fundos na equação da taxa de lucro têm peso negativo. A hipótese inicial de que essa variável funciona bem como proxy para a financeirização é fragilizada diante de tal constatação. Um aumento desse volume em 1% do PIB em $t-1$, por exemplo, levaria, tudo o mais constante, a uma redução da taxa de lucro em cinco pontos percentuais em t .

Essa complicação pode ser resolvida ao analisar as componentes dessa variável na equação do Q de Tobin e das componentes do Q de Tobin na equação do volume de ativos financeiros. Comparar a equação do volume de ativos financeiro com as demais também ajuda a elucidar o sentido do impacto negativo de aumentos no volume de ativos financeiro na taxa de lucro. Em primeiro lugar, a única componente estatisticamente significativa do volume de ativos financeiros na equação do Q de Tobin aparece na componente da décima primeira diferença e gera uma diminuição no Q de Tobin equivalente a 111% do aumento no volume de ativos financeiros. Na equação do volume de ativos podemos ver a mesma relação, ou seja,

todas as componentes estatisticamente significantes a 5% relativas ao Q de Tobin nessa equação possuem um peso negativo. Um aumento de 0.1 no valor do Q de Tobin em $t-1$, tudo o mais constante, leva a uma redução do volume de ativos da riqueza corporativa aplicada em *equities* e fundos em 0,12 pontos percentuais do GDP.

Ou seja, aumentos no Q de Tobin levam a reduções no volume de ativos em *equities* e fundos e vice-versa. Ademais, todas as componentes estatisticamente significativas da equação do volume de ativos financeiros têm o sinal inverso em relação ao do componente equivalente na equação do Q de Tobin (caso essa também seja significativa). Conectando todos esses aspectos do modelo estimado, é possível derivar a seguinte explicação teórica para o fenômeno: como a série do volume de ativos financeiros está dada em percentual do GDP estadunidense, e se limita à parcela da riqueza corporativa, percebe-se que cada variação percentual ocorrida é de altíssima magnitude e indica uma entrada ou saída vultosa de recursos do mercado de *equities* e fundos podendo ser uma sinalizadora de fugas de capital para atividades especulativas. Nesse caso, embora isso pudesse levar a um aumento, no mesmo período, do Q de Tobin, alguns períodos depois (no caso, a primeira componente significativa do volume de ativos financeiros na equação do Q de Tobin aparece na décima primeira diferença) isso pode levar a um estouro de bolha e, conseqüentemente, desvalorização dos ativos financeiros. Essa desvalorização reduziria a diferença entre o valor de mercado e o valor de reposição dos ativos e, por conseguinte, reduziria o Q de Tobin. Como consequência, a taxa de lucro percebida pelos capitalistas também seria reduzida.

Assim, temos um modelo que consegue captar nuances dialéticas. Por um lado, o processo de financeirização parece, de fato, ser capaz de contrariar quedas na taxa de lucro com alguma velocidade. Por outro lado, um deslocamento substancial de volume de capital para ser valorizado na esfera financeira, tudo o mais constante (o que pressupõe que outras causas contrariantes, como o aumento da taxa de exploração, não apareçam), pode não encontrar mais valor suficiente para sustentar os direitos de acumulação criados no mercado financeiro. Assim, consegue-se ainda compreender que uma crise que aparece no mercado financeiro não é simplesmente uma “bolha”, mas a consequência contraditória a que uma recuperação fictícia da taxa de lucro pode levar, caso não haja compensação por outras causas contrariantes (como comércio exterior, aumento da exploração e da jornada de trabalho etc.).

Do ponto de vista da relação entre determinações gerais nas leis de tendência e aspectos históricos concretos, é possível compreender que dinâmicas no interior da luta de classes possuem algum papel em contrabalancear efeitos deletérios que a financeirização possa vir a

ter na taxa de lucro, caso ela venha acompanhada de uma fuga substancial de capital para a atividade especulativa. O aumento na taxa de exploração decorrente da precarização das leis trabalhistas, por exemplo, pode ter impacto significativo na sustentação de altos níveis no Q de Tobin e de apropriação de lucros fictícios. Outro aspecto é que, embora a lei geral de tendência e a financeirização enquanto causa contrariante apareçam revestidos de um sentido teoricamente posto pela unidade contraditória do nível do conceito, contingencialmente a dinâmica financeira pode ser tomada por atividades especulativas com a natureza de bolhas que contrariam essas expectativas teóricas mais estritas.

A análise da exogeneidade e da causalidade de Granger no modelo reforça o ponto de causalidade mútua entre as variáveis. Como pode ser visto nas tabelas do Apêndice 4, não existe nenhuma variável no modelo que seja fracamente exógena e todas as variáveis são Granger-causadas pelas demais, tanto individualmente quanto em conjunto. Assim acredita-se capturar aquilo que Duménil e Lévy (1993) e Clemente (2013) apontam quando afirmam que não existe causalidade unilateral entre a taxa de lucro e seus fatores de contratendência à queda. Então, vale para a financeirização, entendida como contratendência à queda na taxa de lucro, a mesma forma de relação contraditória e bilateral que vale para as demais contratendências analisadas por outros autores. No mesmo sentido afirmam, com argumentos teóricos, Shaikh (2012), Andrew Kliman (2007),¹⁴⁵ Ben Fine e Laurence Harris (1979).

Mas essa impossibilidade de definir uma variável “menos endógena” deveria provocar dificuldades nas análises baseadas em decomposições de Cholesky, como a variância do erro de predição e a função impulso resposta. Todavia, foi observado o comportamento de todas as ordenações de Cholesky possíveis e, devido ao fato de que os resíduos do modelo são normalmente distribuídos, as diferenças de ordenação não provocaram nenhuma alteração

¹⁴⁵ “Nada disso, no entanto, deve implicar que Marx previu que a taxa de lucro realmente exibiria uma tendência de queda no longo prazo. Apesar de uma crença comum em contrário, ele parece não ter feito tal afirmação. Ao contrário, ele afirmou que “as influências [contrárias] estão atuando, verificando e cancelando o efeito da lei geral”, e que a Lei Tendencial “tem que ser constantemente superada por meio de crises” (Marx 1991a: 339, 367)., *ênfase adicionada*). Assim, o que Marx quis dizer com a “tendência” da taxa de lucro a cair não era uma tendência empírica, mas o que ocorreria na ausência das várias “influências neutralizantes”, como a tendência da taxa de mais-valia a subir. .” (KLIMAN, 2007, p.30, tradução minha).

“None of this, however, should be taken to imply that Marx predicted that the rate of profit will actually display a falling trend in the long run. Despite a common belief to the contrary, he seems nowhere to have put forth such a claim. On the contrary, he held that “[counteracting influences [are] at work, checking and cancelling the effect of the general law,” and that the LTFRP “has constantly to be overcome by way of crises” (Marx 1991a: 339, 367, *emphasis added*). Thus what Marx meant by the “tendency” of the rate of profit to fall was not an empirical trend, but what would occur in the absence of the various “counteracting influences,” such as the tendency of the rate of surplus-value to rise.” (KLIMAN, 2007, p.30)

realmente significativa nem na função impulso-resposta nem na variância dos erros de predição (naturalmente, no caso da variância dos erros de predição, alteram-se nas primeiras componentes as posições dos valores nulos). Na figura 6, abaixo, é possível observar o movimento de longo prazo na função impulso-resposta.

Figura 6. Gráfico da função impulso-resposta do modelo estimado

Os gráficos observados mostram exatamente o movimento cíclico que era teoricamente esperado. Não há convergência estável possível neste modelo. Há interação de ciclos e crises em que o impacto de choques na taxa de lucro ou nas demais variáveis induz a comportamentos pró-cíclicos ou contra-cíclicos sobre as próprias variáveis ou sobre as demais. Há uma “estabilização” cíclica de sucessivas altas e quedas – sem tendências aparentes de crescimento ou de decrescimento de longo prazo. É observável também um encurtamento dos ciclos ao longo dos períodos, visível no encurtamento das distâncias que cada uma das linhas demora para cruzar a origem, na medida em que se chega mais próximo ao final do gráfico. Esse

comportamento contribui para as análises que avaliam que há uma aceleração dos ciclos econômicos de Kondratiev, por exemplo.

As previsões, estáticas e dinâmicas, do modelo reforçam a ideia de que se trata de um modelo sólido. Foi escolhido um período substancialmente longo (dez anos, um sexto do tamanho da amostra) e, ainda assim, o comportamento do previsor dinâmico foi bastante satisfatório e aderente aos dados, como pode ser observado na figura 7 abaixo.

Figura 7. Gráficos dos previsores dinâmicos (lado esquerdo) e estáticos (lado direito) de cada uma das variáveis comparados com os valores observados.

As imagens do lado esquerdo mostram, para cada uma das variáveis, as previsões dinâmicas para dez anos comparadas com os dados observados no mesmo período. Essa previsão dinâmica simula o que aconteceria se, dez anos antes do final das observações (no ano

2000) se utilizasse o modelo computado para prever os movimentos das variáveis até os anos 2010. Pode-se notar que as observações ficaram todas dentro do intervalo de confiança de dois desvios padrão e a tendência estimada pelo modelo se mostrou bastante aderente aos dados observados.

Do lado direito estão os gráficos da previsão estática ou “um passo à frente”. Esse modelo assume que em cada $t-1$ se incorporam os dados deste $t-1$ para computar o valor previsto para o período t . Assim, não se passa mais de um ano sem incorporar novos dados. Seria o resultado de, em 2000, utilizar este modelo para prever o que aconteceria em 2001, depois, em 2001, incorporando a nova observação, usar o modelo para prever o que aconteceria em 2002 e assim por diante. Evidentemente, o intervalo de confiança se mantém estável ao invés de crescer, como ocorre na previsão dinâmica. A aderência aos dados observados é bastante significativa. Infelizmente, dado o período longo que demoram as novas Penn World Tables para ficarem prontas, ainda não foi possível revisar essa parte com novos dados.

6. Análise Teórica e Metateórica dos Resultados

Se, na equação da taxa de lucro, o Q de Tobin tem um efeito geral positivo, por outro lado, na equação do Q de Tobin a taxa de lucro tem um peso geral negativo. Isso consegue captar a ideia de que um choque negativo na taxa de lucro produz uma tendência a aumento do grau de financeirização e esse aumento, por sua vez, é capaz de gerar um impacto positivo na taxa de lucro, o que caracteriza o comportamento teoricamente esperado de uma causa contrariante à tendência decrescente da taxa de lucro.

O volume de ativos em *equities* e fundos, por sua vez, se for entendido como uma proxy da fuga de capitais para valorização na esfera financeira, dá sentido econômico aos coeficientes observados. Por um lado, o Q de Tobin traz a relação entre preço de mercado e preço de reposição, o que sinaliza um aumento bem-sucedido da valorização financeira. O volume de ativos, por outro lado, traz em percentuais do GDP estadunidense o nível de aplicações feitas pelas corporações no mercado de *equities* e fundos. Assim, cada mudança nessa variável representa uma quantidade massiva de recursos das corporações a migrar para valorização financeira.

Nesse sentido, um aumento na taxa de lucro pode gerar um efeito de percepção de valorização dos ativos no mercado de *equities* e fundos e aumentar o volume de ativos aplicados, justificando o coeficiente positivo da taxa de lucro na equação do volume de ativos. O aumento desse volume, por outro lado, indica desvio das atividades produtivas, (como a exploração direta da força de trabalho) diminuindo a riqueza apropriável e a taxa de lucro. As componentes do Q de Tobin na equação do volume de ativos aplicados em *equities* e fundos mostram como a percepção de valorização financeira muito acima do valor de reposição pode gerar quedas na confiança do mercado especulativo e, com isso, diminuir o volume aplicado. Mas, como é logicamente esperável, aumentos no volume de ativos aplicados financeiramente geram uma elevação no Q de Tobin.

Por fim, considera-se que o modelo estimado pelo procedimento de Johansen para analisar a relação entre Q de Tobin, taxa de lucro e volume de ativos corporativos aplicados em *equities* e fundos, além de estatisticamente consistente e significativo, condiz com a interpretação da lei da tendência decrescente da taxa de lucro que centraliza os movimentos contratendências. Ao mesmo tempo, o modelo estimado fornece argumentos quantitativos para o debate teórico dentro da Economia Política marxista, por ter a capacidade de expressar matematicamente relações contraditória à maneira da dialética marxista.

Além do esperado, que era somente avaliar a relação entre a taxa de lucro e um dos elementos que contraria sua tendência à queda, foi possível observar empiricamente a dinâmica entre criação fictícia de direitos de acumulação e riqueza real apropriável. Esse último ponto tem aparecido recentemente como fruto de investigações contemporâneas sobre o estatuto teórico da financeirização (GUIMARÃES, 2014a, 2014b) e foi visível nessa estimação econométrica.

O balanço final deste ensaio sugere que é possível combinar análises teóricas de matiz dialética com estimações econométricas. Fica como indicação de trabalhos futuros elaborar investigações que combinem outras contratendências no mesmo modo de análise, a fim de observar as complexidades que podem surgir de uma análise mais completa. Além disso, a busca por dados de séries mais longas pode favorecer a compreender também a dinâmica dos ciclos econômicos em torno da taxa de lucro e o provável encurtamento dos intervalos entre as crises do modo de produção capitalista.

Essas interações com outras causas contrariantes à tendência à queda na taxa de lucro podem ser elaboradas e investigadas à luz do que foi encontrado aqui para confirmar, ou refutar, as novas hipóteses que essa pesquisa fez surgir. Caberia investigar, por exemplo, os coeficientes

de alguma série temporal que espelhe o aumento da jornada de trabalho ou de sua precarização não só na taxa de lucro, mas na capacidade de sustentar aumentos no volume negociado de ativos financeiros sem fazer cair a taxa de lucro ou o Q de Tobin.

Sem adentrar em ilustrações estatísticas ou econométricas, o próximo ensaio irá investigar elementos relacionados ao aumento da exploração do trabalho. Nele algumas indicações a mais a respeito de outras tendências dissolutivas do modo de produção capitalista serão desenvolvidas. Entende-se, de modo geral, que a universalidade das tendências dissolutivas (entre elas a tendência decrescente) impõe a necessidade de contratendências. Quais serão essas contratendências, quais frações da classe dominante elas favorecerão e os modos por meio dos quais elas serão sentidas nas distintas frações do proletariado são determinados na *base*, na *condição* do *fundamento*. Que a *existência* de tais *contratendências* seja imposta como *necessidade* constitui seu caráter de *fundadas pelo fundamento*. Que elas *determinem* novas *formas sociais* em suas *contingências* que passam, então, a constituir a nova *unidade* do *fundamento formal*, constitui seu caráter de *condição*, de *fundamento do fundamento*, tal como já desenvolvido na seção 5 do segundo ensaio componente desta tese.

ENSAIO 4

O NOVO CLOSET DO PROLETARIADO: acumulação sem limites e carreiras sem fronteiras

As soon as you're born they make you feel small
 By giving you no time instead of it all
 Till the pain is so big you feel nothing at all [...]
 And you think you're so clever and classless and free
 But you're still fucking peasants as far as I can see
 A working class hero is something to be

There's room at the top they're telling you still
 But first you must learn how to smile as you kill
 If you want to be like the folks on the hill

John Lennon

Introdução¹⁴⁶

Este ensaio é a última etapa prevista, para esta tese, no percurso de estabelecer uma maneira específica de observar, investigar e expor as *formas sociais*, recentes e propriamente capitalistas, que relacionam a unidade dos movimentos de um capital em geral com suas bases (*Grundlage*) materiais. Como antes, trata-se de um *abismamento* e um *desmoronar* (*zugrunde gehen*) das certezas diante da complexidade real dos objetos, visando *rememorar/internalizar* (*Erinnerung*) como fundamento tais bases. Aqui podemos utilizar categorias e raciocínios mais complexos que os anteriores, dado que os primeiros já foram desenvolvidos.

¹⁴⁶ O material básico de análise deste ensaio são manuais de ensino de administração e cabe dizer alguma coisa sobre a escolha dos autores a serem aqui discutidos, todos brasileiros. Os primeiros dois ensaios buscaram circunscrição na literatura e nos debates internacionais, em sentido amplo (o que inclui literatura nacional). O terceiro, buscou analisar a relação entre taxa de lucro e financeirização no principal centro da propriedade internacional dos capitais, do dinheiro mundial e da força militar de sustentação do capitalismo: os Estados Unidos. Neste último ensaio, por outro lado, a intenção é descer ao nível de concretude mais imediato para o autor e para seus leitores mais prováveis, de modo a colocar em movimento os debates e as formas desenvolvidas deste projeto intelectual e prático-político de organização da contradição. Se esse super sujeito global chamado capital existe também na periferia, com as especificidades que aqui exhibe o processo de acumulação, pareceu-nos que seria mais profícuo começar por aí a análise. Registre-se, porém, que, em sua maior parte, esses manuais nacionais têm os manuais produzidos no centro do sistema como referência. Evidente que seria interessantíssima uma pesquisa nos moldes aqui elaborados que acompanhasse essas produções e mesmo sua evolução no centro do sistema. Certamente seria bastante elucidativa dos caminhos trilhados por esse sujeito visando a manutenção de seus domínio. Mas este, como várias outros temas aqui citados, demanda uma agenda própria e fica como sugestão para pesquisas futuras.

Nesta etapa, o objetivo é descer ainda mais *fundo* nos abismos da relação de capital e de suas *formas sociais* específicas, historicamente localizadas, de acumulação, exploração e legitimação da efetivação constante do absoluto controle social. Nada parece ser mais fundo, nesta etapa da investigação, do que a subjetividade expropriada de uma classe trabalhadora. Parece que, há muito, interessa aos representantes do capital (sejam seus proprietários, quadros gestores ou membros do Estado Burguês de Direito) formas muito mais complexas de exploração, alienação e expropriação do que a “simples” exploração da geleia abstrata de trabalho humano (MARX, 2013, p. 119-124). Portanto, é muito mais do que essa parcela abstrata que interessa a este ensaio.

No primeiro ensaio desta tese, na terceira seção, Christopher Arthur, afirma que o capital é como um “demônio capital”, um super-sujeito capaz de conformar a seu favor todas as contingências e *formas sociais específicas*. Arthur (2016) faz isso no mesmo livro em que rejeita o Espírito hegeliano por ser um super-sujeito idealista e transcendental – ainda que isso não seja uma concepção tão diferente da noção de capital defendida pelo próprio Arthur. Resgate-se aqui que a leitura que Arthur faz de Hegel, de seu idealismo e de sua noção de espírito está em franco desacordo com a interpretação que foi desenvolvida nos demais ensaios – bem como com produções do campo hegeliano dos últimos quarenta anos.

Não obstante, uma das duas primeiras dimensões do capital em OC (a do sujeito-automático) é algo desse super-sujeito ao qual Arthur se refere (nossa negação do trabalho de Arthur não é, como exposto no ensaio 1, uma negação abstrata, mas uma negação determinada de sua leitura de Hegel e de sua versão “pouco negativa” da dialética). O segundo ensaio é o que *põe* as linhas gerais do processo de investigação da realidade que propomos, a versão metateórica sobre a relações uno-múltiplo e necessidade-contingência. O presente ensaio resgatará essas linhas gerais, observadas na concretude de um objeto (apresentado na sequência desta introdução).

As contradições uno-múltiplo e necessário-contingente foram apresentadas, no ensaio anterior, na forma particular da relação entre o caráter geral e necessário da tendência decrescente da taxa de lucro e o caráter múltiplo de suas contratendências. Estas contratendências surgem a partir das *contingências* históricas que portam a capacidade de contrariar a queda na taxa de lucro, contingências que se estabilizam como *formas sociais* e são socialmente reproduzidas, até o momento em que esgotam tal capacidade e novas *formas* são historicamente produzidas. Pelo caráter *contingente* das *contratendências*, derivou-se, no

ensaio anterior, a indicação de que Marx, no século XIX, não poderia prever todas as *formas sociais* contratendências que surgiriam no século e meio seguintes.

Assim, o que o terceiro ensaio fez foi expor um primeiro caso específico de análise do *concreto* a partir do conceito de *forma social*. A análise do papel da financeirização na contradição constituída pela queda na taxa de lucro sugeriu que a *contingência* carrega a capacidade de produzir novas *formas sociais*, atuantes na estabilização da *universalidade* do modo de produção capitalista.

Trata-se de uma orientação circular do par modo de investigação/modo de exposição – como deve ser o caso em todo processo movido pelo *retorno ao fundamento* (*in seinen Grund zurückgehen*) e pela *internalização* (*Erinnerung*) da unidade contraditória que existe naquilo que, exteriormente, aparece como simples oposição. Nesse sentido, o conceito de *forma social* é o eixo mobilizador dos desenvolvimentos desta tese e foi construído tendo em vista sua capacidade de *organizar a contradição* entre unidade e multiplicidade, necessidade e contingência. O segundo eixo da tese, que circularmente retorna ao primeiro (*forma social*), consiste justamente na priorização do elemento negativo e tensional das relações contraditórias entre elementos do uno-necessário e múltiplo-contingente, mediado pelas *formas sociais*.

Talvez o resultado mais importante desta tese seja produzir argumentos e ferramentas que permitam insistir na necessidade de analisar as *formas sociais* que se estabilizam a partir das emergências historicamente contingentes. Um dos objetivos deste ensaio é, de modo ainda mais concreto que o anterior, apresentar a capacidade analítica de tais ferramentas para analisar a realidade. Partimos, então, da manifestação da multiplicidade e poder de estabilização das formas sociais e da capacidade delas de refletir e organizar as contradições operantes na efetividade.

A questão empírica que mobiliza nossa investigação aqui é: como as técnicas de administração de trabalhadores e da força de trabalho atendem às *necessidades lógicas* do *capital em geral*, se são desenvolvidas e atuam sobre a multiplicidade contingente dos *capitais individuais em concorrência* e do *capital social total*?¹⁴⁷ E isto tendo de levar em conta também todas as particularidades envolvidas no estabelecimento das frações das classes sociais, não só em termos de nível hierárquico, mas de diferenciações qualitativas dentro de um mesmo nível.

¹⁴⁷ Resgate-se aqui a discussão da seção 4 do primeiro ensaio.

Que essas técnicas sejam múltiplas e contingentes é algo que deriva de uma combinação de fatores. Em primeiro lugar, já em número são diversas as linhas de administração que buscam dar conta de coordenar, gerenciar, administrar e controlar o trabalho e seus agentes (trabalhadores singulares). Além disso, elas são criadas partindo de fatores tão contingentes quanto as necessidades específicas de capitais particulares e as inclinações pessoais dos cientistas implicados nas suas formulações teóricas. Elas agem sobre a multiplicidade contingente porque seu *locus* de atuação é a singularidade efetiva de trabalhadoras e trabalhadores.

Essas abordagens diversas possuem nomes como Gestão de Pessoas, Administração de Pessoal, Administração de Recursos Humanos, Gestão Estratégica de Pessoas etc.¹⁴⁸ Mas, no aspecto mais geral da coletânea de todas estas abordagens, o que importa é que são técnicas de *Administração*, que atuam sobre sujeitos, abordados como indivíduos ou *Pessoas* e têm como objeto o comando da *Força de Trabalho*, orientado à estabilização e acumulação dos capitais frente à concorrência e aos riscos de perda da lucratividade e do valor das ações da empresa. Para não repetir constantemente uma descrição tão longa, foi cunhada a sigla: APFT (Administração das Pessoas e da Força de Trabalho).

A análise dos textos da APFT, a partir dos desenvolvimentos teóricos feitos nesta tese, apresentou uma variedade enorme de temáticas e técnicas que relacionam o universal do capital em geral, a particularidade dos capitais e a totalidade do capital social total com aspectos singulares da dominação e do controle da classe trabalhadora, na singularidade de seus membros e com as apropriações instrumentais da ciência e as cooptações das lutas sociais – tanto de movimentos sociais quanto de sindicatos e partidos.

Alguns exemplos de conceitos não desenvolvidos neste ensaio, mas que mostraram um enorme potencial analítico e crítico incluem: cultura corporativa e apropriação da diversidade cultural; remunerações não monetárias; liderança, carisma e técnicas de origem na

¹⁴⁸ A diferenciação entre o que seria Administração de Recursos Humanos (ARH), Gestão de Pessoas (GP) e Gestão Estratégica de Pessoas (GEP) não é consensual entre os autores dos livros consultados. Para Marras, por exemplo, trata-se de dizer que a ARH tem como função as atividades mais burocráticas de seleção, contratação, folha de pagamento etc., enquanto que a GP é algo que todo e qualquer gestor tem como função, já que o que é administrado sempre envolve pessoas e a GEP é função de consultorias especializadas em reestruturação das políticas internas de pessoas. Para Chiavenato, que não fala em GEP, a diferença entre ARH e GP é que uma é mais antiga e burocrática (tratando pessoas como recursos) e a outra mais moderna e flexível (tratando pessoas como pessoas). Assim, as distinções serão feitas somente no sentido de usar o termo que cada autor utiliza para o que faz, sem entrar em detalhes ou emitir posicionamento sobre tal questão, que não parece relevante para nossa pesquisa.

administração fascista;¹⁴⁹ inclusão da família na empresa; técnicas grandiloquentes e cenográficas de reconhecimento dos trabalhadores e a relação com espetáculos do entretenimento;¹⁵⁰ cooptação da atividade sindical;¹⁵¹ técnicas manipulativas de avaliação, treinamento, seleção, manutenção e desenvolvimento das forças produtivas de empregados; eufemismos ideológicos de legitimação social e a recepção destes pela mídia;¹⁵² a relação entre os valores do assim chamado capital humano, como know-how, imagem da empresa, valores e marca, com outros valores fictícios, como a valorização acionária e a financeirização, dado que eles podem ser até mesmo contabilizados como ativos¹⁵³ e, por fim, a centralidade textual das formas e técnicas de manusear angústia, medo, ansiedade e depressão. Por fim, deve-se acrescentar todo um campo próprio que se abre com relação à utilização instrumental da psicologia, no sentido de limitar as possibilidades de auto-subjetivação das trabalhadoras e dos trabalhadores, e da análise desta questão a partir das teorias psicanalíticas do sujeito.

Essas são somente algumas das manifestações empíricas da APFT que impressionaram bastante no processo de investigação. O recorte das técnicas centralizadas, dentre todas essas possibilidades, foi um dos principais desafios da estruturação do texto, que não seria capaz de *organizar todas essas contradições*, tendo em vista o escopo limitado que possui um ensaio, bem como o tempo de duração da pesquisa (que demandou previamente a criação das próprias ferramentas analíticas utilizadas), mas tendo em vista também a limitação das habilidades do autor.

Assim, o recorte escolhido levou em conta os seguintes critérios: 1) domínio teórico das ferramentas de análise necessária; 2) clareza do tema em demonstrar a relação contraditória entre os elementos do uno/necessário e múltiplo/contingente; e 3) extensão do assunto em termos de número de diferentes técnicas (seleção e treinamento, por exemplo, constituem um

¹⁴⁹ Essa análise demandaria um estudo mais aprofundado não somente das análises específicas de Adorno sobre o tema, mas também um processo longo de análise documental. Para confirmar essas hipóteses, seria necessário investigar a trajetória das referências bibliográficas, a recepção de conceitos, a migração de cientistas e técnicos nazistas no pós-guerra etc. Esse tipo de abordagem constitui um campo acadêmico particular ligado aos estudos sobre a recepção de teorias e às construções teóricas de Pierre Bourdieu.

¹⁵⁰ Caso bastante interessante sobre isso são as “cidades empresariais”, como a da sede do Bradesco em Osasco, chamada pelo nome sugestivo de “Cidade de Deus”. A família, o lazer, o esporte e o cuidado com o corpo são todos incluídos nas plantas produtivas. Convocar a família para rituais (o termo é técnico e utilizado por Dutra, por exemplo) de promoção e menções honrosas é uma técnica utilizada nessa “cidade de Deus”. Por estar relacionada com a complexidade do sobretrabalho e das técnicas de motivação, esse caso não será abordado.

¹⁵¹ (MARRAS e CARDOSO, 2013, p. 43-46)

¹⁵² (DUTRA, 2016)

¹⁵³ Cf. (MARRAS e CARDOSO, 2013, p. 46-53)

campo a parte, com um número bastante grande de técnicas e princípios ideológicos, o que demandaria que a análise fosse focada exclusivamente nesse campo).

Isto posto, os temas escolhidos foram: 1) o papel que a segmentação dos manuais de APFT (e, consequentemente, do ensino universitário e técnico em administração), em termos de linguagem e conteúdo, exerce na reprodução de setores específicos de trabalhadoras, trabalhadores e quadros da APFT; 2) O discurso ideologicamente legitimador da precarização das proteções do trabalho, sobretudo a partir de Dutra (2016); e 3) as espoliações das capacidades negativas dos sujeitos que a APFT leva a cabo, especificamente no caso do *empoderamento* (*Empowerment* é o termo utilizado no meio corporativo) e da gamificação.¹⁵⁴

Mesmo esses três temas não podem ser individualmente esgotados, pela vasta quantidade de conceitos, termos e textos disponíveis para uma análise mais completa. Uma pesquisa completa que envolvesse somente a segmentação do sistema de ensino relacionada ao uso dos textos na formação de administradores, por exemplo, demandaria uma ampla investigação. Seria necessário analisar empiricamente o perfil de egressos dos cursos, separando pelo corpo de técnicas e textos utilizados, bem com um aprofundamento na teoria bourdieusiana da reprodução da força de trabalho, das violências simbólicas aí envolvidas e das relações de poder pautadas pelas distinções culturais entre as frações de classe. Por fim, seria também necessária uma complexa compatibilização entre a sua teoria dos diversos capitais com a teoria do capital de Marx ponto que, isoladamente, já é suficientemente controverso.

No mesmo sentido, dentro dos temas do recorte, foram sugeridas vinculações com teorias que não foram desenvolvidas propriamente nesta tese, ainda que tenham servido de inspiração, como a teoria bourdieusiana e os circuitos que envolvem desejo, demanda, angústia e sujeito na psicanálise lacaniana. São autores com terminologias e modos de investigação-exposição compatíveis com aqueles que desenvolvemos aqui, mas que constituem um campo próprio dentro da academia. Portanto, avaliamos que seria leviano e pouco rigoroso utilizar seus conceitos analiticamente de maneira extensa, sem fazer os desenvolvimentos que eles merecem.

Para que o capital demonstre algo do super-sujeito de Arthur – tanto para que seja sujeito quanto para que seja “*super*” – ele precisa extrair algo dos múltiplos sujeitos reais – sujeitos singulares. De princípio, precisa extrair deles o mais-valor – *substância da valorização* e da

¹⁵⁴ Tal termo se refere, neste ensaio, às apropriações das estratégias dos vídeo-games para produzir sentimento de interesse, engajamento, motivação e recompensa sem precisar pagar a mais por isso. Tal definição ainda é simplista e será um pouco mais desenvolvida à frente, pois demanda alguns desenvolvimentos prévios para ser adequadamente feita.

vida como sujeito do capital. Mas, indo mais a *fundo* (*Grund*) na reprodução social, entendemos que o capital, para ser sujeito, não depende somente da ampliação infinita do mais-valor: ele precisa de uma sociedade que assegure a continuidade dessa ampliação. Para isso, é necessário que a totalidade dos sujeitos reais dê anuência às relações sociais de exploração, opressão e dominação que o capital engendra e às *formas sociais* que mediam essas manifestações e que se tornam sustentáculos para tal estrutura de acumulação. Não há acumulação em uma greve geral prolongada, por exemplo.

Ideologia, crenças pessoais, desejo, linguagem e dedicação de todos os membros da classe trabalhadora é algo que precisa sempre ser feito em escala ampliada, tão logo a taxa de lucro siga exercendo pressões negativas sobre a acumulação geral de capital. Dizer que hoje o capital é mais pernicioso do que ontem não é um exercício de conservadorismo ideológico, é uma necessidade da própria acumulação em curso, que deve repor sempre a taxa de lucro e criar novas saídas para contrariá-la a todo momento, ampliando a sua capacidade de exploração. A cada nova saída vemos novas formas de dominação, mais azeitadas e mais produtivas. Em suma, mais condizentes com as necessidades e conformações de cada período histórico.

É importante apontar aqui a existência de percursos expositivos múltiplos neste ensaio. As primeiras duas seções seguem o modelo teórico dos dois primeiros ensaios, as demais são mescladas entre um discurso de apresentação de resultados empíricos na investigação dos manuais, com avaliações mais ensaísticas e a reflexão final dada (em cada parcela do texto) pelas análises teóricas. São estilos distintos que tentam acompanhar a forma dos elementos de conteúdo expostos. Expressões mais utilizadas no senso comum e anglicismos corporativos comparecem na análise empírica, por exemplo, pois se relaciona com a própria linguagem dos manuais que, em nossa análise, não é neutra.

Espera-se que a presente investigação auxilie na resposta à seguinte pergunta: como, por meio de uma disciplina que forma trabalhadoras e trabalhadores responsáveis por administrar o capital, este consegue acessar, subsumir, cooptar e/ou subordinar e, em última instância, apropriar para si a subjetividade de trabalhadoras e trabalhadores nos mais diversos setores da classe explorada?

Um adendo terminológico deve ser feito: subjetividade é algo que neste ensaio é utilizado no sentido de um complexo de atributos, qualidades, determinidades e determinações que dotam algo da capacidade de existir como sujeito. Não se trata de pensar em subjetividade como a dimensão interna à pessoa, mas como esse complexo qualitativo que permite a um ente se tornar sujeito de seu próprio processo, seja esse ente um indivíduo ou o próprio capital.

A primeira seção do ensaio aborda o caráter, a forma e a relação entre sujeito automático e sujeitos reais, começando pelo debate sobre materialismo e a caracterização dos conceitos de sujeito pertinentes. Isso é feito diante do quadro no qual há *um* sujeito automático, fetichizado (o capital) que subsume *múltiplos* sujeitos negados (trabalhadores explorados). Enquanto estes possuem uma *existência socialmente específica* que é fundada pela relação de capital, contraditoriamente, eles são as condições de existência daquele sujeito automático que os funda (relacionam-se, assim, contradição fundamento-fundado e contradição capital-trabalho).

A segunda seção esboça os fundamentos dos processos ideológicos relacionados à posição social e histórica das técnicas envolvidas na manifestação das contradições e determinidades discutidas na primeira seção. Nela adentramos as primeiras manifestações da APFT como fonte de discursos de acomodação dos sujeitos e de legitimação ideológica das formas de dominação e exploração. Na terceira, buscamos compreender e apresentar como a segmentação editorial dos textos básicos usados no ensino de APFT cumpre uma função de reproduzir educacionalmente distintos perfis de trabalhadores da área (esses trabalhadores, por sua vez, possuem responsabilidade na reprodução, administração e controle de distintos perfis de trabalhadores em geral).

Na quarta e última seção encerramos este ensaio, elaborando os mecanismos por meio dos quais os elementos negativos e de crítica social são apropriados pelo capital, em favor da estabilização deste enquanto estruturante central dos processos sociais na modernidade. Isso significa também um encerramento da própria tese, tendo em vista que apontamos para alguns dos *fundamentos* que constituem a tendência à unilateralização dos discursos que se rejeitam mutuamente (incluindo aqui também os discursos críticos calcados sobre a dialética). Tais fundamentos são: 1) a repressão estrutural e ideológica da negatividade e da crítica; 2) a posterior cooptação dessa negatividade e dessa crítica, levada a cabo pelos administradores do capital e do trabalho. São elementos concretos que cooperam na manutenção da identidade abstrata como forma absoluta da ideologia.

1. O Materialismo, o Autômato e a Corcunda do Anão

Please allow me to introduce myself
 I'm a man of wealth and taste
 I've been around for long long year
 Stole many men soul and faith [...]
 Pleased to meet you
 Hope you guess my name
 But what's puzzling you
 is the nature of my game

Rolling Stones

Como dito na introdução deste ensaio, agora é possível, na imanência dos desenvolvimentos categoriais desta tese como um todo, utilizar raciocínios e estruturas argumentativas mais complexas. Todavia, ainda é nosso objetivo fazer com que cada movimento, sendo simples ou complexo, esteja exposto do modo mais explícito permitido pelo objeto e pelas habilidades do autor.

É possível derivar de nossos argumentos anteriores que a leitura unilateral que tende a ser feita dos autores da dialética se relaciona com dois fatores expostos a seguir. Em primeiro lugar, na CL, por exemplo, as determinidades são desenvolvidas de acordo com seus próprios movimentos e não é incomum que as definições dadas por Hegel em um primeiro *momento* da exposição de cada conceito sejam falseadas em algum dos *momentos* seguintes. No entanto, raramente esse processo, em que um *momento* do conceito é falseado posteriormente, é explicitamente anunciado na CL, menos ainda costuma ser explicitado em cada caso em que os elementos iniciais, posteriormente falseados, seguem sendo verdadeiros na totalidade do objeto. Os *momentos* particulares são determinidades de uma totalidade conceitual e, por isso mesmo, são verdadeiramente parciais. Portanto, são igualmente falsos (no sentido de inadequados à *Coisa* que, em sua existência concreta, nega seus *momentos* particulares).

Em segundo lugar, como foi abordado nos primeiros ensaios, tem-se que as identidades abstratas são formas da ideologia e, conseqüentemente, somente um dos momentos (que são igualmente verdadeiros e falsos, a depender do movimento da *Coisa em si*) tende a ser aceito como verdadeiro. Na disputa pelas interpretações corretas de uma teoria dialética, isso geralmente significa uma disputa entre autores que, individualmente, supõem terem captado o momento absolutamente verdadeiro – como foi exposto no primeiro ensaio. Ou, no caso dos críticos ao *mainstream* mais metodologicamente apressados, a própria teoria acaba sendo inteiramente rejeitada como inconsistente, pelo credo da identidade positiva dominante.

Que Hegel não tenha sido tão explícito a esse respeito em cada um dos trechos em que o falseamento da definição anterior pela posterior acontece, não é algo que seja facilmente criticável. Primeiramente, tal crítica pode ser acusada de anacrônica, por se tratar de um autor que foi vanguarda fundadora do modo de fazer ciência que estamos defendendo agora, o que deve eximi-lo da exigência de prever toda e qualquer crítica e querela historicamente posterior. Além disso, há toda uma defesa de sua forma de exposição que encontra argumentos muito fortes, como em Judith Butler (1987).

Aqui fizemos uma escolha pela explicitação. Essa escolha tem que ver com nossos propósitos específicos (já enunciados diversas vezes) e com um contexto histórico bastante distinto. Logo, esta escolha não se relaciona com uma crítica a Hegel no mesmo tom das críticas que a Dialética Sistemática e a Escola Uno/Sekine destilaram com relação a Marx e Hegel. Nesta seção, pela primeira vez, o próprio desenvolvimento objetivo do argumento irá expor o conceito de sujeito de tal modo que será depois falseado. A falsidade da primeira definição será depois tratada em sua necessidade imanente.

Como já antecipado, o objetivo do ensaio é compreender a relação entre o capital como sujeito automático e os sujeitos singulares da classe trabalhadora, tal como eles são mediados pelas *formas sociais* específicas das técnicas da APFT. Trata-se de uma relação de sujeitos em que o que é sujeito, o que é predicado, o que é objeto e como se qualifica cada sujeito é complexa.

Dentro do objetivo mais geral do ensaio, esta seção tem a finalidade de desenvolver a forma particular das expressões teóricas genericamente derivadas nos primeiros dois ensaios. São perguntas que se colocam no sentido de apresentar nosso objeto (a APFT no recorte explicitado na introdução do ensaio) com vias a perseguir o objetivo geral anunciado acima: Quais são os universais e múltiplos que estamos apresentando? Como isso se relaciona com a contingência e a necessidade? Como se relacionam sujeito automático e sujeitos reais?

Tem-se em vista que aqui estamos no nível concreto de abordar os elementos singulares do gênero humano (que a APFT chama de pessoas, recursos estratégicos ou competências¹⁵⁵ das “organizações”), busca-se compreender como isso se relaciona com os seres humanos

¹⁵⁵ Jargão corporativo que é usado como sinônimo de habilidade, mas que implica que não possuir esta ou aquela habilidade é ser incompetente. Dedução derivada de um raciocínio lógico-linguístico simples e subjacente ao pensamento ideologicamente dominante, ainda que seja inconsciente: não possuir competência = incompetência.

concretos que são sujeitos a tais técnicas e àquilo que elas servem, isto é, sustentar o capital como sujeito automático.

A tensão sujeito-objeto da cognição e da ciência, que também se manifesta aqui, é o nosso imediato simples do ensaio, mediado somente pelos desenvolvimentos dos ensaios anteriores. Logo, é com esta tensão que começamos a seção. Esta tensão será expandida a partir de si mesma em direção à sua totalidade, restrita ao objeto “relação sujeito-objeto na prática laboral e seu controle, por parte da APFT”. As resistências e pretensões de sujeitos e objetos serão incorporadas a partir da relação com o objeto específico do ensaio. A partir daí, a relação com o materialismo dialético pode ser delineada, com a explicitação de questões da ordem da tensão uno-múltiplo.

As questões sobre o que vem a ser *sujeito* são postas e desenvolvidas na primeira subseção. Inversões, formas de manifestação e ambiguidades das definições serão evidenciadas e desenvolvidas em suas reflexividades, levando ao colapso da própria definição inicial de sujeito, na passagem da primeira para a segunda subseção, quando o tema central se projeta nas subjetividades do capital e dos seres humanos. Dentre essas, dado que o capital *aparece* (*Erscheinung*) como o sujeito social por excelência, o foco da segunda subseção será compreender qual o objeto do capital como sujeito. Na terceira subseção, compreendendo a subjetividade subordinada da classe trabalhadora, passamos a nos perguntar a que ela é sujeita, por sua subordinação.

A tensão que emerge na relação sujeito-objeto não se restringe, como visto, ao âmbito da produção de conhecimento. A relação sujeito-objeto é algo que existe em todas as dimensões da prática social. O modo de produção em si mesmo é vinculado à relação entre os sujeitos envolvidos na produção e seus objetos. A tentativa de dar conta completamente da contingência múltipla com a unidade e os impulsos de atribuir identidades predicativas ao elemento não-idêntico das *Coisas em si*, tais como elas existem no mundo, são outras manifestações da mesma tensão, anulada abstratamente. Como é o caso da primeira tensão negativa (sujeito-objeto), as demais também não se restringem à produção científica.

Um posto de trabalho é algo que, por exemplo, atribui um predicado a um sujeito trabalhador. A pessoa é identificada por sua posição: ela pode ser gerente de produção, operacional do setor de montagens ou logística, vendedora ou diretora de algum setor. Seu predicado funcional é algo que deve compor a “camisa” que o conjunto dos trabalhadores deve vestir e isso vem em conjunto com atributos do próprio capital individual, como missão, visão e valores de uma empresa.

A própria expressão “vestir a camisa”, muito utilizada no jargão corporativo, diz respeito a uma capacidade individual de deixar-se transpassar e limitar pelos predicados corporativos que lhes são atribuídos. Uma espécie de capacidade de desubjetivação, de auto-sujeição, apreciada, estimulada e produzida tanto corporativamente quanto socialmente, como será explorado.

Assim, compreende-se que a APFT ao mesmo tempo em que produz as técnicas para que membros singulares da classe trabalhadora “vistam a camisa”, demanda que os próprios administradores façam o mesmo. Fazer os trabalhadores “vestirem a camisa”, isto é, incorporarem como suas as determinações e determinidades das empresas que compram suas forças de trabalho, é uma das principais atribuições da disciplina de Gestão de Pessoas. Tal propósito começa desde a seleção, que deve procurar trabalhadores que demandem menos “trabalho ortopédico e plástico”¹⁵⁶ para caberem nas camisas de suas funções e dos compradores de sua FT. Mas adquire as versões mais diretamente atuantes a partir das atividades dos “Programas de Integração” de um novo funcionário, dentro de uma dada empresa. Idalberto Chiavenato, um dos autores de manuais para APFT, afirma:

O programa de integração procura fazer com que o novo participante assimile *de maneira intensiva e rápida*, em uma situação real ou de laboratório, a cultura da organização e *se comporte* daí para a frente *como um membro que veste definitivamente a camisa da organização*. [...] São programas que duram de um a cinco dias, dependendo da intensidade de socialização que a organização pretende imprimir, mas que depois contam com um acompanhamento, no médio prazo, do novo participante pelo gerente ou supervisor que funcionam como tutores dos novos participantes e que se responsabilizam pela avaliação do seu desempenho. (CHIAVENATO, 2014b, p. 165, *itálicos meus*).

Essa versão do *Manual de Administração de Recursos Humanos* de Chiavenato, parece ainda se relacionar às empresas usuais, com funcionários regulares, que tendem a possuir regimes de contratação menos precários, com mais estabilidade e garantia de direitos trabalhistas. Muito embora seu discurso aponte que isso é “coisa de velho” (CHIAVENATO, 2014b, p. 289), como será desenvolvido na seção 3. Consequentemente, é possível compreender

¹⁵⁶ Embora haja todo um campo que desenvolva as questões corporais com certo conceito de ortopedia, ligado aos trabalhos de Michel Foucault e Friedrich Nietzsche, não é nossa intenção aqui fazer menção explícita ao conceito, pois é algo que exigiria um longo debate metodológico visando compatibilizar padrões metodológicos bastante distintos dos que foram desenvolvidos aqui. Assim sendo, o sentido de ortopedia utilizado se restringe à ideia de delimitações tecnicamente administradas dos modos pelos quais as pessoas devem se portar em seus corpos. Isso implica que o capital, os capitalistas e as disciplinas administrativas carregam um sentido, totalitário, de qual seria o modo “correto” de existir corporalmente – por isso o prefixo *orto*. O conceito de *habitus* na obra de Pierre Bourdieu talvez fosse mais adequado metodologicamente, mas este também não cabe ser desenvolvido aqui, por desviar ainda mais dos objetivos propostos. Portanto, resolveu-se também não recorrer explicitamente ao *habitus* bourdieusiano.

que existam versões mais “arrojadas” do processo de integração à cultura da empresa, de vestir a camisa ou ser aculturado, como coloca sem ressalvas ou mediações o livro *Nova Gestão Estratégica de Pessoas – Gerando Valor para os Stakeholders*,¹⁵⁷ de Marras e Cardoso (2013). Tendo em vista que estarmos em um contexto no qual é comum que trabalhadores possuam diversas funções concomitantes e distintas de trabalho, em distintos capitais que operam em distintos setores, são várias as camisas a serem vestidas. Algo como uma personalidade dissociativa parece ser exigido na sociedade atual.

Dentre as formas de Administração das Pessoas e da Força de Trabalho (APFT) analisadas neste ensaio, aquela chamada de Recursos Humanos por Chiavenato é a mais antiga e menos avançada em suas técnicas de expropriação subjetiva. O “vestir a camisa” é algo ainda mais problemático quando o regime de contratações é precário e cada indivíduo transita em *jobs*¹⁵⁸ distintos, permanecendo em cada um por intervalos mais curtos de tempo.

Assim, fazer trabalhadoras e trabalhadores vestirem a camisa é uma tarefa central e desafiadora às técnicas de domínio e administração do trabalho de modo específico e para o capital de modo geral. Fazer o sujeito se conformar aos predicados que lhes são exigidos pelo comprador da força de trabalho, ainda mais quando as condições são de precariedade de contratação, pede um abafar, emudecer e esconder do mais singular e negativo em cada sujeito. Impõe-se, assim, que se calem as resistências particulares à assimilação por uma identidade abstrata e totalitária, o que, como vimos nos primeiros ensaios, não é tarefa fácil, na medida em que a plena cobertura de um sujeito por uma identidade abstrata é impossível.¹⁵⁹

Que as tensões que permeiam os objetos empíricos investigados sejam algo similares às tensões na produção do conhecimento das quais estamos nos ocupando nesta tese talvez possa ser compreendido como um indicador de que nossos objetivos estão sendo encaminhados no

¹⁵⁷ *Stakeholder* é um termo que, no jargão administrativo, substitui ideologicamente a função do *shareholder* ou *stockholder* (que são os proprietários das ações). Sua função é dizer que agora o que importa para a administração não é mais só gerar valor acionário ou lucro, mas “gerar valor” (no sentido mais vago e corrente do termo) a todas as pessoas e grupos que possuem interesse na atividade da empresa. O que, em tese, inclui comunidades afetadas por impactos ambientais e trabalhadores. Notadamente, é uma alteração eufemística e ideológica. Todavia há uma área da gestão de pessoas voltada para “gerar valor aos *stakeholders*” como sugere o título. O que, conforme será desenvolvido na seção 4 deste ensaio, atua no sentido de capturar e cooptar militâncias e oposições críticas ao capitalismo.

¹⁵⁸ Termo do jargão corporativo, *job* se refere às funções exercidas e aos postos assumidos. Em certo sentido, fala da camisa que se deve vestir e do predicado que é imposto ao sujeito que trabalha.

¹⁵⁹ Complementando a sugestão de uma agenda de pesquisa feita na introdução (quando listamos uma variada gama de temas que poderiam ser analisados), as patologias contemporâneas, como ansiedade e depressão, parecem se relacionar com esses aspectos, ao incidirem sobre a angústia, seu silenciamento técnico e medicamentoso, o desejo, a subjetivação e os modos narcísicos de reconhecimento.

sentido correto. Afinal, não se trata de nivelar pela identidade os movimentos objetivos, mas de acompanhar e expor suas tensões e contradições por meio de um pensamento organizado.

Como visto, o materialismo histórico-dialético comporta teoria (dialética) e história, em uma unidade múltipla, que não pode ser plenamente reconciliada em uma identidade abstrata. Por exemplo, o funcionamento de um capital relativamente dominado pela esfera financeira/fictícia, que atua com o puro automatismo fetichista, é *condicionado* (no sentido de condição apresentado na seção 5 do ensaio 2) à exploração do mais-valor, que é produzido por todos aqueles que vivem da venda da FT.

Se, no ensaio anterior, finança e taxa de lucro foram relacionados, aqui nosso objeto atua sobre a ampliação e manutenção da exploração do mais-valor, condição a mais básica da acumulação. Mobilização de desejos, mais-valor relativo e absoluto e apassivamento social são meios que se relacionam com este objeto, pelas vias das disciplinas APFT. A valorização do valor, o capital em geral em seu automatismo e os elementos mais íntimos da subjetividade de uma trabalhadora ou trabalhador singular são a forma mais extrema da relação entre múltiplo e uno que tem sido nossa questão nesta tese desde seu início.

As formas sociais da Administração de Pessoas e da Força de Trabalho podem ser pensadas como processos de mediação entre objetividades sociais fetichizadas e relações sociais concretas, como definido no segundo ensaio. Aqui retorna, dos ensaios anteriores, em uma versão mais concreta, a discussão sobre a relação entre materialismo e história. Sobre isso, uma das passagens mais clássicas no pensamento marxista é a primeira tese sobre a história de Walter Benjamin, vejamos:

Como se sabe, deve ter havido um autômato, construído de tal maneira que, a cada jogada de um enxadrista, ele respondia com uma contrajogada que lhe assegurava a vitória da partida. Diante do tabuleiro, que repousava sobre uma ampla mesa, sentava-se um boneco em trajes turcos, com um narguilé à boca. Um sistema de espelhos despertava a ilusão de que essa mesa de todos os lados era transparente. Na verdade, um anão corcunda, mestre no jogo de xadrez, estava sentado dentro dela e conduzia, por fios, a mão do boneco. Pode-se imaginar na filosofia uma contrapartida dessa aparelhagem. O boneco chamado "materialismo histórico" deve ganhar sempre. Ele pode medir-se, sem mais, com qualquer adversário, desde que tome a seu serviço a teologia, que, hoje, sabidamente, é pequena e feia e que, de toda maneira, não deve se deixar ver. (BENJAMIN, *apud* LÖWY, 2005, p. 41).¹⁶⁰

¹⁶⁰ Aqui foi preferida a versão incluída no livro de Michael Löwy pela qualidade literária da tradução, em comparação com a tradução comumente utilizada de Sérgio Paulo Rouanet (BENJAMIN, 1985a).

Löwy (2005) apresenta as diversas linhas de leitura sobre tal tese de Benjamin e desenvolve a sua própria, como uma tentativa de conciliar as demais. Todavia, aqui tomamos a liberdade estético-teórica de não nos atermos a tais interpretações e operar uma inversão sobre o texto benjaminiano, que parece ser exigida pelo nosso objeto. Que o boneco, o autômato, seja o materialismo histórico e o anão corcunda seja a teologia é justamente o que precisamos inverter. Pois é imanente ao objeto da Economia Política que a multiplicidade real e imediatamente contingente seja o velado pela *aparência* (*Erscheinung*), como visto nos ensaios anteriores. Não é a unidade, representável pela teologia,¹⁶¹ que se esconde em nosso caso, pelo contrário, ela é a forma absoluta da ideologia. O que é similar às linhas de inversão entre OC e CL tratadas nos dois primeiros ensaios e determinadas pelo objeto de cada uma das teorias.

A teologia como reino do uno que pode ser ocupado pelo Espírito, Capital ou “o mercado” (no léxico neoliberal midiático), como o campo de atuação das leis de tendência e leis gerais, é o nosso autômato. Escondido, pelo fetichismo, mora o anão corcunda, a classe trabalhadora com seus corpos ortopedicamente adaptados às operações e necessidades do autômato. A corcunda do anão é, para nós, a metáfora da opressão sobre a integridade físico-psíquica de toda uma classe sujeita a deformações que servem à adaptação dos sujeitos reais ao sujeito-máquina. O sistema de espelhos e ilusões do autômato é, metaforicamente, como se relacionam o fetichismo e as ilusões objetivas que operam no âmbito da ideologia.

Este ensaio é, portanto, dedicado a entender o papel que possuem alguns mecanismos da Gestão de Pessoas de, dadas as necessidades do capital, dos capitalistas, as técnicas de administração e as singularidades dos administradores, os seus preceitos, os seus preconceitos e as suas formações técnicas, produzir sujeitos que, singularmente, assumem formas sociais de existir. Eis que o sujeito singular é uma pessoa que existe em corpo, psiquismo e socialização e todas estas dimensões de existência concreta constituem materiais de pesquisa, trabalho, administração e controle para as diversas formas específicas da APFT.

1.1 Sujeito?

¹⁶¹ Um caso anedotal sobre isso, que merece futuras investigações, é a chamada “Cidade de Deus”, sede do Bradesco em Osasco.

Em comparação com o conjunto da tese, o objeto deste ensaio contém em si a maior distância entre seu elemento uno (o capital) e múltiplo (técnicas particulares e trabalhadores e gestores singulares). Além disso, o *abismo* (*Abgrund*) da relação de sujeito está tão próximo que estão borradas as distinções entre sujeito-objeto. Em comparação com a relação sujeito-objeto, mais presente nos ensaios anteriores, aqui, qual, o que ou quem é o sujeito? A predicação dos sujeitos singulares por meio dos juízos de identidade abstrata também faz aqui sua aparição (*Erscheint*) mais concreta e prática, nos juízos de predicação impostos a cada trabalhadora e trabalhador.

Mas, sujeito-capital e sujeitos singulares não são a mesma *Coisa* nem possuem a mesma qualidade de sujeito. De princípio, já está bastante estabelecido que o sujeito-capital, sendo automático, não se orienta a fins que não satisfaçam as necessidades de manutenção ampliada da acumulação. Assim, o *telos* do capital não se converte em volição nem, tampouco, é possível falar de desejo – na verdade, trata-se mais de uma determinação proveniente de sua constituição interna do que de qualquer coisa que valha ser chamada de teleologia.¹⁶²

Já os sujeitos singulares, estes possuem desejo, trabalho, linguagem, volição e podem agir por finalidades determinadas. Mas, ao mesmo tempo, são parasitados pelo sujeito automático em todas essas dimensões e objetivamente alienados delas, ao menos quando se trata diretamente do trabalho (mas não somente, como será desenvolvido à frente). Esses singulares são sujeitos negados, ainda que sejam os únicos que possuem a capacidade *real* de serem sujeitos em todos os sentidos (mesmo que não possam ser completos)¹⁶³.

Se o autômato e o anão são sujeitos, cada um a seu modo, mas ainda assim compartilham a mesma alcunha, o que é, afinal, um sujeito?

Até o presente *momento* (*Das Moment*) desta tese, o conceito de sujeito estava sendo usado sem especificações mais profundas, baseado na ambiguidade da palavra em nossa língua entre o sujeito no sentido lógico-gramático (sujeito que age com o verbo, mas que também recebe predicados e se relaciona com objetos) e o sujeito do conhecimento. Há algo que permite que o conceito, até o momento, possa ter sido mobilizado sem definição precisa e que isso não tenha violado, em nossa análise, a sua coerência e rigor conceitual. Tal ambiguidade que assume

¹⁶² Note-se que começamos falando em *telos* e, em seguida, apontamos que ele é falso. Todavia, ele segue sendo verdadeiro em diversos sentidos. Falar em *telos do capital como sujeito automático* é uma dessas coisas que, na dialética, são *necessariamente verdadeiras e falsas*.

¹⁶³ Que o sujeito seja barrado, cindido, é algo que interessa para que as questões deste ensaio possam ser desenvolvidas em relação mais próxima com a psicanálise. Todavia, este não é um dos objetivos desta tese e, portanto, essa temática não será desenvolvida.

a palavra sujeito, na língua portuguesa corrente, é compartilhada tanto por *Subjekt*, no alemão de Adorno, Marx e Hegel e quanto por *Sujet* no francês de Lacan – e tais autores se valeram da ambiguidade da palavra em seus usos teóricos. A matriz etimológica latina de cada versão da palavra nas três línguas e o desenvolvimento cultural parecem compor para garantir a compatibilidade entre o uso conceitualmente estabelecido e o uso como palavra. Retomando, essa utilização do termo com sua ambiguidade só foi possível de ser feita até o *momento*, daqui em diante, maior precisão se faz necessária.

No caso dos referidos alemães das dialéticas da imanência, para os fins deste ensaio é suficiente nos limitarmos à explicitação das ambiguidades tácitas da língua e apontar alguma relação com o uso conceitual destas em Hegel, por não expressarem alguma distinção grave que, no *momento*, precise ser delineada. Notadamente, a questão do sujeito da história em Marx mereceria alguma análise a parte. Todavia, essa questão não é central nos recortes deste ensaio e, portanto, será relegada a trabalhos futuros. Dado tal recorte, parece ser suficiente o verbete sobre sujeito que Michael Inwood (1997) apresenta no Dicionário Hegel:

1. O sujeito, substrato ou portador de estados e atividades. Neste sentido, não se distingue claramente de SUBSTÂNCIA.
 2. O sujeito gramatical e lógico de uma oração, PROPOSIÇÃO ou JUÍZO, o portador de predicados.
 3. O sujeito ou portador de estados e processos psicológicos, o sujeito humano ou EU.
 4. O sujeito cognitivo, em contraste com o objeto de cognição.
 5. O sujeito atuante, o executante de ações e atividades, especialmente, em Hegel, o sujeito moral.
- [...] Hegel usou todos os sentidos tradicionais de *Subjekt* [acima descritos], mas o sentido 1 é mais usualmente expresso por Substanz. Subjekt contrasta com Prädikat [predicado] (sentido 2); com Substanz (sentidos 3-5); e com Objekt [objeto] (sentido 4). [...] Hegel é sensível às ambiguidades em *Subjekt*, *subjektiv* (subjetivo) e *Subjektivität* (subjetividade), especialmente em sua aplicação ao sujeito humano. (INWOOD, 1997, p. 300-301)

Mantendo a exclusão do sentido 1 acima, entende-se que a *subjetividade* (no sentido de qualidade daquilo que é sujeito) automática do capital só existe nos sentidos 2 e 5. Muito embora a ideologia e suas manifestações na mídia e no senso comum possam deixar alguma dúvida, não parece que o capital (chamado de “o mercado” em tais registros) cumpra os requisitos de 3 e 4.¹⁶⁴

Os sentidos 3 e 4 são algo que falta à subjetividade automática do capital e, por isso mesmo, constituem elementos dos quais este se apropria a partir dos sujeitos reais. A ciência

¹⁶⁴ Basta notar a recorrência bastante expressiva com a qual expressões como “o mercado está inseguro quanto ao Brasil”, “o mercado está calmo” ou “o mercado está agitado” nos noticiários, revistas e jornais.

mainstream, como visto, obedece aos princípios básicos de unidimensionalidade abstrata e cálculo, tão necessários à acumulação de valor, que é quantitativa e cuja substância é o trabalho, igualmente abstrato. O capital se vale da ciência como meio de produção e de potencialização da produtividade do trabalho. Entende-se, destarte, que o sentido 4 já foi bastante explorado nos primeiros ensaios com relação à questão da relação sujeito-objeto na produção do conhecimento.

O sentido 3, outra exclusividade dos singulares representantes do gênero humano, é íntimo, interior e, em diversos aspectos, secreto e inconsciente. A expropriação e exploração desta capacidade subjetiva, em favor do capital, é o nosso interesse aqui.

Que o psíquico e o cognitivo (sentidos 3 e 4 do verbete de Inwood) que formam os sujeitos singulares da classe trabalhadora sejam expropriados pelo capital é algo que enriquece sua aparição¹⁶⁵ como sujeito metafísico, como entidade sobrenatural. Contraditoriamente, é por meio da exploração e do parasitismo sobre o que há de mais exclusivamente humano e singular que ele alça alturas novas no céu da ideologia, voos que o *transformam*, objetivamente, em uma *aparição* sobrenatural com ares de super-sujeito, como aborda Christopher Arthur (2016). Este sujeito pode ser ideologicamente percebido como super-benéfico ou super-maléfico, como o mercado da mão-invisível que equilibra os interesses de agentes livres ou como o “demônio do capital” do qual Arthur (2016, p. 244-271) falou. Se divino ou demoníaco, é uma predicação que parece depender de interesses subjetivos-objetivos¹⁶⁶ do sujeito da determinação.

Independentemente de quais sejam seus predicados ideologicamente estabelecidos, o capital, nas *formas sociais* através das quais faz suas aparições, é “coisa sensível suprassensível [*sinnlich übersinnliches Ding*]” (MARX, 2013, p. 146). As palavras de Marx sobre o fetichismo da mercadoria invertem a ordem dos predicados que Mefistófeles atribui a Fausto como um galã supra-sensível sensível¹⁶⁷ – “*übersinnlicher sinnlicher Freier*” (GOETHE, 2004, p. 390-391). Tal inversão, vinda de Marx, dificilmente pode ser interpretada como algo casual.

¹⁶⁵ Aparição aqui tem o sentido conceitual de *Erscheint*, mas a ambiguidade lusófona com algo fantasmagórico não é casual.

¹⁶⁶ Aqui poderia, por exemplo, ser explorada a questão de como os interesses subjetivos, isto é, relativos às formas de agir como sujeito, são objetivamente postos pelas relações sociais e, neste caso específico, relações sociais de produção e de classe social. Todavia, para desenvolver todos os pontos relevantes que são abertos pela relação de sujeito seria necessário, no mínimo, outro ensaio.

¹⁶⁷ Ainda que a tradução de Jenny Klabin Segall seja um cânone e impecável enquanto tradução poética, aqui nos importa mais o rigor conceitual e a relação com OC. Assim, para manter a coerência com a tradução de OC e facilitar a compreensão, a tradução foi excluída e somente a parte em alemão desta edição (bilingue) foi utilizada.

A subjetividade real (aquela que existe nos seres humanos singulares, nas pessoas) tende a ser vista em nossa cultura como algo que se opõe ao objetivo, algo que deve ser evitado. Por exemplo, dizer para alguém: “sua análise é subjetiva demais” é algo que, no uso corrente do senso comum e do *mainstream* científico, deslegitima a dita análise por, em tese, ser carente de relação com a objetividade. O valor da teoria do valor-utilidade da economia vulgar, ao contrário, é dito como *subjetivo*. Se a análise feita por um ser humano deve ser *objetiva* e, dentro do mesmo paradigma científico, o valor das mercadorias é algo *subjetivo*, então parece que o fetichismo da mercadoria também faz *aparições* (*Erscheint*) na relação sujeito-objeto da cognição (o ponto 4 do dicionário de Inwood).

A qualificação de que subjetivo se oponha a objetivo é algo a que Hegel, ainda que explore a ambiguidade e a contradição da relação sujeito-objeto, é refratário, segundo Inwood (1997, p. 301): “a oposição de subjetividade à igualmente ambígua objetividade é estranha a Hegel”. Assim, que o capital exproprie o direito de os *sujeitos* agirem como sujeitos – isto é, *subjetivamente* – e incorpore ideologicamente a *subjetividade* como característica do valor, sua própria essência, é a *forma geral* daquilo que as técnicas de APFT são as *formas sociais* específicas de manifestação e existência concreta-singular.

Este é o sentido de todo movimento objetivo-subjetivo por detrás da inversão que *põe* sujeitos (reais e humanos) como objetos das objetividades que produzem (mercadorias). Estas objetividades, de objetos múltiplos, se convertem em um sujeito uno e abstrato: o capital. Mas este já era o movimento do capital no século XIX, tal como descrito por Marx. As *formas sociais* atuais das técnicas de APFT elevam tal movimento a um nível superior: o nível da expropriação das qualidades interiores, psíquicas e cognitivas dos sujeitos reais. A consequência *lógica* da expropriação é a apropriação, pelo capital, daquilo que foi expropriado. Mais do que trabalho abstrato, o capital se eleva a expropriar o *interior negativo* dos sujeitos reais, seu *gênio*.

Giorgio Agamben tem um pequeno texto sobre o conceito de gênio que pode auxiliar nas consequências da estética da produção que animou o jovem Marx e, como gostaria de defender, pode ser pressuposta na obra do Marx da maturidade. Agamben lembra que os latinos chamavam *genius* o deus ao qual todo homem é confiado, sob tutela, na hora do nascimento. Resultado da afinidade etimológica entre gênio e gerar. Por isso, *genius* era, de certa forma, a divinização da pessoa, o princípio que rege e exprime toda sua existência. (SAFATLE, 2015, p. 259)

Por meio da apropriação desse “divino” da pessoa, o capital pode se revestir e se apresentar como a divindade única, produzindo mais uma de suas perniciosas inversões.

Todavia, como o capital não é, de fato, um sujeito, caberá neste ensaio investigar como os sujeitos reais se ocupam de tal tarefa e expropriam o próprio gênio pessoal em favor de um falso deus (não sendo nem deus, nem sujeito real), no maior sacrifício humano em massa da história da humanidade.

1.2 Sujeito do quê?

No *momento* anterior da *exposição*, o que, neste caso quer dizer a subseção anterior, poderia ser depreendido que “ser sujeito” fosse uma característica de algo, neste sentido, poderia ser compreendido que “sujeito” é predicado de alguns entes. É *contraditório* com a própria complexidade da relação entre sujeito e predicado que *sujeito* seja um predicado que possa ser atribuído aos entes. Como todo *momento* da verdade, o *momento* anterior deverá mostrar sua inadequação. A abordagem do dicionário de Inwood, embora nos auxilie em um primeiro momento, parece induzir a uma compreensão da questão do sujeito como mais próxima da noção de *substância* do que nossa leitura de Hegel sugere.

Para *aprofundar* um pouco mais a questão do sujeito para além do que poderia ser compreendido como substância, alguma relação com a psicanálise pode ser utilizada, mesmo que não seja possível adentrar profundamente nesta tese no âmbito do conceito de sujeito para a psicanálise. Tal conceito permeia, no mínimo, toda obra de Jacques Lacan,¹⁶⁸ além de ser central na disciplina como um todo e possuir desenvolvimentos complexos e negativos relacionados a outros conceitos igualmente complexos, como o de angústia, desejo, Outro, objeto pequeno a etc. Todavia, o que nos faz, mesmo assim, mobilizar ainda que de forma mais rasa a psicanálise é que aí o conceito de *sujeito* foi desenvolvido em sua relação com a *singularidade* determinada dos seres humanos de um modo que não estava *posto*, ainda, nos autores das dialéticas imanência.

Os elementos psíquicos do conceito de sujeito ultrapassam em muito o que pode ser exposto aqui, mas trata-se de algo que merece uma pesquisa dedicada, em relação aos desenvolvimentos feitos nesta tese. *Aprofundamentos* na relação do que será exposto neste

¹⁶⁸ Antonio Cabas afirma que em Freud a noção de sujeito, embora sempre presente, é implícita e que “toda a obra de Lacan é um debate em torno da noção de sujeito.” (CABAS, 2009, p. 14) Assim, fica evidente a impossibilidade de adentrar, com o rigor necessário, as profundezas do conceito de sujeito em Lacan neste ensaio.

ensaio com os meandros do conceito de sujeito para a psicanálise permitiriam *afundar* (zu *Grund gehen*) ainda mais o conceito de sujeito nos *fundamentos* da relação de capital. Isto seria derivado de um detalhamento na compreensão de que o capital como sujeito automático é *posto* a partir da relação reflexiva com as *bases* (*Grundlage*), singularmente compostas por trabalhadoras e trabalhadores. Esta investigação sugere que opera no capitalismo recente uma expropriação daquilo que a psicanálise chama de economia libidinal, que a pesquisa em psicanálise pode ajudar a desvendar. Alguns poucos pontos desta questão serão apresentados neste ensaio, em seus *modos de exposição* mais simples para que, em outra investigação, sejam desenvolvidas suas determinações na sequência do *retorno ao fundamento*.

Para os fins da breve compatibilização entre a psicanálise lacaniana e os desenvolvimentos desta tese¹⁶⁹ (que, em nossa análise, são epistemologicamente compatíveis por princípio), podemos notar, a partir de Cabas (2009, p. 15, grifos meus), que

O objetivo [do conceito de sujeito] é epistêmico, propósito que nos leva a uma importante consideração. A saber, que *para o discurso analítico o sujeito é uma função. Não uma substância*. Em consequência, *a pergunta que lhe convém não é ‘quem ele é’, e sim ‘no que ele’ se encarna*, ou também ‘onde e como’ ele se materializa. [...] a *noção de sujeito* denota duas coisas: uma função e um referente clínico. A função concerne ao campo epistêmico. O referente clínico, à prática da cura.

Mais do que *função*, cabe aqui partir de Hegel e da CL e tratar do sujeito como uma das formas do negativo, sendo o *trabalho do negativo* algo que constitui a ação do sujeito. Desde a primeira ocorrência do conceito de sujeito na *Doutrina do Ser*, Hegel afirma que “O negativo do negativo é, como *algo*, apenas o início do sujeito” (HEGEL, 2016, p. 120), este algo, por sua vez “é a primeira negação da negação, como simples relação consigo que é.” (*IDEM*).

É a própria *Coisa* da qual falamos e que, nas palavras de Hegel algo da aura do autor opera e faz parecer como se esse “algo” fosse alguma coisa de conceitual, espiritual. Mas é o algo, a coisa mesma, que estabelece essa relação negativa consigo mesma (porque nunca deixa de ser não-idêntica, em vários sentidos. A Coisa não é o sujeito, mas é o seu princípio, que surge quando a negação da negação entra em cena.

A aparência de que a noção de sujeito seja algo mais próximo da substância é algo que pode ser atribuído ao seu princípio coisal, que é a própria razão (*Grund*) para o modo de aparição do sujeito no interior dos movimentos do *logos*. Na CL, Hegel apresenta o sujeito como a própria *superação* (*Aufhebung*) da *existência e da substância*: “Esta infinita reflexão

¹⁶⁹ Para uma introdução à relação entre Lacan, Adorno e Hegel, cf.: (SAFATLE, 2017, p. 29-41)

imane – de que o ser em si e para si só pode ser tal se estiver posto – é a *consumação da substância*. Mas esta consumação não é mais a própria *substância*, mas alguma coisa mais elevada, o *conceito*, o *sujeito*.” (HEGEL, 2015, p. 511, itálicos meus).¹⁷⁰

Dada a limitação que nos impede de adentrar muito profundamente nos terrenos da psicanálise, novamente partimos de Marx, do conceito de capital e das formas do movimento da CL, como na última seção do segundo ensaio. Esse modo de exposição visa o pensamento hegeliano como elemento que compatibiliza a experiência dos sujeitos reais com a nossa matriz de uma dialética orientada pela imanência e pela negação. Sobre isso, Safatle (2006, p. 30-33) avalia que a raiz hegeliana, comum a Adorno e Lacan, instaura uma articulação reflexiva entre sujeito e negatividade e põe o sujeito como o lugar da não-identidade.

O próprio contexto no qual o *sujeito* está inserido é um *objeto* sobre o qual esse sujeito pode se *efetivar* (*Wirklich*), a partir de sua *potência absolutamente negativa*, pois cada *sujeito* é *sujeito* de *algo*. Nesse algo, no contexto dado, ele vive como ação de posição, ele põe na *existência* algo que antes somente existia como *potência* de vir a *existir*. Através do trabalho do negativo, o *sujeito* também põe a si mesmo como o *sujeito* daquilo que ele põe. *O sujeito põe a Coisa e a Coisa põe o sujeito como sujeito de sua posição*. O que é algo que Hegel chamou de auto-posição do sujeito. Na dimensão do *ser*, o sujeito é *ser em si e para si*, pois existe em alguma manifestação (existe em si) e se relaciona consigo mesmo (existe para si).

Nos termos específicos que nos interessam aqui, *o capital como sujeito automático* é o sujeito do modo de produção capitalista (seu próprio contexto), da acumulação (seu processo) e da relação de capital. Em suma, ele é sujeito de si mesmo. Assim, o modo prioritário de subjetividade do capital é o auto-interesse narcísico que os liberais clássicos e os neoliberais apontam como modo de subjetividade *natural* do ser humano. Aqui, e em toda a tradição que se desenvolve a partir de Marx, pode ser interpretado que esse auto-interesse narcísico é posição e necessidade social do capital.¹⁷¹

¹⁷⁰ “This infinite immanent reflection – that the being-in-and-for-itself is only such by being a positedness – is the consummation of substance. But this consummation is no longer the substance itself but is something higher, the concept, the subject” (HEGEL, 2015, p. 511).

¹⁷¹ Cf.: “política liberal te[m] por horizonte: ‘o homem novo definido pela procura de seu interesse, pela satisfação de seu amor-próprio e pelas motivações passionais que lhe fazem agir’. Interesses constituídos pelo jogo social de identificações e concorrências, pelo desejo do desejo do outro. [...] A perspectiva contratualista eleva a *pessoa* à figura fundamental da individualidade social. [...] Compreender a vida social para além desse horizonte emergencial será, necessariamente, colocar em questão o modo de reconhecimento que determina os sujeitos como indivíduos e pessoas.” (SAFATLE, 2015, p. 19-20) Esta seção do livro de Safatle aborda a questão do medo e da insegurança como afetos mobilizadores em nossa sociedade, o recorte dos trechos deve-se à necessidade de buscar não confundir o leitor com algo que está fora do nosso objeto mais imediato.

A primeira das formas de sujeição dos sujeitos reais à subjetividade automática do capital decorre (muito antes da existência da APFT) dessa imposição ideológica do ideal de que é natural que eles se comportem como indivíduos (a forma social capitalista de naturalização do sujeito real, por excelência) egoístas, calculistas, otimizadores e auto-interessados. Se os sujeitos não se comportam de tal maneira, a sociedade está legitimada a repreendê-lo e designá-los como *outsiders*.

Esse “si mesmo” do capital também não é uma substância, mas um modo de *manifestação* de relações sociais de produção e reprodução de coisas, mas também produção e reprodução dessas mesmas relações sociais. É sujeito de um processo social que opera na contingência, por meio de suas *formas sociais* de manifestação.

O outro lado, a acumulação, da qual o capital é sujeito automático, é a *expropriação do proletariado e a exploração do mais-valor* – o que implica a apropriação para si daquilo que é explorado e expropriado. A apropriação, por sua vez, é *posta* na prática pela produção e coordenada pela ideia humana que comanda a atividade de produção e apropriação dos objetos.

O comando e coordenação da produção, reprodução e apropriação é composto, entre outras coisas por toda a atividade administrativa, o que inclui a APFT. De *sujeito da apropriação do trabalho*, o capital se converte, portanto, em *sujeito e senhor dos sujeitos que trabalham*, sujeito e senhor da ideia que coordena o trabalho, da natureza sobre a qual o trabalho age e dos produtos do trabalho. E todos esses elementos, de algum modo, são convertidos em mercadorias, possuidoras de valor de troca e parte própria do capital – tudo que é apropriado se torna propriedade e próprio de seu proprietário. Melhor dizendo, o capital só é sujeito se for, no mínimo, senhor dos sujeitos múltiplos e reais.

As técnicas de APFT podem ser compreendidas, portanto, como meios de produção e reprodução de relações sociais vitais à reprodução do capital que, além de ser acumulação, também é relação social de exploração do trabalho. Tal reprodução é a garantia de que a acumulação e as relações sociais que a sustentam sejam instadas na má infinidade daquilo que não cessa de se repetir.

Para ser o sujeito automático da subordinação do gênero humano, sobretudo da classe trabalhadora, o capital é *condicionado* à subordinação que ele próprio implica. Tal relação de *condição* é análoga àquela que *condiciona o fundamento* àquilo que ele próprio *funda*, como exposto na seção 5 do ensaio 2. Tal analogia reforça os sentidos por detrás dos desenvolvimentos desta tese sobre a relação entre OC e CL. Enquanto *negativo*, porque *sujeito*,

o capital é negação da subjetividade própria aos sujeitos subordinados – é sua expropriação. Estes sujeitos subordinados, *sujeitos negados*, por sua vez subordinam o objeto sobre o qual trabalham à ideia que governa o processo de trabalho e, ao mesmo tempo, precisam se subordinar a essa mesma ideia que é praticamente trabalhada, pois

Quem diz “subordinação” diz imposição de uma norma a algo que lhe seria naturalmente refratário. *A vontade humana precisa ser subordinada à ideia trabalhada porque ela pode, a todo momento, subvertê-la, desertá-la.* Há uma característica negativa da vontade presente na *capacidade que tenho de flertar com a indeterminação* através do que Hegel chamou um dia de trabalho do negativo. (SAFATLE, 2015, p. 246, *itálicos meus*)

O que está posto aqui é um circuito de subordinações análogo ao circuito *fundamento-fundado-condição* que antecede (logicamente, não cronologicamente) a posição da essência como existência. Retomando, do mesmo modo que é possível aos sujeitos reais subverterem e desertarem das ideias que comandam o trabalho, é possível que eles subvertam, desertem e enfrentem o capital. A potência negativa dos sujeitos reais consiste justamente na possibilidade de negar sua negação, efetivada pelo capital. Que a exploração, alienação e miséria da classe trabalhadora reforcem essa tendência é componente *essencial* da contradição capital-trabalho, que se manifesta como lei tendencial de conflitos, confrontos, rebeldia, sofrimento e tentativas de revolução. É o próprio elemento que possui a potência de destruir a relação de capital como modo estruturante das relações sociais.

Como analisado no ensaio anterior, toda lei de tendências produz suas contratendências a partir das contingências do dado período histórico. A APFT possui como um de seus intentos originários o aumento da intensidade do trabalho, do mais-valor relativo – como uma análise dos *experimentos de Hawthorne* sugerem.¹⁷² Portanto, ela também pode ser compreendida como um tipo de contratendência à queda na taxa de lucro – o que sugere a necessidade de outra investigação focada nesta questão. Todavia, essas técnicas constituem também uma contratendência que está diretamente relacionada ao objeto deste ensaio: elas contrariam as tendências dissolutivas provocadas pela contradição capital-trabalho, pela luta de classes e, sobretudo, pelo elemento negativo da subjetividade humana.

¹⁷² Experimentos realizados entre os anos 1920 e 1930, por Elton Mayo, na fábrica *Hawthorne Works* (da *Western Electric*) para avaliar o impacto do aumento da luminosidade sobre a produtividade dos trabalhadores e que descobriram que as alterações observadas deviam-se não à mudança objetiva efetuada nas condições de trabalho, mas ao fato de os trabalhadores saberem que estavam sendo objeto de estudos. Esses experimentos são consideravelmente importantes na fundação das disciplinas do campo da APFT.

Podemos chamar de *tendências dissolutivas* do modo de produção capitalista todas as tendências que colocam em risco a manutenção da consistência, da estabilidade e da reprodução ampliada do capital no interior desse modo de produção - como a lei da queda na taxa de lucro e as contradições na luta de classes e entre capital e trabalho. Como a sustentação do capital é *toda* dada por relações sociais entre seres humanos e, sobretudo, tem como *base* (*Grundlage*) a exploração da classe trabalhadora, o *locus* privilegiado para observar movimentos contratendências é essa própria classe. A APFT opera justamente manipulando, explorando, dominando e controlando a força de trabalho, com o intuito de aumentar produtividade, competitividade, lucratividade e representatividade na competição. Podemos dizer, então, que *a APFT é a forma social de contratendência a diversas tendências dissolutivas da relação de capital – não somente à queda na taxa de lucro.*

A ampliação da expropriação subjetiva realizada pela APFT é o elemento de interesse substancial, pois ela constitui uma importante mediação entre as subjetividades reais e a subjetividade automática, entre o uno e o múltiplo da relação de capital.¹⁷³

O ato da APFT, como posição efetiva da técnica, é efetivado por quadros gestores, trabalhadores da gestão (que não chegam a serem quadros) e técnicos e funcionários operacionais das atividades de gestão. Estes últimos dois, são compostos por trabalhadoras e trabalhadores que vão desde o funcionário que controla as folhas de pagamento ao técnico em testes psicológicos de alguma agência de empregos, passando por uma enorme variedade de especialistas e *freelancers*. A mercadoria que este tipo de trabalho produz é a servidão e a produtividade ampliada da classe trabalhadora, que *mantém e constitui infinitamente* (no mau sentido, o da má infinitude) *o capital como senhor e sujeito do modo de produção capitalista.*

1.3 Sujeito a quê?

¹⁷³ Sobre a expropriação psíquica, cf.: “Por mais paradoxal que isso possa parecer, superar o trabalho alienado é indissociável da capacidade de permitir que o estranhamento circule como afeto do mundo do trabalho. Estranhamento não como *Entfremdung* (uma péssima escolha de tradução, dessas que é difícil perdoar), mas como *Unheimlichkeit*. Há uma espoliação no mundo do trabalho que não é apenas a *espoliação econômica do mais-valor*, mas é *espoliação psíquica do afeto de estranhamento*. O mesmo afeto que define a possibilidade de relação do sujeito consigo para além das ilusões de transparência reconquistada pela consciência” (SAFATLE, 2015, p. 234-235).

Se o capital é sujeito de diversos contextos e objetos, os sujeitos reais também o são. Todavia, muito da dimensão psíquica que constitui o humano como sujeito é expropriada pelo capital, e as técnicas da APFT, objeto deste ensaio, são algumas das *formas sociais* desta expropriação. Até este momento da exposição, muito foi exposto sobre os aspectos da *subjetividade* do capital e pouco sobre a dos sujeitos reais. Esse desbalanço não diz respeito somente a algum desvio na direção ao objeto central do ensaio. Esses aspectos da subjetividade de sujeitos possuidores de psiquismo (o que não é o caso do capital) são relevantes aqui não em sua presença, mas em sua falta, em sua expropriação ou espoliação. Que a falta esteja presente no texto é algo que também indica a presença da *falta* no objeto.

Este ensaio tem por objeto a *reflexividade* entre capital-sujeito e sujeitos negados, no contexto de uma tese que tem por objeto o uno e o múltiplo nas determinações do processo histórico para a Economia Política. Logo, se na primeira e segunda subseções colocou-se o foco no aspecto de sujeito do capital com a pergunta, ele é sujeito do que, esta, por sua vez, vai colocar o foco (como também o faz o restante do ensaio) na *forma social* da *negação* dos sujeitos reais. A pergunta aqui é: a que devem se sujeitar os sujeitos reais para que o capital se apresente (*Erscheinung*) como sujeito de si mesmo?

Antes de prosseguir na direção da pergunta anterior, é necessário fazer mais um desvio de caráter metodológico-expositivo, sem o qual talvez seja perdido o contato com a dimensão mais palpável do objeto deste ensaio. O trecho seguinte, separado por duplo parágrafo tanto em seu início quanto no retorno ao objeto do texto, está organizado como fluxo de pensamento dialético. Os raciocínios se seguem um após o outro de acordo com o movimento de negação determinada de alguns aspectos do argumento anterior, incorporando-os em movimento de *superação* (*Aufhebung*). Com isso, busca-se mais uma vez expressar textualmente de modo explícito o sentido de alguns modos de exposição da dialética, além de manter a imanência ao objeto deste desvio orientado à precaução conceitual: o discurso científico.

Na mediação entre a subjetividade automática do capital e a subjetividade negada dos múltiplos núcleos singulares da classe trabalhadora (trabalhadoras e trabalhadores) existe a unidade corporal-psíquica de cada ser humano. Todavia, parece existir uma barreira para que uma exposição científica consiga expressar esses elementos em suas teorias. Ainda que utilizemos termos bastante explícitos para falar dos seres humanos, parece que a posição social

que ocupa o discurso científico obscurece o caráter propriamente *negativo e real* de uma singularidade encarnada (e encarnação aqui se remete diretamente a algo que existe em um corpo carnal, orgânico).

Algo parece fazer com que tais determinidades do desenvolvimento conceitual pareçam distantes daquilo ao qual se remetem: à objetividade tangível de cada ser humano, palpáveis como são o autor, a orientadora e os leitores desta tese. O que ocorre mesmo em termos como: orgânico; encarnado; singularidade e subjetividade. Talvez isso tenha que ver com o impacto da neutralização do efetivamente subjetivo e contraditório pela ciência *mainstream* e com uma tendência a tratar elementos conceituais com certo ar metafísico, como algo que, por princípio, deva estar muito distante daquilo que realmente é vivido. Mas, a dificuldade persiste também fora das restrições do *mainstream*. De onde viria então o problema?

Considera-se que o desafio de transmitir algo de mais tangível e próximo por meio do discurso científico se relacione com alguns dos argumentos desenvolvidos nesta tese: a identidade abstrata, que se mostra como forma absoluta da ideologia, o fetichismo da mercadoria e sua conseqüente coisificação das relações sociais e subjetivação das relações entre coisas e, por último, com a *aparência (Erscheinung) una das formas sociais*, de modo geral.

Entretanto, além das razões deletérias acima, a exposição conceitual necessariamente deve buscar refletir algo da universalidade e da unidade, mesmo em objetividades da ordem do múltiplo-contingente. Assim, não é o caso de impor uma negação abstrata, uma rejeição direta e sem mediações do elemento “*aurático*” que surge no desenvolvimento conceitual, como foi destacado em toda a tese. Esse elemento conduz a multiplicidade da experiência empírica a manifestar-se teoricamente como *um uno*, como algo que está distante da imediatidade do *sensível* e que pode ser interpretado como *determinação negativa das Coisas à indeterminação* – em outras palavras, trata-se de uma resistência a que elas apareçam diante de si mesmas como *indeterminadas e contingentes*. Estas, do mesmo modo que se negam a serem limitadas por qualquer identidade, também são refratárias ao completo isolamento da pura contingência, da indeterminação e da não-predicação abstrata. Ao nomear *uma* dada multiplicidade com a mesma palavra e, mais ainda, ao elaborá-la conceitualmente, o *uno* necessariamente se manifesta no nível do discurso científico.

Mas, neste ensaio é importante frisar que esse elemento mais próximo, contingente, singular e encarnado em cada ser humano é um dos focos centrais, ainda que, *na forma conceitual*, a universalidade esteja necessariamente presente. O caso dos termos *Coisa* e *coisal* é bastante expressivo, pois o aval para utilizá-los foi dado pela referência direta a Hegel e

Adorno. Sem o aval de autores do panteão dos grandes intelectuais da história humana, provavelmente ambas as palavras sofreriam rejeição no debate acadêmico, com alguma alegada impropriedade com relação à escrita acadêmica. Que tantos elementos auráticos¹⁷⁴ sejam necessários para assegurar o direito de uso de palavras que evocam oralidade – seja pelo uso corrente da língua, seja pelo neologismo – parece compor a dificuldade de transmitir a tangibilidade de um conceito no discurso científico.

No entanto, é essencial expor a contradição do argumento acima. Formulações científicas que se oponham exteriormente ao caráter uno do conceito tendem a recair no problema oposto: aparentar simplicidade e facilidade tais que o próprio fazer científico parece perder o sentido. Como citado anteriormente, "toda a ciência seria supérflua se a *forma de manifestação* [*Erscheinungsform*] e a *essência* [*Wessen*] das *coisas* coincidisse *imediatamente*" (MARX, 2017, p.880). Com efeito, todas estas ressalvas metodológicas foram feitas para sublinhar que, neste ensaio, os termos “mais *coisais*”, no *fundo* (*Grund*) buscam expressar o núcleo mais *basal* (que vem da *base*, *Grundlage*) da *Coisa em si*. Contraditoriamente, e a contradição é aqui necessária, enfatiza-se também o oposto: os mesmos elementos seguem mantendo seu registro de unidade conceitual.

Essas precisões terminológicas, mais do que simples defesas contra possíveis acusações, buscam dar conta da complexidade que surge do fato de que este ensaio é, como dito anteriormente, a forma mais desenvolvida e mais complexa, dentro do conjunto desta tese, de relação entre uno e múltiplo. Por essa razão, novamente é mobilizado aqui, de modo extenso, o conjunto da exposição anterior, com ênfase em suas *formas de aparição* (*Erscheinungsform*) distintas das anteriores, o que pode dificultar a compreensão, mas, ao mesmo tempo é algo necessário de ser feito, dado que tais *manifestações* estão em outro *momento*, mais próximo da concretude. Retornemos então ao objeto do texto.

Quando os sujeitos reais se sujeitam ao capital pelas vias da APFT, ao que eles estão se sujeitando? Para contrariar as tendências dissolutivas que surgem da própria classe trabalhadora, a fração administrativa da classe exerce poder, disciplina e controle sobre os

¹⁷⁴ “Em suma, o que é aura? É uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja” (BENJAMIN, 1985b, p. 170). Provavelmente é algo que aparenta (*Schein*) estranheza que esta definição não tenha sido feita na primeira ocorrência do termo. O conteúdo desta citação, o posicionamento dela no texto e o fato de que ela se faz necessária para que o termo *aurático* possa ser utilizado constituem um exemplo do argumento defendido.

demais. Ser controlado, dominado e manipulado não é algo que ocorra sem provocar altos danos subjetivos. Assim, trata-se neste ensaio de fazer um encaminhamento que segue de algum modo o que propõe Safatle (2016, p. 194):

Seria então necessário perguntar sobre o impacto dessas transformações na corporeidade, ou seja, perguntar *como as modificações do corpo social produzem mutações na corporeidade dos sujeitos, como corpo social e corpo subjetivo nunca foram indiferentes*.

Como já foi dito, o objetivo deste ensaio é relacionar algo da ordem das leis gerais do capital, das relações de poder e de exploração, com dinâmicas subjetivas em termos de apropriação de instâncias do psiquismo e de sofrimento socialmente produzido – ainda que a extensão da questão psíquica não possa ser adentrada. Mais do que elaborar o discurso econômico sobre a alienação, o fetichismo e a exploração, é importante ter em mente como esses elementos provocam sofrimento em todos nós que vivemos sob a égide dessas relações de poder. Mas, também é relevante observar os requintes de crueldade e cinismo¹⁷⁵ com os quais, muitas vezes, as técnicas de APFT são elaboradas e aplicadas, como pôde ser observado em alguns manuais e livros sobre a disciplina.

Podemos encontrar um claro exemplo desse cinismo no livro de Marras e Cardoso (2013), que aborda Gestão de Pessoas e que será melhor desenvolvido na terceira seção. Normalmente, a leitura de Michel Foucault, sobretudo em obras como *Vigiar e Punir*, é feita no sentido de criticar as práticas disciplinares e as formas de controle dos sujeitos reais. Safatle, por exemplo, referencia-o no sentido de encaminhar a proposta supracitada: “no estágio atual do capitalismo, temos um deslocamento dos regimes disciplinares e de controle que pode ser esclarecido se nos atentarmos à forma peculiar como identidades subjetivas são atualmente produzidas” (SAFATLE, 2015, p. 194). No citado livro, no entanto, a obra é utilizada com o intuito de fornecer a quem está encarregado da APFT instrumentos capazes de alcançar seus objetivos.

Como já observado anteriormente, a APFT parece operar sobre duas contradições básicas do modo de produção capitalista, a contradição capital-trabalho e aquela referente à relação entre a tendência decrescente da taxa de lucro e as contratendências. Com relação à tendência decrescente, analisa-se que a APFT além de ampliar a produção de mais-valor

¹⁷⁵ No sentido propriamente teórico do termo cinismo, cf. (SAFATLE, 2008). Resumidamente, e lembrando que podemos entender a ideologia, tal como postulada por Marx, como falsa consciência, podemos entender a razão cínica como uma espécie de “falsa consciência esclarecida”, uma posição ideológica que perde sua eficácia para modificar predisposições de conduta. A esse respeito, cf. também ARANTES (2004).

relativo, pelos mecanismos de motivação e engajamento que aumentam a produtividade, ampliam também a capacidade de exploração de mais-valor absoluto. Este último, por sua vez, surge também como resultado da motivação, aliada à criação de instalações físicas apropriadas à permanência de trabalhadores no local de trabalho e ao uso de tecnologias de trabalho remoto e trabalho integral. Com tais recursos, as regulamentações sobre a jornada de trabalho (caso existam e se apliquem à forma específica de contratação) se tornam letra morta e a classe trabalhadora, muitas vezes sem perceber, trabalha muito além daquilo que ela é contratualmente paga para trabalhar.

Com relação à contradição capital-trabalho, a APFT se apropria de modo instrumentalizado das ciências de base sobre as quais se estrutura (sobretudo sociologia e filosofia) com a finalidade de *administrar* as relações sociais das pessoas com os capitais particulares e com o capital em geral como sujeito. Vale lembrar que o termo *administrar* é utilizado aqui em um sentido mais amplo do que o sentido técnico dos manuais. Trata-se de um termo que se torna conceito na medida em que são observados seus procedimentos e resultados. O conceito de administração remete aos desenvolvimentos iniciados por Adorno e Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento* e desenvolvidos ao longo de toda a produção teórica de Adorno.

Começamos pela relação da APFT como aparato administrativo a serviço de repor a taxa de lucro. Buscamos, cabe ressaltar, manter o cuidado de apresentar um modo de realizar essa tarefa sem recair em economicismos, o que poderia pressupor a busca imediata por lucro como *causa sui* da criação da disciplina de gestão de pessoas. Também não se tratar de recair no unilateralismo oposto a esse, em outra hierarquização causal, igualmente danosa, de uma suposta prioridade de alguma das dimensões da sociabilidade humana, como a política, a cultura, o psiquismo, o desejo etc. determinando unilateralmente as demais.

Como não se trata de afirmar a existência de um conluio organizado de poucos e grandes capitalistas pensando em estratégias globais de recuperação da taxa de lucro de todos os capitais, mas de capitais individuais buscando melhorar as suas próprias lucratividades particulares, as tecnologias para isso podem vir dos próprios departamentos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) do capital individual e, neste caso, tendem a demorar um tempo maior para serem copiadas pela concorrência e atuarem de maneira estável e generalizada. No entanto, alguns elementos igualmente particulares podem agir de modo mais diretamente conectado com a universalidade do capital em geral, quais sejam: universidades, empresas que financiam pesquisas (que, mesmo possuindo alguns privilégios, não possuem um controle tão absoluto quanto no caso de um departamento interno de P&D), autores e pesquisadores individuais e

agentes capitalistas dentro do Estado burguês de direito, só para citar algumas das possibilidades.

Mas o fato concreto demarcado aqui é o aspecto contingente e particularmente auto-interessado do surgimento de contratendências gerais. Alguma dimensão da *ordem espontânea do liberalismo clássico* (vulgarmente chamada de mão invisível), parece funcionar para a acumulação do capital como um todo. Mesmo que se trate de uma tecnologia produtiva particularmente produzida, esta tende a ser difundida entre os capitais atuantes. A competição no mercado, a espionagem industrial, a cópia e os desvios que os grandes capitais conseguem fazer das legislações de patente são alguns dos recursos que transportam desenvolvimentos particulares para o capital em geral.

Esses movimentos atuam tanto na tendência decrescente, quanto nas formulações mais particulares de estratégias contra-tendências. Com a APFT não é diferente. Observemos o que diz a abertura do manual de gestão de pessoas de Chiavenato razões de existir da gestão de pessoas:

As organizações são verdadeiros organismos vivos e em constante ação e desenvolvimento. [...] O crescimento [das organizações] acarreta maior complexidade dos recursos necessários às suas operações [...] E, *de lambuja*, provoca o aumento do número de pessoas, bem como a necessidade de intensificar a aplicação de conhecimentos [...] indispensáveis à manutenção e a competitividade do negócio. [...] *As pessoas* passam a significar o diferencial competitivo que mantém e promove o sucesso organizacional: elas *passam a ser a competência básica da organização, a sua principal vantagem competitiva em um mundo globalizado, instável, mutável e fortemente competitivo*. (CHIAVENATO, 2014b, p. 5, itálicos meus).

O ensaio anterior se ocupou de contextualizar e pôr em movimento o projeto dialético no nível concorrencial e político de uma lei geral de tendências. Este ensaio também se relaciona indiretamente com o tema ao entender que a APFT pode atuar como uma das contratendências à queda na taxa de lucro. As contratendências podem surgir, inicialmente, na contingência da realidade e, ao serem compatíveis com as necessidades gerais, fazerem seu caminho retroativo *via forma social* e adentrarem os fundamentos sociais necessários para contradizer a queda na taxa de lucro e manter a acumulação capitalista.

Mas o capital não se sustenta somente por relações puramente econômicas, nem por relações que operam somente na escala macro dos capitais globais. Sujeitos singulares, sobretudo da classe trabalhadora, devem manter lubrificadas e funcionais as engrenagens da dominação capitalista e isso deve ser mantido na singularidade das relações sociais de produção concretas.

Como já observado, o capital só se constitui num sujeito automático unidimensional, que visa somente a própria valorização desmedida parasitando a subjetividade real da classe que vive do trabalho. O universal abstrato de um sujeito automático otimizador, egoísta e maximizador de seus próprios interesses é um tipo subjetividade que o raciocínio econômico *mainstream* atribui todas as pessoas, entendidas indistintamente como *homo oeconomicus*. Que o capital haja como esse *homo oeconomicus* é algo que depende das singularidades dos sujeitos que fornecem a própria substância da qual ele se apropria e por meio da qual ele se valoriza: o trabalho abstrato. Mas os sujeitos reais existem e se diferenciam qualitativamente no trabalho concreto – objeto de controle da APFT.

Trata-se da subsunção da classe trabalhadora ao capital, tanto enquanto classe quanto enquanto sujeitos singulares múltiplos com vidas reais, com desejo e linguagem, além do trabalho que concretamente exercem em sua busca permanente por meios de vida. Assim, como nosso objetivo é manter no centro da análise a tensão negativa, tratar de questões econômicas enquanto determinantes é um dos polos da tensão, enquanto o outro polo que igualmente deve ser tratado pode ser observado no que segue:

O neoliberalismo não é apenas um modo de regulação dos sistemas de trocas econômicas baseado na maximização da concorrência e do dito livre-comércio. Ele é um regime de gestão social e produção de formas de vida que traz uma corporeidade específica, uma corporeidade neoliberal. Margaret Thatcher mostrou ao menos a virtude da honestidade ao afirmar que “a economia é o método. O objeto é modificar o coração e a alma”. Se Thatcher tivesse lido Foucault, ela complementaria afirmando que o coração e a alma são peças na dominação que o poder exerce sobre o corpo. (SAFATLE, 2015, p. 196)

Mas, apesar de afirmarmos junto com SAFATLE que o neoliberalismo não é “apenas” uma forma de regulação do modo de produção capitalista baseada na maximização da concorrência, é importante ressaltar que essa é sua faceta mais aparente e ideológica. Na prática, a centralização e concentração do capital, frutos da lei geral da acumulação capitalista (talvez a única lei do capital que não seja simplesmente “de tendência”) dominam esse neoliberalismo. Neste, a concorrência somente ocorre entre poucos e gigantescos grupos capitalistas, dominados por poucas e poderosíssimas famílias. A aparência de concorrência se deve, não somente aos discursos midiáticos, políticos e do *mainstream* científico, mas à concorrência visível entre os pequenos capitais locais. Todavia, para fins gerais, tal modo de competição não parece ser relevante, para além da legitimação ideológica de um suposto modo concorrencial do capitalismo. Para a questão da APFT os pequenos capitais importam menos ainda, posto que dificilmente eles utilizam tais técnicas e especialistas em suas funções administrativas.

Sobre “o coração e a alma” da classe que vive do trabalho, há que se afirmar que, se Margareth Thatcher não leu Foucault, os competentes especialistas a serviço da administração do trabalho humano e da extração de mais-valia leram, e o utilizam na construção de seus procedimentos para instaurar o próprio regime disciplinar que Foucault critica. Tendo em vista a compatibilidade metodológica que esta pesquisa possui com relação a Adorno, mas que não foi ainda metodicamente construída com relação a Foucault,¹⁷⁶ nos valem aqui dos conceitos de racionalidade instrumental e administração social do primeiro para comentar essa questão.

Tais peças de administração social no interior dos capitais são parte contemporânea das *formas sociais* específicas utilizadas para manter a classe trabalhadora subordinada politicamente e produtiva economicamente. Estas *formas sociais* são como técnicas ortopédicas de produção em massa de corcundas naqueles que devem se encurvar para caber na máquina. Mas é uma produção *on demand*, a escala é grande, mas o produto é customizável e cada posto de trabalho e cada trabalhador tem suas próprias corcundas *custom made*, suas camisas a serem vestidas. Tais técnicas compõem as vestes, as posturas corporais, os desejos e as finalidades do anão que move o autômato, sobre o qual nos fala Walter Benjamin e que citamos no começo desta seção.

Podemos agora encaminhar o encerramento desta seção com a metáfora construída por Safatle a respeito das formas de dominação da APFT:

Há uma conhecida história narrada por Heródoto a respeito de certa rebelião de escravos do povo cita. Na ausência de seus senhores, os escravos se rebelaram, demonstrando grande bravura nas lutas de resistência. Sua força e desejo de liberdade pareciam intransponíveis, até que um dos citas inventou o moderno Departamento de Recursos Humanos e as primeiras técnicas de psicologia do trabalho. Munido de seu conhecimento recém-adquirido, o cita gritou no meio da luta: ‘Vedes, homens da Cítia, o que fazemos! Lutando assim com nossos escravos, eles nos matam e nos tornamos menos numerosos, e nós os matamos e, portanto, nos restam menos escravos às nossas ordens. Opino, portanto, no sentido de abandonarmos nossas lanças e arcos e irmos combatê-los empunhando cada um de nós um chicote dos que usamos com os cavalos. Enquanto eles nos virem armados, julgar-se-ão iguais a nós; vendon-nos com chicotes em vez de armas, eles compreenderão que são nossos escravos; percebendo isto, não resistirão.’ E assim foi. Ao verem os chicotes

¹⁷⁶ Entende-se aqui que uma compatibilização de modo de investigação e exposição é possível com relação a Foucault. Todavia, ela não é imediata e não pode ser rigorosamente levada a cabo sem a apreciação dos movimentos de negação determinada que existem entre este modo de investigação e exposição e o foucaultiano. Trata-se de um autor que podemos caracterizar como mais afeito ao polo da multiplicidade e da contingência, além de não atuar no registro da dialética. Logo, para nos valermos de seus desenvolvimentos, tais incompatibilidades devem ser cuidadosamente levadas em consideração, o que não cabe ser feito neste ensaio. Portanto, preferimos recorrer ao conceito de sociedade administrada de Adorno do que ao de sociedade disciplinar de Foucault que, além de tudo, se mostrou altamente apropriável, como vimos em Marra e Cardoso (2013) pela racionalidade técnica da administração social.

e ouvirem seu barulho, o medo desfaz a revolta dos escravos e estes fogem, para acabar por retornar à antiga condição. (SAFATLE, 2015, p. 227)

Finalizando esta seção, lembramos que uma complementação da resposta quanto ao que está sujeita a classe trabalhadora ao ser sujeitada ao capital será desenvolvida no restante do ensaio. Todavia, já é possível adiantar que, sobretudo, ela está sujeita a que a potência do negativo, presente em cada sujeito singularmente determinado, seja parasitada, cooptada, controlada e manipulada. Perder o que há de mais constitutivo da experiência do gênero humano não é algo que passe sem provocar muito sofrimento social. Haja vista a patologização e medicalização das afecções psíquicas, bem como os fenômenos relacionados à ocorrência em massa de transtornos psiquiatricamente organizados, como transtorno do pânico, *borderline*, transtorno bipolar, ansiedade e depressão.

2. A Nova Roupas do Capital: a tessitura da objetividade ideológica

So,
So you think you can tell
Heaven from Hell
Blue Skies from pain
Can you tell a green field
From a cold steel rail?
A smile from a veil?
Do you think you can tell?

Pink Floyd

Os sujeitos reais estão, portanto, sujeitos à perda não só do produto de seus trabalhos, mas, também, de outras dimensões daquilo de mais único que lhes atravessa e lhes afeta sem constituir parte de suas propriedades, dimensões daquela capacidade do ser social que os constitui como sujeitos: as potências negativas. Esse negativo opera tanto no trabalho quanto no desejo e na linguagem. Ele compõe uma força de resistência ao dado existente, nega que as coisas sejam tais como são. De maneira simplificada e limitada ao que importa neste momento da teorização, pode-se dizer que o trabalho transforma a objetividade, a natureza e o que há de exterior ao sujeito; a linguagem desloca e abstrai os objetos de si mesmos e os transforma em algo diferente, que existe no plano paralelo dos verbos, orações, sujeitos e predicados, dos

nomes que falam de algo que sempre escapa à *Coisa* e dos quais a *Coisa* mesma escapa e, por fim, o desejo constitui a força pulsional que move os sujeitos (os impulsiona, em linguagem mais corrente) para fora daquilo que eles mesmos possuem como consciência de que os move.

Como será tratado na última seção, o negativo dos sujeitos pode ser tanto a resistência de luta, que o capital coopta, quanto a resistência da imaginação, da criatividade e de alguma capacidade primária de criação de realidades alternativas, com regras próprias e satisfações intangíveis. Esse aspecto da imaginação é parasitado, por exemplo, no processo da *gamificação*, como depreende-se do conceito de *círculo mágico*¹⁷⁷ das brincadeiras infantis e dos jogos em grupo que são mercantilizados nos jogos eletrônicos e têm sua potência produtiva e negativa parasitada. A seção 4 abordará brevemente o caso da gamificação corporativa.

A gestão de pessoas atua no sentido de despertar sistemas libidinais e produzir interesses individuais (que é o objetivo da motivação e do engajamento, comum a todos os manuais analisados) em uma *forma social* favorável a uma mobilização produtiva em benefício da manutenção da mesma ordem que os oprime e explora. A acentuação do distanciamento da consciência de classe é uma das consequências mais simples.

Fazer os trabalhadores vestirem a camisa é, basicamente, o objetivo maior por detrás da APFT. Se Chiavenato fala explicitamente em termos de vestir a camisa, Dutra (no outro polo em termos de organização intelectual do discurso) apresenta a ideia que a “a gestão de pessoas é um conjunto de práticas que permitem a conciliação das expectativas entre a organização e as pessoas para que ambas possam realizá-las ao longo do tempo” (DUTRA, 2016, p. 17). Como o objetivo do capital é se reproduzir em escala ampliada, tal coincidência é impossível. Assim, trata-se de converter sujeitos de auto-movimento em sujeitos em hetero-movimento, em que o elemento que os move é justamente a manifestação da subjetividade do capital.

O problema que a pesquisa para este ensaio investiga é como, por meio das técnicas objetivas de gestão de pessoas expostas nos manuais utilizados nos cursos de gestão de pessoas nas graduações de administração, tanto as necessidades universais e lógicas do capital em seu processo de valorização quanto os interesses particulares de frações dominantes da burguesia e do Estado são absorvidos e interiorizados subjetivamente pelos trabalhadores. Assim, uma tendência conceitual da relação de capital, que é a completa negação do caráter de sujeito da

¹⁷⁷ O conceito foi criado por Johan Huizinga (2000) em *Homo Ludens* e constitui uma das bases centrais nos debates acadêmicos sobre jogos eletrônicos e gamificação corporativa.

classe trabalhadora (PAULANI, 2001), é efetivada de maneira relacionada com aspectos específicos da história e da luta de classes, sem deixar, porém, de ser uma tendência posta pelo capital enquanto conceito.

Quais são os elementos que, no reino da APFT, amparam o processo de negação do caráter de sujeito da classe que é efetivamente o sujeito de toda a produção? Como concretamente elas operam essa negação? Espera-se que seja possível, com esta investigação, elucidar alguns dos processos que relacionam o *particular* da ideologia e da luta de classes com o *universal* da relação de capital dentro da *singularidade* dos sujeitos concretamente negados.

Nas subseções seguintes os aspectos ideológicos por detrás do funcionamento da APFT serão brevemente apontados. A primeira seção explora como a semelhança entre o objeto deste ensaio e de algumas pesquisas de Isleide Fontenelle podem nos auxiliar na construção de uma perspectiva de pesquisa. A segunda seção aborda mecanismos de legitimação ideológica da precarização das relações de trabalho por meio das construções dos conhecidos manuais de gestão de Joel Dutra.

2.1 Formas Sociais, Material Empírico e Análise

Como já apontado, a *forma social* específica que tomarão as alternativas construídas para atender às demandas universais do capital depende de cada contexto histórico, de sua constituição intelectual e ideológica, das frações de classe envolvidas, dos partidos políticos, dos capitais particulares envolvidos, dos lobistas etc. A combinação desses dois fatores (o contexto social particular das singularidades envolvidas nos processos históricos particulares e as necessidades universais do capital em seu processo de valorização) constituem simultânea e contraditoriamente as *formas sociais*. As formas particulares por meio das quais emergem as soluções para as necessidades universais devem, necessariamente, atender à própria universalidade das necessidades do capital para que elas possam ser reproduzidas socialmente e atingir o capital como um todo.

Todavia, alguns cuidados metodológicos devem ser tomados. Se, por um lado, tais formas respondem a necessidades universais do capital enquanto sujeito automático, por outro lado, existe um processo de divisão internacional do trabalho que implica em formas locais muito específicas de expressão dessas formas sociais. A formação ideológica e política dos

trabalhadores enquanto consumidores, por exemplo, não é possível em contextos nos quais o extremo pauperismo da população inviabilize o acesso aos mínimos bens de subsistência, ou possibilite um consumo que vá muito pouco além disso.

Tomando como base o desenvolvimento teórico-metodológico dos ensaios anteriores, busca-se aqui estabelecer um procedimento metodológico específico para avaliar nosso objeto neste ensaio. Todavia, como apontado anteriormente, com as *dialéticas da imanência* não é possível criar uma metodologia deslocada de seus objetos e aplicar diretamente em sua análise. Assim, investigando outros autores com estudos similares sobre objetos similares, foi possível encontrar uma inspiração com relação ao traçado metodológico da investigação do objeto. As pesquisas conduzidas por Isleide Fontenelle sobre a criação da noção de consumidor e das ideologias a ele vinculadas, que o concebem como uma figura socialmente construída, foram consideradas suficientemente próximas às perspectivas desenvolvidas nesta tese, tanto em termos de objeto quanto de recorte e de método. O artigo *Psicologia e marketing: da parceria à crítica* (FONTENELLE, 2008), por tratar da utilização de técnicas da psicologia na criação de subjetividades que se entendem enquanto consumidoras é particularmente interessante a esse respeito. Subjetividades subordinadas aos interesses da realização do capital e de sua manutenção ideológica – em nosso caso, se trata da acumulação (e não realização) mas também dos traços de manutenção e estabilização, vinculados à produção de ideologia.

O contexto geral das pesquisas de Fontenelle sobre consumo (FONTENELLE, 2006, 2008, 2010, 2015) se assemelha ao objeto de pesquisa desta tese. Isso ocorre, pois, a criação do consumidor como categoria social e como processo ideológico de percepção de si da classe que vive do trabalho acontece de maneira análoga às transmutações no processo de trabalho no capitalismo. Com efeito, a necessidade imposta pelas crises capitalistas de ampliar a realização do valor aparece como mecanismo universal, impondo a criação de alternativas para dar conta de tal necessidade. Por outro lado, agentes singulares do Estado e do Capital emergem com estratégias específicas para ampliar a realização de capitais particulares e para disputar politicamente com a alternativa socialista.

Ambos os fatores supracitados compõem a pressão pela precarização do trabalho e, conjuntamente a isso, pela criação de uma subjetividade trabalhadora que amplie a produtividade. Com efeito, conjuntos de trabalhadores percebem as necessidades dos capitalistas que contratam sua força de trabalho como se fossem seus próprios anelos, passam a se ver como colaboradores da empresa privada da qual são o elemento explorado e, no contexto da terceirização e precarização das relações trabalhistas, se percebem como

empreendedores, personalidades jurídicas, criativas e, em última instância, capitalistas enquanto tal. Além desses fatores, o processo de financeirização dos capitais e a apropriação suntuosa de lucros fictícios demanda um aumento da taxa de exploração do trabalho, o que ocorre pela necessidade de fornecer um mínimo substrato material que permita a conversão de uma apropriação fictícia em riqueza real (GUIMARÃES, 2014).¹⁷⁸

É uma questão central desta pesquisa compreender como a Gestão de Pessoas e sua caixa de ferramentas técnicas auxiliam na criação de uma classe trabalhadora que se percebe ora como colaboradora dos capitalistas que empregam sua força de trabalho, ora como empreendedora de si mesma. Cabe ressaltar que existem outros fatores de peso nessa determinação, além da Gestão de Pessoas, entre eles: a criação de recursos jurídicos que tornam o indivíduo trabalhador uma personalidade jurídica de peso equivalente ao de seu empregador (que podem ser até grandes capitais multinacionais); o aumento global dos níveis de desemprego; a dissolução dos direitos trabalhistas; o ataque aos direitos políticos que ampliam a negação do caráter de sujeitos sociais da classe que vive do trabalho etc..

A inspiração no traçado metodológico de Isleide Fontenelle (2008) pode ser sumarizada no que segue. No artigo citado, a autora investigou a construção de uma “sociedade de consumo” por meio da história do pensamento do *marketing* e de como este se valeu das técnicas da psicologia para entender e produzir desejos nos consumidores. Alguns fatores são apontados pela autora como responsáveis pelo fenômeno: 1) a expansão do acesso ao crédito (que, na chave teórica da presente pesquisa, se relaciona com o capital fictício e o capital portador de juros, tratados no terceiro ensaio); 2) a obsolescência programada e 3) fatores ideológicos, que envolveram a propaganda pró-consumo (e antissocialista) coordenada pelo Estado, as *public relations*, o *marketing* e o *advertising* (FONTENELLE, 2008).

No referido artigo, a autora indica a utilização instrumental da psicologia como ferramenta concreta para a criação social do consumidor e para a investigação de seus desejos inconscientes e das maneiras de manipulá-lo. Segundo a autora, a psicologia comportamental teve sua versão instrumental orientada diretamente à produção de desejos por objetos

¹⁷⁸ A citação é referente à dissertação de mestrado do autor desta tese. Nela estabelecemos nosso acordo com vários autores marxistas que asseveram que existe uma relação entre lucros fictícios e aumento da taxa de exploração. Podemos associar a esses autores também o livro de Luc Boltanski e Eve Chiapello *The New Spirit of Capitalism* de 2005, que estabelece a forma financeira de propriedade do capital como dominante e a relaciona com o impulso a transmutações no processo de trabalho e em sua regulamentação, como a ampliação de empregos temporários, informais etc.

específicos de consumo (mais ligada ao *advertising*) via construção de mecanismos de impulso-resposta. A psicanálise – em uma versão instrumentalizada por Edward Bernays, sobrinho de Sigmund Freud e “fundador da disciplina de relações públicas” (FONTENELLE, 2008, p. 150) – por sua vez, teria sido mais importante na investigação sobre o inconsciente das pessoas de modo a utilizar isso em processos mais amplos da criação de consumidores e na produção de novos desejos.

O objeto da pesquisa de Fontenelle possui em comum com o objeto do presente ensaio a utilização instrumental da psicologia e a construção de um consumidor (colaborador/empreendedor, no nosso caso) como um sujeito sujeitado que assume como seus os desejos do capital.¹⁷⁹ Além disso, também ocorrem em ambos os casos a multiplicidade de determinações que envolve: ideologia; ferramentas técnicas de manipulação; marcos legais; mudanças na estrutura de propriedade do capital e necessidades do capital em geral no processo de valorização. No caso do objeto do ensaio aqui tratado, a psicologia é instrumentalizada como ferramenta tanto para diagnosticar em candidatos perfis profissionais, psíquicos e sociais desejáveis em cada cargo, quanto para produzir novos perfis dentro dos trabalhadores já contratados.

Igualmente ao caso descrito por Fontenelle, na Gestão de Pessoas são utilizadas técnicas de psicologia comportamental orientadas no sentido de criação de respostas determinadas a estímulos do ambiente (no caso, como ambiente consideram-se os diversos aspectos que envolvem o processo de trabalho). Do mesmo modo, existe mais de uma área da psicologia (enquanto disciplina universitária) devotada a aspectos organizacionais da indústria, à seleção de trabalhadores (que envolve a produção de testes psicológicos), a estratégias motivacionais (que podem ser compreendidas, em última instância como estratégias para aumento da intensidade do trabalho) etc.

Tal inspiração transcende o que é produzido nesta tese, pois uma investigação mais profunda da instrumentalização da psicologia e da psicanálise não instrumentalizada que pode nos servir de parâmetro crítico é algo que resta como proposta, dentro da agenda de pesquisas que este ensaio está levantando. Tendo em vista que a psicanálise possui um grande potencial crítico, a nossa investigação dos parâmetros de cooptação dos movimentos sociais é também algo similar às propostas de Fontenelle. As teorias construídas por Theodor Adorno sobre a

¹⁷⁹ “o desejo da marca, que é, no final das contas, o do próprio capital, é criar um estado de dependência absoluta do sujeito [consumidor] que, do ponto de vista do tipo ideal, constituiria o mesmo que acontece com a toxicomania”. (FONTENELLE, 2006, p. 259)

instrumentalização da sociologia e por Pierre Bourdieu sobre o sistema educacional, a reprodução das frações de classe e a autoridade pedagógica também parecem seguir esteios paralelos. Parece se tratar de uma agenda de pesquisa social¹⁸⁰ que ultrapassa seus autores, algo imposto pela contemporaneidade do modo de produção capitalista e que investigadores distintos em campos distintos produzem com a finalidade de compreender a complexidade atual.

2.2 Acumulação sem Fronteiras e sem Carreiras: a marcenaria ideológica do novo closet do proletariado.

A técnica e a apologia à precarização das relações de trabalho, nos termos da pró-atividade, da flexibilidade, da modernização e do empreendedorismo, são recursos que aparecem como resposta ao objetivo caracterizado por Dutra *et ali* como “um dos grandes desafios da gestão de pessoas: conciliar os variados interesses pessoais com os objetivos organizacionais” (VELOSO *et ali*, 2016, p. 90). A ausência de vínculos formais e a necessidade constante de busca por novos empregos, tendo em vista a falta de estabilidade e segurança nas relações de trabalho, é nomeada por essa corrente de autores de “Carreira Sem-fronteiras”,¹⁸¹ em oposição às “Carreiras organizacionais”, consideradas burocráticas e limitantes dos trabalhadores em suas “aquisições de novas competências” e “aprimoramentos pessoais”. Para esses autores, o sentido mais “proeminente [das carreiras sem-fronteiras] aparece quando a carreira se move através de fronteiras de empregadores distintos” (VELOSO *et ali*, 2016, p. 91) o que ocorre historicamente quando as relações de trabalho são mais precarizadas.

A apologia da falta de segurança trabalhista do proletariado contemporâneo é algo que se repete em todos os textos de APFT investigados para este ensaio. Mas o caso do livro de

¹⁸⁰ Aqui a agenda referida é algo que parece existir de comum entre autores como Paulani, Safatle, Fontenelle, Mascaro etc., agenda com a qual esta tese busca colaborar.

¹⁸¹ Tal noção foi cunhada em um artigo de 1996 por um grupo de autores estadunidenses **Fonte bibliográfica inválida especificada**, como “boundaryless careers” e foi traduzida pelo grupo de autores citados como “carreira sem-fronteiras”.

Dutra *et ali* é particularmente interessante por ser a obra mais atualizada com a produção internacional e por ter sido publicada recentemente.¹⁸²

Um avanço ainda mais amplo sobre noção de “carreiras sem-fronteiras” é, para os autores supracitados, a formulação de “carreiras inteligentes”, quando os trabalhadores incorporam, sobre seu próprio conjunto de “competências”, outras novas que seriam

análogas às da organização, mas não são subordinadas a um empregador [dado o contexto de flexibilidade nas relações entre colaboradores e suas organizações]:

- Knowing-why: reflete a identidade e a motivação individual, o significado pessoal e a identificação com o trabalho.
- Knowing-how: representa as habilidades e as especialidades individuais relevantes para o trabalho.
- Knowing-whom: está relacionado com as relações interpessoais e o network importante para o trabalho. (VELOSO *et ali*, 2016, p. 92)

Assim, o trabalhador deve subordinar aos interesses de seus empregadores as suas motivações pessoais, sua formação e acesso ao conhecimento humano e suas redes de amizade e relações sociais. A defesa da subordinação e negação do caráter de sujeito dos trabalhadores parece alcançar na literatura referida o estatuto do íntimo subjetivo. Cabe aqui mais uma vez um breve paralelo com a psicanálise, não sem lembrar o uso corrente que se faz de uma psicanálise instrumentalizada tanto nas técnicas de APFT quanto no *marketing*.¹⁸³ Para a psicanálise lacaniana (LACAN, 1991; QUINET, 2003) no processo de morte simbólica do pai é que a Lei paterna, encarnada no Nome-do-Pai, é internalizada pelos sujeitos que são, então, barrados internamente pela ameaça da castração. A criação de um sujeito barrado é a criação do único sujeito possível à psicanálise, o adulto surge a partir do momento em que a Lei paterna é internalizada e não precisa mais do Pai presente para vigorar.

O patrão, figura do capitalista, que no português deriva de *patronus* e, mais indiretamente, de *pater* no latim, é essa figura farsesca do pai. Em primeiro lugar, o pai da horda primitiva (expresso em *Totem e Tabu* (FREUD, 2012) é a figura do patrão clássico, o capitalista que nega toda satisfação aos trabalhadores e que, na exploração do proletariado, goza de todos os benefícios do capitalismo. A narrativa administrativa da gestão de pessoas parece querer

¹⁸² Ainda que a primeira edição seja de 2004, a segunda edição é praticamente outro livro, como muito mais conteúdo e um discurso ideológico mais atualizado.

¹⁸³ Como abordado na subseção anterior, a psicanálise instrumentalizada no *marketing* foi capaz de muito bem-sucedidas intervenções na criação de categorias sociais, como a do *consumidor* e a do *Prosumer*. Este último, um termo anglicista incorpora o *producer* (produtor) e o *consumer* (consumidor). O termo trata da criação de um nicho de mercado focado no ideal DIY (sigla em inglês para “faça você mesmo”). São produtos inacabados que têm sua produção finalizada pelo próprio consumidor. Em última instância, essa estratégia permite que o capitalista poupe o emprego de força viva de trabalho na produção, que passa a ter menos estágios. (FONTENELLE, 2008, 2015)

instaurar, por meio de técnicas que explicitamente recorrem à psicanálise instrumental e pela construção de um processo ideológico, a morte simbólica do pai-patrão. Um dos aspectos dessa morte se daria com o fim da relação mais ou menos duradoura entre o patrão e o assalariado, objetivada na precarização das relações de trabalho. Assim, o sujeito que surge é barrado diretamente pela Lei internalizada do pai morto. O novo trabalhador surge como aquele que internaliza em si os imperativos do patrão singular e do patrão universal (o capital enquanto capital).

Esse trabalhador, sujeito negado, resolve um dos problemas centrais da Gestão de Recursos Humanos: a coincidência de interesses entre organização (não por acaso, empresa ou capital¹⁸⁴ são termos pouco recorrentes na literatura de RH) e colaborador ou empreendedor (tampouco se fala frequentemente em trabalhadores). Todavia, ao contrário da versão psicanalítica da tragédia, em que o sujeito que surge ao ser barrado de todo gozo, internaliza a lei e possibilita a civilização, o sujeito negado pela narrativa farsesca da Gestão de Recursos Humanos é efetivado enquanto apêndice do capital autômato perfeito e enquanto defensor dos interesses de seus exploradores diretos. O sujeito negado apontado teoricamente na literatura marxiana é executado por meio de operações concretas que envolvem desde disputas no Estado até a propagação de ideologias de classe via sistema universitário de formação de gestores e o uso de técnicas diretas de manipulação do psiquismo. Em termos da ideologia dominante, os discursos sobre a Nova Economia e o fim do trabalho são diretamente observáveis na literatura de Gestão de Pessoas analisada. Diante disso, um dos possíveis caminhos para a pesquisa é observar a recorrência de palavras-chave relacionadas ao recurso instrumentalizado à psicanálise nos manuais de gestão que indiquem uma tentativa de construir a realidade psíquica acima elaborada. Processo bastante similar ao da formação do consumidor, conforme é apontado na obra de Isleide Fontenelle.

Mas é no local de trabalho ou nos eventos com colegas de trabalho fora do expediente que as perspectivas contemporâneas da APFT como formadoras de ideologia, atuam mais diretamente: nas entrevistas e dinâmicas de seleção e treinamento; nos *Happy Hours* pós-expediente e nas festas oficiais das empresas;¹⁸⁵ nos critérios de valorização e avaliação da

¹⁸⁴ Uma empresa raramente é chamada de um capital, com o livro de Marras e Cardoso (2013) sendo uma exceção. Mas capital é utilizado algumas vezes para se referir aos ativos das empresas e, sobretudo, ao capital humano.

¹⁸⁵ Cf. (DUTRA, 2016, p. 229-326) e (CHIAVENATO, 2016, p. 255-285). A participação em eventos da empresa pode constituir um elemento objetivo de avaliação do comportamento de trabalhadores e é algo que compõe atribuições técnicas de algumas formulações de APFT. A participação em eventos extra-oficiais, como *Happy Hours*, não constituindo elemento de avaliação formal, é tacitamente avaliado a partir do conceito de que a

força viva de trabalho pelo setor de RH ou de Gestão de Pessoas; nos planos de carreira ou mesmo em sua ausência. Nos manuais é indicado que a socialização entre funcionários é elemento essencial para que estes absorvam a cultura organizacional.¹⁸⁶ Mas, além de ideologia, nessas instâncias supracitadas operam elementos materiais (a reforçar ainda mais o aspecto ideológico) como remuneração, ameaças sutis rumo à demissão (suavizada verbalmente pelo vernáculo da APFT como recolocação no mercado de trabalho ou *outplacement*) que operam desde os momentos objetivos de seleção e avaliação até os momentos mais sutis e subjetivos, nos quais surgem pressões à participação nos eventos *lúdicos e fora do expediente*.

Como ideologia e cultura organizacional compõem as estampas dos predicados que devem vestir as “pessoas”, trabalhadoras e trabalhadores precários devem possuir um enorme *closet* composto por camisas variadas, de acordo com cada empresa e função. No título deste ensaio optou-se por *closet*, não guarda-roupas, para expressar os ares de desenvoltura, traquejo e desembaraço que os anglicismos parecem emprestar ao meio corporativo, o elemento *cool* que compõe o léxico de uma exploração sedutora e desejável.

3. *Learning how to smile as you kill*: a exploração como mercadoria *on demand* da APFT

Maria, Maria
É um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece
Viver e amar
Como outra qualquer
Do planeta
Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri
Quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta

Milton Nascimento

capacidade de socialização de um funcionário com os demais é essencial na assimilação da cultura organizacional. (CHIAVENATO, 2014b, p. 161-167)

¹⁸⁶ Chiavenato (2014b, p. 161) aponta a socialização organizacional como algo que “adapta as pessoas às suas conveniências [da organização]”.

Os textos analisados neste ensaio sobre gestão de pessoas são quase todos livros direcionados a cursos de graduação, a maioria no formato de manual. Alguns são livros com organizações de pesquisas, mas voltados ao ensino das graduações em administração, como o de Cecília Bergamini e Roberto Coda (1997, com primeira edição de 1990), composto por diversos artigos acadêmicos da década de 1980, traduzidos para serem usados em cursos de graduação na FEA-USP (como é explicitado nas notas de pé de página que iniciam os capítulos). Outro do mesmo grupo é o organizado por Darcy Hanashiro *et al.* (2008), e consiste em um livro no modelo de manual, com seis tiragens somente na segunda edição, o selo do troféu *cultura econômica* e do conceito A na Capes, estampados na capa.

O primeiro pode ser compreendido como uma das portas para a recepção no Brasil das teorias de APFT e ambos como ponte entre as pesquisas no campo da Administração e o ensino de graduação. A tradução, feita pelo professor da USP Cyro Bernardes de *Ciência do Comportamento na Indústria* (DRAKE e SMITH, 1977), também pode ser considerada um marco na recepção dos conceitos desenvolvidos no campo acadêmico internacional, o que é indicado pela data, pela relevância dos dois autores e pela editora responsável pela publicação, McGraw-Hill, notória por realizar publicações acadêmicas de referência nessa área.

Outros livros analisados mais em sintonia com as práticas de pesquisa contemporâneas a suas redações e orientados à graduação ou MBA são: (ORSI, BERTOIA e BARBOSA-LIMA, 2015), cujos autores são professores de universidades algo relacionadas à pesquisa, como Mackenzie; (DUTRA, 2016), professor da FEA-USP, com numerosa publicação e atuação em grupos de pesquisa variados e (ROTHMANN e COOPER, 2017), autores ingleses com numerosa publicação de artigos acadêmicos, mas em um livro de fundamentos, orientado à graduação.

Um caso bastante particular é o de Jean Pierre Marras. O autor, embora seja professor da pós-graduação da PUC-SP, não tem publicações acadêmicas recentes e nem faz referências a publicações internacionais contemporâneas a seus trabalhos. Possui alguns manuais de graduação, um deles já com 15 edições e notável fluxo de vendas. Todavia, seus manuais não trazem grandes novidades para esta investigação, são manuais intermediários em termos de dificuldade conceitual e de complexidade no uso da linguagem. Neles, as formulações são apologéticas às alterações no mercado de trabalho (inclusive à precarização), mas as referências são, em geral, nacionais e costuma tomar outros manuais como referência (como o de Dutra e de Chiavenato). (MARRAS, 2016; MARRAS e TOSE, 2012)

Todavia, três fatores destoam bastante do contexto acima e tornam o autor central para nossa análise em outro de seus livros (MARRAS e CARDOSO, 2013). Além de ter sido orientado no doutorado pela proeminente marxista na área de estudos de gênero, Heleieth Saffioti, foi quadro administrativo de Gestão de Pessoas em empresas como Fiat e Samarco, além de possuir uma consultoria de Gestão de Pessoas (Marras e Associados) que tem como um dos campos privilegiados de atuação o *rightsizing*, eufemismo técnico para enxugamento do quadro de funcionários, que usualmente envolve demissões em massa.

No referido livro o autor (juntamente com Cardoso, sobre o qual nenhuma informação relevante foi encontrada, sendo que este nem mesmo possui currículo na plataforma lattes) utiliza referências de autores marxistas e outros críticos do capitalismo, como David Harvey, Octavio Ianni, Michel Foucault e Hannah Arendt. Mas evidentemente eles mobilizam tais autores de modo que parece ser à revelia de suas posições políticas e teóricas, e o fazem de maneira bastante explícita. Por exemplo, os autores defendem, explicitamente, a cooptação dos sindicatos, fazendo um curto-circuito teórico entre o conceito de sinergia e o de cooptação, em um capítulo que começa com a epígrafe de Maquiavel “Governar é fazer acreditar”, frase que dá o tom de todo o capítulo. Outro exemplo consiste em que os autores defendem formas administrativas de controle e manipulação que Adorno apontaria como derivadas do fascismo,¹⁸⁷ na mesma obra em que cita a *Condição Humana* de Arendt. (MARRAS e CARDOSO, 2013, p. 35-48)

Temos ainda os diversos manuais e livros-texto de Chiavenato (2008, 2010, 2014, 2015a, 2015b, 2015c, 2016). Eles parecem bastante desconectados com as práticas de pesquisa de suas áreas de estudo, mas constituem o maior sucesso de vendas na área de APFT. Seus livros são divididos em vários estratos. Existem manuais nomeados na área de Gestão de Pessoas, de Administração de Recursos Humanos e de Comportamento Organizacional, além de livros especificamente destinados a determinadas questões da área, como remuneração e benefícios.

Ainda que os manuais de Chiavenato dificilmente sejam utilizados em universidades com grande tradição de pesquisa na área, eles são difundidos de fato em universidades particulares voltadas ao mercado de trabalho, universidades públicas periféricas sem tradição de pesquisa ou mesmo cursos técnicos. Seus manuais constituem um interessante objeto de análise para nossa pesquisa, pois é notável a diferença de elaboração conceitual, de linguagem

¹⁸⁷ (ADORNO, 1985, p. 157-194)

escrita e gráfica utilizada e de qualidade das referências bibliográficas citadas, entre um e outro de seus livros. Como será demonstrado mais à frente, tal questão é bastante relevante para nossos propósitos aqui.

Por fim, a apostila de Recursos Humanos da graduação em administração da Uninove é o exemplar de material de graduação mais pobre em desenvolvimento conceitual, qualidade das referências bibliográficas e uso linguagem escrita dentre o conjunto de materiais que investigamos.

A primeira chave de interpretação para a diferenciação entre os diversos livros vem de Pierre Bourdieu (1992, 2006).¹⁸⁸ Em *A Reprodução* e *A Distinção*, o autor atualiza a teoria marxista da reprodução da Força de Trabalho e amplia seu alcance nas distinções específicas entre as frações da classe trabalhadora a serem reproduzidas e as frações da classe dominante interessadas em tal reprodução. São segmentações de frações de classe complexificadas com relação às separações mais tradicionais, cada segmento cumprindo papéis particulares na reprodução da coesão das formações sociais que, em nosso caso, é o modo de produção capitalista contemporâneo. Diante da complexidade das divisões interiores às classes, não se trata de rejeitar o valor do conceito, mas de especificar as diferenças no interior da unidade e compreender o conceito de classe de maneira não-idêntica.

A partir da inspiração de Bourdieu, burgueses, pequenos burgueses e trabalhadores são internamente separados em termos tanto de renda, riqueza e propriedade dos meios de produção, quanto em termos de gosto e interesse por segmentos da arte e da indústria cultural, de códigos de vestimenta, linguagem corporal e o que mais interessa no nosso caso, de uso da linguagem escrita e de acesso ao sistema de educação formal. São diferenciações extra econômicas que se relacionam intimamente com a reprodução e a manutenção de um modo de produção. Para o autor, cada segmento do sistema de ensino, com seus modelos didático-pedagógico diferenciados, se relaciona com a necessidade de *reproduzir* um estrato econômico, cultural e de atividade produtiva particular, dadas as necessidades específicas de frações da classe dominante.

¹⁸⁸ Não desenvolveremos aqui interpretações mais complexas sobre o autor. Todavia, suas considerações sobre a segmentação do ensino e a relação desta com a reprodução de frações específicas das classes sociais são importantes. Nossos desenvolvimentos são inspirados por sua obra, mas não trabalhamos diretamente com seus termos e conceitos, pois isso exigiria um complexo exercício de exposição e compatibilização. Na sequência, faremos um breve apontamento sobre a noção de Ação Pedagógica (que ele abrevia por AP) e a relação desta com mecanismos de violência simbólica para apontar a convergência metodológica com nossos desenvolvimentos, que seguem na linha de Adorno (1985), como no restante da tese.

Assim, tem-se em vista que, potencialmente, um trabalhador, quadro ou proprietário pode ter sido formado utilizando qualquer uma dessas referências bibliográficas em seus cursos de APFT e que cada uma delas apresenta uma linguagem escrita e visual distinta - mesmo no caso de diferentes manuais do mesmo autor, que é o que torna tão interessante o caso de Chiavenato. Parece uma hipótese bastante razoável dizer que é alta a probabilidade de, no Brasil, um presidente, diretor ou alto gerente de APFT de uma grande empresa ou grupo de capital ter sido formado em cursos como os da USP, FGV ou mesmo no exterior, em faculdades de prestígio nos países centrais. Ao mesmo tempo, um funcionário que faz controle de registro de ponto e de folha de pagamento – que são as funções de menor prestígio e remuneração dentre as que se relacionam com APFT – provavelmente é egresso de graduações em universidades particulares de menor *status* e voltadas à formação de mão de obra para o mercado de trabalho (sem relação com a pesquisa acadêmica), podendo mesmo ter apenas uma formação técnica de nível médio.¹⁸⁹

Que os livros-texto utilizados pelos futuros quadros administrativos contenham uma linguagem mais distante do coloquial, desenvolvimentos conceituais mais elaborados e se relacione com as práticas mais atuais na área é algo relativamente lógico. Conhecimento, uso da lógica e da linguagem são fatores que compõem a manutenção da estrutura interna das classes e das relações de poder. Assim, entende-se que a distinção social entre níveis e posições, dentro da escala de poder da sociedade capitalista, é mantida também por esses códigos de *status*.¹⁹⁰

De modo geral, um trabalhador operacional sequer se porta, se veste, fala e possui a mesma linguagem corporal que um diretor, o que compõe algo do aspecto cultural da diferenciação hierárquica entre eles.¹⁹¹ Entende-se aqui que, para reproduzir as classes em seus diversos seguimentos e *utilidades*,¹⁹² seja fundamental que o trabalhador operacional mais

¹⁸⁹ Uma análise prosopográfica poderia ser aqui utilizada para confirmar tais hipóteses.

¹⁹⁰ Os diversos conceitos de capital em Bourdieu, sobretudo capital cultural, inspiram esta análise. Todavia, o conceito em si não é utilizado diretamente no texto, tendo em vista que mobilizar um conceito tão largo, com um desenvolvimento tão curto, seria falta de rigor e clareza, além da complexidade na compatibilização do conceito marxista de capital com os diversos conceitos de Bourdieu. Cf. (BOURDIEU, 1992, p. 90-106)

¹⁹¹ Aqui tem-se em vista o conceito de *habitus* em Bourdieu. Também este, por ser complexo e recorrente em boa parte da obra do autor, não é possível ser desenvolvido aqui. Por esse motivo, foram sumarizados somente os aspectos que pareceram mais relevantes a este trabalho. A não utilização explícita do conceito segue pela mesma razão que no caso anterior.

¹⁹² Aqui pode-se fazer mais uma indicação de objetos de pesquisa. Tais diferenciações internas à estrutura das classes parece se relacionar com a dimensão do *trabalho concreto* que é uma *base* (*Grundlage*) para a existência do *trabalho abstrato* e, conseqüentemente, do *valor*.

desprestigiado (moral e financeiramente) em uma dada empresa não tenha acesso ao mesmo nível de conhecimento e *status* que o diretor do setor e que essa *diferenciação* componha parte da legitimação das relações de poder.

Que o diretor receba vencimentos dezenas de vezes superior ao do cargo operacional com pior remuneração é algo que deve ser socialmente legitimado – pois, caso contrário, a resistência da classe trabalhadora tenderia a aumentar. Entre outros fatores, essa legitimação se dá pela posição e acesso que a pessoa ocupou no sistema educacional, o que inclui a formação para atuação no mercado de trabalho da APFT.¹⁹³

Outra grande diferença entre os textos de APFT está no grau de franqueza e transparência com relação aos objetivos últimos da APFT e do caráter de controle e dominação de seres humanos – além da segmentação dos formatos de legitimação desse caráter entre discursos explícitos das necessidades ligadas à competição ou defesas de supostos benefícios que os interessados (*stakeholders*) receberiam em uma troca de equivalentes.

O texto de Marras e Cardoso (2013) é o mais claro com relação aos aparatos de dominação. Esse livro é o que menos utiliza eufemismos ou legitimações ideológicas quanto ao aspecto de domínio sobre seres humanos que constitui a APFT. Como já antecipado, esse livro chega até mesmo a citar *Vigiar e Punir* de Michel Foucault, apontando a necessidade de construir mecanismos para vigiar e punir que sejam sutis e não gerem ansiedade ou medo. Nossa hipótese é que essa peculiaridade do livro de Marras e Cardoso explica-se pelo público alvo pretendido, em conjunto com a formação do autor na área das *Ciências Sociais*, que indica um caso mais direto e imediato de apropriação instrumental da ciência, criticada por Adorno (1985, p. 226-227):

É fácil identificar o lugar da ciência na divisão social do trabalho. Ela tem por função estocar fatos e conexões funcionais de fatos nas maiores quantidades possíveis. [...] Ela deve possibilitar às diversas indústrias descobrir prontamente a mercadoria intelectual desejada na especificação desejada. Em larga medida, a compilação já é feita em vista de encomendas industriais precisas. [...] Assim como Maquiavel escrevia para o uso dos príncipes e das

¹⁹³ Sobre as formulações bourdieusianas a respeito da diferenciação e formação de status, por meio do acesso a determinados conjuntos de atributos pedagógico-culturais: “Numa formação social determinada, o êxito diferencial da AP (Ação Pedagógica) dominante segundo os grupos ou as classes é função (1) dos ethos pedagógico próprio a um grupo ou a uma classe, isto é, do sistema das disposições relativamente a essa AP e da instância que a exerce como produto da interiorização (a) do valor que a AP dominante confere por suas sanções aos produtos das diferentes AP familiares e (b) do valor que, por suas sanções objetivas, os diferentes mercados sociais conferem aos produtos da AP dominante segundo o grupo ou a classe de onde eles são provenientes; e (2) do capital cultural, isto é, dos bens culturais que são transmitidos pelas diferentes AP familiares e cujo valor enquanto capital cultural é função da distância entre o arbitrário cultural imposto pela AP dominante e o arbitrário cultural inculcado pela AP familiar nos diferentes grupos ou classes.” (BOURDIEU, 1992, p. 43)

repúblicas, assim também se trabalha hoje em dia para os comitês econômicos e políticos. É verdade que a forma histórica se tornou um estorvo, assim é melhor classificar logo o material histórico sob o ponto de vista de um determinado problema administrativo: por exemplo, a manipulação dos preços das mercadorias ou dos estados de espírito das massas. Ao lado da administração e dos consórcios industriais, entre os interessados encontram-se também os sindicatos e os partidos. [...] Ela [a filosofia oficial] deve, como uma espécie de taylorismo do espírito, ajudar a aperfeiçoar seus métodos de produção [...]. A ordem existente não compele os homens unicamente pela força física e pelos interesses materiais, mas pelo poder superior da sugestão.

A Saint Paul Editora, que publicou o livro de Marras e Cardoso, é vinculada à Escola de Negócios Saint-Paul que, por sua vez, dá indícios a respeito do público-alvo. Além de ser uma escola de formações *in company* para executivos, a Saint Paul conta com programas de MBA exclusivos para quadros administrativos que sejam, no mínimo, diretores de setor, herdeiros de proprietários de grandes empresas, chefes de atuação de multinacionais em determinados países (*Country Heads*) ou empresários indicados (SAINT PAUL ESCOLA DE NEGÓCIOS, 2017, 2018a, 2018b).¹⁹⁴ Assim, trata-se de um público que tende a estar bem informado quanto ao caráter manipulativo e totalitário de suas funções, ao contrário do público dos manuais *best-selling*.

Podemos compreender o sentido subjacente à franqueza sobre os aparatos de dominação que exhibe o livro de Marras e Cardoso a partir de algumas considerações de Dutra e dos apontamentos bourdieusianos feitos. Dutra fornece indícios que corroboram nossas avaliações sobre o quão explicitamente um cargo de gestão deve possuir condições de lidar com o caráter moralmente questionável de suas ações. O autor faz isso ao tratar das diferenciações entre as funções de gestão e as funções técnicas ou operacionais, enquanto critica indiretamente as ideias mais simplórias de *empoderamento* (bastante desenvolvidas nos manuais de Chiavenato, como será visto adiante: (DUTRA, 2016)

A arena política é invisível, percebem-na aquelas pessoas que nela transitam. Um profissional técnico, por exemplo, sente que realiza o trabalho duro enquanto seu gerente vive o dia em reuniões, recebe uma série de benesses da organização e ganha mais, portanto o sonho desse profissional é tornar-se um

¹⁹⁴ Para requisitar informações sobre o curso, tais como programa, preços etc., é necessário preencher um formulário composto por diversos campos obrigatórios que limitam os cargos mínimos que se deve possuir para ter acesso às informações. São obrigatórios os preenchimentos de campos com diversas informações de contato, perfil no *Linkedin*, número de subordinados a si, cargo, corporação etc. Esses são os dados mínimos necessários para se conseguir acesso às informações básicas. Um contato destes foi tentado e a resposta veio no sentido de dizer que o autor deste texto não possui o perfil dos alunos do curso e que, caso possua interesse, deveria se inscrever no MBA executivo, menos exigente com relação às funções exercidas e ao *background* pessoal. Em vídeo de propaganda, uma ex-aluna do curso para mulheres conselheiras de gestão (quadros, portanto), relata que um dos aspectos mais relevantes de sua participação no curso foi estabelecer *network* com outras mulheres membros de conselhos. Tal ex-aluna havia sido conselheira de empresas do mercado financeiro e ligadas ao agronegócio. (SAINT PAUL ESCOLA DE NEGÓCIOS, 2017).

gerente. Caso o sonho se realize, *essa pessoa irá levar um susto ao se deparar com a arena política e pode descobrir que não tem ‘estômago’ para isso.* (DUTRA, 2016, p. 175, itálicos e grifos meus)

Assim, um aluno dos exclusivos MBA’s da Saint Paul – que pode ser esse alto gerente, herdeiro ou CEO – deve ter o “estômago” necessário para, no mínimo, ler textos bastante explícitos sobre o caráter manipulador, controlador e explorador de seu trabalho – na prática, deve ter o estômago para executar tais tarefas. Para o trabalhador técnico-operacional explorado (provável leitor dos manuais mais simples), para o técnico um pouco mais alto na hierarquia e para os primeiros níveis administrativos) isso talvez não seja interessante, de modo que os eufemismos ideologicamente interessados tornam-se então essenciais.¹⁹⁵

Um trabalhador operacional talvez não visse com bons olhos que seus diretores entendem como manipulação e controle aquilo que ele aprendeu como se fossem simples técnicas de reconhecimento e motivação. Nesse caso, as resistências pessoais à dominação poderiam emergir de maneiras disruptivas. Não é à toa, portanto, que alguns dos cursos da Saint Paul (2017, 2018a, 2018b) são exclusivos para alunos indicados ou portadores de predicados que garantam sua fidelidade aos princípios capitalistas. Por predicados aqui nos referimos ao posto ocupado no organograma de um capital ou à propriedade do mesmo.

O manual de Dutra, utilizado na FGV-SP e na FEA-USP (por exemplo), cita artigos acadêmicos recentes e internacionais, indicando que esse livro é um elemento da recepção nacional dos desenvolvimentos técnicos mais atuais e elaborados nos países centrais – que tendem a ser as sedes dos capitais multinacionais que produzem e reproduzem boa parte dos avanços na APFT. O modelo do manual de Dutra, encontrado também nos demais textos produzidos por pesquisadores acadêmicos referenciados, sugere que ele talvez tenha como resultado a formação de quadros ideológicos que, idealmente, devem acreditar no que defendem. Mas, para confirmar esta hipótese seria necessária, no mínimo, uma investigação sobre o perfil de egressos em cursos que utilizem seus textos.

O que sugere essa hipótese é o uso de eufemismos técnicos para tratar de assuntos que dizem respeito a aspectos da relação de exploração do trabalho (DUTRA, 2016). Exemplarmente, o processo de demissão é definido pelo autor como “recolocação no mercado de trabalho”, da seguinte forma: “Recolocação de pessoas – capacidade da organização em recolocar as pessoas no mercado de trabalho quando a manutenção da relação de trabalho com elas não é mais possível” (DUTRA, 2016, p. 76). Tal “recolocação” indica o caráter fetichista

¹⁹⁵ Como visto na subseção 2.2 da seção anterior, (“carreiras sem fronteiras”, etc.).

e a inversão entre sujeitos e objetos na APFT, ao descrever que trabalhadores são colocados e recolocados no mercado de trabalho, como mercadorias nas prateleiras de um supermercado.

Na definição de Dutra a mesma recolocação, que coloca trabalhadores como coisas nas prateleiras do mercado de trabalho, é expressa como fruto de uma dificuldade na manutenção da relação entre “colaborador” e “organização”. Algo na organização da frase parece evocar uma relação entre parceiros amorosos, que acaba saudavelmente porque a relação não está mais “dando certo”. Cabe ainda ressaltar que a palavra demissão ou suas formas flexionadas aparecem com pouca frequência no texto, reforçando o caráter apologético. A apologia ao processo de precarização das relações de trabalho também marca presença explícita com eufemismos ainda mais explícitos (DUTRA, 2016, cap. 4), como abordado na subseção 2.2 da seção anterior.

Os manuais de gestão de pessoas mais simples e orientados para futuros trabalhadores operacionais das firmas terceirizadas de RH são impessoais, dizem sobre os afetos, fantasias e as formas de tocá-los. Eles já estão tão distantes da fonte teórica das técnicas apresentadas que, se um aluno quisesse se aprofundar no assunto, as referências bibliográficas não seriam muito úteis. Algo se processa no sentido de fazer com que o acesso desses alunos à fonte do conhecimento seja vetado. É mais um mecanismo garantidor de que cada trabalhador seja produzido e reproduzido como membro de uma fração da classe determinada, seja pela sua origem social, familiar, econômica e cultural, seja pelo próprio sistema educacional. (BOURDIEU, 1992)

Mais de 80% das referências dos livros de Chiavenato, por exemplo, são outros manuais, dicionários, artigos de jornais (CHIAVENATO, 2014b, p. 29) ou artigos de revistas não-acadêmicas, como a revista Exame (CHIAVENATO, 2014b, p. 54). As apostilas de faculdades particulares, como a Uninove (REZENDE, s/a) contêm um número ainda menor de informações científicas e, como fontes, citam manuais como os de Chiavenato. São sete as referências bibliográficas contidas nas 120 páginas da apostila da Uninove. Destas, cinco são manuais e as duas exceções são livros genéricos sobre empregabilidade da Editora Gente, focada em publicações de autoajuda, sem expressão acadêmica.

Os caminhos para se chegar às fontes teóricas das técnicas divulgadas por manuais como os de Chiavenato (2014, 2015a, 2015b, 2016) são tortuosos. Em nossa investigação houve casos de fontes teóricas que, para serem encontradas a partir desse autor, foi preciso consultar a referência da obra que ele cita, a referência que esta última utiliza e repetir o processo uma

última vez, até encontrar a fonte original, contabilizando três mediações entre a obra dele e a fonte teórica original.

Não se trata de um julgamento de valor moral apontar para a utilização ou não de referências acadêmicas internacionais e atuais, nem para a utilização ou não de livros de editoras especializadas em autoajuda. O objetivo desta separação consiste em demarcar uma diferenciação em termos das classes sociais a serem reproduzidas em cada manual, diferenciação que se manifesta (*Erscheint*) na *forma e no conteúdo* dos livros consultados.

Trata-se de sugerir delineamentos específicos sobre as *formas sociais* por meio das quais a *multiplicidade manifesta a universalidade* e, assim, enseja contrariar tendências dissolutivas da relação de capital – como as que se derivam do conflito de classes e da tendência decrescente da taxa de lucro. Tais tendências impõem a necessidade de desenvolvimento de novas técnicas sociais de controle e organização da força de trabalho para a manutenção sistêmica do modo de produção capitalista e para a ampliação do mais-valor relativo e absoluto (além, é claro, de produzir “vantagens competitivas no mercado”).

Trata-se de uma necessidade da própria reprodução social do capital que existam distintos capitais, com distintos princípios administrativos, com trabalhadores portadores de distintas qualidades e orientações pessoais. O próprio trabalho concreto é pré-requisito absoluto do trabalho abstrato, e o trabalho concreto é sempre diferenciado em sua multiplicidade qualitativa. Distintos cargos, hierarquias, modos administrativos e percepções da realidade são necessários para manter a coesão social de um modo de produção universal (e mundializado) como o capitalismo. Tamanha diversidade de técnicas, linguagens, perfis e públicos-alvo dos manuais, embora contenha elementos contingentes, por ser da ordem da singularidade concreta, é determinada como necessária pela universalidade do capital, que demanda o suporte concreto, multiplique e diferenciado do valor-de-uso.

Em termos teóricos, aqui é possível observar um tipo de multiplicidade implicada pela unidade que não tem muito de contingente. Ao longo de toda esta tese foi traçada alguma relação entre multiplicidade e contingência. Explícita em alguns pontos e dedutível em outros. Embora, de fato, a multiplicidade tenda a portar o predicado da contingência, dado que é na multiplicidade do real que o novo e imprevisto tende a aparecer, aqui não é isso que ocorre. De maneira empírica, é possível observar a impossibilidade de simplesmente aplicar violentamente um método sobre a análise do real. Caso fosse estabelecido um método que relacionasse

identicamente, de modo abstrato, a multiplicidade e a contingência, a análise deste caso seria impossível, ou estaria incorreta por não relacionar a necessidade de reprodução do capital com a multiplicidade diferenciada de suas manifestações.

Em termos hegelianos, é possível falar do registro do *fundamento formal* aqui. A *forma social* determinada da APFT estabelece a mediação entre a necessidade absoluta da *relação-de-capital* enquanto *relação-de-fundamento* e a manifestação múltipla sobre o *fundado*. Tal *fundado*, por ser a própria *base e condição* do *fundamento*, permite a reprodução indefinida do capital nos limites do *mau infinito*. Mas o conteúdo de tais determinações, a APFT, é indiferenciado na manifestação, ao menos neste nível da análise – o que condiz com o nível de análise do *fundamento formal*.¹⁹⁶

Assim, as *formas do movimento* são derivadas da observação e não deduzidas a partir do ponto inicial da exposição, pois não é possível esperar que a realidade se apresente respeitando um *script conceitual-lógico*, que ela reproduza os movimentos mentais da mente do teórico que as observa: os modos de relação entre as *formas do movimento do pensamento e suas expressões* (empíricas ou concretas)¹⁹⁷ como *formas sociais* são não-idênticos. As *formas do movimento* são indicações de elementos que, observados, podem produzir resultados analíticos de interesse. Mas não existe algo como um procedimento padrão de relacionamento entre elas, que tornaria logicamente derivável toda a realidade a partir do momento em que encontramos a forma “primeira, simples e imediata”. A dialética não é, com efeito, alguma versão escrita com palavras e pretensamente não idêntica das pretensões fregeanas de criar um sistema lógico completo e absolutamente refratário a toda e qualquer indecisão ou ambiguidade – é um modo de observar a realidade, sem buscar torturá-la com nossas certezas e, ao mesmo tempo, de falar sobre ela no discurso científico.

3.1 Como uma Pereira que gera Peras: a engenharia genética de trabalhadores da APFT

¹⁹⁶ É possível desmoronarmos-nos ainda mais diante do abismo do fundamento. Cada técnica específica, as relações políticas, as histórias e alianças formadas entre quadros, proprietários, cientistas e estadistas possui conteúdos determinados muito específicos – muitos dos quais devem portar *contingências que negam determinadamente a forma geral tendencial de manifestação da essência*.

¹⁹⁷ Empírico é da ordem do *Schein*, da aparência imediata. O concreto já é algo que se pensa a partir das determinações do fundamento.

Esta subseção começa já pela necessidade de explicar seu título, que faz remissão à relação entre a financeirização e a necessidade de técnicas mais avançadas de exploração da força de trabalho – como abordado nestes últimos dois ensaios. O capital portador de juros, que precede o capital fictício da financeirização, aparece no modo de produção capitalista como o fetiche autômato perfeito, a expressão máxima da *aparência (Erscheinung)* de um sujeito automático, autônomo e independente. Como nos diz Marx,

No capital portador de juros, portanto, produz-se em toda sua pureza esse fetiche automático do valor que se valoriza a si mesmo, do dinheiro que gera dinheiro, mas que, ao assumir essa forma, não traz mais nenhuma cicatriz de seu nascimento.¹⁹⁸ A relação social é consumada como relação de uma coisa, o dinheiro, consigo mesma. Em vez da transformação real do dinheiro em capital, aqui se mostra apenas sua forma vazia de conteúdo. Assim como na força de trabalho, o valor de uso do dinheiro transforma-se em fonte de criação de valor, de um valor maior que o que está contido nele mesmo. Como tal, o dinheiro é potencialmente um valor que se valoriza a si mesmo e que é emprestado, o que constitui a forma da venda para essa mercadoria peculiar. Assim, criar valor torna-se uma qualidade do dinheiro tanto quanto dar peras é uma qualidade da pereira. (MARX, 2017, p. 442)

O capital fictício, que é desenvolvido a partir de formas avançadas do capital portador de juros, herda deste seu fetichismo desmedido. Todavia, mesmo no senso comum é sabido que dinheiro não “nasce em árvore” e, a partir de OC, sabemos que o valor não surge de uma abiogênese, mas da exploração do *trabalho vivo*. Logo, a forma fictícia também herda a dependência *fundamental* (isto é, no nível do próprio *fundamento, Grund*) de que haja mais-valor explorado em quantidade suficiente para “gerar” seus frutos-valor. Como a necessidade de valor cresce no mesmo sentido que cresce o capital fictício, na financeirização desmedida as sementes-valor (força de trabalho explorada) do capital fictício precisam ser desmedidamente produtivas. As técnicas de exploração devem, então, ser algo equivalente a uma engenharia genética da tal pereira, é como se ela, além de peras, precisasse produzir maçãs e bananas – além de exploração, precisa-se de trabalhadores gratos pela exploração e dispostos a defendê-la na luta de classes.

A APFT reproduz trabalhadores e quadros técnico-gerenciais responsáveis pelo cultivo otimizado de trabalhadores altamente exploráveis. Tais técnicos gerenciais precisam ser diferenciados entre si, para que cada fração de trabalhadores seja explorada *on demand*, da

¹⁹⁸ Lembremos aqui, a critério da comparação Marx-Hegel, mas que não pode ser aprofundada, o que Hegel diz do Espírito em sua Fenomenologia: “As feridas do Espírito curam sem deixar cicatrizes” (HEGEL, 2002, p. 455). Tal comparação abre uma miríade de possibilidades a serem exploradas, ainda mais levando em consideração o contexto dos capítulos de Marx e Hegel aqui comparados, mas, infelizmente, é mais uma sugestão que não pode ser aqui desenvolvida.

maneira mais eficiente e mais “confortável”, ou seja, que gere menos desgaste, revolta e consciência de classe. Tal diferenciação pode ser observada nos manuais de Chiavenato: um mesmo autor produzindo diferentes ferramentas para administrar a exploração, de acordo com as diferentes *demandas* do capital, como veremos nesta subseção.

Que um mesmo autor (Idalberto Chiavenato) possa produzir livros sobre assuntos bastante próximos e utilizar de linguagens, formulações e pretensões de público alvo tão distintas é um indício do caráter necessário da multiplicidade. Pois é a mesma singularidade que produz materiais diversos – para isso, a singularidade de um mesmo autor atua com o mesmo fim geral (ensinar a APFT), mas com diferentes finalidades específicas, pois cada livro forma uma distinta fração de trabalhadores da APFT.

Comparando-se o já citado livro de Marras e Cardoso (2013) com os manuais também de sua autoria – Marras e Tose (2012), e Marras (2016) – evidencia-se a existência de materiais opostos em seus discursos morais: o primeiro livro é frio e objetivo com relação às relações de dominação e exploração, enquanto os demais são eufemísticos e mistificadores de tudo que pode haver de criticável nas atuações da APFT. Todavia, como se trata aqui de três composições distintas de autores (com Cardoso no primeiro livro, com Tose no segundo e como autor único no terceiro), e de três editoras diferentes, uma dedução sobre o significado dessas diferenças a partir de tais obras poderia ser mais facilmente alvo de críticas.

Trata-se, nesta subseção, de observar um exemplo ainda mais expressivo das relações de segmentação do ensino, interpretado em sua relação com as diferenciações entre frações da classe trabalhadora: os diversos livros e manuais de Idalberto Chiavenato. Em termos das determinações de reflexão, pode-se dizer que os livros de tal autor se refletem de maneira mais diversa do que oposta (ainda que, em termos estritamente lógicos, sempre possa ser atribuída a oposição entre A e não-A). Não existe um salto de discurso tão brusco quanto no caso de Marras, todavia, é o mesmo autor publicando todos os seus livros em somente duas diferentes editoras, com projetos gráficos relativamente semelhantes e com diferenças mais específicas. Esta investigação sugere que, justamente onde tudo parece mais idêntico, é que a diferença, oposição e contradição – a não-identidade, de modo geral – pode mostrar-se de modo mais visível.

O manuais de Chiavenato selecionados para análise são: 1) Gestão de Pessoas – o novo papel dos recursos humanos nas organizações (CHIAVENATO, 2014b), doravante GP; 2) Administração de Recursos Humanos – o Capital Humano das Organizações (CHIAVENATO,

2015a), doravante RH; e 3) Comportamento Organizacional – A dinâmica do sucesso das organizações (CHIAVENATO, 2014), doravante CO.

A diferenciação da linguagem escrita e visual é sutil entre GP e RH e entre ambos e CO existe uma diferença (ainda que suave) de nível hierárquico em termos de domínio, tanto dos conteúdos, quanto da linguagem legitimada pelos mecanismos de diferenciação social.¹⁹⁹ Em termos da relação com as fontes é importante notar que, com relação aos manuais produzidos por pesquisadores como Dutra (2016) e livros como o de Marras e Cardoso (2013), há uma grande distinção: em todos os livros consultados de Chiavenato são pouco frequentes as referências posteriores aos anos 2000, com parte significativa das exceções consistindo em seus próprios livros, que também não citam produções atuais. Os manuais de RH e de CO fazem referências mais próximas às fontes (ainda que estejam desatualizadas do debate acadêmico e citem, sobretudo, outros manuais), enquanto que GP é ainda mais composto por referências a manuais, textos de jornais como o *Estado de São Paulo* e revistas como *Exame* e, sobretudo, por auto-referência, como pode ser observado nas seções de referências de cada capítulo dos três livros.

Para análise da linguagem textual e visual mais específica foram utilizadas as três primeiras páginas do primeiro capítulo de cada livro, mas, como os três livros foram lidos de modo mais amplo, referências mais gerais ao andamento geral serão feitas, sem o mesmo modelo de amostragem empírica precisa.

A linguagem visual dos três manuais é bastante semelhante: uso extensivo de quadros, figuras, *flash cards*, colunas duplas de texto etc. – algo típico da linguagem dos manuais das áreas de ciências sociais aplicadas, como economia. A linguagem, de modo geral, também tende a ser bastante informal. A única exceção é o manual de CO. Este último possui um acabamento emborrachado na capa, um número pouco menor de quadros e figuras (4 ao todo nas três primeiras páginas do capítulo 1, contra 6 do manual de RH e 8 do manual de GP – tal relação persiste ao longo do livro) e uma linguagem que começa mais informal e vai, ao longo do texto, ficando mais técnica, séria e formal. Os outros dois manuais começam e terminam com o mesmo nível de informalidade. O manual de GP, além de informalidade e gírias, utiliza palavras de efeito, como incrível, maravilhoso, duradouro, além de exclamações e, como apresentado, vários quadros para manter a atenção de leitores mais dispersos que os dos demais manuais.

¹⁹⁹ Novamente, aqui a inspiração é bourdieusiana e de seu conceito de cultura legítima.

Todos os três manuais começam seus capítulos com a apresentação de um caso hipotético de apoio. Tais casos, como veremos, nos ajudam a compreender tanto qual é o público-alvo visado pela publicação, quanto qual é a fração de trabalhadores de APFT que é reproduzida pelas técnicas apresentadas.

Em GP, o caso introdutório do primeiro capítulo ganha maior peso como elemento gráfico do que o próprio texto (fonte maior e uso de negrito). Ele é incluído como parte do próprio texto, como se fosse o próprio começo do capítulo em si, em termos de conteúdo, o que, em termos mais diretos, quer dizer que ele não constitui um quadro em separado ou elemento gráfico distinto, como é feito nos outros dois manuais. Esse aspecto é relevante para indicar algo que persiste no resto do livro e nos próximos aspectos a serem avaliados sobre GP: este livro é mais direcionado à produção e à reprodução de trabalhadores possuidores de *soft skills* o que, na linguagem corporativa, indica habilidades menos técnicas, chamadas também de “habilidades comportamentais”, que podem incluir atributos tão genéricos quanto “pensamento positivo” (no sentido de pensamento de quem “ri quando deve chorar”, não no sentido de positividade que usamos nesta tese).²⁰⁰ Vejamos o caso:

Como diretora da Brasil Cosmopolita S/A, Márcia Guerreiro tinha pela frente um importante desafio: transformar o Departamento de Recursos Humanos (DRH), um órgão tradicional, burocrático e operacional, em um componente estratégico da empresa. Para tanto, era necessário tomar três providências iniciais: focalizar o DRH no negócio da empresa, reforçar as atividades estratégicas essenciais e alienar algumas de suas atividades burocráticas e operacionais, como processamento de folha de pagamento, controle de ponto de pessoal, medidas disciplinares, segurança industrial e refeitórios e outras mais. Essas atividades deveriam ser terceirizadas para que pudessem ser operacionalizadas por outras empresas especializadas que as fizessem melhor e mais barato do que o DRH. Tratava-se de localizar no mercado empresas que garantissem menor custo e melhor qualidade. A ideia era enxugar o DRH para torná-lo mais ágil e flexível a fim de se concentrar no essencial: lidar com assuntos estratégicos relacionados com pessoas. Com isso, o DRH descentralizaria operações e centralizaria controles de resultados. Márcia convocou todos os funcionários do seu departamento para trocar ideias, definir objetivos e desenhar projetos para atingí-los. Ela queria que todos participassem ativamente nessa transformação. O que fazer no lugar de Márcia? (CHIAVENATO, 2014b, p. 5)

O caso é fictício. Apresenta “Márcia Guerreiro”, diretora de RH de uma empresa com capital aberto (Brasil Cosmopolita S/A), que somente tem o conhecimento de linhas gerais do

²⁰⁰ Não que não haja relação entre os dois usos, pois tem-se em vista que a abundância de frases motivacionais e edificantes, em um manual como GP, parecem tentar reproduzir, ao mesmo tempo, esse tal otimismo e uma falta cognitiva de negatividade, de capacidade de percepção crítica dos fenômenos. No entanto, isso não pode ser desenvolvido aqui e é mais uma de tantas indicações de objetos a serem investigados à luz das ferramentas apresentadas na primeira metade da tese.

que significa “modernizar” o RH, com base em um nível de senso comum que pode ser encontrado no discurso ideológico da mídia: terceirização de atividades não consideradas estratégicas (como folha de pagamento) e enxugamento de pessoal, por exemplo. Não é necessário ler um manual de GP ou fazer um curso de administração para reproduzir esse discurso. Como se não bastasse, não é Márcia quem possui esse conhecimento, mesmo sendo tão senso comum, é o narrador do texto quem diz o que ela “deveria fazer”, o que seria o correto, não se fala do que ela de fato sabe fazer ou faz, como acontece nos casos de apoio dos outros manuais. A única atividade da qual Márcia é sujeito é “convocar os funcionários”. Ela é efetivamente despossuída de conteúdos concretos e específicos no texto. Esse caráter de Márcia não muda no resto do caso, que segue até o final do primeiro capítulo.

Márcia é uma mulher (além do nome, existe o tratamento no feminino apresentando o gênero) o que, na ideologia dominante de certo sexismo vigente, é algo que se relaciona mais com habilidades “soft” (macias ou moles, em tradução literal) do que com habilidades “hard” (duras ou rígidas, também em tradução literal, nas quais há algo de fálico). É a voz masculina do narrador (parece não haver problemas em afirmar que o narrador seja um eu lírico do próprio autor) que diz o que ela “deveria fazer”, sem dizer sequer se ela o faz, de fato. A Márcia do caso é quase a personificação da *soft skill* em seu estado mais bruto: alguém que não é descrita por qualquer conhecimento técnico, que não demonstrar saber nada, só sentir e ser aberta a ouvir os funcionários.

O segundo caso de apoio (do capítulo 2) vai no mesmo sentido e retrata o engenheiro Roberto Cerqueira que foi promovido a gerente e está “feliz da vida, mas preocupado [... pois] nunca lidou com pessoas” (CHIAVENATO, 2014b, p. 31). Fica implícito que lidar com pessoas é algo que só acontece no ambiente profissional das relações com a força de trabalho, vendida como mercadoria. Pois não é dito que Roberto nunca administrou trabalhadores, pessoas, força de trabalho, etc., ele “nunca lidou com pessoas” o que, naturalmente, não é algo possível na realidade social e só indica o componente fetichista de que um ser humano só é pessoa (física ou jurídica, no caso) se é força de trabalho sob o comando da Gestão de Pessoas. Mas, à parte o fetichismo, o relevante em nosso recorte é o caráter motivacional e informal do texto. Até o final do manual se repetem tanto a estrutura informal do texto, quanto a falta de conteúdos técnicos com relação aos outros manuais do mesmo autor e a aproximação do leitor via casos de personagens fictícios, que não parecem fazer ideia do que estão fazendo e, mesmo assim, ocupam posições de destaque.

O sobrenome do primeiro caso de GP (Guerreiro) fala de uma classe trabalhadora que nem sabe, nem faz – lembrando que, no jargão corporativo, quem parece ser a pessoa que faz é o *executivo* que, na realidade é só quem administra quem, de fato, faz algo. Mas Márcia luta, é guerreira, como é algo usual de ser dito entre trabalhadores pobres que conseguem sustentar suas vidas e as de suas famílias. Ela não aparece (ao longo de todo o texto) com a assertividade de quem sabe o que faz, é insegura. É como se ela falasse aos alunos, inseguros e sem muito conhecimento da área: “vocês podem ser a Márcia, e ela é diretora”. É um livro bastante coerente em termos da relação forma-conteúdo: tenta transmitir aos leitores uma perseverança de “batalhador na vida” e estimula sonhos elevados, mas não dá nem mesmo os conteúdos mais básicos para que, por um acidente, algum deles tenha mais chances de, de fato, ser a Márcia Guerreiro.

Os casos de apoio em GP trazem em si o mesmo sentido de naturalização dos discursos ideológicos. Relacionam direitos, benefícios, controle de ponto e folha de salário como coisas velhas, burocráticas e indesejáveis. De fato, após a precarização das relações de trabalho no Brasil (mas o fenômeno não é, evidentemente, exclusivo de nosso país, ao contrário), o controle de folha de pagamento e de ponto não parece ser mais algo tão necessário. Mas o interessante é que é dado como natural, óbvio e inerente ao novo que ele não possua direitos e que benefícios sejam percebidos como regalias. É uma transmissão das ideias como se fossem, por si só, óbvias e que um aluno que discordasse poderia ser considerado pelos colegas de turma (supondo uma classe de Gestão de Pessoas usando este livro) como um burocrata ultrapassado. Como exemplo, o caso introdutório do capítulo *sobre Benefícios e Serviços Sociais* é bastante ilustrativo:

Quando ingressou no Grupo ABC, Diogo Montenegro trabalhava no departamento financeiro. Havia terminado a universidade, concluído o estágio inicial na empresa e ficou maravilhado ao receber a notícia de sua permanência definitiva no Grupo ABC. Diogo transformou-se de trainee em funcionário. A empresa era excelente; o ambiente de trabalho, agradável, os colegas eram ótimos. Mas havia uma coisa que Diogo *detestava*: o plano de benefícios que a empresa oferecia aos funcionários era coisa de velho, como seguro de vida em grupo, planos de assistência médico-hospitalar, planos de previdência social e coisas desse tipo. Diogo era jovem, solteiro, descompromissado e gozando de excelente saúde. (CHIAVENATO, 2014b, p. 289, grifos nossos)

No atual contexto brasileiro de desmonte dos direitos trabalhistas, previdenciários e do SUS, que tal caso abra o capítulo sobre Benefícios e Serviços Sociais já se relaciona com a produção do discurso que interessa ao capital na classe trabalhadora universitária ou técnica. A relação de identificação entre direitos-benefícios com o velho e flexibilidade-precariização com

o novo é um curto-circuito ideológico. Quem impõe ao leitor-aluno tal curto circuito é a própria Autoridade Pedagógica (AP bourdieusiana), concedida ao professor de APFT (no caso de um docente acrítico) e ao texto do manual de GP de Chiavenato.

O texto do caso faz parecer óbvio que os alunos devam pensar desse jeito. Questionar esse tipo de discurso é pensar como “velho”, do mesmo jeito que possuir um plano de saúde empresarial parece ser coisa de pessoas doentes e frágeis; pois Diogo, que goza de excelente saúde, não se interessa por elas. O questionamento da autoridade do texto, que carece de conteúdo legitimador, é alvo de derrisão por parte do próprio texto. O leitor que simplesmente possuir uma opinião distinta, mas ainda enquanto opinião mesmo, *doxa*, pode se sentir alvo de escárnio no ato de leitura da abertura de um capítulo. O próprio livro o estaria chamando de “velho”. Que a turma e o professor tendam a reproduzir o mesmo comportamento em sala é uma consequência que nosso raciocínio sugere.

De modo geral, esse manual de GP não se distancia da linha teórico-ideológica dos casos introdutórios. Ele é inteiro permeado por uma linguagem extremamente informal, com expressivo uso de gírias, anglicismos corporativos e jargões técnicos. Estes últimos, por sua vez, são definidos de maneira intuitiva e pouco precisa (um exemplo específico disso será apresentado na subseção 4.2, à frente).

Como todos os outros livros analisados, este manual não traz nenhuma novidade com relação a apresentar uma compreensão absolutamente fetichizada dos seres humanos. Como já referenciado em 1.3, logo na abertura, o autor diz que os seres humanos são o “diferencial competitivo que mantém e promove o sucesso organizacional [...] a competência básica da organização, a sua principal vantagem competitiva em um mundo globalizado, instável, mutável e fortemente competitivo” (CHIAVENATO, 2014b, p. 5), ou seja, os sujeitos reais são, na inversão corporativa, um predicado do capital, seu diferencial e sua *competência*.

Repetindo, para que tal inversão não passe despercebida e seja capaz de, talvez, produzir algum abismamento (*zugrunde gehen*): as *pessoas* são competências, habilidades das “organizações” – em termos teóricos, os reais sujeitos são convertidos em predicados de um capital individual.²⁰¹ Mais uma vez, textos de APFT apontam que a função da administração de seres humanos é se contrapor às dificuldades impostas pela concorrência (que pode ser

²⁰¹ Por meio de uma continuação desta pesquisa, poder-se-ia estender tal raciocínio para o conceito de “capital humano”.

entendida como um dos *locus* de manifestação da tendência à queda na lucratividade em capitais individuais).

Esses casos do manual de GP exibem muitas diferenças com relação ao manual de CO, que apresenta Frederico, um consultor assertivo que é descrito com o uso de verbos no presente do indicativo, assertivos. Ele alterna esse tempo com o infinitivo que aparece para dizer dos objetivos e intenções de Frederico, a primeira das quais é “conseguir vender seu peixe”. Exibindo desde o princípio uma forte linha ideológica naturalizando tal comportamento como o que naturalmente deve ser feito, como o significado de ser moderno. Nesse sentido, nenhum dos três manuais se diferencia, todavia, RH e CO apresentam mais conteúdo técnico para sustentar tal linha ideológica. Ambos os livros falam com seus públicos alvo, Márcia promete uma realidade futura na tentativa de motivar os alunos que, inseguros como ela, podem ser diretores de uma grande empresa. Frederico fala ao consultor que vai fazer um MBA, mas não em programas exclusivos como o da Saint Paul, dado que ele vai aprender no livro a “vender seu peixe” e conseguir bons contratos. Segue o caso de Frederico:

Frederico Rodrigues é consultor organizacional. Seus clientes são empresas de grande porte que atuam nos mais variados ramos de negócios. Frederico faz reuniões com dirigentes empresariais para conquistar novos contratos de prestação de serviços. Por isso, Frederico precisa conhecer profundamente a vida organizacional, seus problemas e soluções, para conseguir *vender o seu peixe*. Feito o contrato de prestação de serviços, o trabalho inicial de Frederico consiste em fazer um diagnóstico prévio sobre os problemas enfrentados pela empresa. Para tanto, procura obter dados a respeito, por meio de entrevistas com executivos e funcionários da empresa, e tenta verificar os relatórios internos. À medida que coleta dados e informações, faz anotações e registros na tentativa de elaborar um quadro geral de referências sobre os problemas e suas possíveis causas. A seguir, faz reuniões com grupos internos para debater, checar e confirmar suas conclusões. *Quando está seguro* de que o seu *diagnóstico* está preparado, Frederico planeja as intervenções e soluções necessárias para eliminar ou reduzir o problema que aflige o cliente. Nessa altura, volta a fazer reuniões com a diretoria para apresentar seu diagnóstico e o plano de *ação terapêutica para resolver o problema da empresa* e receber o seu aval para dar prosseguimento aos trabalhos. Para conduzir todas essas ações preliminares de consultoria, Frederico precisa reunir profundos conhecimentos sobre o comportamento organizacional das organizações. Na sua opinião, quais seriam esses conhecimentos? (CHIAVENATO, 2014, p. 5, *itálicos meus*)

Logo na primeira frase uma diferença já se mostra: Frederico *é* algo. Nem Márcia, nem Diogo, nem a maior parte dos casos de GP são retratados nessa forma de “a pessoa *é* algo”. Além disso, Frederico sabe e faz, algo que não ocorre nos casos introdutórios de GP. Frederico fica seguro de um diagnóstico e, como consultor, ele é retratado como um terapeuta comportamental da “organização”. A inversão fetichista sujeito-objeto é bastante explícita, pois

até psiquismo e saúde mental o capital parece possuir, ideologicamente falando, já que ele é alvo de “ações terapêuticas”.

Por um lado, a diferença entre os manuais RH e GP parece ser o tipo de trabalhador que reproduz, mas não um público alvo diferente *em si*.²⁰² Por outro lado, entre CO e os dois primeiros manuais há uma diferença de nível de conhecimento pressuposto do leitor e, portanto, uma diferença de público-alvo. Algum conhecimento prévio já é assumido e o caso de identificação com o leitor é bastante diferente, pois Frederico não só sabe (como Roberto do manual de RH também sabe, como será apresentado à frente), como ele sabe o que fazer e faz. Podemos supor que este manual seja utilizado em pós-graduações de menor *status* e exclusividade (em comparação com o MBA para quadros *c-class*²⁰³ e proprietários de capital) mas que, ainda assim, demanda um conhecimento prévio maior do que GP e RH.

O caso motiva o aluno com base na ideia de que o conhecimento de Comportamento Organizacional (disciplina do livro) é responsável pelo sucesso ou fracasso de uma organização. O livro começa com um vocabulário simples, abrindo com alguma informalidade e uso de gíria (“macete”, por exemplo). Mas jargões como fator humano são incluídos sem explicações, são dados como conhecidos. O sentido de comportamento humano é primeiramente utilizado no sentido do senso comum de um aluno de administração. Depois disso ele é apresentado em um quadro explicativo, com quatro diferentes definições. Na sequência o manual formula sua própria definição, focada em garantir “competitividade e sustentabilidade, para atender às demandas dos seus *stakeholders*” (CHIAVENATO, 2014, p. 6-7), ou seja, uma definição associada a uma finalidade prática para um consultor organizacional que deseje ser contratado apresentando soluções para reestruturação das relações interiores a um dado capital. Além disso, na definição fica explícita a posição de que o controle do comportamento no interior do capital (comportamento organizacional) possui um papel central na estabilização da *unidade*²⁰⁴ de um dado capital no processo concorrencial. No mesmo sentido, ele deve possuir um papel

²⁰² Talvez seja possível falar em uma diferenciação *para si* dos trabalhadores formados por um ou outro material, isto é, uma diferença no modo como eles se percebem. Mas, não é o caso de explorar essa questão, que parece pouco profícua para nossos objetivos.

²⁰³ *C-class* é a terminologia corporativa estrangeira para o quadro dos diretores (e o presidente) de um capital. *CEO (Chief Executive Officer)* é o equivalente ao presidente e *CFO (Chief Financial Officer)* ao diretor financeiro, por exemplo.

²⁰⁴ “Quebrar”, falir, se relaciona com perda de unidade, pois tal capital pode deixar de existir ou ser absorvido por outro, perdendo sua existência singular.

igualmente importante na questão da lucratividade e da valorização financeira, pois sem algum dos dois a manutenção (em escala ampliada) do capital está comprometida.

O livro de RH também coloca os alunos em uma posição mais ativa, e promete discutir os conceitos com o leitor, não somente oferecer uma definição acabada. A descrição do caso introdutório também é mais ativa do que em GP. Roberto Perez é presidente de uma empresa produtora e comercializadora de autopeças e o primeiro verbo que o designa, após a informação de que ele é presidente é “saber”, no presente do indicativo: Roberto “sabe que outras empresas produzem produtos como os seus e que precisa estar adiante deles em termos de qualidade, produtividade e preço”. (CHIAVENATO, 2016, p. 6).

Diferente de Márcia, Roberto é assertivo, ele “sabe” de algo, se move na direção do desejado e acredita que o saber é a ferramenta privilegiada de ascensão social. Ele se assemelha muito ao perfil de um aluno mais velho que frequenta cursos de graduação ou técnicos, custeado por seu trabalho como proletário ou por seus rendimentos como pequeno proprietário. A expectativa de ascensão via sistema de ensino, por parte de representantes de algumas frações da classe trabalhadora é extensamente teorizada por Bourdieu (1992, 2006) e uma investigação mais profunda desse autor poderia auxiliar no aprofundamento dessas conclusões. O próprio texto de RH é bastante assertivo e definidor, mais do que GP e CO. De todos os três manuais neste estão as frases mais curtas e com estrutura de determinação reflexiva direta e abstrata, quase ríspida. São definições sequenciadas em períodos curtos e distintos, como no exemplo:

A área de RH funciona em um contexto que envolve organizações e pessoas. Gerir pessoas significa lidar com pessoas que participam de organizações. Mais do que isto, significa gerir os demais recursos organizacionais com ajuda das pessoas. Assim, organizações e pessoas constituem a base fundamental de mutualidade em que funciona a área de RH. (CHIAVENATO, 2016, p. 6)

Se GP é focado em transmissão de *soft skills*, RH é o oposto e dá o enfoque a transmissão de técnicas e conceitos instrumentais e CO valoriza ambos, pois transmite bastante conteúdo técnico, ao mesmo tempo que afirma:

É preciso saber lidar com pessoas de diferentes personalidades e saber se relacionar e se comunicar com elas. Isso nada tem a ver com os conhecimentos técnicos e especializados da formação de cada executivo. Mas tem uma grande relação com o desenvolvimento de habilidades no relacionamento interpessoal. O conhecimento puramente técnico é capaz de levar o profissional até certo ponto; depois disso, as habilidades interpessoais se tornam imprescindíveis. (CHIAVENATO, 2014, p. 6)

Em RH Chiavenato transmite o básico do conhecimento técnico que é capaz de “levar o profissional até certo ponto”. Os períodos curtos e diretos de RH parecem se relacionar com

trabalhadores que executam funções mais técnicas, que demandam compreensão e cumprimento de ordens diretas. Por fim, é interessante notar que o Roberto de RH e a Márcia de GP são funcionários, ainda que em altos cargos (quadros) e seus interesses são os da empresa. Frederico, por outro lado, é o “empreendedor” do mercado precário, seus interesses são relacionados com “vender seu peixe” e os capitais para os quais vende sua força de trabalho, venda disfarçada em contratos de prestação de serviços, são seus clientes. Ele é o agente de toda a situação, é ideologicamente colocado como um igual com relação aos capitais que contratam seus serviços. Ele é o empresário e as empresas são suas clientes. Mais um elemento de formação ideológica em favor da precarização das relações de trabalho, como tantos outros, recorrentes em todos os livros analisados.

Pode-se deduzir que essa estruturação – diferenciada entre duas formações distintas de técnicos-administrativos da APFT, separados em *soft skills* e *hard skills*, e trabalhadores formados com um conteúdo relativamente mais amplo – é necessária para o capital em sua reprodução, que possui como *condição* (no sentido conceitual do termo desenvolvido na seção 5 do ensaio 2) a diferenciação dos trabalhos concretos, ainda que tudo isso resulte tão somente na acumulação de valor, que possui como substância o trabalho abstrato. No mesmo sentido:

Numa formação social determinada, a AP que as relações de força entre os grupos ou as classes constitutivas dessa formação social põem em posição dominante no sistema das AP é aquela que, tanto por seu modo de imposição como pela delimitação daquilo que ela impõe e daqueles a quem ela o impõe, corresponde o mais completamente ainda que sempre de maneira mediata, aos interesses objetivos (materiais, simbólicos e, sob a relação considerada aqui, pedagógicos) dos grupos ou classes dominantes. (BOURDIEU, 1992, p. 22)

Assim, na contingência múltipla das técnicas, manuais e autores, a universalidade concreta do capital impõe suas necessidades. Funcionários com diferentes níveis hierárquicos de conhecimento (como *aparece* entre CO e os outros dois manuais) e com conhecimentos de diferentes naturezas (ainda que no mesmo setor) são absolutamente necessários de serem reproduzidos. Que tais funcionários sejam responsáveis pela administração e controle da força de trabalho em termos de coesão e produtividade é algo que só reforça a relevância de tais distinções.

4. Espoliação do Negativo: do bolso do capitalista à motivação do precariado

Ricardo Yoshio Okama Tokumoto – **RYOT**

A organização deste ensaio dificilmente conseguiria seguir o ordenamento baseado no desenvolvimento das determinações internas do objeto. Isso se deve à necessidade de um recorte imposta pelos prazos de um doutorado e pela estrutura e tamanho dos ensaios. Dada essa necessidade, a restrição do foco da pesquisa não conseguiu levantar elementos suficientes diversos e relacionados para o encaminhamento propriamente imanente da investigação sobre o objeto inserido em sua totalidade.

Neste ensaio, considerado isoladamente, o movimento de abismamento não foi capaz de se aproximar suficientemente do fundamento da APFT. Todavia, pode-se dizer que a aproximação ao fundamento do objeto geral da tese, a tensão uno-múltiplo e necessário-contingente em operação na relação de capital e no modo de produção capitalista, foi o suficiente para provocar um desmoronamento e um abismamento desmedido – pelo menos da própria investigação aqui exposta.

Esta tese encontra e perde, simultaneamente, todo seu sentido nesta seção que a encerra. Desde o começo da investigação a base das formulações e desenvolvimentos se dá na forte tendência à unilateralização das interpretações, mesmo entre tributários da dialética. Hegel tratou disso como derivação do *entendimento* como forma positiva de construção do pensamento e, um dos nomes desse processo, é identidade abstrata, como foi apresentado. Adorno, por sua vez, disse que a identidade é a forma absoluta da ideologia. Trata-se de uma rejeição ou negação (igualmente abstrata) da negação como forma de pensamento.

São diversas as origens e determinações que se compõem para a conformação dessa tendência que opera soberana sob o capitalismo. Esta seção se encontra com uma delas que é, justamente, a responsável pela possibilidade que tivemos de estabelecer um modo de exposição

circular na tese, ainda que com tantos objetos heterogêneos. Trata-se do fato de, além de repelir e enclausurar o negativo como fruto de um pensamento errado e incoerente, o capitalismo ter aprendido a parasitar a capacidade negativa que estrutura o próprio conceito de sujeito.

Não só trabalho, mas desejo e linguagem também conseguiram ser alienados dos sujeitos reais em favor do sujeito automático capital. Tais capacidades negativas, constitutivas da experiência subjetiva e das formas autênticas de estabelecer uma relação com o mundo, foram transformadas em capacidades produtivas e estabilizadoras da relação de capital como modo dominante de produzir e reproduzir formas sociais autointeressadas e auto-reprodutivas, quais sejam: valor; mercadoria; capital; venda de força de trabalho, opressões e modos de vida específicos marcados pela perda da subjetividade, pelo atomismo narcisista de sujeitos pensados como indivíduos – que seriam, por natureza, egocêntricos, egoístas, calculistas e otimizadores da relação dor-prazer – etc.

As técnicas de APFT são um dos *locus* privilegiados de execução de tais tarefas. A razão para isso, considerados todos os desenvolvimentos feitos neste e nos ensaios anteriores, segue-se quase como um corolário: é justamente por meio da expropriação da capacidade humana de trabalhar (a força de trabalho) que o capital obtém a substância da acumulação (sua força *essencial* de movimentos). Este é o elemento mais *basal* e necessário para a manutenção de sua estabilidade social e para *contrariar* todas as tendências à sua dissolução. As capacidades negativas dos sujeitos são elemento central para que o processo do conhecimento verdadeiro (no sentido das dialéticas da imanência) seja um *infinito movimento de regresso ao fundamento*, de *interiorização* das forças de *oposição* como *contradições produtivas* e como *superação* dialética das situações de contradição e dissolução. Ao parasitar e se apropriar de toda essa potencialidade para si, o capital se torna mais versátil e sua subjetividade automática passa a produzir ilusões objetivas cada vez mais potentes de que é um sujeito real.

Como vimos na seção 3.1, há quem diga que o capital precisa de terapia (o que implica que ele possua um psiquismo). Esse discurso não é simples engano, mas um engano objetivamente criado pela constituição do capital, desenvolvida de modo tão pungente que se torna proprietária de uma “enorme coleção”, coleção esta que não é “só” de mercadorias, mas de distintas subjetividades reais com suas negatividades próprias – “motivadas” e “engajadas” a entregarem tudo que as constitui àquele que contrata sua força de trabalho e, por consequência, ao capital social total e ao capital em geral.

Sobre a relação entre retórica, discurso capitalista neoliberal, objetividade e pensamento unilateral, podemos consultar o debate sobre a Retórica na Economia que nasceu nas páginas

da *Revista de Economia Política*. Sobretudo o último capítulo, quando uma crítica abstratamente unilateral (FERNANDES, REGO e GALA, 2004) às críticas de Paulani (2008) exhibe exatamente a manifestação objetiva da incapacidade, ideologicamente em operação, de que as formas de pensamento lidem com a contradição.

A dificuldade do pensamento negativo hoje não se deve mais somente às capacidades repressivas do modo de vida reflexivamente relacionado ao modo de produção capitalista. Trata-se de algo mais agressivo, trata-se de uma expropriação do negativo dos sujeitos, forçados a serem felizes e contentes por meio de uma combinação física, social e psiquicamente tóxica de: indústria cultural e farmacêutica; psiquiatria e psicologia instrumentais *mainstream* e avaliações constantes do *comportamento* das *pessoas* pelos departamentos de APFT nas empresas que determinam que bom humor e otimismo são *soft skills* necessárias ao proletariado, sob a pena de, na sua ausência, o desemprego ser uma ameaça ainda maior.

Além disso, são cooptados e apropriados pelo capital a negatividade nas seguintes formas imanentes aos sujeitos: a criatividade; a capacidade crítica (nos moldes da qual se produz esta tese); a imaginação e a capacidade de imaginar outro mundo e habilitá-lo mentalmente (como nas brincadeiras e jogos); e a crítica socialmente operante nas lutas sociais e sindicatos (transformados em *parceiros e stakeholders* pela APFT).

Excetuando a parte da apropriação das críticas intelectuais,²⁰⁵ esta seção abordará brevemente os elementos que, no último parágrafo, foram apresentados como apropriados pelo capital, no esforço universalmente empreendido de *contrariar* as tendências dissolutivas de sua reprodução em escala ampliada. Na primeira subseção, Boltanski, Chiappelo, Paulani e Safatle são mobilizados para demonstrar a forma geral da cooptação cínica das críticas sociais, levada a cabo pelo capital e seus agentes. Na segunda, a gamificação é apontada como estratégia de apropriação dos espaços imaginários de exteriorização de si (que é dito existir nos jogos e brincadeiras de criança) onde criatividade, normatividades distintas às que operam no capitalismo, imaginação e a capacidade negativa de habitar um mundo imaginário são capturados, alienados e expropriados em favor da reprodução ampliada dos capitais. Finalmente, na última subseção, o empoderamento, conceito original de movimentos sociais críticos, como o movimento negro, se manifesta, nas APFT em uma versão impotente do ponto

²⁰⁵ Para investigar este ponto seria interessante uma avaliação empírica da Open Society Foundations e do Institute for Economic Thinking mantidos por George Soros e financiadores de produção teórica crítica.

de vista crítico, e potente do ponto de vista de produzir engajamento, motivação e sobretrabalho na classe trabalhadora.²⁰⁶

São apenas abordagens curtas sobre poucas questões, mas as conclusões que elas levantam tornam a tese um ciclo fechado em si mesmo. Avalia-se que cada uma dessas questões é suficientemente rica para um ensaio próprio, de modo que a abordagem a ser feita de cada uma delas será limitada à apresentação de certos elementos e a sugestões de pesquisa.

4.1 Novo Espírito do Capitalismo ou Cinismo Desmedido? Das Apropriações da Crítica Social

O primeiro passo para continuarmos no terreno das apropriações ideológicas do poder do negativo, inerente aos sujeitos reais, é localizar essa crítica no interior da Economia Política marxista. Se tudo o que foi dito antes neste ensaio se relaciona mais ou menos claramente com a subsunção *real* dos sujeitos ao capital e com as finalidades da acumulação, pode-se afirmar que também esta tese pode ter o mesmo fim. Em particular a presente seção deste último ensaio corre um risco maior de ter seu conteúdo apropriado na contramão das análises teóricas, metateóricas e posições políticas aqui claramente colocadas por seu autor. Para tanto, o artigo de Paulani (2001) é essencial. Nele, além de apontar a atualidade da questão da subordinação da força de trabalho ao capital para a economia política e, nessa medida, apontar igualmente para os problemas das concepções que vaticinam sobre o fim do trabalho e/ou a perda de centralidade do trabalho, a autora estabelece as relações entre o papel da força viva de trabalho e as formas sociais específicas por ela assumidas em cada momento histórico do capitalismo.

Chiapello e Boltanski (2005) são outros autores que vão no mesmo sentido criticado por Paulani, na defesa de uma perspectiva de que a crítica marxista da sociedade capitalista está ultrapassada. Eles criticam os críticos do capitalismo por não haverem percebido tanto a robustez do capitalismo quanto o fato de que o mesmo se desenvolve e evolui a partir de seus críticos. Em outras palavras, eles estão indicando que o sistema tem a capacidade de se apropriar das críticas de que é alvo (e no centro delas estão Marx e os marxistas) para manter o seu domínio. Para os autores, o capital incorpora a crítica a si e constrói mecanismos de justiça e bem estar para se sustentar moralmente, gerando *motivação e engajamento* na sociedade (como

²⁰⁶ Seria interessante pesquisar o retorno forte que tal termo empreendeu nos movimentos sociais atuais, como isso se relaciona com seu uso na APFT e com a origem social crítica do termo.

seus estudos também se deram sobre textos referentes à administração de negócios os termos são os mesmos encontrados nos manuais). (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2005, p. 26-43).

Neste ponto da exposição sobre os autores, haveria pouco a discordar, com a exceção dos pontos específicos dessa primeira crítica a Marx. Eles afirmam que uma falha dos críticos, sobretudo de Marx, foi não haver previsto que o capitalismo seria tão robusto (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2005, p. 27) – como também notou Safatle (2015, p. 262-263) em sua avaliação do grupo de autores. Se estamos de acordo com o fato de que Marx não previu diversas transformações no capitalismo,²⁰⁷ não cabe, dadas nossas perspectivas teóricas, esperar dons proféticos de cientistas. Se, de um lado, a ciência, de fato, deve ser capaz de prever consequências de certos movimentos e algumas tendências gerais (ou particulares), de outro, a contingência é viva, carregada de negatividade e não parece respeitar nenhuma teoria por completo, ainda que se relacione reflexivamente com ela e tenda a alterá-la no movimento histórico.

Marx não previu a dimensão das contratendências à queda na taxa de lucro, por exemplo, mas, nos deixou as ferramentas para analisar as *formas gerais do movimento* do capital e assim sermos capazes de fazer, coletivamente e por meio das formas críticas e imanentes da dialética, aquilo que o fato de ele ter vivido no século XIX impediu-o de fazer.

Podemos agora prosseguir com a caracterização de Boltanski e Chiapello sobre o novo espírito do capitalismo, lembrando, de antemão, que, apesar de o trabalho desses autores ser metodologicamente pouco compatível com o referencial metateórico aqui adotado, sua pesquisa é muito sugestiva relativamente ao material empírico deste ensaio e, portanto, serviu-nos de inspiração.²⁰⁸

Inicialmente, podemos apontar que os autores tratam centralmente da questão de como o capitalismo consegue incorporar toda forma de crítica social,²⁰⁹ que é bastante importante aqui, já que se relaciona com o uso apologético que o manual de Marras e Cardoso (2013) faz do conceito de cooptação dos interesses dos trabalhadores, levantado anteriormente neste ensaio. Todavia, eles não só afirmam que a apropriação da crítica seria o eixo motor das

²⁰⁷ Além de não ter previsto o Toyotismo, as novas formas sociais de dominação dos trabalhadores e a dominância financeira ele afirmou também, de maneira errônea, que o dinheiro mundial jamais poderia existir sem lastro em alguma mercadoria real, como o ouro. Paulani (2014) também faz críticas a Marx nesse sentido.

²⁰⁸ Devemos a sugestão de analisar aqui esses autores ao Prof. Fernando Rugitsky, quando de sua participação nas avaliações de progresso desta tese.

²⁰⁹ Eles fazem isso mobilizando, sobretudo, as categorias de teste e cidade – desenvolvê-las, todavia, escapa ao escopo desta tese e deste ensaio.

transformações sociais no espírito do capitalismo, como consideram que essa incorporação é algo desejável.

Aquilo que aqui compreendemos como a expropriação da negatividade da subjetividade humana, como algo que provoca danos incomensuráveis na experiência subjetiva diante da vida na sociedade capitalista contemporânea, os autores consideram como uma força proponente na direção da ampliação do bem estar e da justiça social. Grosso modo, a ideia geral dos autores consiste em que a crítica surge de um inconformismo que desponta nos discursos críticos (discursos, aí entendidos em um sentido foucaultiano que relaciona a ideia com os atos que são motivados a partir dela). A partir da crítica, o capitalismo geraria microdeslocamentos que acomodariam partes dela, confeririam satisfação em certos grupos, diminuiriam a tensão social e gerariam transformação e movimento no sistema. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2005, p. 28-30, 485-492).²¹⁰

Neste ensaio, a incorporação da crítica pelo capitalismo é vista de maneira que segue no mesmo esteio de algumas considerações de Safatle (2015) anteriormente apresentadas e das teorizações de Adorno (2008, 2010) a respeito da instrumentalização da ciência em favor da *administração* da vida social, como abordado neste ensaio. Tais desenvolvimentos parecem ser incompatíveis com as perspectivas políticas explícitas no sentido da legitimação do capitalismo implicados nas formas de uso que os autores franceses fazem da noção de microdeslocamentos cunhada a partir da análise empírica das revistas de Administração.

Ainda que sejam autores que tendem a preferências unilaterais pela dimensão do diverso-contingencial, e, portanto, demandem um esforço maior para compatibilização política e metateórica com nossos desenvolvimentos, Chiapello e Boltanski evidenciam aspectos das formas de apropriação das críticas ao capitalismo de tal modo que, quase vinte anos mais tarde (o último grupo de revistas analisadas pelo autores é da década de 1990), os termos e apropriações por eles então referenciados ainda estão presentes nos manuais de APFT. Por essa razão, incorporamos algumas de suas observações, análises e evidências, sem incorporar nada dos procedimentos metodológicos ou teóricos – por exigências daquilo que compreendemos como tentativa de rigor conceitual imanentes aos nossos desenvolvimentos.²¹¹

²¹⁰ Além da questão anterior, eles afirmam que iniciam seu trabalho com uma crítica autodenominada reformista (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2005, p. xvi). Isso não é dito aqui no sentido de invalidar suas teorias, mas reforça a incompatibilidade entre duas visões sobre a sociedade capitalista.

²¹¹ Além dos diversos objetivos e objetos de pesquisa que extrapolam esta tese e que foram expostos neste ensaio, outra investigação que parece precisar ser feita é desenvolver a mesma análise de compatibilização metodológica (que foi feita com relação aos referenciais marxistas em oposição) com relação à tensão, ainda mais forte, entre

Para “manter seu poder de atração” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2005) os autores mostram que o capitalismo precisa incorporar questões culturais que surgem de maneira relativamente autônoma a ele. Essa cooptação, que eles chamam de “uma espécie de síntese” de elementos culturais que podem até ser críticos ao capitalismo é o ponto central da estratégia de mobilização dos afetos para gerar engajamento e legitimidade. Assim, tem-se um elemento para auxiliar na compreensão de porque há uma relevância tão central do conceito de cultura corporativa nos manuais.²¹² Este termo, por sua vez, incorpora técnicas de gestão cultural no interior de capitais que, pela sua ação mundializada ou, no mínimo, inter-regional, agem sobre trabalhadores culturalmente diversos. Além disso, o termo notadamente, incorpora demandas de movimentos sociais particulares, como as lutas LGBT, feministas, de grupos etnicamente dominados (como os afrodescendentes, em particular, e pessoas não-brancas, de modo geral), de pessoas com deficiência etc. Isso é feito no sentido de tornar a “cultura da organização” compatível com as diferentes expectativas normativas culturais de seus integrantes, gerar engajamento de participantes de grupos marginalizados e aumentar a estabilidade corporativa e a produtividade do trabalho. Além disso, o ingresso de membros de tais grupos em determinados nichos de mercado brinda esses capitais com o selo do “socialmente responsável”.

No mesmo sentido, os autores também apontam a necessidade de um discurso para acomodar os quadros desconfortáveis com a “distância cultural” entre eles e os trabalhadores operacionais (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2005, p. 15-18). Essa distância geraria nos quadros uma recusa em executar determinadas demandas em função de conflitos entre suas éticas pessoais e as consequências de suas decisões para os trabalhadores que eles administram e para a comunidade cultural e política na qual os negócios estão inseridos. Eles defendem que os quadros, sobretudo os mais jovens, tendo que lidar, a todo momento, com os efeitos deletérios gerados pela instabilidade de seus postos e funções, necessitam de motivos para se engajar. O espírito do capitalismo, definido como “a ideologia que justifica engajamento no capitalismo” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2005, p. 8),²¹³ precisa aplacar a ansiedade provocada pelas seguintes questões:

- Como o engajamento comprometido com o processo de acumulação pode ser uma fonte de entusiasmo mesmo para aqueles que não serão necessariamente os principais beneficiários dos lucros a serem obtidos?

marxismo e pós-modernismo/pós-estruturalismo. Todavia, essa pretensão extrapola, em muito, as capacidades desta tese.

²¹² Objeto deixado, como apontado na introdução deste ensaio, para pesquisas futuras.

²¹³ “the ideology that justifies engagement in capitalism”.

- Em que medida podem aqueles envolvidos no universo capitalistas terem a garantia de um mínimo de segurança para si mesmos e suas famílias?
- Como pode a participação em firmas capitalistas ser justificada em termos do bem comum, e como, confrontado com acusações de injustiça, pode o modo segundo o qual elas são conduzidas e administradas ser defendido? (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2005, p. 16).²¹⁴

Em nossos termos, poderíamos dizer que os compromissos gerados em cada uma das fases do “espírito do capitalismo” derivariam da tensa relação de cooptação e apropriação que envolve a tentativa dos capitais em *interiorizar* (*Erinnerung*) a resistência e a negatividade dos sujeitos (o que inclui tanto sujeitos singulares quanto agrupamentos sociais organizados). Atrair desejos resistentes exige que ações consideradas antiéticas (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2005, p. 20-21) ou opressivas pelos grupos afetados sejam modificadas marginalmente, de modo a se tornarem justificáveis. A questão da ansiedade e de sua administração, bem como da depressão, é um assunto recorrente nas técnicas e discursos sobre motivação, cultura organizacional e engajamento nos manuais de Gestão de Pessoas.

Todavia, o livro de Marras e Cardoso sugere que a fase em que os quadros resistiam à dominação e manipulação envolvida em suas atividades é passada e que eles parecem conseguir lidar com alto grau de clareza sobre o caráter opressivo de seus trabalhos. Todavia, os setores mais mal remunerados da gestão, que incluem os trabalhadores da APFT que não chegam a ser quadros, parecem precisar de legitimações mais intensas. Que a legitimação das atividades seja ideológica e a incorporação das demandas sempre parcial e falsa em alguma medida, parece derivar diretamente de que ao capital o que de fato importa é a acumulação ampliada, mantendo, neste sentido, as conclusões de Marx – ainda que devendo ser atualizadas para os desenvolvimentos das técnicas de exploração, acumulação e, em suma, técnicas e instrumentos de contratendência às tendências dissolutivas do capital.

Mais do que fornecer um sentimento de justiça, as cooptações das críticas ao capital parecem servir à internalização das capacidades negativas dos sujeitos dentro do quadro das capacidades do capital-sujeito de lidar, incorporam e acumular a partir das contingências que poderiam destruí-lo.

²¹⁴ “How is committed engagement in the processes of accumulation a source of enthusiasm, even for those who will not necessarily be the main beneficiaries of the profits that are made? To what extent can those involved in the capitalist universe be assured of a minimum of security for themselves and their children? How can participation in capitalist firms be justified in terms of the common good, and how, confronted with accusations of injustice, can the way that it is conducted and managed be defended?”. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2005, p. 20-21)

Durante as décadas de 1950-1970 críticas como a necessidade de empoderamento, a crítica ao trabalho alienante e sem sentido e às formas de consumo de massa foram internalizadas nas “forma material do processo de trabalho”, sobretudo por conta do sucesso das práticas toyotistas (PAULANI, 2001). Sobre isso, Safatle afirma (2015, p. 263): “O resultado dessa crítica teria sido a reconfiguração do núcleo ideológico da sociedade capitalista e a consequente modificação do *ethos* do trabalho. Exemplo maior da “capacidade de sobrevivência do capitalismo por endogeneização da crítica”.

A partir daí podemos derivar um duplo sentido nas afirmações ideológicas tais como: “os trabalhadores querem flexibilidade, as gerações atuais querem liberdade para se realizar, a segurança e a estabilidade são ‘coisa de velho’”, como apresentamos nos casos de Chiavenato analisados na primeira subseção da seção anterior deste ensaio. Por um lado, tais mudanças possuem base (*Grundlage*) e fundamento na endogeneização da crítica (ou sua internalização, no sentido de *Erinnerung*, como preferimos) pois, de fato, um estrato da classe trabalhadora dos países dominantes demandou algumas mudanças em sentido paralelo àquelas que o capital realizou. De outro lado, porém, tais demandas, internalizadas a partir da cooptação e assim neutralizadas em seu potencial negativo e dissolutivo da relação de capital, terminaram logicamente por se tornar ferramentas em favor da própria dominação dos trabalhadores, da ampliação da carga de trabalho com a manutenção dos salários (contribuindo para o aumento da mais-valia absoluta) e do engajamento dos mesmos nos objetivos do capital. Com muito mais facilidade, os trabalhadores passam a ser objetiva, midiática e pedagogicamente manipulados no sentido de compreenderem como se fossem suas as necessidades do capital. Parece então ser bastante bem atingido o objetivo da APFT anunciado por tantos autores, qual seja, o de fazer coincidir os interesses dos trabalhadores com os interesses das empresas (como visto nas seções iniciais deste ensaio).

Assim, é exatamente a tensão negativa, sobre a qual recai a ênfase desta tese e que lhe dá sua linha investigativa e seu fio condutor (em conjunto com o conceito de *forma social*) o elemento do qual o capital se apropria, esvaziando os sujeitos de suas capacidades de, de fato, incorporá-lo. O caráter dos trabalhadores enquanto sujeitos negados na atual fase do capitalismo, tal como indicado por Paulani (2001) parece ser assim levada a cabo. Se existe, no campo do marxismo, a discussão sobre o caráter formal ou real da subsunção do trabalho ao capital, talvez possamos falar de um grau ainda mais elevado de subsunção real: a subsunção subjetiva. E aqui é preciso lembrar que subjetividade não se refere àquilo que é percebido no interior dos pensamentos dos seres humanos e que subsiste sem qualquer respaldo na

realidade,²¹⁵ mas a qualidade que possibilita a execução concreta da capacidade de agir como sujeito, como potência negativa de transformação e resistência.

E nem se trata mais de falar somente da apropriação da subjetividade no trabalho, mas também no consumo (Fontenelle, 2006; 2008; 2010; 2015), no lazer, na imaginação (ADORNO, 1985, p. 113-155), na brincadeira (apresentado a seguir), no gosto (BOURDIEU, 2006) e, como abordamos aqui, na capacidade de crítica social, seja no campo acadêmico, seja na militância organizada.

4.2 E agora, era fatal que o faz de conta terminasse assim? O círculo mágico, da infância à gamificação

Agora eu era o herói
E o meu cavalo só falava inglês
[...]
E pela minha lei
A gente era obrigado a ser feliz
[...]
Agora era fatal
Que o faz-de-conta terminasse assim

Chico Buarque

Crazy babies never say die
Born to live on a permanent high
Flying high above the world below
They better come down soon or everyone will know
Just why
[...]
No use talking about if they'll last
Where they're going
Or about their past
They're just the result of our society
So frustrated just like you and me

Ozzy Osbourne

²¹⁵ Tal subjetividade, se formos radicalmente imanentes em nosso pensamento, nem sequer existe, pois não é possível pensar sem um algo sobre o qual se pensa. Ainda que estejamos falando de desvarios e alucinações, sabe-se hoje que há um fundo objetivo sobre o qual se formam tais emergências psíquicas. Elas não surgem em um sujeito feito uma tábula rasa, sem história, sem criação e sem inserção em alguma forma de laço com o entorno. Assim sendo, não faz sentido pensar em subjetividade tal como faz o senso comum, como algo que seja tão próprio e tão pessoal que não possui objetividade. Toda subjetividade é, para as dialéticas da imanência que vimos tentando apresentar, alguma forma de objetividade, ainda que permeada por diversas mediações.

Ainda que Adorno tenha produções extensas sobre o lazer, o humor e o lúdico, é de outro autor contemporâneo ao frankfurtiano que surge um dos conceitos mais instrumentalizados nas técnicas de gamificação corporativa e de engajamento nos jogos eletrônicos: Johann Huizinga e o conceito de *círculo mágico*, que é desenvolvido em *Homo Ludens* (HUIZINGA, 2000). Por essa razão e pelas nossas limitações de escopo não desenvolveremos (como foi usual nesta tese) concepções adornianas pertinentes às temáticas envolvidas.

Círculo mágico designa um espaço paralelo ao espaço habitual da vida. Nele, valem regras outras, distintas do ordinário da vida social. Nas brincadeiras de criança e nas práticas mágicas e espirituais (no sentido mais corrente do termo) tal espaço se faz presente e suas regras ocupam, temporariamente, o lugar de leis.

Todo jogo se processa e existe no interior de um campo previamente delimitado, de maneira material ou imaginária, deliberada ou espontânea. Tal como não há diferença formal entre o jogo e o culto, do mesmo modo o "lugar sagrado" não pode ser formalmente distinguido do terreno de jogo. A arena, a mesa de jogo, o círculo mágico, o templo, o palco, a tela, o campo de tênis, o tribunal etc., têm todos a forma e a função de terrenos de jogo, isto é, lugares proibidos, isolados, fechados, sagrados, em cujo interior se respeitam determinadas regras. Todos eles são mundos temporários dentro do mundo habitual, dedicados à prática de uma atividade especial. (HUIZINGA, 2000, p. 13)

Trata-se de um espaço negativo, segregado do ordinário e do obrigatório, um espaço onde imaginação, sensibilidade, afetações e construções criativas têm poder divino. Ele pode ser socialmente regulado em sentido mais amplo, como no caso religioso, ou restrito ao grupo envolvido, como em brincadeiras infantis espontâneas, mas, ainda assim, fala de um refúgio do pensamento e da sensibilidade, distante do mundo habitual.

A indústria de jogos eletrônicos, fonte de faturamentos expressivos e crescentes,²¹⁶ transformou tal habilidade antiga, tal possibilidade de resistência e tal núcleo negativo de refúgio do espírito em formas lucrativas de estimular jogadores a gastarem dinheiro real com objetos virtuais, existentes somente no interior de determinados jogos eletrônicos.²¹⁷ A APFT

²¹⁶ Mesmo no meio de uma crise estrutural do capitalismo, o mercado de jogos eletrônicos segue em ampliação constante de seus faturamentos. Em 2017, a fatia americana dessa indústria faturou 36 bilhões de dólares, contra 30,4 bilhões em 2016, segundo dados compilados pela Entertainment Software Association. (ENTERTAINMENT SOFTWARE ASSOCIATION, 2018)

²¹⁷ Aqui a referência é aos chamados jogos "free to play" (F2P) que, em tese são gratuitos, todavia, obtêm altas receitas derivadas de compras de itens internos ao jogo, como roupas, armas e itens cosméticos ou itens facilitadores do progresso no jogo. O que é gratuito é, na realidade, o acesso ao jogo, enquanto que os itens internos são pagos e podem custar muito mais do que um jogo que não seja F2P, chegando a escala de centenas ou milhares de reais. Atualmente, o jogo de celular com maior faturamento é Candy Crush Saga, gratuito para baixar, mas que

transformou *o mágico* em modo de estimular a produção de mais-valor absoluto e relativo, motivando trabalhadores a excederem os esforços contratados pelo preço da força de trabalho. O próprio termo de Huizinga é somente traço seminal de sua origem. A forma atualmente utilizada pelos estudos sobre jogos deriva de um livro sobre design de jogos de Salen e Zimmerman (2003), que já é, por sua vez, uma versão instrumentalizada dos estudos de Huizinga. Para os autores, “O termo círculo mágico é apropriado porque há de fato alguma coisa genuinamente mágica que acontece quando um jogo começa” (SALEN e ZIMMERMAN, 2003).²¹⁸ A discussão antropológica em torno da magia, espiritualidade, religião e (por que não?) fetichismo²¹⁹ de Huizinga é perdida, sobrando somente uma intuição vaga de que “algo de mágico acontece nos jogos”. Essa é uma transformação típica de apropriações instrumentais de desenvolvimentos das ciências sociais, que removem das teorias seus componentes formadores e imanentes, como é o caso das apropriações empreendidas pela APFT investigadas neste ensaio, e igualmente das apropriações da cultura de consumo investigadas por Fontenelle.

Todavia, a discussão que Salen e Zimmerman fazem sobre a barreira entre o *círculo mágico* e o mundo “real” talvez possa ser *aprofundada*, a partir dos desenvolvimentos hegelianos da relação entre barreira, determinação e dever ser – na *Doutrina do Ser* da CL. Por exemplo, podemos considerar que as possibilidades de os sujeitos atingirem suas determinações ou algo do dever ser é barrada pela subtração de suas capacidades negativas mas, essas mesmas capacidades podem ser virtualmente realizada nos jogos. Neles, alguém sem muitas expectativas ou perspectivas de realização e reconhecimento social pode ser reconhecido por outros *players* com menos dificuldade. Infelizmente, trata-se de mais uma indicação para possíveis pesquisas futuras, dado que não é possível perseguir este objetivo aqui.

No sentido de Salen e Zimmerman, do círculo mágico parece sobrar somente o faz-de-conta, todavia, ainda assim é uma dimensão subjetiva de realização, de existência e de resistência. É uma dimensão que resgata o infantil, os amigos imaginários, um “ver aquilo que

cobra por movimentos extras, vidas extras etc. Somente no mês de Junho de 2018 faturou 23 milhões de jogadores dos EUA, com faturamento anual médio de 819 milhões segundo compilação de www.statista.com (acesso 20/07/2018). Infelizmente, o acesso às fontes dos dados compilados é paga e não foi descoberta. (MEDIA KIX, 2018)

²¹⁸ “The term magic circle is appropriate because there is in fact something genuinely magical that happens when a game begins”

²¹⁹ Certamente não se trata de defendermos que o caráter místico do círculo mágico dos jogos seja o mesmo do fetichismo da mercadoria. Todavia, a origem antropológica da inspiração é a mesma e, provavelmente, isso indica algo específico de uma relação entre o objeto dos jogos e da *gamificação* com o fetichismo das *formas sociais* de manifestação do valor (mercadoria, dinheiro, capital, capital portador de juros e capital fictício, por exemplo). Mas esta é, por si só, uma outra agenda de pesquisa.

não existe” que a nossa sociedade restringiu à infância e, na idade adulta, rotulou de psicose. Fora da patologização daquilo que não é neurótico que impera no capitalismo, tal dimensão pôde ser algo socialmente legítimo, constitutivo da experiência espiritual (no sentido corrente do termo).

Se, primeiro, o capitalismo interditou que tal experiência ocorresse fora das fronteiras infantis, ou mesmo nelas com a medicalização crescente da infância, os frutos da transformação em mercadoria do assim chamado “círculo mágico” são ainda mais perniciosos. Por um lado, trata-se do resgate de uma dimensão da subjetividade humana vetada pelo próprio capitalismo, mas, por outro, tal resgate constitui a apropriação mercantil e exploradora, que distorce e deturpa algo tão íntimo e profundo que era obrigado a residir nas dimensões do inconsciente e dos sonhos. Por fim, e de modo que interessa diretamente ao nosso tema neste ensaio, esse resgate é utilizado para produzir motivação e engajamento, obrigando-se os trabalhadores a “serem felizes”, com o peso do desemprego operando como legalidade. Em poucas palavras, é um virar do avesso do negativo. Ele é apropriado como mais uma objetividade do capital, se volta contra si mesmo e massacra sua versão autêntica (que antes era simplesmente encarcerada nos muros do sintoma inconsciente – a primeira vez como tragédia). A arma do crime é um sorriso gerado pelas altas pontuações no Candy Crush – que se joga enquanto o círculo mágico (a segunda vez como farsa) protege o trabalhador de se dar conta do calor e do aperto do transporte público que enfrenta, às vezes por horas, no caminho para chegar no posto de trabalho. Lá, uma dinâmica de começo de expediente força uma sociabilidade, que talvez seja indesejada, e um sorriso falso – e um novo círculo mágico surge para fazer o sorriso parecer verdadeiro para quem sorri.

Mas, o círculo não é eficiente para impedir o sofrimento subjetivo por detrás da falsidade do sorriso pois, caso impedisse, não viveríamos em um momento de consumo tão elevado de drogas psicotrópicas, legalizadas com o objetivo de fazer com que os sujeitos que sofrem dos “transtornos” psíquicos sejam funcionais (eufemismo psiquiátrico para produtivo). Sua eficiência reside em manter recalcada a negatividade furtada pelo capital, em manter a estabilidade *universal* de sua dinâmica e contrariar as tendências dissolutivas originadas em uma classe trabalhadora que, de outro modo, talvez estivesse furiosamente revoltada contra o estado de coisas. E, no caso da *gamificação*, esse processo vai mais longe e converte tal capacidade, expropriada pelo e para o capital, e, por consequência, recalcada nos sujeitos, em criatividade direcionada a resolver os problemas do capital.

A geração cujos cavalos só falam inglês corporativo, é obrigada a ser feliz para manter o emprego e pagar as contas com o faz de conta do reconhecimento espetacularizado pela APFT (pois a redução real dos rendimentos da classe trabalhadora acompanha o aumento do número de horas trabalhadas e do custo de vida). Para sobreviver, ela vive o dia a dia entorpecida (*high*) com medicamentos psiquiátricos e jogos eletrônicos. Toda essa classe trabalhadora se converte em portadora “consciente” do capital e de seus interesses, do mesmo modo que, no século XIX de Marx, isso era feito com exclusividade pelo bolso do capitalista: “Como portador consciente desse movimento [do capital], o possuidor de dinheiro se torna capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e de retorno do dinheiro.” (MARX, 2013).

A *gamificação* em si é só uma parcela de tudo o que foi descrito acima. O conceito de círculo mágico, frequente nos estudos sobre jogos eletrônicos, também o é nas técnicas de *gamificação* corporativa que consistem, basicamente, em aplicar no local de trabalho os princípios de apropriação do círculo mágico e criação metrificada das regras do mundo paralelo, de modo a serem tão produtivas quanto possível. Ainda que gincanas e dinâmicas “lúdicas” sejam parte bem estabelecida da APFT, os estudos que, de fato, incorporam os numerosos estudos instrumentais feitos pela indústria dos jogos, utilizando diferentes linhas de psicologia e testes experimentais em seres humanos, são mais recentes. O próprio termo *gamificação* não é frequente nos manuais brasileiros avaliados e tampouco constitui um capítulo a parte em algum deles.

Parte significativa do material sobre jogos e *gamificação*, infelizmente, está em chinês. Todavia é possível encontrar algumas publicações bastante abrangentes em línguas do indo-europeu. Uma compilação de 2014 feita por Walz e Deterding concentra um bom número de artigos de boa circulação no meio de estudos sobre os jogos. Uma investigação mais detida sobre o conteúdo de tal livro dentro das perspectivas desta tese seria bastante produtiva. Para um estudo crítico da *gamificação* e sua relação com a ideologia, o artigo de Ian Bogost (2014) no referido livro parece um bom ponto de partida.

Para finalizar, Vladimir Safatle (2015, p. 275-276) parece sintetizar bem os conteúdos desta subseção:

Se o trabalho parece se aproximar do jogo (vide todas as “técnicas de motivação” que procuram transformar as exigências de intensificação do trabalho em “gincanas” na qual aqueles que não cumprem metas “pagam prendas” humilhantes, mas feitas como se estivéssemos em uma brincadeira), da expressão de si e da hiperexcitação contínua da festa, o que dizer da recusa e do cansaço em expressar a si mesmo? O sentimento melancólico de perda e o de autoestima destruída próprios à depressão transformam-se, nesse sentido,

na forma socialmente avalizada de vínculo a uma norma social fundada na incitação superegoica ao gozo, e não mais na internalização da necessidade da repressão.

4.3 Explorados Empoderados e Reacionários – bastiões do capital no centro da classe trabalhadora

Para que não haja engano, cabe precisar o seguinte: por mais complexa que possa parecer, por mais desenvolvida que esteja a qualidade do capital enquanto sujeito, ele não é algo que possa se transformar em um sujeito vivo, de fato. Mas, ainda assim, as apropriações de elementos cada vez mais profundos da subjetividade real do proletariado o tornam um sujeito mais complexo, mais adaptável, mais dinâmico e mais ágil na resposta às mudanças complexas da realidade social e, sobretudo, às tendências dissolutivas de sua unidade. Um exemplo que segue no esteio de uma versão crítica das análises de Boltanski e Chiapello, mas que está presente em nosso objeto específico (os textos de APFT), é a ideia de empoderamento (ou *empowerment*, como é mais comum no jargão dos manuais).

Vamos levantar algumas questões sobre tal técnica, sem a pretensão de esgotar o assunto, mas é interessante notar como a ideia geral de empoderamento aparece de maneira tão distinta quanto distintas forem as frações de trabalhadores a serem reproduzidos por meio de cada texto. Esta análise parte dos desenvolvimentos já efetuados na seção 3 deste ensaio, em particular no que tange às diferentes utilizações de cada tipo de manual. Manuais como os de Chiavenato utilizam o termo em inglês, enquanto que Dutra praticamente não menciona tal palavra e dá mais nuances à técnica em si. Chiavenato define:

O empowerment é uma forma de delegação de autoridade e parte da ideia de dar às pessoas o poder, a liberdade e a informação para tomarem decisões e participarem ativamente da organização. Em um ambiente de negócios caracterizado pela intensa competição global e pelo rápido surgimento de novas tecnologias, abrir mão do controle centralizado parece ser a solução viável que promove velocidade, flexibilidade e capacidade de decisão da organização. (CHIAVENATO, 2014, p. 193, itálicos meus).

A definição acima, bastante sucinta e prática, é do manual de CO de Chiavenato. Relembrando, este é seu manual mais avançado, dentre os que investigamos, e é orientado a um público de “empreendedores” ou funcionários de APFT já com alguma experiência. Trata-se de um texto que busca desenvolver tanto *soft skills* quanto *hard skills*. Nele o autor dedica

um capítulo inteiro ao *empowerment* (CHIAVENATO, 2014, p. 185-202). Para ele, as bases da prática de empoderamento são:

- 1) Poder: dar poder às pessoas, delegando autoridade e *responsabilidade* em todos os níveis organizacionais. Isso significa dar *importância* e *confiar* nas pessoas, dar-lhes *liberdade* e *autonomia* de ação.
- 2) Motivação: proporcionar motivação às pessoas para *incentivá-las continuamente*. [...];
- 3) Desenvolvimento: [...] Isso significa treinar *continuamente*, proporcionar informação e conhecimento, ensinar continuamente novas técnicas, criar e desenvolver talentos na organização;
- 4) Liderança: [...] Isso significa *orientar* as pessoas, *definir objetivos* e *metas*, abrir novos horizontes, avaliar o desempenho e proporcionar retroação. (CHIAVENATO, 2014, p. 194, itálicos meus)

Em termos mais diretos, trata-se de repassar funções gerenciais a trabalhadoras e trabalhadores que não são pagos por tais funções de modo a gerar, além de mais trabalho não-pago, motivação em funcionários que sentem que são importantes e que suas ideias fazem parte das decisões coletivas – é um mecanismo de produção de engajamento via reconhecimento de si pelo grupo. Em termos mais mediados pelos desenvolvimentos desta tese, “empoderamento” é, no contexto do capital, algo que o habilita a se alimentar da capacidade que a multiplicidade das subjetividades humanas possui de tomar decisões em contextos contingentes e imprevistos e encontrar soluções – dados os interesses e as finalidades que, neste caso, são do capital.

Além disso, é interessante notar a incoerência de que desenvolver lideranças seja definido como definir objetivos e metas para as pessoas que se propõe que sejam líderes. Talvez, este tipo de incoerência lógica (criticada tendo em vista que não se trata de um discurso dialético, nem de um desenvolvimento teórico) não fosse tolerada no público-alvo do manual de Dutra, por exemplo. Esse público, como é possível deduzir, é formado para ser capaz de estabelecer vínculos lógicos mais complexos e com cadeias mais longas de raciocínio, capacidades necessárias a um funcionário que deve coordenar, manipular e controlar diversos trabalhadores em função das necessidades definidas pelos *c-level* e pelos *shareholders*.

O manual de Dutra, de maneira distinta, não utiliza o conceito de empoderamento, ao contrário, lhe é refratário. No capítulo sobre desenvolvimento de pessoas, quando trata de cargos, funções e delegações de poder ele afirma, como já citado na seção 3:

A arena política é invisível, percebem-na aquelas pessoas que nela transitam. Um profissional técnico, por exemplo, sente que realiza o trabalho duro enquanto seu gerente vive o dia em reuniões, recebe uma série de benesses da organização e ganha mais, portanto o sonho desse profissional é tornar-se um gerente. Caso o sonho se realize, *essa pessoa irá levar um susto ao se deparar*

com a arena política e pode descobrir que não tem ‘estômago’ para isso.
(DUTRA, 2016, p. 175, itálicos e grifos meus)

Ou seja, ele reconhece que não se trata de oferecer poder político gerencial a qualquer funcionário, posto que isso envolve participar de uma arena política que pode expor os elementos mais exploradores, opressivos e controladores àqueles lhes são vítimas, sem mediações. Notadamente, Dutra expõe sobre a necessidade de conceder algumas tarefas e responsabilidades específicas a técnicos (DUTRA, 2016, p. 173-191) e, aos poucos, avaliar seus desempenhos e *comportamento* (DUTRA, 2016, p. 260-269) com relação a tais tarefas e à arena política da empresa.

Na antípoda da clareza de um profissional formado com alto nível de rigor acadêmico, tem-se o manual de GP de Chiavenato, que somente transmite as assim chamadas *soft skills*, com baixo grau de conhecimento técnico. Pouco mais de uma página é dedicada ao tema do empoderamento e, com relação ao sentido do *empowerment*, ele define:

O empowerment faz maravilhas na organização. As pessoas passam a assumir as seguintes responsabilidades: Responsabilidade pela execução excelente da tarefa: esta é a base da excelência operacional. As pessoas trabalham com prazer e afimco [...] Ação traduzida em agregar valor: o importante não é apenas trabalhar, mas agregar valor à organização, ao cliente e ao próprio colaborador. (CHIAVENATO, 2014, p. 168, itálicos meus)

De maneira estereotipada, *tudo o mais constante*, talvez seja possível pensar em uma tipologia ideal da divisão, em termos de criticidade e conhecimento técnico, entre pessoas formadas pelos distintos manuais: 1) operacionais e técnicos de APFT que conduzem dinâmicas, jogos e gincanas, que precisam ser otimistas, carregarem um sorriso manso no rosto e transmitir um espírito do qual a negatividade foi cirurgicamente removida (GP de Chiavenato); 2) Profissionais com algum conhecimento técnico que coordenam tais dinâmicas, jogos e gincanas (RH de Chiavenato); 3) consultores de APFT com um pouco mais de conteúdo técnico e *soft skills* (CO de Chiavenato); e 4) gerentes que devem “ter estômago” para a arena política (DUTRA, 2016) – mas não tanto “estômago” quanto precisam ter os 5) *c-level*, que sabem o que fazem e fazem mesmo assim (Marras e Cardoso, 2013).

Retomando as argumentações sobre o sentido crítico do empoderamento, é possível concluir que parasitar a implicação, o desejo e os afetos é parasitar o negativo dos sujeitos, aquilo que permite que eles atuem em um mundo real diante da indeterminação. É parasitar a capacidade de se mover no impulso e na pulsão que integra os sujeitos humanos reais. Por isso, talvez, o conceito de empoderamento seja central para compreender o modo de conversão das subjetividades cindidas de trabalhadoras e trabalhadores em combustível de um sujeito

automático, cada vez mais capaz de emular uma subjetividade realmente viva. O “dar poder” do empoderamento, na verdade, é um mecanismo cinicamente cruel, por meio do qual a ilusão de poder se torna a própria ferramenta de sujeição de quem trabalha sob o poder (e a favor dos interesses) de quem possui os meios de produção.

O *empowerment* é algo ainda mais enganador se considerarmos suas origens nos movimentos sociais e o fato de que ele voltou a ser palavra de ordem nas manifestações, partidos de esquerda, coletivos e canais militantes das mídias sociais. Sobre a origem da palavra:

As origens e as fontes de inspiração da noção de *empowerment* são múltiplas e podem ser encontradas em domínios tão variados quanto o feminismo, o freudismo, a teologia, o movimento *black power* ou o ghandismo (Simon, 1994 ; Cornwall, Brock, 2005). O *empowerment* refere-se a princípios tais como a capacidade dos indivíduos e das coletividades de agirem de modo a assegurar seu bem estar e seu direito de participar das decisões que lhes dizem respeito, os quais têm orientado a pesquisa sobre e a intervenção social das populações pobres e marginalizadas há várias décadas nos Estados Unidos. (CALVÉS, 2009, p. 376, *itálicos do autor*).²²⁰

Surgido na militância e na crítica ao capitalismo, o empoderamento foi cooptado e absorvido como ferramenta de tornar o capital um sujeito mais pungente do que antes. Emprestando à classe trabalhadora o poder decisório, após a difusão de suas ideologias e a conversão de seus mandamentos e necessidades particulares em regra social geral, a vida e a plasticidade das decisões conscientes e inconscientes dos sujeitos reais se converte em vida e plasticidade artificial do capital.

Mais do que somente do trabalho abstrato, o capital conseguiu se *apoderar* dos desejos, da linguagem, dos anseios e dos anelos dos sujeitos reais. O que foi cooptado e apropriado no empoderamento foi o negativo vivo nas populações marginalizadas lutando pelos seus direitos e condições de vida; foi a resistência e o negativo existentes na sua forma mais simples e banal: o ato de dizer não à ordem estabelecida. Isso ocorreu de tal maneira que não parece mais possível, hoje, falar de empoderamento sem falar de um desejo de tomar um pouco para si este empréstimo de “poder” decisório do capital, o qual se converte de imediato em concessão daquele núcleo negativo que anima os movimentos de cada sujeito para que o capital se mova

²²⁰ “Les origines et sources d’inspirations de la notion d’*empowerment* sont multiples et peuvent être retracées dans des domaines aussi variés que le féminisme, le freudisme, la théologie, le mouvement *black power* ou le ghandisme (Simon, 1994 ; Cornwall, Brock, 2005). L’*empowerment* renvoie à des principes, telles que la capacité des individus et des collectivités à agir pour assurer leur bien-être ou leur droit de participer aux décisions les concernant, qui guident la recherche et l’intervention sociale auprès des populations marginalisées et pauvres depuis plusieurs décennies aux États-Unis.” (CALVÉS, 2009, p. 376, *itálicos do autor*)

de modo mais suave, com aparência de autêntico e adaptável, visando superar os entraves que se ampliam na medida em que se reduz sua capacidade de acumulação.

O assim chamado “fim do trabalho” pode ser repensado nos termos de ampliação das dimensões da exploração e dominação para além do trabalho, com a finalidade de continuar explorando trabalho de maneira objetivamente mascarada. Ao passar da exploração isolada do mais-valor para a exploração, *também*, da economia libidinal e da linguagem, o capital-sujeito se torna cada vez mais parecido com um ser humano real, em suas potências negativas, infinitudes e contradições. Mais humanidade na subjetividade falsa do capital que significa mais desumanidade, crueldade e lascívia nas formas de subordinação do gênero humano.

O capital se movimenta nesse circuito de necessidades e contingências com um domínio da dialética capaz de fazer inveja ao sumo conjunto de seus maiores formuladores. Tal dialética se relaciona justamente com esse ato de “empoderar” os sujeitos reais para agirem em seu nome, eliminando os que não conseguirem por meio da concorrência, se capitalistas forem, ou do desemprego, no caso de trabalhadores “empoderados”. Trata-se da ocorrência, para além da academia e dos partidos de orientação socialista, por meio das técnicas modernas de APFT, de um intelectual coletivo a serviço do capital. Se antes do empoderamento era somente a classe capitalista (ou “o bolso dos capitalistas”, como diria Marx), que incorporava o poder de ação do capital, e depois dela os altos quadros administrativos e gerenciais, agora também incorpora os mesmos interesses toda a fração “empoderada” da classe trabalhadora. Com a diferença de que ela o faz sem obter nada em troca, além da sensação de dever cumprido, de realização profissional, na melhor das hipóteses, alguns poucos dividendos generosamente cedidos pelos legítimos portadores do capital (os capitalistas de fato).

Não se trata de duvidar que a realidade opere dialeticamente, mas, ao contrário, de estimular o desafio de que um dia a nossa dialética pensada consiga ser tão afiada quanto a própria dialética do capital que, no mundo real, consegue *internalizar* as oposições das frações revoltosas da classe trabalhadora e empregar os opositores cooptados para a função de organizar as suas contradições e tendências dissolutivas, como nenhum intelectual individual jamais será capaz. A própria inteligência coletiva da classe trabalhadora “empoderada” (mas desorganizada em si e para si) passou a operar a serviço de sua própria dominação.

A promessa da filosofia, da qual Adorno (2010) fala, não parece ser realizável até o momento em que, de intelectuais individualmente implicados, passemos a operar em uma inteligência coletiva, intelectual e prática, a serviço da emancipação do gênero humano e da reconciliação prática das oposições. Até lá, o que a crítica promete no reino do pensamento, o

capital realiza contra ela no reino da prática, sem sequer precisar saber o que é dialética e predicando, no discurso, a não-identidade como erro do pensamento.

Longe do niilismo da epígrafe desta seção, trata-se aqui de, diante do desamparo com o qual se depara um intelectual individual que se submeta “à disciplina dialética”, sugerir a atuação de um intelectual coletivo que produza singularmente para que outras singularidades se apropriem criticamente de seus trabalhos e o processo siga seu rumo. Trata-se de buscar reconciliar negativamente as nossas diferenças e incorporar os negativos que advêm da alteridade. Fazer de modo autêntico o que o capital faz pela via da farsa de um autômato que nos esconde, como seus anões corcundas. Até que, espera-se, a arma da crítica e a crítica das armas se juntem na coletividade da negação absoluta, da *Aufhebung efetiva* da relação de capital. Que o negativo absoluto seja capaz de efetivar sua força como a única positividade verdadeira, em um nível de exigência sobre o sentido de *verdade* tão alto quanto o do *conceito* hegeliano.

Apêndice 1 – teste dickey-pantula para raízes unitárias.

O teste Dickey Pantula para múltiplas raízes unitárias é feito em até duas etapas a depender do número de raízes unitárias e eliminando a possibilidade de três ou mais delas. Na primeira etapa, a hipótese nula afirma a existência de duas raízes unitárias, testada contra a hipótese alternativa de uma raiz unitária. Se H_0 não for rejeitada assume-se duas raízes unitárias e o teste finda. Caso H_0 seja rejeitada, parte-se para a segunda etapa, na qual se testa a hipótese nula de uma raiz unitária contra a hipótese alternativa de nenhuma raiz unitária, ou estacionariedade da série. Em todas as etapas se testou especificações com termos deterministas (constante e tendência linear) e, nos casos pertinentes, termos de aumento.

A necessidade ou não de termos de aumento (e o seu número) é constatada por meio da avaliação da autocorrelação dos resíduos do modelo de acordo com o seguinte procedimento: com zero termos de aumento é analisado o correlograma dos resíduos quadráticos, sendo as autocorrelações estatisticamente nulas o modelo é estabelecido sem termos de aumento. Se houvesse autocorrelação estatisticamente diferente de zero, seria especificado um modelo com uma defasagem e repetir-se-ia o teste. Persistindo a autocorrelação aumentar-se-ia o número de termos de defasagem até encontrar um correlograma satisfatório. Todavia, em nenhuma das séries foi constatada necessidade de recorrer a termos de aumento, como pode ser visto nas tabelas abaixo.

Para avaliar os termos deterministas são utilizados os valores críticos das tabelas propostas por Dickey e Fuller (1981, p. 1061-1063) e comparados com a estatística do teste t para cada uma das componentes. Isso é feito testando primeiro o modelo com constante e tendência, observando a estatística t da tendência e comparando com o valor na tabela para III a 5% de significância. Se a estatística do teste for maior do que o valor crítico proposto por Dickey-Fuller H_0 não é rejeitada e considera-se significativa a presença da tendência linear no modelo. Em caso de tendência significativa, faz-se o mesmo com a estatística do teste para a constante, comparando com a tabela II (DICKEY, FULLER; 1981; p. 1062) a 5% de significância. Em casos significativos, o modelo é mantido com constante e tendência. Nos casos em que a tendência foi não significativa, o modelo foi estimado sem tendência e testou-se somente a constante, contra o valor crítico da tabela I (DICKEY, FULLER; 1981; p. 1062). Aonde nem essa foi significativa, o modelo foi estimado sem termos deterministas.

Por fim, ao estimar todos os termos do modelo, comparou-se a estatística t de β_1 (t_1) com o valor crítico a 5% estabelecido por McKinnon (1991). Se a estatística for maior do que o valor

crítico, não se rejeita H_0 e aceita-se a hipótese de duas raízes unitárias. Caso contrário, rejeita-se H_0 , estima-se novamente o modelo e repete-se o teste, agora com a hipótese nula de uma raiz unitária contra a hipótese alternativa de estacionariedade. Nesse caso, avaliou-se t_1 , mas também a estatística t de β_2 (t_2). Se $t_1 < \text{valor crítico a 5\% (VC)}$ e $t_2 > \text{VC}$, tem-se uma raiz unitária; se $t_1 = t_2 < \text{VC}$, a série é estacionária $[I(0)]$. Em todos os casos os resultados apontaram séries $\sim I(1)$.

A.2.1 Teste para a série de taxa de lucro dos Estados Unidos

Tabela 2.2.1. - Correlograma dos resíduos quadráticos da regressão da série da taxa de lucro por MQO ao modelo do tipo 3 (com constante e tendência linear), sem termos de aumento, da primeira etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Date: 12/23/15 Time: 13:17
Sample: 1950 2010
Included observations: 59

Autocorrelation	Partial Correlation	AC	PAC	Q-Stat	Prob
1 0.163	0.163	1.6579	0.198
2 -0.084	-0.113	2.0986	0.350
3 0.039	0.075	2.1942	0.533
4 0.087	0.059	2.6901	0.611
5 -0.103	-0.125	3.3995	0.639
6 -0.081	-0.027	3.8425	0.698
7 0.078	0.073	4.2596	0.749
8 -0.062	-0.106	4.5337	0.806
9 -0.026	0.046	4.5822	0.869
10 0.057	0.035	4.8176	0.903
11 0.022	-0.020	4.8539	0.938
12 -0.007	0.033	4.8573	0.963
13 0.018	0.005	4.8839	0.978
14 0.256	0.246	10.141	0.752
15 0.206	0.158	13.600	0.556
16 -0.114	-0.165	14.691	0.547
17 -0.057	0.005	14.966	0.598
18 0.017	-0.036	14.991	0.663
19 0.027	0.049	15.055	0.719
20 -0.084	-0.002	15.703	0.735
21 -0.067	-0.107	16.121	0.763
22 -0.098	-0.115	17.054	0.760
23 -0.214	-0.187	21.627	0.543
24 0.148	0.220	23.865	0.469

Abaixo estão os resultados do modelo com constante e tendência estimado por MQO sem termos de aumento. Como pode ser observado, o valor da estatística t da tendência é igual a 1,15. De acordo com Dickey-Fuller (1981, p. 1062), na tabela III que dá os valores críticos a 5% de significância para a tendência linear $\beta\tau$, esse valor é 2,81 para um modelo com constante

e tendência e em torno de cinquenta observações. Assim, como a estatística do teste é menor do que o valor crítico, não é rejeitada a hipótese nula de que a tendência seja igual a zero.

Tabela 2.2.2 - Resultado da regressão da série da taxa de lucro por MQO ao modelo do tipo 3 (com constante e tendência linear), sem termos de aumento, da primeira etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Dependent Variable: D(TAXA_DE_LUCRO,2)

Method: Least Squares

Date: 12/23/15 Time: 13:15

Sample (adjusted): 1952 2010

Included observations: 59 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-0.068608	0.085358	-0.803763	0.4249
@TREND	0.002789	0.002420	1.152397	0.2541
D(TAXA_DE_LUCRO(-1),1)	-1.168818	0.132666	-8.810240	0.0000
R-squared	0.580993	Mean dependent var		0.007897
Adjusted R-squared	0.566029	S.D. dependent var		0.477467
S.E. of regression	0.314539	Akaike info criterion		0.574089
Sum squared resid	5.540335	Schwarz criterion		0.679727
Log likelihood	-13.93564	Hannan-Quinn criter.		0.615326
F-statistic	38.82468	Durbin-Watson stat		1.969374
Prob(F-statistic)	0.000000			

Tabela 2.2.2. - Correlograma dos resíduos quadráticos da regressão da série da taxa de lucro por MQO ao modelo do tipo 2 (com constante e sem tendência linear), sem termos de aumento, da primeira etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Date: 12/23/15 Time: 13:22

Sample: 1950 2010

Included observations: 59

Autocorrelation	Partial Correlation		AC	PAC	Q-Stat	Prob
1	0.212	0.212	2.7797	0.095
2	0.025	-0.021	2.8183	0.244
3	0.011	0.010	2.8259	0.419
4	0.076	0.076	3.2054	0.524
5	-0.092	-0.130	3.7673	0.583
6	-0.082	-0.037	4.2252	0.646
7	0.009	0.038	4.2303	0.753
8	-0.104	-0.131	4.9990	0.758
9	-0.011	0.063	5.0071	0.834
10	0.035	0.029	5.0978	0.885
11	0.036	-0.003	5.1946	0.921
12	0.026	0.049	5.2448	0.949
13	0.114	0.084	6.2665	0.936
14	0.319	0.282	14.389	0.421
15	0.187	0.094	17.236	0.305
16	-0.110	-0.209	18.257	0.309
		17	-0.130	-0.088	19.704	0.290
		18	0.005	0.028	19.706	0.350
		19	-0.029	0.006	19.781	0.408
		20	-0.083	0.010	20.414	0.432
		21	-0.105	-0.121	21.452	0.432
		22	-0.039	0.001	21.600	0.484
		23	-0.188	-0.192	25.127	0.344
		24	0.162	0.251	27.833	0.267

Conforme explicado no começo deste apêndice e executado na etapa anterior, a tabela abaixo indica que não se rejeite a hipótese nula de que o termo da constante seja igual a zero.

Tabela 2.2.4 - Resultado da regressão da série da taxa de lucro por MQO ao modelo do tipo 3 (com constante e tendência linear), sem termos de aumento, da primeira etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Dependent Variable: D(TAXA_DE_LUCRO,2)

Method: Least Squares

Date: 12/23/15 Time: 13:20

Sample (adjusted): 1952 2010

Included observations: 59 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.017691	0.041082	0.430615	0.6684
D(TAXA_DE_LUCRO(-1),1)	-1.151759	0.132216	-8.711180	0.0000
R-squared	0.571057	Mean dependent var		0.007897
Adjusted R-squared	0.563531	S.D. dependent var		0.477467
S.E. of regression	0.315442	Akaike info criterion		0.563629
Sum squared resid	5.671722	Schwarz criterion		0.634054
Log likelihood	-14.62705	Hannan-Quinn criter.		0.591120
F-statistic	75.88465	Durbin-Watson stat		1.958469
Prob(F-statistic)	0.000000			

Tabela 2.2.4. - Correlograma dos resíduos quadráticos da regressão da série da taxa de lucro por MQO ao modelo do tipo 1 (sem constante ou tendência linear), sem termos de aumento, da primeira etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Date: 12/23/15 Time: 13:24

Sample: 1950 2010

Included observations: 59

Autocorrelation	Partial Correlation		AC	PAC	Q-Stat	Prob
1	0.221	0.221	3.0364	0.081
2	-0.020	-0.073	3.0629	0.216
3	0.011	0.034	3.0703	0.381
4	0.059	0.050	3.2969	0.509
5	-0.075	-0.104	3.6688	0.598
6	-0.060	-0.014	3.9156	0.688
7	0.020	0.030	3.9427	0.786
8	-0.095	-0.122	4.5821	0.801
9	-0.017	0.052	4.6036	0.867
10	0.025	0.007	4.6499	0.913
11	0.028	0.008	4.7077	0.944
12	0.003	0.018	4.7083	0.967
13	0.094	0.081	5.3969	0.965
14	0.298	0.268	12.500	0.566
15	0.180	0.082	15.149	0.441
16	-0.117	-0.185	16.299	0.432
17	-0.146	-0.096	18.129	0.381
18	-0.014	0.002	18.146	0.446
		19	-0.005	0.030	18.148	0.513
		20	-0.074	-0.022	18.657	0.544
		21	-0.077	-0.081	19.220	0.571
		22	-0.038	0.000	19.363	0.623
		23	-0.185	-0.194	22.798	0.473
		24	0.149	0.257	25.088	0.401

De acordo com a tabela abaixo, o resultado da estimação do modelo sem constante e tendência aponta para a inexistência de duas raízes unitárias, posto que a estatística do teste é menor do que o valor crítico a 5% conforme estabelecido por Mckinnon (1991) para 60 observações (-1,9459).

Tabela 2.2.6 - Resultado da regressão da série da taxa de lucro por MQO ao modelo do tipo 1 (sem constante ou tendência linear), sem termos de aumento, da primeira etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Dependent Variable: D(TAXA_DE_LUCRO,2)

Method: Least Squares

Date: 12/23/15 Time: 13:23

Sample (adjusted): 1952 2010

Included observations: 59 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
D(TAXA_DE_LUCRO(-1),1)	-1.150201	0.131235	-8.764418	0.0000
R-squared	0.569661	Mean dependent var		0.007897
Adjusted R-squared	0.569661	S.D. dependent var		0.477467
S.E. of regression	0.313219	Akaike info criterion		0.532978
Sum squared resid	5.690173	Schwarz criterion		0.568191
Log likelihood	-14.72287	Hannan-Quinn criter.		0.546724
Durbin-Watson stat	1.955288			

Tabela 2.2.7. - Correlograma dos resíduos quadráticos da regressão da série da taxa de lucro por MQO ao modelo do tipo 3 (com constante e tendência linear), sem termos de aumento, da segunda etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Date: 12/24/15 Time: 14:02

Sample: 1950 2010

Included observations: 59

Autocorrelation	Partial Correlation	AC	PAC	Q-Stat	Prob
1	0.157	0.157	1.5279	0.216
2	-0.057	-0.084	1.7324	0.421
3	0.024	0.048	1.7694	0.622
4	-0.034	-0.053	1.8453	0.764
5	-0.099	-0.082	2.4956	0.777
6	0.020	0.045	2.5231	0.866
7	0.138	0.121	3.8393	0.798
8	0.117	0.088	4.7994	0.779
9	-0.077	-0.107	5.2246	0.814
10	-0.091	-0.070	5.8377	0.829
11	0.016	0.039	5.8574	0.883
12	-0.095	-0.082	6.5458	0.886
13	0.075	0.133	6.9885	0.903
14	0.161	0.081	9.0614	0.827
15	0.091	0.040	9.7390	0.836
16	0.013	0.010	9.7532	0.879
		17	0.075	0.099	10.231	0.894
		18	-0.088	-0.100	10.912	0.898
		19	-0.061	-0.004	11.251	0.915
		20	-0.062	-0.076	11.605	0.929
		21	-0.062	-0.100	11.967	0.941
		22	-0.064	-0.084	12.362	0.949
		23	-0.243	-0.252	18.260	0.743
		24	0.139	0.245	20.251	0.682

A tabela abaixo aponta que o termo de tendência linear não é significativo a 5%, pois a estatística de seu teste é inferior ao valor crítico.

Tabela 2.2.8 - Resultado da regressão da série da taxa de lucro por MQO ao modelo do tipo 3 (com constante e tendência linear), sem termos de aumento, da segunda etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Dependent Variable: D(TAXA_DE_LUCRO,2)

Method: Least Squares

Date: 12/23/15 Time: 13:25

Sample (adjusted): 1952 2010

Included observations: 59 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-2.384791	0.895597	-2.662794	0.0101
@TREND	-0.003504	0.003344	-1.047977	0.2992
D(TAXA_DE_LUCRO(-1),1)	-1.222075	0.127998	-9.547612	0.0000
TAXA_DE_LUCRO	0.229238	0.088274	2.596908	0.0120
R-squared	0.626759	Mean dependent var		0.007897
Adjusted R-squared	0.606400	S.D. dependent var		0.477467
S.E. of regression	0.299551	Akaike info criterion		0.492325
Sum squared resid	4.935196	Schwarz criterion		0.633175
Log likelihood	-10.52359	Hannan-Quinn criter.		0.547307
F-statistic	30.78594	Durbin-Watson stat		1.574367
Prob(F-statistic)	0.000000			

Tabela 2.2.9. - Correlograma dos resíduos quadráticos da regressão da série da taxa de lucro por MQO ao modelo do tipo 2 (com constante e sem tendência linear), sem termos de aumento, da segunda etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Date: 12/24/15 Time: 14:10

Sample: 1950 2010

Included observations: 59

Autocorrelation	Partial Correlation	AC	PAC	Q-Stat	Prob
1 0.155	0.155	1.4876	0.223
2 -0.147	-0.175	2.8468	0.241
3 0.058	0.118	3.0633	0.382
4 -0.054	-0.121	3.2516	0.517
5 -0.151	-0.094	4.7673	0.445
6 -0.031	-0.020	4.8308	0.566
7 0.179	0.171	7.0370	0.425
8 0.092	0.037	7.6316	0.470
9 -0.076	-0.064	8.0525	0.529
10 -0.049	-0.056	8.2260	0.607
11 0.005	0.009	8.2279	0.693
12 -0.091	-0.053	8.8562	0.715
13 0.043	0.109	8.9993	0.773
14 0.186	0.102	11.763	0.625
15 0.089	0.041	12.411	0.648
16 -0.024	-0.019	12.461	0.712
17 0.085	0.118	13.075	0.731
18 -0.039	-0.073	13.209	0.779
19 -0.059	0.065	13.522	0.811
20 -0.074	-0.124	14.022	0.829
21 -0.041	-0.041	14.178	0.862
22 -0.073	-0.138	14.695	0.875
23 -0.272	-0.258	22.092	0.515
24 0.167	0.273	24.953	0.408

A tabela abaixo aponta que o termo constante do modelo é estatisticamente nulo, pois o valor de sua estatística t é menor do que o valor crítico a 5%.

Tabela 2.2.10 - Resultado da regressão da série da taxa de lucro por MQO ao modelo do tipo 3 (com constante e sem tendência linear), sem termos de aumento, da segunda etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Dependent Variable: D(TAXA_DE_LUCRO,2)

Method: Least Squares

Date: 12/24/15 Time: 14:10

Sample (adjusted): 1952 2010

Included observations: 59 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-1.758972	0.668031	-2.633069	0.0109
D(TAXA_DE_LUCRO(-1),1)	-1.216682	0.128007	-9.504836	0.0000
TAXA_DE_LUCRO	0.162202	0.060884	2.664105	0.0101
R-squared	0.619306	Mean dependent var		0.007897
Adjusted R-squared	0.605710	S.D. dependent var		0.477467
S.E. of regression	0.299814	Akaike info criterion		0.478198
Sum squared resid	5.033743	Schwarz criterion		0.583836
Log likelihood	-11.10685	Hannan-Quinn criter.		0.519435
F-statistic	45.54986	Durbin-Watson stat		1.691262
Prob(F-statistic)	0.000000			

Tabela 2.2.11. - Correlograma dos resíduos quadráticos da regressão da série da taxa de lucro por MQO ao modelo do tipo 1 (sem constante ou tendência linear), sem termos de aumento, da segunda etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Date: 12/24/15 Time: 14:39

Sample: 1950 2010

Included observations: 59

Autocorrelation	Partial Correlation	AC	PAC	Q-Stat	Prob
1	0.208	0.208	2.6843	0.101
2	0.038	-0.005	2.7759	0.250
3	0.012	0.005	2.7847	0.426
4	0.080	0.081	3.2070	0.524
5	-0.098	-0.138	3.8517	0.571
6	-0.088	-0.044	4.3776	0.626
7	0.007	0.042	4.3809	0.735
8	-0.105	-0.132	5.1654	0.740
9	-0.009	0.065	5.1719	0.819
10	0.037	0.036	5.2751	0.872
		11	0.039	-0.005	5.3894	0.911
		12	0.031	0.056	5.4652	0.941
		13	0.121	0.087	6.6092	0.921
		14	0.323	0.282	14.931	0.383
		15	0.186	0.097	17.768	0.275
		16	-0.107	-0.213	18.727	0.283
		17	-0.122	-0.084	19.997	0.274
		18	0.012	0.038	20.009	0.332
		19	-0.037	-0.001	20.131	0.387
		20	-0.085	0.018	20.801	0.409
		21	-0.111	-0.131	21.977	0.401
		22	-0.040	-0.004	22.132	0.452
		23	-0.190	-0.191	25.756	0.313
		24	0.166	0.249	28.577	0.236

De acordo com a tabela abaixo, conclui-se que a taxa de lucro $\sim I(1)$. Isso ocorre pois t_1 é menor do que o valor crítico a 5%, e t_2 é maior do que o VC.

Tabela 2.2.12 - Resultado da regressão da série da taxa de lucro por MQO ao modelo do tipo 3 (com constante e tendência linear), sem termos de aumento, da segunda etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Dependent Variable: D(TAXA_DE_LUCRO,2)

Method: Least Squares

Date: 12/24/15 Time: 14:14

Sample (adjusted): 1952 2010

Included observations: 59 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
D(TAXA_DE_LUCRO(-1),1)	-1.153154	0.132093	-8.729866	0.0000
TAXA_DE_LUCRO	0.002164	0.003739	0.578638	0.5651
R-squared	0.572174	Mean dependent var		0.007897
Adjusted R-squared	0.564668	S.D. dependent var		0.477467
S.E. of regression	0.315031	Akaike info criterion		0.561020
Sum squared resid	5.656943	Schwarz criterion		0.631445
Log likelihood	-14.55009	Hannan-Quinn criter.		0.588511
Durbin-Watson stat	1.955853			

A.2.2 Teste para a série do logaritmo do volume de ativos financeiros aplicados em equities e fundos em percentual do GDP dos Estados Unidos entre 1950 e 2010.

Tabela 2.2.13. - Correlograma dos resíduos quadráticos da regressão da série do logaritmo do volume de ativos financeiros aplicados em equities e fundos em percentual do GDP por MQO ao modelo do tipo 3 (com constante e tendência linear), sem termos de aumento, da primeira etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Date: 12/24/15 Time: 16:49
Sample: 1950 2010
Included observations: 59

Autocorrelation	Partial Correlation	AC	PAC	Q-Stat	Prob
		1 -0.013	-0.013	0.0107	0.918
		2 0.077	0.077	0.3890	0.823
		3 0.140	0.143	1.6495	0.648
		4 -0.014	-0.016	1.6626	0.798
		5 0.131	0.112	2.8134	0.729
		6 -0.039	-0.054	2.9183	0.819
		7 0.195	0.188	5.5374	0.595
		8 0.111	0.094	6.4113	0.601
		9 -0.117	-0.130	7.4015	0.595
		10 -0.030	-0.124	7.4690	0.681
		11 0.090	0.106	8.0802	0.706
		12 -0.040	-0.035	8.2023	0.769
		13 -0.029	-0.042	8.2673	0.826
		14 -0.128	-0.178	9.5870	0.792
		15 -0.018	-0.039	9.6143	0.843
		16 0.066	0.131	9.9796	0.868
		17 -0.085	0.039	10.599	0.877
		18 0.149	0.103	12.543	0.818
		19 0.061	0.055	12.879	0.845
		20 -0.031	0.005	12.966	0.879
		21 -0.080	-0.082	13.571	0.887
		22 -0.146	-0.156	15.645	0.833
		23 0.154	0.088	18.027	0.756
		24 -0.029	-0.002	18.112	0.798

A tabela abaixo mostra uma estatística t para o termo da tendência linear menor do que o valor crítico a 5% estabelecido por Dickey e Fuller (1981). Logo, a tendência linear é estatisticamente nula.

Tabela 2.2.14. - Resultado da regressão da série do logaritmo do volume de ativos financeiros aplicados em *equities* e fundos em percentual do GDP por MQO ao modelo do tipo 3 (com constante e tendência linear), sem termos de aumento, da primeira etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Dependent Variable: DLOG(EQUITIES,2)
Method: Least Squares
Date: 12/24/15 Time: 16:44
Sample (adjusted): 1952 2010
Included observations: 59 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.037059	0.018800	1.971262	0.0536
@TREND	-0.000473	0.000515	-0.919003	0.3620
DLOG(EQUITIES(-1),1)	-0.658037	0.129776	-5.070544	0.0000
R-squared	0.321650	Mean dependent var		-0.001238
Adjusted R-squared	0.297423	S.D. dependent var		0.080356
S.E. of regression	0.067354	Akaike info criterion		-2.508192
Sum squared resid	0.254049	Schwarz criterion		-2.402555
Log likelihood	76.99168	Hannan-Quinn criter.		-2.466956
F-statistic	13.27661	Durbin-Watson stat		1.617446
Prob(F-statistic)	0.000019			

Tabela 2.2.15. - Correlograma dos resíduos quadráticos da regressão da série do logaritmo do volume de ativos financeiros aplicados em *equities* e fundos em percentual

do GDP por MQO ao modelo do tipo 2 (com constante e sem tendência linear), sem termos de aumento, da primeira etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Date: 12/24/15 Time: 17:02
Sample: 1950 2010
Included observations: 59

Autocorrelation	Partial Correlation		AC	PAC	Q-Stat	Prob
1	0.040	0.040	0.1004	0.751
2	0.065	0.063	0.3664	0.833
3	0.114	0.109	1.1957	0.754
4	0.002	-0.009	1.1961	0.879
5	0.121	0.110	2.1779	0.824
6	-0.045	-0.066	2.3140	0.889
7	0.220	0.220	5.6719	0.579
8	0.122	0.089	6.7278	0.566
9	-0.142	-0.168	8.1800	0.516
10	-0.067	-0.139	8.5066	0.579
11	0.065	0.097	8.8233	0.638
12	-0.052	-0.066	9.0279	0.701
13	-0.043	-0.036	9.1703	0.760
14	-0.135	-0.171	10.627	0.715
15	-0.024	-0.041	10.673	0.775
16	0.004	0.076	10.675	0.829
17	-0.123	0.011	11.976	0.802
18	0.155	0.135	14.073	0.724
19	0.109	0.129	15.147	0.713
20	-0.031	-0.007	15.234	0.763
21	-0.076	-0.070	15.784	0.782
22	-0.136	-0.138	17.570	0.731
23	0.108	0.059	18.741	0.716
24	-0.045	-0.047	18.950	0.755

De acordo com a tabela abaixo, não se rejeita H_0 e assume-se que o termo da constante é nulo. (estatística $t < VC = 2,56$)

Tabela 2.2.16. - Resultado da regressão da série do logaritmo do volume de ativos financeiros aplicados em *equities* e fundos em percentual do GDP por MQO ao modelo do tipo 2 (com constante e tendência linear), sem termos de aumento, da primeira etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Dependent Variable: DLOG(EQUITIES,2)

Method: Least Squares

Date: 12/24/15 Time: 16:52

Sample (adjusted): 1952 2010

Included observations: 59 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.022389	0.009916	2.257770	0.0278
DLOG(EQUITIES(-1),1)	-0.658014	0.129599	-5.077298	0.0000
R-squared	0.311419	Mean dependent var		-0.001238
Adjusted R-squared	0.299339	S.D. dependent var		0.080356
S.E. of regression	0.067262	Akaike info criterion		-2.527122
Sum squared resid	0.257881	Schwarz criterion		-2.456697
Log likelihood	76.55009	Hannan-Quinn criter.		-2.499631
F-statistic	25.77895	Durbin-Watson stat		1.594194
Prob(F-statistic)	0.000004			

Tabela 2.2.17. - Correlograma dos resíduos quadráticos da regressão da série do logaritmo do volume de ativos financeiros aplicados em *equities* e fundos em percentual do GDP por MQO ao modelo do tipo 1 (sem constante e sem tendência linear), sem termos

de aumento, da primeira etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Date: 12/24/15 Time: 17:07
Sample: 1950 2010
Included observations: 59

Autocorrelation	Partial Correlation	AC	PAC	Q-Stat	Prob
1 -0.116	-0.116	0.8339	0.361
2 0.028	0.015	0.8844	0.643
3 0.145	0.152	2.2362	0.525
4 -0.026	0.008	2.2812	0.684
5 0.157	0.152	3.9281	0.560
6 -0.057	-0.045	4.1473	0.657
7 0.110	0.099	4.9909	0.661
8 0.109	0.095	5.8286	0.666
9 -0.128	-0.101	7.0128	0.636
10 -0.130	-0.230	8.2580	0.604
11 0.135	0.095	9.6219	0.565
12 -0.075	-0.047	10.056	0.611
13 0.032	0.050	10.137	0.683
14 -0.159	-0.180	12.172	0.593
15 -0.011	-0.005	12.183	0.665
16 0.197	0.198	15.437	0.493
17 -0.104	0.097	16.357	0.499
18 0.066	0.018	16.741	0.541
19 0.026	-0.027	16.801	0.603
20 0.047	0.061	17.008	0.652
21 -0.100	-0.099	17.948	0.652
22 -0.132	-0.189	19.638	0.606
23 0.084	-0.069	20.347	0.621
24 0.062	0.032	20.745	0.654

De acordo com a tabela abaixo, rejeita-se a hipótese nula de que existem duas raízes unitárias. ($t_1 < VC$)

Tabela 2.2.18. - Resultado da regressão da série do logaritmo do volume de ativos financeiros aplicados em *equities* e fundos em percentual do GDP por MQO ao modelo do tipo 1 (sem constante e tendência linear), sem termos de aumento, da primeira etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Dependent Variable: DLOG(EQUITIES,2)

Method: Least Squares

Date: 12/24/15 Time: 17:03

Sample (adjusted): 1952 2010

Included observations: 59 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
DLOG(EQUITIES(-1),1)	-0.520706	0.118417	-4.397205	0.0000
R-squared	0.249839	Mean dependent var		-0.001238
Adjusted R-squared	0.249839	S.D. dependent var		0.080356
S.E. of regression	0.069598	Akaike info criterion		-2.475365
Sum squared resid	0.280943	Schwarz criterion		-2.440153
Log likelihood	74.02327	Hannan-Quinn criter.		-2.461620
Durbin-Watson stat	1.631461			

Tabela 2.2.19. - Correlograma dos resíduos quadráticos da regressão da série do logaritmo do volume de ativos financeiros aplicados em *equities* e fundos em percentual do GDP por MQO ao modelo do tipo 3 (com constante e tendência linear), sem termos de aumento, da segunda etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Date: 12/24/15 Time: 17:11
Sample: 1950 2010
Included observations: 59

Autocorrelation	Partial Correlation	AC	PAC	Q-Stat	Prob
		1 -0.013	-0.013	0.0107	0.918
		2 0.077	0.077	0.3890	0.823
		3 0.140	0.143	1.6495	0.648
		4 -0.014	-0.016	1.6626	0.798
		5 0.131	0.112	2.8134	0.729
		6 -0.039	-0.054	2.9183	0.819
		7 0.195	0.188	5.5374	0.595
		8 0.111	0.094	6.4113	0.601
		9 -0.117	-0.130	7.4015	0.595
		10 -0.030	-0.124	7.4690	0.681
		11 0.090	0.106	8.0802	0.706
		12 -0.040	-0.035	8.2023	0.769
		13 -0.029	-0.042	8.2673	0.826
		14 -0.128	-0.178	9.5870	0.792
		15 -0.018	-0.039	9.6143	0.843
		16 0.066	0.131	9.9796	0.868
		17 -0.085	0.039	10.599	0.877
		18 0.149	0.103	12.543	0.818
		19 0.061	0.055	12.879	0.845
		20 -0.031	0.005	12.966	0.879
		21 -0.080	-0.082	13.571	0.887
		22 -0.146	-0.156	15.645	0.833
		23 0.154	0.088	18.027	0.756
		24 -0.029	-0.002	18.112	0.798

A tabela abaixo aponta que o termo da tendência linear é estatisticamente nulo. (valor t observado < VC).

Tabela 2.2.20. - Resultado da regressão da série do logaritmo do volume de ativos financeiros aplicados em *equities* e fundos em percentual do GDP por MQO ao modelo do tipo 3 (com constante e tendência linear), sem termos de aumento, da segunda etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Dependent Variable: DLOG(EQUITIES,2)

Method: Least Squares

Date: 12/24/15 Time: 17:15

Sample (adjusted): 1952 2010

Included observations: 59 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-0.011864	0.108869	-0.108978	0.9136
@TREND	-0.001383	0.002060	-0.671332	0.5048
DLOG(EQUITIES(-1),1)	-0.683296	0.141941	-4.813940	0.0000
LOG(EQUITIES)	0.030009	0.065761	0.456337	0.6499
R-squared	0.324208	Mean dependent var		-0.001238
Adjusted R-squared	0.287347	S.D. dependent var		0.080356
S.E. of regression	0.067836	Akaike info criterion		-2.478073
Sum squared resid	0.253091	Schwarz criterion		-2.337223
Log likelihood	77.10316	Hannan-Quinn criter.		-2.423091
F-statistic	8.795348	Durbin-Watson stat		1.563409
Prob(F-statistic)	0.000074			

Tabela 2.2.21. - Correlograma dos resíduos quadráticos da regressão da série do logaritmo do volume de ativos financeiros aplicados em *equities* e fundos em percentual do GDP por MQO ao modelo do tipo 2 (com constante e sem tendência linear), sem termos de aumento, da segunda etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Date: 12/24/15 Time: 17:18
Sample: 1950 2010
Included observations: 59

Autocorrelation	Partial Correlation	AC	PAC	Q-Stat	Prob
1	-0.009	-0.009	0.0048	0.945
2	0.073	0.073	0.3399	0.844
3	0.141	0.143	1.6178	0.655
4	0.004	0.003	1.6189	0.805
5	0.138	0.121	2.8934	0.716
6	-0.037	-0.055	2.9854	0.811
7	0.188	0.176	5.4362	0.607
8	0.107	0.086	6.2500	0.619
9	-0.125	-0.140	7.3825	0.597
10	-0.045	-0.135	7.5298	0.675
11	0.086	0.095	8.0832	0.706
12	-0.036	-0.035	8.1841	0.771
13	-0.030	-0.034	8.2549	0.827
14	-0.131	-0.167	9.6211	0.789
15	-0.013	-0.029	9.6344	0.842
16	0.054	0.115	9.8793	0.873
17	-0.097	0.025	10.687	0.872
18	0.149	0.117	12.631	0.813
19	0.067	0.071	13.035	0.837
20	-0.030	0.000	13.118	0.872
21	-0.076	-0.082	13.667	0.883
22	-0.145	-0.164	15.701	0.830
23	0.154	0.081	18.076	0.753
24	-0.029	-0.006	18.160	0.795

A tabela abaixo aponta que o termo da constante é estatisticamente nulo. (estatística t observada < VC).

Tabela 2.2.22. - Resultado da regressão da série do logaritmo do volume de ativos financeiros aplicados em *equities* e fundos em percentual do GDP por MQO ao modelo do tipo 2 (com constante e sem tendência linear), sem termos de aumento, da segunda etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Dependent Variable: DLOG(EQUITIES,2)
Method: Least Squares
Date: 12/24/15 Time: 17:17
Sample (adjusted): 1952 2010
Included observations: 59 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.055075	0.043491	1.266343	0.2106
DLOG(EQUITIES(-1),1)	-0.647329	0.130795	-4.949172	0.0000
LOG(EQUITIES)	-0.012717	0.016472	-0.772030	0.4433
R-squared	0.318671	Mean dependent var		-0.001238
Adjusted R-squared	0.294338	S.D. dependent var		0.080356
S.E. of regression	0.067502	Akaike info criterion		-2.503811
Sum squared resid	0.255165	Schwarz criterion		-2.398173
Log likelihood	76.86241	Hannan-Quinn criter.		-2.462574
F-statistic	13.09614	Durbin-Watson stat		1.636382
Prob(F-statistic)	0.000022			

Tabela 2.2.23. - Correlograma dos resíduos quadráticos da regressão da série do logaritmo do volume de ativos financeiros aplicados em *equities* e fundos em percentual do GDP por MQO ao modelo do tipo 1 (sem constante ou tendência linear), sem termos

de aumento, da segunda etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Date: 12/24/15 Time: 17:23
Sample: 1950 2010
Included observations: 59

Autocorrelation	Partial Correlation	AC	PAC	Q-Stat	Prob
1	0.048	0.048	0.1458	0.703
2	0.057	0.054	0.3485	0.840
3	0.102	0.098	1.0222	0.796
4	0.001	-0.011	1.0222	0.906
5	0.109	0.100	1.8080	0.875
6	-0.055	-0.075	2.0129	0.919
7	0.233	0.238	5.7744	0.566
8	0.133	0.099	7.0268	0.534
9	-0.153	-0.182	8.7144	0.464
10	-0.094	-0.162	9.3619	0.498
11	0.057	0.097	9.6090	0.566
12	-0.059	-0.073	9.8793	0.627
13	-0.042	-0.024	10.020	0.692
14	-0.146	-0.189	11.716	0.629
15	-0.029	-0.057	11.787	0.695
16	-0.002	0.076	11.787	0.758
17	-0.135	0.028	13.343	0.713
18	0.155	0.140	15.443	0.631
19	0.125	0.140	16.847	0.600
20	-0.021	-0.012	16.888	0.660
21	-0.082	-0.068	17.528	0.679
22	-0.134	-0.126	19.269	0.629
23	0.085	0.031	19.984	0.643
24	-0.038	-0.054	20.134	0.689

Ocorre para esta série o mesmo que ocorreu para a série da taxa de lucro. A conclusão do teste aponta que a série do logaritmo do volume de ativos financeiros da riqueza corporativa aplicados em *equities* e fundos em percentual do GDP $\sim I(1)$.

A.2.3 Teste para a série do *Q* de Tobin medido nos Estados Unidos entre 1950 e 2010

Tabela 2.2.24. - Resultado da regressão da série do logaritmo do volume de ativos financeiros aplicados em *equities* e fundos em percentual do GDP por MQO ao modelo do tipo 1 (sem constante ou tendência linear), sem termos de aumento, da segunda etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Dependent Variable: DLOG(EQUITIES,2)

Method: Least Squares

Date: 12/24/15 Time: 17:19

Sample (adjusted): 1952 2010

Included observations: 59 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
DLOG(EQUITIES(-1),1)	-0.646705	0.131485	-4.918467	0.0000
LOG(EQUITIES)	0.007589	0.003789	2.002829	0.0500
R-squared	0.299160	Mean dependent var	-0.001238	

Adjusted R-squared	0.286865	S.D. dependent var	0.080356
S.E. of regression	0.067858	Akaike info criterion	-2.509475
Sum squared resid	0.262472	Schwarz criterion	-2.439050
Log likelihood	76.02952	Hannan-Quinn criter.	-2.481984
Durbin-Watson stat	1.571936		

Tabela 2.2.25. - Correlograma dos resíduos quadráticos da regressão da série do Q de Tobin por MQO ao modelo do tipo 3 (com constante e tendência linear), sem termos de aumento, da primeira etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Date: 12/24/15 Time: 17:39
Sample: 1950 2010
Included observations: 59

Autocorrelation		Partial Correlation		AC	PAC	Q-Stat	Prob	
				1	0.189	0.189	2.2154	0.137
				2	0.087	0.054	2.6974	0.260
				3	0.011	-0.015	2.7051	0.439
				4	0.184	0.188	4.9278	0.295
				5	0.085	0.021	5.4116	0.368
				6	0.036	-0.007	5.5018	0.481
				7	-0.099	-0.111	6.1803	0.519
				8	-0.035	-0.033	6.2660	0.617
				9	-0.075	-0.074	6.6656	0.672
				10	-0.079	-0.069	7.1245	0.714
				11	-0.152	-0.093	8.8504	0.636
				12	-0.115	-0.052	9.8609	0.628
				13	-0.121	-0.057	11.007	0.610
				14	-0.152	-0.109	12.850	0.538
				15	-0.056	0.039	13.110	0.594
				16	-0.106	-0.073	14.050	0.595
				17	-0.085	-0.042	14.670	0.619
				18	-0.004	0.055	14.671	0.684
				19	-0.023	-0.042	14.720	0.740
				20	-0.109	-0.122	15.813	0.728
				21	-0.101	-0.096	16.777	0.725
				22	-0.027	-0.032	16.849	0.772
				23	-0.016	-0.069	16.874	0.815
				24	-0.024	-0.044	16.932	0.852

Como aponta a tabela abaixo, o valor da estatística t do termo da tendência linear é menor do que o valor crítico e, portanto, tal termo é estatisticamente nulo.

Tabela 2.2.26. - Resultado da regressão da série do logaritmo do Q de Tobin por MQO ao modelo do tipo 3 (com constante e tendência linear), sem termos de aumento, da primeira etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Dependent Variable: D(QTOBIN,2)
Method: Least Squares
Date: 12/24/15 Time: 17:39
Sample (adjusted): 1952 2010
Included observations: 59 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.007529	0.017730	0.424625	0.6727
@TREND	-5.53E-05	0.000499	-0.110828	0.9121
D(QTOBIN(-1),1)	-0.617322	0.125281	-4.927508	0.0000

R-squared	0.303463	Mean dependent var	0.000892
Adjusted R-squared	0.278587	S.D. dependent var	0.076480
S.E. of regression	0.064959	Akaike info criterion	-2.580617
Sum squared resid	0.236300	Schwarz criterion	-2.474980
Log likelihood	79.12820	Hannan-Quinn criter.	-2.539381

F-statistic	12.19888	Durbin-Watson stat	1.665621
Prob(F-statistic)	0.000040		

Tabela 2.2.27. - Correlograma dos resíduos quadráticos da regressão da série do Q de Tobin por MQO ao modelo do tipo 2 (com constante e sem tendência linear), sem termos de aumento, da primeira etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Date: 12/24/15 Time: 17:53
Sample: 1950 2010
Included observations: 59

Autocorrelation	Partial Correlation	AC	PAC	Q-Stat	Prob
1 0.189	0.189	2.2176	0.136
2 0.089	0.055	2.7168	0.257
3 0.010	-0.017	2.7235	0.436
4 0.181	0.184	4.8671	0.301
5 0.084	0.022	5.3400	0.376
6 0.039	-0.005	5.4441	0.488
7 -0.098	-0.111	6.1108	0.527
8 -0.035	-0.032	6.1996	0.625
9 -0.074	-0.072	6.5894	0.680
10 -0.077	-0.068	7.0211	0.723
11 -0.152	-0.095	8.7539	0.645
12 -0.116	-0.053	9.7776	0.635
13 -0.120	-0.055	10.902	0.619
14 -0.151	-0.109	12.728	0.548
15 -0.054	0.041	12.964	0.605
16 -0.105	-0.072	13.886	0.607
17 -0.089	-0.047	14.560	0.627
18 -0.006	0.054	14.564	0.692
19 -0.022	-0.040	14.606	0.747
20 -0.107	-0.121	15.672	0.737
21 -0.104	-0.099	16.698	0.729
22 -0.031	-0.032	16.792	0.775
23 -0.019	-0.071	16.827	0.818
24 -0.025	-0.047	16.893	0.853

Como aponta a tabela abaixo, o valor da estatística t do termo da constante é menor do que o valor crítico e, portanto, tal termo é estatisticamente nulo.

Tabela 2.2.28. - Resultado da regressão da série do logaritmo do Q de Tobin por MQO ao modelo do tipo 2 (com constante e sem tendência linear), sem termos de aumento, da primeira etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Dependent Variable: D(QTOBIN,2)
Method: Least Squares
Date: 12/24/15 Time: 17:52
Sample (adjusted): 1952 2010
Included observations: 59 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	0.005805	0.008441	0.687724	0.4944
D(QTOBIN(-1),1)	-0.616048	0.123667	-4.981514	0.0000
R-squared	0.303310	Mean dependent var		0.000892
Adjusted R-squared	0.291088	S.D. dependent var		0.076480
S.E. of regression	0.064394	Akaike info criterion		-2.614296
Sum squared resid	0.236352	Schwarz criterion		-2.543871
Log likelihood	79.12173	Hannan-Quinn criter.		-2.586805
F-statistic	24.81548	Durbin-Watson stat		1.666667
Prob(F-statistic)	0.000006			

Tabela 2.2.29. - Correlograma dos resíduos quadráticos da regressão da série do Q de Tobin por MQO ao modelo do tipo 3 (com constante e tendência linear), sem termos de aumento, da primeira etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Date: 12/24/15 Time: 17:56

Sample: 1950 2010

Included observations: 59

Autocorrelation	Partial Correlation	AC	PAC	Q-Stat	Prob
1	0.178	0.178	1.9554	0.162
2	0.127	0.099	2.9780	0.226
3	0.008	-0.032	2.9818	0.394
4	0.155	0.153	4.5588	0.336
5	0.077	0.032	4.9522	0.422
6	0.068	0.019	5.2664	0.510
7	-0.114	-0.140	6.1656	0.521
8	-0.059	-0.050	6.4115	0.601
9	-0.063	-0.036	6.6970	0.669
10	-0.070	-0.073	7.0578	0.720
11	-0.165	-0.116	9.0909	0.614
12	-0.112	-0.036	10.057	0.611
13	-0.121	-0.048	11.209	0.593
14	-0.166	-0.135	13.409	0.495
15	-0.032	0.064	13.494	0.564
16	-0.104	-0.065	14.403	0.569
17	-0.093	-0.064	15.149	0.585
18	0.015	0.079	15.170	0.650
19	-0.005	-0.025	15.172	0.712
20	-0.111	-0.140	16.304	0.698
21	-0.100	-0.107	17.245	0.696
22	-0.021	-0.005	17.288	0.747
23	-0.015	-0.064	17.311	0.794
24	-0.017	-0.064	17.342	0.834

De acordo com a tabela abaixo, rejeita-se a hipótese nula de que existem duas raízes unitárias. ($t_1 < VC$)

Tabela 2.2.30. - Resultado da regressão da série do logaritmo do Q de Tobin por MQO ao modelo do tipo 3 (com constante e tendência linear), sem termos de aumento, da primeira etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Dependent Variable: D(QTOBIN,2)

Method: Least Squares

Date: 12/24/15 Time: 17:54

Sample (adjusted): 1952 2010

Included observations: 59 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
D(QTOBIN(-1),1)	-0.606110	0.122260	-4.957535	0.0000
R-squared	0.297529	Mean dependent var		0.000892
Adjusted R-squared	0.297529	S.D. dependent var		0.076480
S.E. of regression	0.064100	Akaike info criterion		-2.639931
Sum squared resid	0.238313	Schwarz criterion		-2.604719
Log likelihood	78.87797	Hannan-Quinn criter.		-2.626185
Durbin-Watson stat	1.664390			

Tabela 2.2.31. - Correlograma dos resíduos quadráticos da regressão da série do Q de Tobin por MQO ao modelo do tipo 3 (com constante e tendência linear), sem termos de

aumento, da segunda etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Date: 12/24/15 Time: 17:58
Sample: 1950 2010
Included observations: 59

Autocorrelation	Partial Correlation	AC	PAC	Q-Stat	Prob
		1 0.195	0.195	2.3617	0.124
		2 0.079	0.042	2.7523	0.253
		3 0.001	-0.023	2.7523	0.431
		4 0.184	0.193	4.9690	0.290
		5 0.084	0.017	5.4356	0.365
		6 0.023	-0.019	5.4721	0.485
		7 -0.097	-0.099	6.1227	0.525
		8 -0.032	-0.029	6.1962	0.625
		9 -0.077	-0.079	6.6191	0.677
		10 -0.080	-0.066	7.0925	0.717
		11 -0.147	-0.088	8.7144	0.648
		12 -0.109	-0.050	9.6274	0.649
		13 -0.127	-0.069	10.883	0.621
		14 -0.154	-0.110	12.790	0.543
		15 -0.052	0.042	13.014	0.601
		16 -0.100	-0.076	13.850	0.610
		17 -0.083	-0.042	14.435	0.636
		18 -0.004	0.058	14.436	0.700
		19 -0.020	-0.043	14.470	0.756
		20 -0.109	-0.129	15.561	0.743
		21 -0.105	-0.096	16.606	0.735
		22 -0.031	-0.036	16.697	0.780
		23 -0.022	-0.083	16.747	0.821
		24 -0.034	-0.053	16.867	0.854

Como aponta a tabela abaixo, o valor da estatística t do termo da tendência linear é menor do que o valor crítico e, portanto, tal termo é estatisticamente nulo.

Tabela 2.2.32. - Resultado da regressão da série do logaritmo do Q de Tobin por MQO ao modelo do tipo 3 (com constante e tendência linear), sem termos de aumento, da segunda etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Dependent Variable: D(QTOBIN,2)
Method: Least Squares
Date: 12/24/15 Time: 17:58
Sample (adjusted): 1952 2010
Included observations: 59 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-0.002023	0.027735	-0.072951	0.9421
@TREND	-0.000217	0.000618	-0.351505	0.7266
D(QTOBIN(-1),1)	-0.635090	0.132212	-4.803552	0.0000
QTOBIN	0.020049	0.044542	0.450122	0.6544
R-squared	0.306020	Mean dependent var		0.000892
Adjusted R-squared	0.268166	S.D. dependent var		0.076480
S.E. of regression	0.065426	Akaike info criterion		-2.550396
Sum squared resid	0.235433	Schwarz criterion		-2.409546
Log likelihood	79.23668	Hannan-Quinn criter.		-2.495414
F-statistic	8.084319	Durbin-Watson stat		1.632649
Prob(F-statistic)	0.000149			

Tabela 2.2.33. - Correlograma dos resíduos quadráticos da regressão da série do Q de Tobin por MQO ao modelo do tipo 2 (com constante e sem tendência linear), sem termos de aumento, da segunda etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Date: 12/24/15 Time: 18:00
Sample: 1950 2010
Included observations: 59

Autocorrelation	Partial Correlation	AC	PAC	Q-Stat	Prob
		1 0.193	0.193	2.3126	0.128
		2 0.087	0.051	2.7876	0.248
		3 0.003	-0.024	2.7880	0.425
		4 0.175	0.182	4.7918	0.309
		5 0.082	0.020	5.2392	0.387
		6 0.036	-0.007	5.3258	0.503
		7 -0.096	-0.105	5.9615	0.544
		8 -0.035	-0.029	6.0478	0.642
		9 -0.074	-0.073	6.4461	0.695
		10 -0.075	-0.065	6.8553	0.739
		11 -0.150	-0.095	8.5402	0.664
		12 -0.114	-0.053	9.5314	0.657
		13 -0.122	-0.060	10.692	0.637
		14 -0.151	-0.111	12.522	0.564
		15 -0.047	0.048	12.701	0.625
		16 -0.100	-0.073	13.543	0.633
		17 -0.093	-0.054	14.285	0.647
		18 -0.010	0.053	14.294	0.710
		19 -0.017	-0.037	14.320	0.765
		20 -0.105	-0.125	15.337	0.757
		21 -0.111	-0.103	16.499	0.741
		22 -0.039	-0.035	16.644	0.783
		23 -0.028	-0.082	16.720	0.823
		24 -0.033	-0.057	16.832	0.856

Como aponta a tabela abaixo, o valor da estatística t do termo da constante é menor do que o valor crítico e, portanto, tal termo é estatisticamente nulo.

Tabela 2.2.34. - Resultado da regressão da série do logaritmo do Q de Tobin por MQO ao modelo do tipo 3 (com constante e tendência linear), sem termos de aumento, da segunda etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Dependent Variable: D(QTOBIN,2)
Method: Least Squares
Date: 12/24/15 Time: 17:59
Sample (adjusted): 1952 2010
Included observations: 59 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-0.002158	0.027515	-0.078416	0.9378
D(QTOBIN(-1),1)	-0.623704	0.127176	-4.904251	0.0000
QTOBIN	0.010935	0.035932	0.304320	0.7620
R-squared	0.304461	Mean dependent var		0.000892
Adjusted R-squared	0.279620	S.D. dependent var		0.076480
S.E. of regression	0.064912	Akaike info criterion		-2.582050
Sum squared resid	0.235962	Schwarz criterion		-2.476413
Log likelihood	79.17048	Hannan-Quinn criter.		-2.540814
F-statistic	12.25652	Durbin-Watson stat		1.650262
Prob(F-statistic)	0.000038			

Tabela 2.2.35. - Correlograma dos resíduos quadráticos da regressão da série do Q de Tobin por MQO ao modelo do tipo 3 (com constante e tendência linear), sem termos de aumento, da segunda etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Date: 12/24/15 Time: 18:02
Sample: 1950 2010
Included observations: 59

Autocorrelation	Partial Correlation	AC	PAC	Q-Stat	Prob
1 0.192	0.192	2.2983	0.130
2 0.086	0.051	2.7655	0.251
3 0.005	-0.022	2.7669	0.429
4 0.177	0.183	4.8267	0.306
5 0.083	0.020	5.2831	0.382
6 0.036	-0.007	5.3691	0.497
7 -0.096	-0.105	6.0051	0.539
8 -0.034	-0.030	6.0881	0.637
9 -0.075	-0.074	6.4885	0.690
10 -0.075	-0.065	6.9064	0.734
11 -0.150	-0.095	8.5948	0.659
12 -0.114	-0.054	9.5957	0.651
13 -0.121	-0.058	10.746	0.632
14 -0.151	-0.110	12.564	0.561
15 -0.049	0.045	12.762	0.621
16 -0.102	-0.073	13.625	0.627
17 -0.092	-0.052	14.348	0.642
18 -0.010	0.052	14.356	0.706
19 -0.019	-0.038	14.388	0.761
20 -0.105	-0.123	15.415	0.752
21 -0.109	-0.102	16.545	0.738
22 -0.037	-0.035	16.679	0.781
23 -0.025	-0.079	16.744	0.822
24 -0.031	-0.054	16.845	0.855

Ocorre para esta série o mesmo que ocorreu para as duas séries anteriores. A conclusão do teste aponta que a série do Q de Tobin $\sim I(1)$.

Tabela 2.2.36. - Resultado da regressão da série do logaritmo do Q de Tobin por MQO ao modelo do tipo 3 (com constante e tendência linear), sem termos de aumento, da segunda etapa do teste Dickey-Fuller para múltiplas raízes unitárias - Estados Unidos, 1950-2010.

Dependent Variable: D(QTOBIN,2)
Method: Least Squares
Date: 12/24/15 Time: 18:00
Sample (adjusted): 1952 2010
Included observations: 59 after adjustments

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
D(QTOBIN(-1),1)	-0.622181	0.124584	-4.994058	0.0000
QTOBIN	0.008255	0.011015	0.749460	0.4567
R-squared	0.304384	Mean dependent var		0.000892
Adjusted R-squared	0.292180	S.D. dependent var		0.076480
S.E. of regression	0.064344	Akaike info criterion		-2.615839
Sum squared resid	0.235988	Schwarz criterion		-2.545414
Log likelihood	79.16724	Hannan-Quinn criter.		-2.588348
Durbin-Watson stat	1.654351			

Apêndice 2 – teste ng-perron de raiz unitária

O teste Ng-Peron para uma raiz unitária foi criado por para combinar a maior potência do teste DF-GLS com a reduzida distorção de tamanho do teste Phillips-Perron modificado. Assim, dos testes para uma única raiz unitária este foi o escolhido para verificar os resultados dos testes anteriores. Por se tratar de um teste mais conhecido e amplamente utilizado do que o teste Dickey-Pantula, estando, inclusive, incluso como um dos testes automáticos disponíveis no Eviews, as explicações sobre as etapas e os cálculos do teste serão omitidos.

O teste foi aplicado em todas as séries, supondo modelos com intercepto. O critério utilizado para a escolha do número de defasagens foi o critério de informação Akaike modificado. Em todos os casos a estatística do teste foi maior do que o valor crítico da tabela para o teste, assim, em nenhum dos casos se rejeitou a hipótese nula, confirmando a existência de uma raiz unitária em todas as séries. Seguem abaixo as tabelas, com o resultado da aplicação do teste NG-Peron nas séries, para cada um dos dois modelos.

Tabela 2.3.1. Resultado do teste NG-Peron para a série da taxa de lucro – Estados Unidos, 1950-2010.

Null Hypothesis: TAXA_DE_LUCRO has a unit root

Exogenous: Constant

Lag length: 0 (Spectral GLS-detrended AR based on Modified AIC, maxlag=10)

Sample: 1950 2010

Included observations: 61

	MZa	MZt	MSB	MPT
Ng-Perron test statistics	-5.14976	-1.46810	0.28508	5.10420
Asymptotic critical values*:				
1%	-13.8000	-2.58000	0.17400	1.78000
5%	-8.10000	-1.98000	0.23300	3.17000
10%	-5.70000	-1.62000	0.27500	4.45000

*Ng-Perron (2001, Table 1)

HAC corrected variance (Spectral GLS-detrended AR)	0.093457
--	----------

Tabela 2.3.2. Resultado do teste NG-Peron para a série do logaritmo do volume de ativos financeiros aplicados em *equities* e fundos em percentual do GDP – Estados Unidos, 1950-2010.

Null Hypothesis: LE has a unit root

Exogenous: Constant

Lag length: 5 (Spectral GLS-detrended AR based on Modified AIC, maxlag=10)

Sample: 1950 2010

Included observations: 61

	MZa	MZt	MSB	MPT
Ng-Perron test statistics	0.63945	0.41624	0.65093	31.3781

Asymptotic critical values*:	1%	-13.8000	-2.58000	0.17400	1.78000
	5%	-8.10000	-1.98000	0.23300	3.17000
	10%	-5.70000	-1.62000	0.27500	4.45000

*Ng-Perron (2001, Table 1)

HAC corrected variance (Spectral GLS-detrended AR)	0.020752
--	----------

Tabela 2.3.3. Resultado do teste NG-Peron para a série do Q de Tobin – Estados Unidos, 1950-2010.

Null Hypothesis: QTOBIN has a unit root

Exogenous: Constant

Lag length: 4 (Spectral GLS-detrended AR based on Modified AIC, maxlag=10)

Sample: 1950 2010

Included observations: 61

		MZa	MZt	MSB	MPT
<hr/>					
Ng-Perron test statistics		-5.58562	-1.56070	0.27941	4.70574
Asymptotic critical values*:	1%	-13.8000	-2.58000	0.17400	1.78000
	5%	-8.10000	-1.98000	0.23300	3.17000
	10%	-5.70000	-1.62000	0.27500	4.45000

*Ng-Perron (2001, Table 1)

HAC corrected variance (Spectral GLS-detrended AR)	0.017779
--	----------

Apêndice 3 – procedimento de Johansen para cointegração

O procedimento de Johansen parte do Teorema da Representação de Granger, segundo o qual um vetor $X_t \sim CI(1,1)$ é representável por um VEC. Ele ainda tem a vantagem de repelir a possibilidade de uma regressão espúria, ou absurda, que pode ocorrer quando não se observa a ordem de integração das variáveis. O procedimento será aqui iniciado com a estimação de um modelo de vetores autoregressivos (VAR), a partir do qual é possível inferir [por meio dos critérios de informação (em versões multivariadas do critério de Akaike, Hannan-Quinn e Schwarz] e dos testes FPE (Final Prediction Error) e do teste da taxa de verossimilhança (LR). Para saber se o VAR estimado pode ser analisado como um VEC e, portanto, se há cointegração,

é necessário analisar o posto da matriz do VAR irrestrito. Caso esse posto seja incompleto (a matriz deve ser degenerada) e não nulo, há cointegração.

Em termos algébricos, a ideia consiste em representar um VAR da seguinte forma:

$$\Delta X_t = \Pi X_{t-1} + \sum \Gamma_i \Delta X_{t-i} + \varepsilon_t$$

Como um VEC da seguinte forma:

$$\Delta X_t = \alpha\beta'X_{t-1} + \sum A_i \Delta X_{t-i} + u_t$$

Para isso é necessário que Π seja fatorado da forma $\alpha\beta'$.

No procedimento de Johansen há que se definir entre cinco modelos possíveis quais aqueles que melhor descrevem as séries em questão. O primeiro modelo pressupõe que as variáveis estejam no mesmo nível e com a mesma tendência, assim, dentro do vetor de cointegração não há sentido para constante ou tendência. O segundo modelo denota variáveis que, embora estejam defasadas em nível, seguem tendências próximas, assim, há no vetor de cointegração uma constante como componente determinista. O terceiro modelo supõe a existência de constante dentro e fora do vetor de cointegração, mas sem tendência linear como componente determinista, visualmente esse modelo não pode ser distinguido do modelo seguinte, que admite adicionalmente componente determinista da tendência linear dentro do vetor de cointegração. O quinto modelo, mais incomum, pressupõe uma tendência quadrática em alguma das variáveis. Assim, como pode ser observado nos gráficos do Apêndice 1, os únicos modelos que fazem sentido para essas séries são os modelos três e quatro. Para distinguir entre os dois iremos ver qual deles melhor resolve os problemas de autocorrelação/correlação não-contemporânea nos resíduos do modelo, tendo em vista que a análise visual não é suficiente.

A.4.1 – Determinação do número de defasagens e do posto de $\square\square$

A tabela abaixo mostra, a partir de um modelo VAR inicialmente estimado, os resultados da aplicação dos critérios acima apontados para inferir o número de defasagens necessário ao modelo. Três dos cinco critérios sugerem nove defasagens, um sugere oito e um sugere uma. Inicialmente trabalharemos com nove defasagens, tendo em vista que foi o mais

Data Trend:	None	None	Linear	Linear	Quadratic
Test Type	No Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept No Trend	Intercept Trend	Intercept Trend
Trace	1	1	1	2	3
Max-Eig	1	1	1	2	3

*Critical values based on MacKinnon-Haug-Michelis (1999)

A.4.2 Estimação do VEC e verificação das hipóteses do modelo

É pressuposto ao VEC a ser estimado que não haja autocorrelação nem correlações não-contemporâneas nos resíduos, além disso, esses devem estar normalmente distribuídos. Para testar autocorrelação e correlações não contemporâneas dos resíduos serão utilizados o teste de Portmanteau e o teste LM. Para testar a normalidade foram feitos os testes: univariado de Jarque-Bera, Lutkepohl, Doornik-Hansen e Urzua.

Tabela 2.4.3. Resultados da estimação do modelo VEC sobre o vetor composto pelas séries de taxa de lucro, Q de Tobin e do logaritmo do volume de ativos financeiros aplicados em equities e fundos em percentual do GDP – Estados Unidos, 1950-2010.

Vector Error Correction Estimates

Date: 12/27/15 Time: 10:59

Sample (adjusted): 1959 2010

Included observations: 52 after adjustments

Standard errors in () & t-statistics in []

Cointegrating Eq:	CointEq1		
TAXA_DE_LUCRO(-1)	1.000000		
QTOBIN(-1)	-4.293094 (0.90847) [-4.72562]		
LE(-1)	-0.025752 (0.29379) [-0.08765]		
C	-7.626578		
Error Correction:	D(TAXA_DE_LUCRO)	D(QTOBIN)	D(LE)
CointEq1	0.190584 (0.13826) [1.37845]	0.073387 (0.02200) [3.33540]	-0.045368 (0.03252) [-1.39525]
D(TAXA_DE_LUCRO(-1))	-0.037335	-0.014760	0.030999

	(0.24006) [-0.15553]	(0.03820) [-0.38636]	(0.05646) [0.54909]
D(TAXA_DE_LUCRO(-2))	-0.243267 (0.22069) [-1.10230]	0.031503 (0.03512) [0.89699]	0.102471 (0.05190) [1.97432]
D(TAXA_DE_LUCRO(-3))	-0.308007 (0.21836) [-1.41056]	-0.030278 (0.03475) [-0.87131]	0.000616 (0.05135) [0.01200]
D(TAXA_DE_LUCRO(-4))	-0.179752 (0.20951) [-0.85798]	-0.013454 (0.03334) [-0.40352]	0.018677 (0.04927) [0.37906]
D(TAXA_DE_LUCRO(-5))	-0.241266 (0.20136) [-1.19816]	0.029006 (0.03204) [0.90516]	0.036841 (0.04736) [0.77795]
D(TAXA_DE_LUCRO(-6))	0.013493 (0.20282) [0.06653]	0.027936 (0.03228) [0.86552]	-0.023410 (0.04770) [-0.49079]
D(TAXA_DE_LUCRO(-7))	-0.322499 (0.20207) [-1.59595]	-0.020678 (0.03216) [-0.64302]	0.045253 (0.04752) [0.95223]
D(TAXA_DE_LUCRO(-8))	0.054882 (0.17103) [0.32089]	-0.023667 (0.02722) [-0.86956]	-0.028144 (0.04022) [-0.69971]
D(QTOBIN(-1))	2.285872 (0.96541) [2.36778]	0.740735 (0.15363) [4.82142]	0.152282 (0.22704) [0.67072]
D(QTOBIN(-2))	-4.458386 (1.41392) [-3.15321]	-0.903699 (0.22501) [-4.01625]	-0.002718 (0.33252) [-0.00817]
D(QTOBIN(-3))	5.037090 (2.01219) [2.50329]	0.820945 (0.32022) [2.56370]	-0.403190 (0.47322) [-0.85200]
D(QTOBIN(-4))	-4.471548 (2.39337) [-1.86831]	-0.271491 (0.38088) [-0.71280]	0.798355 (0.56287) [1.41836]
D(QTOBIN(-5))	3.960191 (2.43709) [1.62497]	0.337268 (0.38784) [0.86961]	-1.100895 (0.57315) [-1.92077]
D(QTOBIN(-6))	-2.377820 (2.42267) [-0.98149]	0.005481 (0.38554) [0.01422]	0.607627 (0.56976) [1.06646]
D(QTOBIN(-7))	2.573037 (1.84244) [1.39654]	0.403702 (0.29321) [1.37686]	-0.642517 (0.43330) [-1.48283]
D(QTOBIN(-8))	-0.360153 (1.54773) [-0.23270]	0.221033 (0.24631) [0.89739]	0.374858 (0.36399) [1.02985]

D(LE(-1))	0.934148 (1.08577) [0.86036]	0.266243 (0.17279) [1.54086]	0.476873 (0.25535) [1.86752]
D(LE(-2))	-0.169007 (1.16208) [-0.14544]	0.022891 (0.18493) [0.12378]	-0.494885 (0.27330) [-1.81080]
D(LE(-3))	0.787180 (1.30007) [0.60549]	0.192831 (0.20689) [0.93203]	0.152294 (0.30575) [0.49810]
D(LE(-4))	-0.931751 (1.38901) [-0.67080]	-0.082463 (0.22105) [-0.37306]	-0.257088 (0.32667) [-0.78700]
D(LE(-5))	0.679527 (1.43837) [0.47243]	0.412117 (0.22890) [1.80041]	0.074600 (0.33828) [0.22053]
D(LE(-6))	0.771280 (1.47689) [0.52223]	0.003246 (0.23503) [0.01381]	-0.097481 (0.34733) [-0.28066]
D(LE(-7))	-1.257682 (1.20538) [-1.04339]	0.053386 (0.19182) [0.27831]	0.001254 (0.28348) [0.00442]
D(LE(-8))	1.671762 (1.02998) [1.62311]	-0.091596 (0.16391) [-0.55882]	-0.262872 (0.24223) [-1.08522]
C	-0.048449 (0.11383) [-0.42563]	-0.034589 (0.01811) [-1.90944]	0.042396 (0.02677) [1.58369]
R-squared	0.549574	0.806851	0.585155
Adj. R-squared	0.116473	0.621131	0.186266
Sum sq. resids	2.002026	0.050702	0.110730
S.E. equation	0.277491	0.044160	0.065260
F-statistic	1.268928	4.344449	1.466960
Log likelihood	10.89938	106.4740	86.16464
Akaike AIC	0.580793	-3.095154	-2.314025
Schwarz SC	1.556415	-2.119532	-1.338403
Mean dependent	0.040707	0.007098	0.029475
S.D. dependent	0.295215	0.071743	0.072344
Determinant resid covariance (dof adj.)		4.71E-07	
Determinant resid covariance		5.89E-08	
Log likelihood		211.4894	
Akaike information criterion		-5.018822	
Schwarz criterion		-1.979385	

A tabela a seguir apresenta diversos problemas de autocorrelação/correlações não contemporâneas nos resíduos, esses, todavia, podem ser devidos ao fato de que a distribuição

chi-quadrado utilizada pelo teste Portmanteau é pouco compatível com ordens baixas e, portanto, n pequeno, que é o caso das séries utilizadas. Neste caso, o teste LM é mais confiável.

Tabela 2.4.5. Resultados do teste Portmanteau sobre o modelo estimado na tabela 2.4.4.

VEC Residual Portmanteau Tests for Autocorrelations
 Null Hypothesis: no residual autocorrelations up to lag h
 Date: 12/27/15 Time: 11:02
 Sample: 1950 2010
 Included observations: 52

Lags	Q-Stat	Prob.	Adj Q-Stat	Prob.	df
1	2.465237	NA*	2.513575	NA*	NA*
2	6.499060	NA*	6.708751	NA*	NA*
3	10.57134	NA*	11.03036	NA*	NA*
4	14.20666	NA*	14.96862	NA*	NA*
5	18.26890	NA*	19.46301	NA*	NA*
6	20.23572	NA*	21.68637	NA*	NA*
7	24.99093	NA*	27.18128	NA*	NA*
8	30.38539	NA*	33.55655	NA*	NA*
9	41.17120	0.0003	46.59986	0.0000	15
10	47.84123	0.0026	54.85799	0.0003	24
11	55.01322	0.0095	63.95418	0.0010	33
12	66.46232	0.0095	78.83800	0.0005	42
13	70.89848	0.0341	84.75288	0.0021	51
14	77.13746	0.0674	93.29043	0.0038	60
15	83.61070	0.1110	102.3880	0.0056	69
16	88.85112	0.1883	109.9575	0.0100	78
17	99.41849	0.1710	125.6576	0.0042	87
18	105.5197	0.2378	134.9889	0.0054	96
19	111.6179	0.3109	144.5981	0.0063	105
20	115.2811	0.4488	150.5509	0.0124	114
21	119.0538	0.5838	156.8792	0.0212	123
22	127.8884	0.5850	172.1924	0.0107	132
23	132.9450	0.6734	181.2595	0.0125	141
24	136.3687	0.7804	187.6178	0.0201	150

*The test is valid only for lags larger than the VAR lag order.
 df is degrees of freedom for (approximate) chi-square distribution

A tabela seguinte aponta para autocorrelação/correlação não-contemporânea nas ordens 1 e 17, o que pode ser corrigido posteriormente, após corrigir algum eventual problema de normalidade dos resíduos.

Tabela 2.4.5. Resultados do teste LM sobre o modelo estimado na tabela 2.4.4.

VEC Residual Serial Correlation LM Tests
 Null Hypothesis: no serial correlation at lag
 order h
 Date: 12/27/15 Time: 11:17
 Sample: 1950 2010
 Included observations: 52

Lags	LM-Stat	Prob
1	23.10460	0.0060
2	15.37591	0.0811
3	7.156156	0.6209
4	11.14556	0.2659
5	7.191658	0.6172
6	4.304642	0.8902
7	5.450903	0.7934
8	7.258719	0.6102
9	12.15427	0.2048
10	9.732036	0.3726
11	10.03806	0.3474
12	13.71692	0.1328
13	6.626564	0.6759
14	8.667422	0.4685
15	9.308108	0.4093
16	6.126357	0.7272
17	17.42796	0.0424
18	10.07535	0.3444
19	9.239250	0.4155
20	6.720617	0.6662
21	5.878538	0.7520
22	15.08729	0.0886
23	7.637732	0.5710
24	5.634210	0.7759

Probs from chi-square with 9 df.

Em nenhuma das tabelas a seguir (da 2.4.6. até a 2.4.9.) aparecem indícios mais fortes de não normalidade. Em tal caso, resta conferir se alterar a ordem do modelo é suficiente para resolver o problema de autocorrelação/correlações não contemporâneas nos resíduos.

Tabela 2.4.6. Resultados do teste Jarque-Bera univariado sobre o modelo estimado na tabela 2.4.4.

	RESID01	RESID02	RESID03
Mean	-3.19E-17	-9.54E-18	-4.54E-18
Median	0.005970	0.004641	-0.003030
Maximum	0.485767	0.079704	0.109424
Minimum	-0.437426	-0.097920	-0.104600
Std. Dev.	0.198130	0.031530	0.046596
Skewness	-0.077014	-0.562892	0.064735
Kurtosis	2.743642	3.994428	2.708375
Jarque-Bera	0.193796	4.888597	0.220584
Probability	0.907649	0.086787	0.895573
Sum	-2.03E-15	-4.89E-16	-1.67E-16
Sum Sq. Dev.	2.002026	0.050702	0.110730
Observations	52	52	52

Tabela 2.4.7. Resultados do teste Lutkepohl (Jarque-Bera multivariado) sobre o modelo estimado na tabela 2.4.4.

VEC Residual Normality Tests
 Orthogonalization: Cholesky (Lutkepohl)
 Null Hypothesis: residuals are multivariate normal
 Date: 12/27/15 Time: 11:34
 Sample: 1950 2010
 Included observations: 52

Component	Skewness	Chi-sq	df	Prob.
1	-0.077014	0.051404	1	0.8206
2	-0.563257	2.749575	1	0.0973
3	-0.390836	1.323858	1	0.2499
Joint		4.124837	3	0.2483
Component	Kurtosis	Chi-sq	df	Prob.
1	2.743642	0.142392	1	0.7059
2	4.027160	2.285958	1	0.1305
3	3.556432	0.670836	1	0.4128
Joint		3.099186	3	0.3766
Component	Jarque-Bera	df	Prob.	
1	0.193796	2	0.9076	
2	5.035533	2	0.0806	
3	1.994694	2	0.3689	
Joint	7.224023	6	0.3006	

Tabela 2.4.8. Resultados do teste Doornik-Hansen sobre o modelo estimado na tabela 2.4.4.

VEC Residual Normality Tests
 Orthogonalization: Residual Correlation (Doornik-Hansen)
 Null Hypothesis: residuals are multivariate normal
 Date: 12/27/15 Time: 11:37
 Sample: 1950 2010
 Included observations: 52

Included observations: 32				
Component	Skewness	Chi-sq	df	Prob.
1	0.011870	0.001508	1	0.9690
2	-0.491925	2.401554	1	0.1212
3	-0.180626	0.345475	1	0.5567
Joint		2.748537	3	0.4320
Component	Kurtosis	Chi-sq	df	Prob.
1	2.502823	0.081607	1	0.7751
2	3.975134	2.218675	1	0.1364
3	3.194141	0.928851	1	0.3352
Joint		3.229133	3	0.3576
Component	Jarque-Bera	df	Prob.	
1	0.083116	2	0.9593	
2	4.620228	2	0.0992	
3	1.274326	2	0.5288	
Joint	5.977670	6	0.4257	

Tabela 2.4.9. Resultados do teste Urzua sobre o modelo estimado na tabela 2.4.4.

VEC Residual Normality Tests

Orthogonalization: Residual Covariance (Urzua)

Null Hypothesis: residuals are multivariate normal

Date: 12/27/15 Time: 11:41

Sample: 1950 2010

Included observations: 52

Component	Skewness	Chi-sq	df	Prob.
1	-0.036405	0.012878	1	0.9097
2	-0.470782	2.153560	1	0.1422
3	-0.276790	0.744423	1	0.3882
Joint		2.910861	3	0.4056
Component	Kurtosis	Chi-sq	df	Prob.
1	2.647140	0.165414	1	0.6842
2	3.934322	3.160394	1	0.0754
3	3.412761	0.796760	1	0.3721
Joint		4.122568	3	0.2485
Component	Jarque-Bera	df	Prob.	
1	0.178291	2	0.9147	
2	5.313955	2	0.0702	
3	1.541183	2	0.4627	
Joint	19.85406	25	0.7544	

A.4.3 Correção do problema de autocorrelação/correlações não contemporâneas nos resíduos

Para tentar corrigir o problema apontado pelos testes Portmanteau e LM, tentou-se reduzir a ordem do modelo para alguma das ordens apontadas pelos critérios de determinação utilizados. Todavia, o problema persistiu. Aumentou-se o número de defasagens até o máximo permitido pelo número de observações para que o modelo VEC seja computável, como resultado, todos os critérios aplicados ao modelo VAR passaram a indicar 13 defasagens, como observável na tabela seguinte.

Operando com 13 defasagens o problema da autocorrelação/correlações não-contemporâneas nos resíduos foi resolvido de acordo com o teste LM, como pode ser visto na tabela 2.4.11.. Foram repetidos todos os testes de normalidade dos resíduos, que persistiram

dando um resultado satisfatório a respeito da normalidade. Por razões de espaço esses testes não serão expostos aqui.

Tabela 2.4.10. Resultado da nova aplicação (com número máximo de defasagens elevado) do exame dos critérios de seleção do número de defasagens no modelo VAR sobre o vetor composto pelas séries de taxa de lucro, Q de Tobin e do logaritmo do volume de ativos financeiros aplicados em *equities* e fundos em percentual do GDP – Estados Unidos, 1950-2010.

VAR Lag Order Selection Criteria

Endogenous variables: TAXA_DE_LUCRO QTOBIN LE

Exogenous variables: C

Date: 12/28/15 Time: 23:48

Sample: 1950 2010

Included observations: 48

Lag	LogL	LR	FPE	AIC	SC	HQ
0	-49.16049	NA	0.001764	2.173354	2.290304	2.217549
1	128.0863	324.9525	1.59e-06	-4.836930	-4.369130	-4.660148
2	136.7134	14.73795	1.63e-06	-4.821392	-4.002742	-4.512023
3	155.5938	29.89394	1.09e-06	-5.233075	-4.063574	-4.791119
4	165.9106	15.04529	1.06e-06	-5.287940	-3.767589	-4.713397
5	175.8248	13.21902	1.06e-06	-5.326035	-3.454834	-4.618905
6	186.9242	13.41174	1.03e-06	-5.413508	-3.191457	-4.573792
7	193.3871	7.001506	1.24e-06	-5.307797	-2.734896	-4.335494
8	207.8402	13.85085	1.11e-06	-5.535008	-2.611256	-4.430118
9	216.0094	6.807649	1.36e-06	-5.500390	-2.225789	-4.262914
10	241.2683	17.89172	8.67e-07	-6.177845	-2.552393	-4.807781
11	255.5037	8.303981	9.60e-07	-6.395986	-2.419684	-4.893336
12	272.0204	7.570159	1.11e-06	-6.709183	-2.382030	-5.073945
13	342.1041	23.36123*	1.72e-07*	-9.254337*	-4.576334*	-7.486513*

* indicates lag order selected by the criterion

LR: sequential modified LR test statistic (each test at 5% level)

FPE: Final prediction error

AIC: Akaike information criterion

SC: Schwarz information criterion

HQ: Hannan-Quinn information criterion

Tabela 2.4.11. Modelo VEC estimado (modelo 3 com um vetor de cointegração)

Vector Error Correction Estimates

Date: 12/28/15 Time: 23:48

Sample (adjusted): 1963 2010

Included observations: 48 after adjustments

Standard errors in () & t-statistics in []

Cointegrating Eq:	CointEq1
TAXA_DE_LUCRO(-1)	1.000000
QTOBIN(-1)	-2.736981 (1.03069) [-2.65549]
LE(-1)	-0.418153

	(0.19253)		
	[-2.17194]		
C	-7.764987		
Error Correction:	D(TAXA_DE_LUCRO)	D(QTOBIN)	D(LE)
CointEq1	0.712755 (0.29634) [2.40520]	0.274090 (0.08059) [3.40112]	-0.035135 (0.11418) [-0.30772]
D(TAXA_DE_LUCRO(-1))	-0.303289 (0.39699) [-0.76397]	-0.269484 (0.10796) [-2.49614]	0.012261 (0.15296) [0.08016]
D(TAXA_DE_LUCRO(-2))	-0.685349 (0.28568) [-2.39897]	-0.165423 (0.07769) [-2.12925]	0.046170 (0.11007) [0.41945]
D(TAXA_DE_LUCRO(-3))	-0.678491 (0.25059) [-2.70754]	-0.164727 (0.06815) [-2.41721]	0.034817 (0.09655) [0.36060]
D(TAXA_DE_LUCRO(-4))	-0.616255 (0.21890) [-2.81525]	-0.167798 (0.05953) [-2.81879]	0.103593 (0.08434) [1.22826]
D(TAXA_DE_LUCRO(-5))	-0.720477 (0.18668) [-3.85941]	-0.086974 (0.05077) [-1.71321]	0.014804 (0.07193) [0.20581]
D(TAXA_DE_LUCRO(-6))	-0.120066 (0.20488) [-0.58603]	-0.045384 (0.05572) [-0.81455]	-0.028772 (0.07894) [-0.36448]
D(TAXA_DE_LUCRO(-7))	-0.860389 (0.12739) [-6.75383]	-0.065160 (0.03464) [-1.88086]	0.113705 (0.04908) [2.31654]
D(TAXA_DE_LUCRO(-8))	0.207926 (0.15029) [1.38351]	-0.104910 (0.04087) [-2.56690]	-0.043933 (0.05791) [-0.75869]
D(TAXA_DE_LUCRO(-9))	0.200855 (0.12914) [1.55529]	-0.072106 (0.03512) [-2.05312]	-0.137947 (0.04976) [-2.77232]
D(TAXA_DE_LUCRO(-10))	-0.761907 (0.19261) [-3.95570]	0.040690 (0.05238) [0.77684]	0.000155 (0.07421) [0.00209]
D(TAXA_DE_LUCRO(-11))	0.062676 (0.15615) [0.40138]	-0.078107 (0.04246) [-1.83936]	-0.060020 (0.06016) [-0.99762]
D(TAXA_DE_LUCRO(-12))	1.009775 (0.15756) [6.40864]	-0.086468 (0.04285) [-2.01797]	-0.120530 (0.06071) [-1.98536]
D(QTOBIN(-1))	2.869517 (0.75307) [3.81042]	0.908991 (0.20479) [4.43854]	-0.155138 (0.29016) [-0.53467]
D(QTOBIN(-2))	-5.938953 (0.93183) [-6.37341]	-0.507057 (0.25341) [-2.00095]	0.026181 (0.35903) [0.07292]

D(QTOBIN(-3))	7.753125 (1.25007) [6.20214]	0.499076 (0.33995) [1.46808]	-0.545155 (0.48165) [-1.13185]
D(QTOBIN(-4))	-5.606038 (1.34400) [-4.17114]	0.073236 (0.36550) [0.20037]	0.598110 (0.51784) [1.15501]
D(QTOBIN(-5))	5.574834 (1.29312) [4.31114]	0.187441 (0.35166) [0.53302]	-0.940970 (0.49824) [-1.88860]
D(QTOBIN(-6))	-0.897586 (1.39577) [-0.64308]	0.176856 (0.37957) [0.46593]	0.682182 (0.53779) [1.26850]
D(QTOBIN(-7))	-2.546108 (1.39370) [-1.82687]	0.472300 (0.37901) [1.24614]	-0.435347 (0.53699) [-0.81072]
D(QTOBIN(-8))	7.321557 (1.52571) [4.79879]	0.127579 (0.41491) [0.30749]	0.022576 (0.58785) [0.03840]
D(QTOBIN(-9))	-6.885107 (1.80723) [-3.80976]	0.219607 (0.49147) [0.44684]	0.837529 (0.69632) [1.20279]
D(QTOBIN(-10))	6.158050 (1.39417) [4.41700]	-0.091487 (0.37914) [-0.24130]	-0.052875 (0.53717) [-0.09843]
D(QTOBIN(-11))	-1.712116 (1.52239) [-1.12462]	0.108205 (0.41401) [0.26136]	0.139249 (0.58657) [0.23739]
D(QTOBIN(-12))	-4.558113 (1.38491) [-3.29127]	0.612156 (0.37662) [1.62539]	0.322141 (0.53360) [0.60371]
D(LE(-1))	3.255071 (0.75744) [4.29748]	0.332243 (0.20598) [1.61297]	0.239924 (0.29184) [0.82211]
D(LE(-2))	-1.451165 (0.98149) [-1.47854]	0.045576 (0.26691) [0.17075]	-0.532856 (0.37816) [-1.40906]
D(LE(-3))	7.476159 (1.04417) [7.15988]	0.093895 (0.28396) [0.33066]	-0.327899 (0.40232) [-0.81503]
D(LE(-4))	-5.626998 (1.11228) [-5.05898]	0.215086 (0.30248) [0.71107]	0.150255 (0.42856) [0.35060]
D(LE(-5))	6.532067 (0.99723) [6.55024]	0.232416 (0.27119) [0.85702]	-0.436147 (0.38423) [-1.13512]
D(LE(-6))	-1.383147 (0.98893) [-1.39863]	0.397479 (0.26894) [1.47797]	0.094473 (0.38103) [0.24794]
D(LE(-7))	0.308836 (0.82232) [0.37557]	0.195183 (0.22363) [0.87281]	0.018136 (0.31684) [0.05724]

D(LE(-8))	2.858025 (0.85697) [3.33504]	0.070629 (0.23305) [0.30306]	-0.118579 (0.33019) [-0.35913]
D(LE(-9))	-0.309621 (0.84260) [-0.36746]	-0.086864 (0.22914) [-0.37908]	-0.526630 (0.32465) [-1.62214]
D(LE(-10))	-0.672194 (1.01007) [-0.66549]	0.485519 (0.27468) [1.76755]	-0.252280 (0.38918) [-0.64824]
D(LE(-11))	-1.271250 (0.70923) [-1.79244]	-0.586910 (0.19287) [-3.04301]	0.019987 (0.27326) [0.07314]
D(LE(-12))	5.034428 (0.80468) [6.25645]	-0.045308 (0.21883) [-0.20705]	-0.744473 (0.31004) [-2.40121]
C	-0.333014 (0.08956) [-3.71846]	-0.031581 (0.02435) [-1.29671]	0.093511 (0.03451) [2.70998]
R-squared	0.959823	0.954708	0.913476
Adj. R-squared	0.811169	0.787126	0.593335
Sum sq. Resids	0.153954	0.011386	0.022855
S.E. equation	0.124078	0.033743	0.047807
F-statistic	6.456753	5.696981	2.853361
Log likelihood	69.70613	132.2094	115.4856
Akaike AIC	-1.321089	-3.925394	-3.228567
Schwarz SC	0.160279	-2.444026	-1.747200
Mean dependente	0.034365	0.003428	0.029628
S.D. dependente	0.285535	0.073134	0.074968
Determinant resid covariance (dof adj.)		3.49E-08	
Determinant resid covariance		3.15E-10	
Log likelihood		320.7274	
Akaike information criterion		-8.488642	
Schwarz criterion		-3.927590	

Tabela 2.4.12. Resultados do teste LM sobre o modelo VEC da tabela 2.4.11.

VEC Residual Serial Correlation LM Tests
Null Hypothesis: no serial correlation at lag
order h
Date: 01/14/16 Time: 22:53
Sample: 1950 2010
Included observations: 48

Lags	LM-Stat	Prob
1	18.83994	0.0266
2	8.487589	0.4859
3	6.673725	0.6710
4	10.19928	0.3346
5	6.680138	0.6704
6	7.761901	0.5583
7	7.599367	0.5750
8	16.29588	0.0610
9	9.699173	0.3754

10	5.127412	0.8231
11	11.68794	0.2315
12	5.702085	0.7693
13	3.156247	0.9578
14	11.16743	0.2644
15	6.105575	0.7293
16	7.922090	0.5420
17	7.448156	0.5906
18	1.646167	0.9959
19	7.472003	0.5881
20	5.842617	0.7556

Probs from chi-square with 9 df.

Pela análise do teste t, vê-se que o termo da constante é significativo a 5% para a componente da taxa de lucro e do logaritmo do volume de ativos financeiros aplicados em *equities* e fundos em percentual do GDP do Estados Unidos. De acordo com Johansen (1988, p. 237-238), as entradas do vetor de cointegração representam os termos de correção de erros. Esses termos, estimados na tabela 2.4.12. também foram significativos na equação da taxa de lucro e do Q de Tobin. O seus valores também foram consistentes, a taxa de lucro contribui em 71,3% para o ajustamento dos desequilíbrios de curto prazo, enquanto que o Q de Tobin contribui em 27,4%, respondendo positivamente a desequilíbrios positivos. Todavia, a própria equação do volume de ativos financeiros carece de componentes estatisticamente significativos. Por fim, os critérios de informação AIC e SIC indicam que o modelo quatro com dois vetores de cointegração é uma estimação melhor. Como pode ser observado na tabela 2.4.13.

Tabela 2.4.13. Modelo VEC estimado (modelo 4 com dois vetores de cointegração)

Vector Error Correction Estimates
Date: 01/07/16 Time: 19:07
Sample (adjusted): 1963 2010
Included observations: 48 after adjustments
Standard errors in () & t-statistics in []

Cointegrating Eq:	CointEq1	CointEq2	
TAXA_DE_LUCRO(-1)	1.000000	0.000000	
QTOBIN(-1)	0.000000	1.000000	
LE(-1)	64.26681 (15.0404) [4.27295]	14.42379 (4.07714) [3.53772]	
@TREND(50)	-1.702383 (0.39604) [-4.29856]	-0.380842 (0.10736) [-3.54743]	
C	-125.7019	-26.55223	
Error Correction:	D(TAXA_DE_LUCRO)	D(QTOBIN)	D(LE)
CointEq1	1.146898	0.304793	-0.231504

	(0.32218) [3.55977]	(0.10239) [2.97682]	(0.10684) [-2.16692]
CointEq2	-4.463723 (1.28411) [-3.47612]	-1.295826 (0.40809) [-3.17537]	0.814308 (0.42581) [1.91238]
D(TAXA_DE_LUCRO(-1))	-1.205270 (0.51185) [-2.35474]	-0.358202 (0.16266) [-2.20209]	0.366076 (0.16973) [2.15683]
D(TAXA_DE_LUCRO(-2))	-1.258778 (0.34658) [-3.63203]	-0.202443 (0.11014) [-1.83803]	0.289585 (0.11492) [2.51979]
D(TAXA_DE_LUCRO(-3))	-1.431408 (0.37303) [-3.83724]	-0.206786 (0.11855) [-1.74432]	0.342086 (0.12370) [2.76552]
D(TAXA_DE_LUCRO(-4))	-1.415059 (0.36691) [-3.85673]	-0.212428 (0.11660) [-1.82182]	0.422443 (0.12167) [3.47217]
D(TAXA_DE_LUCRO(-5))	-1.721941 (0.41498) [-4.14950]	-0.139668 (0.13188) [-1.05907]	0.406087 (0.13761) [2.95110]
D(TAXA_DE_LUCRO(-6))	-1.360270 (0.48779) [-2.78866]	-0.136796 (0.15502) [-0.88246]	0.430686 (0.16175) [2.66268]
D(TAXA_DE_LUCRO(-7))	-1.900357 (0.37505) [-5.06689]	-0.148413 (0.11919) [-1.24517]	0.482997 (0.12437) [3.88363]
D(TAXA_DE_LUCRO(-8))	-1.228677 (0.51090) [-2.40493]	-0.224728 (0.16236) [-1.38411]	0.463091 (0.16941) [2.73350]
D(TAXA_DE_LUCRO(-9))	-0.974005 (0.43005) [-2.26488]	-0.148035 (0.13667) [-1.08318]	0.292966 (0.14260) [2.05441]
D(TAXA_DE_LUCRO(-10))	-1.604592 (0.33496) [-4.79041]	-0.039767 (0.10645) [-0.37358]	0.293231 (0.11107) [2.64001]
D(TAXA_DE_LUCRO(-11))	-0.973354 (0.35989) [-2.70455]	-0.219570 (0.11437) [-1.91977]	0.263360 (0.11934) [2.20680]
D(TAXA_DE_LUCRO(-12))	0.315074 (0.25481) [1.23653]	-0.178472 (0.08098) [-2.20401]	0.095611 (0.08449) [1.13158]
D(QTOBIN(-1))	6.234378 (1.29644) [4.80885]	1.502471 (0.41200) [3.64674]	-1.122042 (0.42990) [-2.61002]
D(QTOBIN(-2))	-2.130913 (1.53422) [-1.38893]	0.001892 (0.48757) [0.00388]	-1.202106 (0.50874) [-2.36289]
D(QTOBIN(-3))	9.393242 (1.11014) [8.46129]	0.651410 (0.35280) [1.84640]	-1.035889 (0.36812) [-2.81399]

D(QTOBIN(-4))	0.331709 (2.30896) [0.14366]	0.770874 (0.73378) [1.05055]	-1.364277 (0.76565) [-1.78186]
D(QTOBIN(-5))	7.405564 (1.16853) [6.33753]	0.434893 (0.37135) [1.17110]	-1.461231 (0.38748) [-3.77110]
D(QTOBIN(-6))	5.039817 (2.31231) [2.17956]	0.929985 (0.73484) [1.26555]	-1.235346 (0.76676) [-1.61113]
D(QTOBIN(-7))	1.442829 (1.75135) [0.82384]	0.990751 (0.55657) [1.78009]	-1.699927 (0.58075) [-2.92715]
D(QTOBIN(-8))	9.948424 (1.51756) [6.55552]	0.488919 (0.48228) [1.01377]	-0.778125 (0.50322) [-1.54629]
D(QTOBIN(-9))	-0.325899 (2.75803) [-0.11816]	1.147374 (0.87649) [1.30905]	-1.252727 (0.91456) [-1.36976]
D(QTOBIN(-10))	6.472316 (1.20318) [5.37935]	0.266328 (0.38237) [0.69653]	0.125033 (0.39897) [0.31339]
D(QTOBIN(-11))	2.780327 (2.05050) [1.35593]	1.054117 (0.65164) [1.61763]	-1.054575 (0.67994) [-1.55098]
D(QTOBIN(-12))	-3.257061 (1.17576) [-2.77018]	1.063880 (0.37365) [2.84725]	0.176459 (0.38988) [0.45260]
D(LE(-1))	-5.005216 (2.63555) [-1.89912]	-0.611723 (0.83757) [-0.73036]	2.892607 (0.87394) [3.30983]
D(LE(-2))	-8.390987 (2.18510) [-3.84010]	-0.664935 (0.69442) [-0.95754]	1.694085 (0.72457) [2.33804]
D(LE(-3))	-0.206807 (2.61166) [-0.07919]	-0.628994 (0.82998) [-0.75784]	2.255333 (0.86602) [2.60424]
D(LE(-4))	-9.280056 (1.39522) [-6.65131]	-0.059478 (0.44340) [-0.13414]	1.351580 (0.46265) [2.92137]
D(LE(-5))	-0.658981 (2.50279) [-0.26330]	-0.427386 (0.79538) [-0.53734]	2.014494 (0.82992) [2.42734]
D(LE(-6))	-4.845482 (1.34297) [-3.60803]	0.183562 (0.42679) [0.43010]	1.278044 (0.44533) [2.86990]
D(LE(-7))	-4.922755 (1.80559) [-2.72640]	-0.241634 (0.57381) [-0.42110]	1.800471 (0.59873) [3.00715]
D(LE(-8))	-1.862643 (1.63340) [-1.14035]	-0.294656 (0.51909) [-0.56764]	1.484398 (0.54163) [2.74060]

D(LE(-9))	-4.251373 (1.49411) [-2.84542]	-0.293211 (0.47482) [-0.61751]	0.889111 (0.49545) [1.79457]
D(LE(-10))	-4.325803 (1.46013) [-2.96262]	0.072869 (0.46402) [0.15704]	0.944199 (0.48418) [1.95012]
D(LE(-11))	-4.525661 (1.12846) [-4.01047]	-1.114008 (0.35862) [-3.10637]	0.948600 (0.37420) [2.53504]
D(LE(-12))	2.019898 (1.17348) [1.72129]	-0.474576 (0.37293) [-1.27257]	0.178180 (0.38912) [0.45790]
C	1.518290 (0.60873) [2.49419]	0.111390 (0.19345) [0.57580]	-0.548865 (0.20185) [-2.71911]
R-squared	0.974107	0.960137	0.958697
Adj. R-squared	0.864779	0.791825	0.784305
Sum sq. resids	0.099222	0.010021	0.010910
S.E. equation	0.104998	0.033368	0.034817
F-statistic	8.909944	5.704516	5.497367
Log likelihood	80.24930	135.2738	133.2332
Akaike AIC	-1.718721	-4.011407	-3.926383
Schwarz SC	-0.198370	-2.491056	-2.406032
Mean dependente	0.034365	0.003428	0.029628
S.D. dependente	0.285535	0.073134	0.074968
Determinant resid covariance (dof adj.)		2.41E-09	
Determinant resid covariance		1.59E-11	
Log likelihood		392.4067	
Akaike information criterion		-11.14194	
Schwarz criterion		-6.269025	

Tabela 2.4.14. Resultados do teste LM sobre o modelo VEC da tabela 2.4.13.

VEC Residual Serial Correlation LM Tests
Null Hypothesis: no serial correlation at lag
order h
Date: 01/15/16 Time: 01:45
Sample: 1950 2010
Included observations: 48

Lags	LM-Stat	Prob
1	7.953940	0.5388
2	8.126882	0.5214
3	4.485294	0.8767
4	4.814193	0.8502
5	2.728313	0.9741
6	11.16103	0.2648
7	7.198038	0.6165
8	11.77558	0.2263
9	4.337328	0.8878
10	6.206468	0.7191
11	6.344334	0.7050
12	3.918033	0.9167
13	7.729684	0.5616
14	4.935052	0.8399

15	2.962738	0.9658
16	11.84176	0.2224
17	5.944980	0.7454
18	3.964994	0.9137
19	6.197863	0.7200
20	15.61500	0.0754

Probs from chi-square with 9 df.

Apêndice 4 – exogeneidade, causalidade de granger e função impulso-resposta

Tabela 2.5.1. Teste conjunto de exogeneidade fraca da taxa de lucro

Vector Error Correction Estimates
Date: 01/16/16 Time: 00:21
Sample (adjusted): 1963 2010
Included observations: 48 after adjustments
Standard errors in () & t-statistics in []

Cointegration Restrictions:
 $A(1,1)=0$, $A(1,2)=0$
Convergence achieved after 24 iterations.
Not all cointegrating vectors are identified
LR test for binding restrictions (rank = 2):
Chi-square(2) 40.29675
Probability 0.000000

Tabela 2.5.2. Teste conjunto de exogeneidade fraca do Q de Tobin

Vector Error Correction Estimates
Date: 01/16/16 Time: 00:22
Sample (adjusted): 1963 2010
Included observations: 48 after adjustments
Standard errors in () & t-statistics in []

Cointegration Restrictions:
 $A(2,1)=0$, $A(2,2)=0$
Convergence achieved after 10 iterations.
Not all cointegrating vectors are identified
LR test for binding restrictions (rank = 2):
Chi-square(2) 34.15670
Probability 0.000000

Tabela 2.5.3. Teste conjunto de exogeneidade fraca do volume de ativos financeiros

Vector Error Correction Estimates
Date: 01/16/16 Time: 00:28

Sample (adjusted): 1963 2010
 Included observations: 48 after adjustments
 Standard errors in () & t-statistics in []

Cointegration Restrictions:

$A(3,1)=0$, $A(3,2)=0$

Convergence achieved after 23 iterations.

Not all cointegrating vectors are identified

LR test for binding restrictions (rank = 2):

Chi-square(2) 35.14081

Probability 0.000000

Tabela 2.5.4. Teste de causalidade de Granger

VEC Granger Causality/Block Exogeneity Wald Tests

Date: 01/17/16 Time: 14:17

Sample: 1950 2010

Included observations: 48

Dependent variable: D(TAXA_DE_LUCRO)

Excluded	Chi-sq	df	Prob.
D(QTOBIN)	195.4073	12	0.0000
D(LE)	114.2378	12	0.0000
All	259.7431	24	0.0000

Dependent variable: D(QTOBIN)

Excluded	Chi-sq	df	Prob.
D(TAXA_DE_LUCRO)	23.73982	12	0.0221
D(LE)	39.82457	12	0.0001
All	55.06981	24	0.0003

Dependent variable: D(LE)

Excluded	Chi-sq	df	Prob.
D(TAXA_DE_LUCRO)	49.56313	12	0.0000
D(QTOBIN)	50.94722	12	0.0000
All	101.8221	24	0.0000

Tabela 2.5.5. Decomposição da variância dos erros de predição de cada variável

Variance Decomposition of TAXA_DE_LUCRO:				
Period	S.E.	TAXA_DE_LUCRO	QTOBIN	LE
1	0.104998	100.0000	0.000000	0.000000
2	0.283393	93.81788	0.032100	6.150016
3	0.400998	64.39561	29.24430	6.360087
4	0.570525	61.45012	31.26176	7.288124
5	0.634164	61.20362	32.05023	6.746153
6	0.679368	62.53232	30.29254	7.175142
7	0.711310	63.60945	29.32990	7.060649
8	0.713484	63.40936	29.40947	7.181171

9	0.733205	64.43344	28.06777	7.498796
10	0.735049	64.46443	28.03452	7.501049
11	0.746901	62.77672	29.54521	7.678072
12	0.785235	56.87840	35.93210	7.189502
Variance Decomposition of QTOBIN:				
Period	S.E.	TAXA_DE_LUCRO	QTOBIN	LE
1	0.033368	25.74767	74.25233	0.000000
2	0.051673	30.67945	68.51122	0.809337
3	0.054197	33.23156	65.33639	1.432046
4	0.066499	33.84104	64.66981	1.489157
5	0.089179	47.74219	48.43308	3.824736
6	0.132034	62.01497	30.58341	7.401622
7	0.174807	69.30607	23.00011	7.693823
8	0.191785	70.30388	22.54930	7.146824
9	0.198446	67.02789	26.16560	6.806503
10	0.203618	63.67991	29.85460	6.465496
11	0.204278	63.68357	29.88955	6.426884
12	0.211061	62.31455	31.63928	6.046169
Variance Decomposition of LE:				
Period	S.E.	TAXA_DE_LUCRO	QTOBIN	LE
1	0.034817	68.85939	9.292723	21.84788
2	0.051036	68.64980	15.30911	16.04110
3	0.052755	65.75595	19.07626	15.16779
4	0.057093	59.23731	27.15664	13.60605
5	0.060316	60.81451	26.58018	12.60531
6	0.067408	66.65585	21.28451	12.05964
7	0.067994	65.51588	22.46885	12.01527
8	0.068734	64.91724	23.24502	11.83774
9	0.072366	62.39156	25.75297	11.85547
10	0.098884	60.45636	29.56368	9.979964
11	0.127418	50.77615	40.88617	8.337676
12	0.149656	44.42714	48.30667	7.266187
Cholesky Ordering: TAXA_DE_LUCRO QTOBIN LE				

REFERÊNCIAS

- ACTUEL MARX. **Une Classe Dominante Mondiale?** Paris: PUF, v. 60, 2016.
- ADORNO, T. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahara, 1985.
- ADORNO, T. O ensaio como forma. In: ADORNO, T. **Notas de Literatura I**. São Paulo: 34, 2003. p. 15-45.
- ADORNO, T. **Minima Moralia - Reflexões a partir de uma vida lesada**. Rio de Janeiro: Azougue, 2008.
- ADORNO, T. W. **Dialética Negativa**. São Paulo: Jorge Zahar, 2010.
- ADORNO, T. W. **Introducción a la dialética**. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2013.
- ALBRITTON, R. **A Japanese reconstruction of Marxist theory**. London: Macmillan, 1986.
- ALBRITTON, R. How Dialectics Runs Aground: The Antinomies of Arthur's Dialectic of Capital. **Historical Materialism**, Leiden, n. 13, n. 2 , p. 167–188, 2005.
- ALBRITTON, R.; BELL, J. R. Introduction. In: ALBRITTON, R.; SEKINE, T. T. **A Japanese Approach to Political Economy**. London: Macmillan, 1995. p. 1-12.
- ALBRITTON, R.; SIMOULIDIS, J. (Eds.). **New Dialectics and Political Economy**. London: Palgrave-Macmillan, 2003.
- ALTHUSSER, L. **LENIN AND PHILOSOPHY AND OTHER ESSAYS**. Londres: Monthly Review, 1978. Disponível em: <http://www.marx2mao.com/Other/LPOE70NB.html>. Acessado em: 04/10/13.
- ARTHUR, C. Labour: Marx's concrete universal. **Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy**, London, v. 21, p. 87-104, 1978.
- ARTHUR, C. **Dialectics of Labour: Marx and his Relation to Hegel**. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- ARTHUR, C. Hegel's Theory of Value. In: WILLIAMS, M. **VALUE, SOCIAL FORM AND THE STATE**. London: Macmillan, 1988. p. 21-41.
- ARTHUR, C. Review article. **Hegel Society of Great Britain Bulletin**, London, v. 12, n. 23/24, p. 79-90, 1991.
- ARTHUR, C. Review of Ali Shamsavari's 'Dialectics and Social Theory: The Logic of Capital'. **Capital and Class**, Limerick, v. 50, p. 175-181, 1993.
- ARTHUR, C. **Engels Today**. London: Macmillan, 1996.
- ARTHUR, C. From the Critique of Hegel to the Critique of Capital. In: BURNS, T.; FRASER, I. **The Hegel–Marx Connection**. London: Macmillan, 2000. p. 105-130.
- ARTHUR, C. The Concept of Money. In: CHITTY, A.; MCIVOR, M. **Karl Marx and Contemporary Philosophy**. London: Palgrave-Macmillan, 2009. p. 159-173.

ARTHUR, C. J. **A Nova Dialética e O Capital de Marx**. São Paulo: Edipro, 2016.

AUGUSTO, A. G. Lei de Tendência à queda da taxa de lucro: resenha crítica de uma polêmica. **Economia-Ensaio**, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 111-124, jul. 2005.

BASU, D.; MANOLAKOS, P. T. Is There a Tendency for the Rate of Profit to Fall? Econometric Evidence for the U.S. Economy, 1948-2007. **Review of Radical Political Economics**, v. 45(1), p. 76-85, 2013.

BENJAMIN, W. Sobre o Conceito de História. In: BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas: Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1985a. p. 222-234.

BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas: Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, v. I, 1985b. p. 165-196.

BERGAMINI, C.; CODA, R. (Eds.). **Psicodinâmica da Vida organizacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BIDET, J. The Dialectician's Interpretation of capital. **Historical Materialism**, Leiden, v. 13, n.2, p. 121-146, 2005.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **The New Spirit of Capitalism**. Nova Iorque: Verso, 2005.

BORGES NETO, J. M. O valor como substância social. In: **VIII Encontro Nacional de Economia Política, 2003**. Florianópolis: Anais do VIII Encontro Nacional de Economia Política, 2003.

BORGES NETO, J. M. Por que o duplo caráter do trabalho é o ponto crucial em torno do qual gira a compreensão da Economia Política? **Revista de Economia**, Curitiba, v. 34, p. 111-129, 2008.

BOURDIEU, P. **A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de Ensino**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, P. **A Distinção - Crítica social do Julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2006.

BRAUNGART, M. M.; BRAUNGART, R. G. The Life-Course Development of Left- and Right-Wing Youth Activist Leaders from the 1960s. **Political Psychology**, v. 11; n. 2, p. 243-282, Jun 1990.

BRENTEL, H. **Soziale Form und ökonomisches Objekt: Studien zum Gegenstands- und Methodenverständnis der Kritik der politischen Ökonomie**. Darmstadt: Springer, 1989.

BRONNER, S. **The Letters of Rosa Luxemburg**. Boulder: westview press, 1978.

BURKETT, P. Some Comments on 'Capital in General and the Structure of Marx's Capital'. **Capital & Class**, v. 15, Issue 2, p. 15-48, jul. 1991.

BURNS, T.; FRASER, I. (). **The Hegel-Marx Connection**. Londres/Nova York: Macmillan, 2000.

BUTLER, J. Desire, Rhetoric, and Recognition in Hegel's Phenomenology of Spirit. In: BUTLER, J. **SUBJECTS OF DESIRE - Hegelian Reflections in Twentieth-Century France**. New York: Columbia University Press, 1987. p. 17-59.

CABAS, A. G. **o sujeito na psicanálise de Freud a Lacan: da questão do sujeito ao sujeito em questão**. 2. ed. São Paulo: Jorge Zahar, 2009.

CALIGARIS, G.; STAROSTA, G. Which 'Rational Kernel'? Which 'Mystical Shell'? A Contribution to the Debate on the Connection between Hegel's Logic and Marx's Capital. In: SMITH, T.; MOSELEY, F. **Marx's Capital and Hegel's Logic: A reexamination**. Chicago: Haymarket, 2015. p. 89-113.

CALLINICOS, A. Against the New Dialectic. **Historical Materialism**, Leiden, v. 13, n. 2, p. 41-59, 2005.

CALVÈS, A.-E. « EMPOWERMENT » : GÉNÉALOGIE D'UN CONCEPT CLÉ DU DISCOURS CONTEMPORAIN SUR LE DÉVELOPPEMENT. N° - 2009 **REVUE TIERS MONDE**, Paris, v. 200, p. 735-749, oct-dec 2009.

CARCANHOLO, R. O capital especulativo e a desmaterialização do dinheiro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 26-45, junho 2001b.

CARCANHOLO, R.; NAKATANI, P. Capital especulativo parasitario versus capital financeiro. **Problemas del Desarrollo (Revista Latinoamericana de economia Política)**, Ciudad del Mexico, v. 32, p. 09-31, janeiro-março 2001a.

CARCANHOLO, R.; SABADINI, M. Capital fictício e lucros fictícios. **Revista da sociedade brasileira de economia política**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 41-65, junho 2009.

CARCHEDI, G.; ROBERTS, M. A Critique of Heinrich's, 'Crisis Theory, the Law of the Tendency of the Profit Rate to Fall, and Marx's Studies in the 1870s'. **Monthly Review**, New York, dez. 2013. Acessado em agosto de 2014. In: <http://monthlyreview.org/commentary/critique-heinrichs-crisis-theory-law-tendency-profit-rate-fall-marxs-studies-1870s/>.

CHESNAIS, F. (. **A mundialização financeira**. São Paulo: Xamã, 1998a.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. Introdução geral; Mundialização Financeira e vulnerabilidade sistêmica. In: CHESNAIS, F. (. **A mundialização financeira**. 1. ed. São Paulo: Xamã, 1998b. p. 11-34; 249-318.

CHESNAIS, F. O capital portador de juros. In: CHESNAIS, F. (. **A finança mundializada**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 17-68.

CHESNAIS, F. O Capital Portador de Juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (.). **A Finança Mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 35-69.

CHESNAIS, F. **Notes sur les théories du capital porteur d'intérêt et du capital fictif et certains problèmes posés par.** Séminaire d'Etudes Marxistes, séance du 20 janvier 2005. Paris: [s.n.]. 2005b.

CHESNAIS, F. La récession mondiale : moment, interprétations et enjeux de la crise. **Carré Rouge**, Paris, v. 39, dezembro 2008.

CHESNAIS, F. A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In: CHESNAIS, F. (.). **A finança capitalista**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2010.

CHESNAIS, F. Aux racines de la crise économique mondiale. **CARRÉ ROUGE**, dezembro 2011.

CHESNAIS, F. **Les dettes illégitimes quand les banques font main basse sur les politiques publiques**. Paris: Raison d'Agir, 2011.

CHESNAIS, F. et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CHIAVENATO, I. **Comportamento Organizacional - A dinâmica do sucesso das organizações**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2014.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas - O novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Barueri: manole, 2014b.

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos - O Capital Humano das Organizações**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier - Campus, 2015a.

CHIAVENATO, I. **Remunerações, benefícios e relações de trabalho**. 7. ed. Barueri: Manole, 2015b.

CHIAVENATO, I. **Administração de Recursos Humanos - Fundamentos básicos**. 8. ed. barueri: Manole, 2016.

CHIBBER, V. What Is Living and What Is Dead. **Historical Materialism**, Leiden, v. 19:2, p. 60-91, 2011.

CHOAT, S. **Marx Through Post-Structuralism - Lyotard, Derrida, Foucault, Deleuze**. Nova Iorque: Continuum, 2010.

CLEMENTE, L. T. **Análise econométrica da taxa de lucro dos Estados Unidos entre 1963 e 2008: aplicação de modelos VEC**. Porto Alegre: PPGE/UFRGS, 2013. Dissertação de mestrado.

COCKSHOTT, W. P.; COTTRELL, A. L.; TAJADDINOV, T. **A new attractor for the rate of profit**. [S.l.]: [s.n.], 2009. Disponível em: <<http://ricardo.ecn.wfu.edu/~cottrell/ecn265/profitrate.pdf>>. Último acesso: 12/01/2016.

CUNHA, A. G. D. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2015.

DEERY, P.; CALKIN, R. "We All Make Mistakes": the Communist Party of Australia and Khrushchev's Secret Speech, 1956. **Australian Journal of Politics and History: Volume 54, Number 1, 2008, pp. 69-84.**, Sydney, v. 54, n.1, p. 69-84, 2008.

DELEUZE, G. **différence et répétition**. Vendôme: Presses Universitaire de France, 1993.

DICKEY, A. D.; PANTULA, S. G. Determining order of differencing in autoregressive processes. **Journal Of Business & Economic Statistics**, v. 5(4), p. 455-461, out 1987.

DICKEY, D. A.; FULLER, W. A. A likelihood ratio statistics for autoregressive time series with a unit root. **Econometrica**, 49, 1981. 1057-1072.

DRAKE, R.; SMITH, P. **Ciência do comportamento na Indústria**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Superação da crise, ameaças de crise e novo capitalismo. In: CHESNAIS, F., et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003a. p. 15-42.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Uma nova fase do capitalismo? Três interpretações marxistas. In: CHESNAIS, F., et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003b. p. 93-102.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **Capital Ressurgent: Roots of the neoliberal revolution**. Cambridge, London: Harvard University Press, 2004.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. In: CHESNAIS, F. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 84-108.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. A finança capitalista: relações de produção e relações de classe. In: BRUNHOF, S. D., et al. **A finança capitalista**. São Paulo: Alameda, 2011. Cap. 3, p. 183-247.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

DUTRA, J. S. **Gestão de Pessoas - Modelo, processos, tendências e perspectivas**. 2. ed. São Paulo : Atlas, 2016.

ELIA, L. **O conceito de sujeito**. São Paulo: Jorge Zahar, 2004.

ENGELHADT JR., H. T.; PINKARD, T. (Eds.). **HEGEL RECONSIDERED: Beyond Metaphysics and the Authoritarian State**. [S.l.]: Springer, 1994.

ENGELS, F. Comentários à Contribuição à Crítica da Economia Política de Karl Marx. In: MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-285.

ENTERTAINMENT SOFTWARE ASSOCIATION. Press Release - US Video Game Industry Revenue Reaches \$36 Billion in 2017. **ESA**, 2018. Disponível em: <<http://www.theesa.com/article/us-video-game-industry-revenue-reaches-36-billion-2017/>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

FAUSTO, R. **Marx: Lógica e Política**. São Paulo: Brasiliense, v. I, 1983.

FAUSTO, R. **Marx: lógica e política**. São Paulo: Brasiliense, v. II, 1987.

FAUSTO, R. **Marx: Lógica e Política**. São Paulo: 34, v. III, 2002.

FEENSTRA, R. C.; INKLAAR, R.; TIMMER, M. P. **The Next Generation of the Penn World Table**. [S.l.]: [s.n.], 2015a. Disponível em: <www.ggdcc.net/pwt>. no prelo para a American Economic Review. Último acesso: 17/01/2016.

FEENSTRA, R. C.; INKLAAR, R.; TIMMER, M. P. **What is new in PWT 8.1?** [S.l.]: [s.n.], 2015b. Disponível em: <http://www.rug.nl/research/ggdcc/data/pwt/v81/what_is_new_in_pwt_81.pdf>. Último acesso: 17/01/2016.

FEENSTRA, R. C.; INKLAAR, R.; TIMMER, M. P. **Penn World Tables v. 8.1**. [S.l.]: [s.n.], 2015c. Disponível em: <http://www.rug.nl/research/ggdcc/data/pwt/v81/pwt81.xlsx>. Último acesso: 17/01/2016.

FELDSTEIN, M.; SUMMERS, L. Is the rate of profit Falling? **Brookings papers on economic activity**, v. 1, p. 211-228, 1977.

FERNANDES, D. A.; REGO, J. M.; GALA, P. Pragmatismo e economia. **Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia da ANPEC**, Natal, 2004.

FINE, B.; HARRIS, L. **Rereading Capital**. London: Macmillan, 1979.

FINESCHI, R. “Capital in General” and “Competition” in the Making of Capital: The German Debate. **Science & Society**, v. 73, No. 1, p. 54–76, Jan 2009.

FOLEY, D.; T., M. **Growth and Distribution**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

FONTENELLE, I. **O Nome da Marca: McDONALD'S, FETICHISMO E CULTURA DESCARTÁVEL**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

FONTENELLE, I. Psicologia e marketing: da parceria à crítica. **Arquivos brasileiros de psicologia**, Rio de Janeiro, v. 60(2), p. 143-157, 2008.

FONTENELLE, I. O FETICHE DO EU AUTÔNOMO: CONSUMO RESPONSÁVEL, EXCESSO E REDENÇÃO COMO MERCADORIA. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 22(2), p. 215-224, Maio-Agosto 2010.

FONTENELLE, I. Prosumption: as novas articulações entre trabalho e consumo na reorganização do capital. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 51(1), p. 83-91, janeiro-abril 2015.

FOSTER, J. B. MARXISM AND THE UNO SCHOOL. **Monthly review**, p. 51-55, jan. 1990.

FREUD, S. **Obras Completas: Totem e Tabu, Contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos:(1912-1914)**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

FUMAGALLI, A. E. A. **La Gran Crisis de la Economía Global - Mercados Financieros, luchas sociales y nuevos escenarios políticos**. Madrid: Tinta Limón, 2009.

GOETHE, J. W. V. **Fausto**: uma tragédia. São Paulo: 34, v. 1, 2004. Edição bilingue.

GONTIJO, C. A “nova dialética” de Christopher Arthur e O capital de Karl Marx: uma análise crítica. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 40, p. 27-47, 2015.

GRESPLAN, J. **O negativo do capital**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2012.

HANASHIRO, D. M. M.; TEIXEIRA, M. L.; ZACCARELLI, L. (Eds.). **Gestão do Fator Humano**: uma visão baseada em Stakeholders. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

HANZEL, I. ‘The Circular Course of Our Representation’: ‘Schein’, ‘Grund’ and ‘Erscheinung’ in Marx’s Economic Works. In: MOSELEY, F.; SMITH, T. **Marx’s Capital and Hegel’s Logic - A Reexamination**. Chicago: Haymarket, 2015. p. 214-239.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. 5. ed. São Paulo: Vozes, 2002.

HEGEL, G. W. F. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas: I - A Ciência da Lógica**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HEGEL, G. W. F. **Ciência da Lógica - Excertos**. São Paulo: Barcarolla, 2011.

HEGEL, G. W. F. **Ciência da Lógica - Doutrina do Ser**. Petrópolis: Vozes, v. 1, 2016.

HEGEL, G. W. F. **Ciência da Lógica - A doutrina da Essência**. Petrópolis: Vozes, v. 2, 2017.

HEGEL, W. F. **Science of logic**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

HEINRICH, M. Capital in general and the structure of Marx’s Capital. **Capital and Class**, Limerick, v. 13, issue 2, p. 63-80, summer 1989.

HEINRICH, M. Capital in general and the structure of Marx’s capital. **Capital and Class**, Limerick, v. 38, p. 63-80, 1989.

HEINRICH, M. Crisis Theory, the Law of the Tendency of the Profit Rate to Fall, and Marx’s Studies in the 1870s. **Monthly review**, New York, v. 64(11), abril 2013a.

HEIRICH, M. Heinrich Answers Critics: Marx’s law of the tendency of the profit rate to fall (LTPRF). **Monthly Review**, New York, Dez 2013b. acessado em setembro de 2014. In: <http://monthlyreview.org/commentary/heinrich-answers-critics/>.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

HUSSON, M. Finance, hyper-concurrence et reproduction du capital. In: CHESNAIS, F. (.). **La finance capitaliste**. 1. ed. Paris: PUF, 2006.

HUSSON, M. Capital in the Twenty-First Century by Thomas Piketty. **Historical Materialism**, v. 23(1), p. 1-16, 2015.

INWOOD, M. **Dicionário Hegel**. São Paulo: Zahar, 1997.

ISHIBASHI, S. The Demonstration of the Law of Value and the Uno-Sekine Approach. In: ALBRITTON, R.; SEKINE, T. T. **A Japanese Approach to Political Economy Unoist Variations**. London: Palgrave-Macmillan, 1995. p. 44-64.

JENSON, J.; ROSS, G. 1956: FRENCH COMMUNISTS TURNING A CORNER. **French Politics and Society**, Paris, v. 5; N. 1/2, p. 30-36, Feb 1987.

JOHANSEN, S. Statistical analysis of cointegration vectors. **Journal of economic dynamics and control**, 12, 1988. 231-254.

KENNEDY, P. Marxism, Capital and Capitalism: From Hegel Back to Marx. **Critique**, v. 45:4, p. 443-466, 2017.

KLIMAN, A. **Reclaiming Marx's "Capital": A Refutation of the Myth of Inconsistency**. Plymont: Lexington, 2007.

KLIMAN, A. et al. **The Unmaking of Marx's Capital: Heinrich's Attempt to Eliminate Marx's Crisis Theory**. [S.l.]: SSRN: Social Sciences Research Network, 2013. Acesso em agosto de 2014. In: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2294134>.

KORSCH, K. **A SITUAÇÃO ATUAL DO PROBLEMA "MARXISMO E FILOSOFIA": (TAMBÉM UMA ANTICRÍTICA)**. Porto: Afrontamento, 1977. Disponível em: <<http://www.afoicecomartelo.com.br/posfsa/Autores/Korsch,%20Karl/Anticritica%20Karl%20Korsch.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

LACAN, J. **Seminário 10 - A Angústia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LANGE, E. L. A Crítica da Economia Política e a 'Nova Dialética'. **Opinião Filosófica**, Porto Alegre, v. 07, n. 1, 2016.

LEBRUN, G. **La patience du concept: Essai sur le Discours hégélien**. Paris: Gallimard, 1972.

LÖWY, M. Lukács and Stalinism. **New Left Review**, v. 91, p. 25-42, mai-jun 1975.

LÖWY, M. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUKÁCS, G. **Para uma Ontologia do Ser Social I**. São Paulo: Boitempo, v. I, 2012.

MACKINNON, J. G. Critical Values dor cointegration tests. In: ENGLE, R. F.; GRANGER, C. W. J. **Long-run economic relationships**. Oxford: Oxford University Press, 1991. p. 267-276.

MAGE, S. Response to Heinrich—In Defense of Marx's Law. **Monthly Review**, New York, dez. 2013. Acesso em agosto de 2014. In: <http://monthlyreview.org/commentary/response-heinrich-defense-marxs-law/>>.

MAGE, S. Response to Heinrich—In Defense of Marx's Law. **Monthly Review**, New York, dez. 2013. Acesso em agosto de 2014. In: <http://monthlyreview.org/commentary/response-heinrich-defense-marxs-law/>>.

MARQUETTI, A. **Extended Penn World Tables 4.0**. [S.l.]: [s.n.], 2012a. Disponível em: <<https://sites.google.com/a/newschool.edu/duncan-foley-homepage/home/EPWT>>. último acesso: 12/01/2016.

MARQUETTI, A. **Extended Penn World Tables. Documentation on v. 4.0**. [S.l.]: [s.n.], 2012b. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=bmV3c2Nob29sLmVkdXxkdW5jYW4tZm9sZXktaG9tZXBhZ2V8Z3g6NWM4Yzk4NGIwOTdjNTk2OQ>>. Último acesso: 12/01/2016.

MARRAS, J. P. **ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MARRAS, J. P.; CARDOSO, M. A. **Nova Gestão Estratégica de Pessoas - gerando valor para os Stakeholders**. São Paulo: Saint Paul, 2013.

MARRAS, J. P.; TOSE, M. D. G. L. E. S. **Avaliação de desempenho humano**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MARX, K. **CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. Glosas marginais ao “Tratado de Economia Política” de Adolfo Wagner. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 13, n. 2, p. 170-179, 2011.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, v. 1, 2011.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política - Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital - Crítica da Economia Política - Livro II O processo de circulação do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política - Livro III**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. digital. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAYO, E. **The Human Problems of as Industrial Society**. London: Taylor and francis, 2005.

MEDIA KIX. Mobile Gaming Industry - Market Statistics. **Media Kix**, 2018. Disponível em: <<http://mediakix.com/wp-content/uploads/2018/03/Mobile-Gaming-Industry-Market-Statistics-Infographic1.png>>. Acesso em: 23 jul 2018.

MICHL, T. The two-stage decline in U.S. nonfinancial corporate profitability, 1948-1986. **Review of Radical Political Economics**, v. 20(4), p. 1-22, 1988a.

MICHL, T. **Why is the profit rate still falling?** [S.l.]: Levy Institute, 1988b. Disponível em: <<http://www.levyinstitute.org/pubs/wp7.pdf>>. Working paper. Último acesso em 12/01/16.

MOSELEY, F. The Rate of Surplus Value, the Organic Composition, and the General Rate of Profit in the U.S. Economy. **American Economic Review**, v. 78(1), 1988.

MOSELEY, F. Capital in General and and Marx's Logical Method: A Response to Heinrich's Critique. **Capital & Class**, v. 19, p. 15-48, junho-agosto 1995.

MOSELEY, F. The Rate of Profit and the Future of Capitalism. **Review of Radical Political Economics**, v. 29(4), p. 23-41, 1997.

MOSELEY, F. **Marx's Theory of Money: Modern Appraisals**. Londres/Nova York: Palgrave Macmillan, 2005.

MOSELEY, F. Critique of Heinrich: Marx did not Abandon the Logical Structure. **Monthly Review**, New York, 1 Dez. 2013. Acessado em agosto de 2014. In: <http://monthlyreview.org/commentary/critique-heinrich-marx-abandon-logical-structure/>>.

MOSELEY, F.; SMITH, T. **Marx's Capital and Hegel's Logic - A Reexamination**. Chicago: Haymarket, 2015.

MÜLLER, L. A. P.; PAULANI, L. M. O capital portador de juros em O Capital ou o sistema de Marx. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 35,n.2, p. 69-91, 2012.

MURRAY, P. Money as Displaced Social Form: Why Value cannot be independent of price. In: MOSELEY, F. **Marx's theory of money**. Nova Iorque: Palgrave-Macmillian, 2005. p. 50-65.

MURRAY, P. How Hegel Helped Marx Overturn Ricardo's Theory of Profit. In: MOSELEY, F.; SMITH, T. **Marx's Capital and Hegel's Logic**. Leiden: Brill, 2015. p. 189-214.

MUSSE, R. A Gênese do conceito de Marxismo Ocidental. **Espaço Livre**, Goiania, v. 7, p. 42-48, jan. 2012.

NG, S.; PERRON, P. useful modifications to some unit root tests with dependent errors and their local asymptotic properties. **Review of Economic Studies**, v. 63, p. 435-463, 1996.

ORSI, A.; BERTOIA, N.; BARBOSA-LIMA, M. **Gestão internacional de Recursos Humanos**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2015.

PACHUKANIS, E. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Acadêmica, 1988.

PAULANI, L. O papel da força viva de trabalho no processo capitalista de produção - Uma análise dos dilemas contemporâneos. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 31 (4), p. 695-721, 2001.

PAULANI, L. Money in contemporary capitalism and the autonomisation of capitalist forms in Marx's theory. **Cambridge Journal of Economics: Camb. J. Econ.** (2014) **38 (4): 779-795**, Cambridge, v. 38 (4), p. 779-795, 2014.

PAULANI, L. M. **Do conceito de dinheiro e do dinheiro como conceito**. São Paulo: FEA-USP, 1992. Tese de doutorado defendida na Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

PAULANI, L. M. **Modernidade e discurso econômico**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PIKETTY, T.; ZUCMAN, G. CAPITAL IS BACK: WEALTH-INCOME RATIOS IN RICH COUNTRIES 1700–2010. **Quarterly Journal of Economics**, v. 129(3), p. 1255-1310, 2014.

PINKARD, T. **Hegel's Phenomenology: The Sociality of Reason**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

PINKARD, T. **Hegel's Naturalism**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

PIPPIN, R. **Hegel's Idealism: The Satisfactions of Self-Consciousness**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

POSTONE, M. **Tempo, Trabalho e dominação social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

QUINET, A. O gozo, a lei e as versões do pai. In: GROENINGA, P. **Direito, família e psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

REZENDE, M. R. D. **Gestão de Pessoas**. São Paulo: Uninove, s/a.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

ROSENTHAL, J. **The Myth of Dialectics: Reinterpreting the Marx-Hegel Relation**. London: Macmillan, 1998.

ROSENTHAL, J. The Escape from Hegel. **Capital & Class**, Limerick, v. 63, n. 3, p. 283-309, fall 1999.

ROTHMANN, I.; COOPER, C. L. **Fundamentos de Psicologia Organizacional e do Trabalho**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

RUSSEL, E.-J. The Logic of Subsumption: an elective affinity between Hegel and Marx. **Opinião Filosófica**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, 2015.

SAAD FILHO, A. Re-reading both Marx and Hegel: The New Dialectics and the method of capital. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 107-120, jan.mar 1997.

SAFATLE, V. **A paixão do negativo**. São Paulo: Unesp, 2006.

SAFATLE, V. Linguagem e negação: sobre as relações. **Dois pontos**, Curitiba, v. 3, n. 1, abril 2006.

SAFATLE, V. Grande Hotel Abgrund. **O que nos faz pensar**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 22, p. 7-23, dez. 2007.

SAFATLE, V. **Cinismo e Falência da Crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAFATLE, V. **O Grande Hotel Abismo**. São Paulo: wmf Martins Fontes, 2012.

SAFATLE, V. **O Circuito dos Afetos - corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. São Paulo: CosacNaify, 2015.

SAFATLE, V. **Curso integral: Reler Marx hoje**. São Paulo: [s.n.], 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/26777289/Curso_integral_-_Reler_Marx_hoje_2016_>. Acesso em: 28 jun. 2018.

SAFATLE, V. **Introdução à Jacques Lacan**. São Paulo: Autêntica, 2017.

SAINT PAUL ESCOLA DE NEGÓCIOS. Depoimento da aluna Denise Francisco. **Saint Paul Escola de Negócios**, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=193&v=dsFhrn3BmWY>. Acesso em: 18 jul. 2018.

SAINT PAUL ESCOLA DE NEGÓCIOS. Perfil da Aluna do MBA Advanced Boardroom Program for Women. **Cursos Saint Paul**, 2018a. Disponível em: <<http://cursos.saintpaul.com.br/posmba/advanced-boardroom-women/perfil-da-aluna>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SAINT PAUL ESCOLA DE NEGÓCIOS. Perfil do Aluno do programa Seer. **Cursos Saint Paul**, 2018b. Disponível em: <<http://cursos.saintpaul.com.br/seer/perfil-do-aluno>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SALEN, K.; ZIMMERMAN, E. **Rules of Play**. Cambridge: MIT Press, 2003.

SAVILLE, J. THE TWENTIETH CONGRESS AND THE BRITISH COMMUNIST PARTY. **Socialist Register**, v. 13, p. 1-23, 1976.

SEKINE, T. **An Outline of the Dialectic of Capital**. London: Palgrave-Macmillan, v. 1 e 2, 1997.

SHAIK, A. the falling rate of profit and the economic crisis in the U.S. In: CHERRY, R. (. **The Imperiled Economy**. New York: URPE, 1987.

SHAIK, A. the falling rate of profit as the cause of long waves theory and empirical evidence. In: KLEINKNECHT, A. (. **New findings in long wave research**. London: Macmillian, 1992.

SMITH, T. Marx's Theory of Social Forms and Lakatos's Methodology of Scientific Research Program. In: MOSELEY, F.; CAMPBELL, M. **New Investigations of Marx's Method**. New York: Humanity Books, 1997. p. 176-199.

SMITH, T. Hegel, Marx and the Comprehension of Capitalism. In: MOSELEY, F.; SMITH, T. **Marx's Capital and Hegel's Logic: a reexamination**. Chicago: Haymarket, 2015a. p. 17-41.

SMITH, T. Hegel and Capitalism: Marxian Perspectives. In: BUCHWALTER, A. **Hegel and Capitalism**. New York: Suny Press, 2015b. p. 181-198.

TAYLOR, C. The Contradictions of Positivist Marxism. In: WILLIAMS, M. **Value, Social Form and the State**. London: Macmillian, 1988. p. 62-79.

THOMPSON, E. P. **A MISERIA DA TEORIA ou um planetário de erros: crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

UNO, K. **Principles of Political Economy: Theory of a Purely Capitalist Society**. Sussex: Harvester, 1980.

VELOSO, E. F. R.; DUTRA, J. S.; NAKATA, L. E. Percepção sobre carreiras inteligentes: diferenças entre as gerações y, x e baby boomers. **REGE - Revista de Gestão**, São Paulo, v. 23, p. 88-98, 2016.

WALZ, S. P.; DETERDING, S. (Eds.). **THE GAMEFUL WORLD: Approaches, Issues, Applications**. Cambridge: MIT Press, 2014.

WEISSKOPF, T. E. Marxist perspectives on cyclical crises.. In: (EDS), U. **U.S. capitalism in crisis**. New York: URPE, 1978. p. 241-260.

WEISSKOPF, T. E. Marxian crisis theory and the rate of profit in the postwar U.S. economy. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 3(4), 1979.

WILLIAMS, M. (Ed.). **VALUE, SOCIAL FORM AND THE STATE**. London: Macmillan, 1989.

WILLIAMS, M. Competition Subjects, State and Civil Society. In: WILLIAMS, M. **Value, Social Form and the State**. London: Macmillan, 1988. p. 96-115.

WOLFF, E. The Rate of Surplus Value, the Organic Composition, and the General Rate of Profit in the U.S. Economy: reply. **American Economic Review**, v. 78(1), p. 304-306, 1988.

WOLFF, E. The recent rise of profits in the United States.. **Review of Radical Political Economics**, v. 33 (3), p. 314-324, 2001.